
**A INVENÇÃO DA BALBÚRDIA:
DOSSIÊ SOBRE AS INTERVENÇÕES
DE BOLSONARO NAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR**

**André R. V. V. Pereira
Junia Claudia Santana de Mattos Zaidan
Ana Carolina Galvão**

**A INVENÇÃO DA BALBÚRDIA:
DOSSIÊ SOBRE AS INTERVENÇÕES
DE BOLSONARO NAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR**



Brasília, 2022

EXPEDIENTE

Organização e elaboração técnica do material:

André R. V. V. Pereira
Junia Claudia Santana de Mattos Zaidan
Ana Carolina Galvão

Revisão de Conteúdo

Mário Mariano Ruiz Cardoso

Projeto Gráfico e Diagramação:

Angel Holanda Barbosa

Coordenação Editorial:

Jamile Rodrigues

Revisão textual:

Jayne Brenner – MTb 19.289/SP

Encarregada de Imprensa:

Francieli Rebelatto (UNILA)

Dossiê produzido pelos autores, com o apoio do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) em parceria com a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo (Adufes Ssind)

Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Ed. Cedro II, 5º andar, Bloco C,
CEP: 70302-914, Brasília, DF.

Tel.: 61 39628400

E-mail: imprensa@andes.org.br

www.andes.org.br

www.facebook.com/andessn

Twitter.com/andessn

Instagram @andes.sindicatonacional

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pereira, André Ricardo Valle Vasco
A invenção da balbúrdia [livro eletrônico] :
dossiê sobre as intervenções de Bolsonaro nas
Instituições Federais de Ensino Superior / André
Ricardo Valle Vasco Pereira, Junia Claudia Santana de
Mattos Zaidan, Ana Carolina Galvão. -- Brasília, DF :
Sindicato Nacional dos Docentes das

Bibliografia.
ISBN 978-85-61327-02-6

1. Autoritarismo - Brasil 2. Bolsonaro, Jair
Messias, 1955- 3. Brasil - Política e governo
4. Democracia 5. Ensino superior 6. Instituições
Federais de Ensino Superior (Brasil) 7. Universidades
e faculdades públicas - Brasil I. Zaidan, Junia
Claudia Santana de Mattos. II. Galvão, Ana Carolina.
III. Título.

22-112365

CDD-378.81

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Instituições Federais de Ensino Superior :
Educação 378.81

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

SUMÁRIO

1. Apresentação da Diretoria do ANDES-SN.....	6
2. Prefácio.....	8
3. Introdução.....	10
4. De Kafka a Kafta: o modelo político do governo Bolsonaro.....	16
5. O MEC.....	20
6. Eleições para as Reitorias.....	28
7. Influências externas.....	31
8. Alinhados/as.....	50
9. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).....	51
10. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).....	54
11. Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI).....	57
12. Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).....	60
13. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).....	62
14. Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).....	70
15. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ).....	74
16. Universidade Federal de Sergipe (UFS).....	78
17. Não Alinhados/as.....	83
18. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).....	84
19. Universidade Federal de Goiás (UFG).....	88
20. Universidade Federal de Pelotas (UFPel).....	91
21. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).....	94
22. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).....	98
23. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).....	100
24. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).....	103
25. Universidade Federal do Piauí (UFPI).....	108
26. Reações às intervenções.....	111
27. Conflitos Institucionais.....	112
28. Ocupações e protestos.....	115
29. Judicialização.....	123
30. Policiamento no campus.....	127
31. Ruptura na ANDIFES.....	128
32. Sem informações.....	130
33. Conclusão.....	131
34. Referências.....	135

1. APRESENTAÇÃO DA DIRETORIA DO ANDES-SN

O ANDES, historicamente, tem lutado em todos os governos pela efetivação da autonomia e da democracia nas universidades, institutos federais e CEFETs. Entretanto, durante o governo Bolsonaro temos enfrentado o aprofundamento do ataque às instituições educativas e, em especial, a intervenção do governo com a nomeação de reitores e reitoras não eleitos pelas comunidades acadêmicas. São diversas ações encampadas pelo ANDES-SN nesse último período, dentre elas paralisações, atos, ações nas redes e também no judiciário contra as intervenções. A luta tem nos ensinado muito e, junto às diversas seções sindicais em articulação com técnicos e técnicas, estudantes e demais movimentos sindicais, populares e de juventude, acionamos a luta e o conhecimento como instrumentos de nossas ações.

É nesse sentido que tivemos a primeira publicação sobre as intervenções, intitulada “Militarização do governo Bolsonaro e intervenção nas Instituições Federais de Ensino”, em 2021. Nesse caso, demos início ao mapeamento dos efeitos das intervenções nas instituições educativas, articulando também o debate sobre o processo de militarização do governo Bolsonaro em todo o serviço público.

Dando continuidade a esse processo, a diretoria do ANDES-SN, tomando como base as deliberações da nossa categoria em CONADs e no último Congresso, está apoiando a publicação de “A Invenção da Balbúrdia: Dossiê sobre as Intervenções de Bolsonaro nas Instituições Federais de Ensino”, produzido pelos professores da Universidade Federal do Espírito Santo, André Ricardo Valle Vasco Pereira, Junia Claudia Santana de Mattos Zaidan e Ana Carolina Galvão, em articulação com a ADUFES, seção sindical do ANDES-SN naquela universidade.

Entendemos que as análises e avaliações políticas do panorama das intervenções apresentadas sob responsabilidade dos autores desse texto se somam ao conjunto de contribuições que têm sido produzidas pelo ANDES-SN e também por diversos pesquisadores das universidades, institutos federais e CEFETs.

Cabe destacar que o debate aqui apresentado é feito no seio do processo de luta contra as intervenções e, nesse sentido, não deve se encerrar aqui, devendo continuar em cada seção local e nos espaços nacionais de deliberação de nosso sindicato. Seguiremos aprimorando os instrumentos de mobilização das professoras e professores em todo o Brasil contra o projeto de destruição

da educação pública e gratuita por Bolsonaro e demais governos que seguem a agenda da lógica capitalista. Contra o capital, pela autonomia e democracia radical nas universidades, institutos federais e CEFETs!

Por fim, cabe lembrar nossa principal diretriz sobre o tema desse dossiê que consta no Caderno 2 do ANDES SN e que reforça a luta histórica do nosso sindicato em efetivar que “o reitor e o vice-reitor sejam escolhidos por meio de eleições diretas e voto secreto, com a participação, universal ou paritária, de todos os docentes, estudantes e técnico-administrativos, encerrando-se o processo eletivo no âmbito da instituição”

Diretoria do ANDES-SN (Biênio 2021-2022)

2. PREFÁCIO

Na música *Desordem*, o conjunto Titãs pergunta: “Quem quer manter a ordem? Quem quer criar desordem?” e, adiante, insiste: “Mas o que é criar desordem? Quem é que diz o que é ou não? São sempre os mesmos governantes, os mesmos que lucraram antes”. No governo de Jair Messias Bolsonaro, um de seus ministros da Educação, Abraham Weintraub, declarou:

“As universidades são caras e têm muito desperdício com coisas que não têm nada a ver com produção científica e educação. Têm a ver com politicagem, ideologização e balbúrdia. Vamos dar uma volta em alguns câmpus [sic] por aí? Tem cracolândia. Estamos em situação fiscal difícil e onde tiver balbúrdia vamos pra cima” (WEINTRAUB, 2019).

O governo elaborou acusações fantasiosas sobre o ensino superior e sobre a educação em geral com vários objetivos. Um deles foi o de justificar intervenções no processo de indicação de dirigentes de universidades e institutos federais. O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), junto com suas Seções Sindicais, principalmente as mais afetadas, vem empreendendo uma luta contra este e outros processos autoritários, contando, é claro, com o apoio da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), seus sindicatos locais, com a União Nacional dos Estudantes (UNE) e organizações locais de discentes.

Desde sua fundação em 1981, conforme consta no Caderno 2 (ANDES, 2013, p. 25), o ANDES defende que **“o reitor e o vice-reitor sejam escolhidos por meio de eleições diretas e voto secreto, com a participação, universal ou paritária, de todos os docentes, estudantes e técnico-administrativos, encerrando-se o processo eletivo no âmbito da instituição”**. A luta tem sido para que, a partir de tais critérios, os eleitos assumam os cargos, sem necessidade de aval, aprovação ou qualquer interferência de autoridade legal, como a Presidência da República ou governos estaduais. Neste sentido, uma conquista fundamental foi a inserção do artigo 207 na Constituição de 1988, que garante autonomia às universidades. Os governantes, porém, “os mesmos que lucraram antes”, usam leis e decretos para determinar a elaboração, no caso das universidades públicas federais, de listas, antes sêxtuplas, hoje tríplexes, das quais podem sacar quem quiserem.

As comunidades acadêmicas, sempre que as lutas democráticas avançam, com diferentes soluções e trajetórias históricas, buscaram escolher as pessoas

mais votadas e inscrever seus nomes no topo das listas, a fim de pressionar pela confirmação delas. Os governantes, contudo, nem sempre cederam. Por isso, chamamos de “intervenção” os casos nos quais segundos ou terceiros de listas tripliques foram nomeados. Há também situações nas quais manobras legais costumam ser usadas para ignorar as listas, de forma a impor reitores pro tempore. Tudo isso sem falar nos vários tipos possíveis de manobras, como a alteração de resultados eleitorais no momento da formação de listas. O fato é que intervenções não são novidade, mas se tornaram particularmente dramáticas e constantes no governo Bolsonaro. Para justificá-las, um conjunto de acusações estapafúrdias foram inventadas, das quais a palavra ‘balbúrdia’ se tornou a mais emblemática.

Com o objetivo de fazer um balanço crítico sobre estes casos, o ANDES-SN e sua Seção Sindical no Espírito Santo (Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo - Adufes), constituíram um grupo de trabalho, coordenado pela Seção Sindical, composto pelo professor do Departamento de História, André R. V. V. Pereira e pelas diretoras da entidade, Ana Carolina Galvão e Junia Claudia Santana de Mattos Zaidan. As atividades de levantamento de informações contaram com o apoio técnico de Penha Karoline Pulcherio de Araújo e de Larissa Nuvens Guimarães. Na fase final, a Adufes também contou com o trabalho de Lígia Caroline Pereira Pimenta como pesquisadora e redatora. A responsabilidade final pelo texto ficou a cargo dos coordenadores André, Junia e Ana Carolina.

Obter informações sobre cada caso de intervenção foi muito trabalhoso. Além disso, o grupo buscou se cercar de uma base documental que pudesse ser citada e disponibilizada na internet. Devido às dificuldades inerentes a esse trabalho, é possível que haja erros, que poderão ser apontados por meio dos canais oficiais de comunicação do ANDES e da Adufes. Caso venha a ser publicada uma segunda edição, tais contribuições poderão ser de grande valia para o aprimoramento do esforço aqui feito. Esperamos, porém, que não seja o caso, e que o debate ora apresentado potencialize transformações imediatas; que a democracia seja perseguida, mesmo que substancialmente impossível sob o capitalismo; que a autonomia seja garantida; que todas as instituições de ensino superior sejam respeitadas. Que a Educação deixe de ser objeto de depreciação, que professoras e professores deixem de ser considerados inimigos, que o Saber, o Conhecimento e a Ciência deixem de ser subfinanciados, postos sob as garras do obscurantismo, vítimas de mentiras que servem a um projeto alheio à classe trabalhadora. Afinal, quem quer impor a sua ordem inventa uma desordem, uma balbúrdia, um xingamento... os mesmos que lucraram antes!

André R. V. V. Pereira

Junia Claudia Santana de Mattos Zaidan

Ana Carolina Galvão

3. INTRODUÇÃO

Este dossiê trata das intervenções realizadas pelo governo de Jair Bolsonaro nas Universidades Federais do Brasil, em dois Institutos Federais (Rio Grande do Norte e Santa Catarina) e no Cefet/RJ, entre 2019 e março de 2022. O que recebe aqui o nome de intervenção segue os seguintes critérios: a) para as universidades: nomeação de uma pessoa para ocupar a reitoria que tenha estado em segundo ou terceiro lugar na lista tríplice enviada ao Ministério da Educação (MEC); b) uso de alguma manobra legal para escolher um reitor ou reitora pró-tempore, ou seja, que ocuparia a vaga temporariamente até solução do caso na Justiça. Registre-se que, nos Institutos Federais e no Cefet/RJ, não são elaboradas listas, mas enviado um único nome, sendo a intervenção produto do segundo critério.

O Brasil conta com 69 Universidades Federais. Destas, seis são recentes e não possuem estatutos aprovados pelo MEC, o que faz com que a direção seja entregue a um reitor ou reitora pró-tempore. As instituições em questão são: a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, a Universidade Federal do Delta do Parnaíba, a Universidade Federal de Catalão, a Universidade Federal de Jataí, a Universidade Federal de Rondonópolis e a Universidade Federal do Norte do Tocantins.

No momento em que este texto está sendo concluído (fevereiro de 2022), oito universidades ainda vão passar por consultas e formação de listas tríplices: Universidade Federal do Oeste do Pará, Universidade Federal do Sul da Bahia, Universidade Federal do ABC, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Acre, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Amapá e Universidade Federal Fluminense.

Durante o mandato de Bolsonaro, 55 universidades fizeram consultas às suas comunidades acadêmicas e formaram listas tríplices. Duas estão com suas listas no MEC, esperando pelo decreto de nomeação: a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade Federal de Alfenas. Não sabemos, portanto, o que vai acontecer com elas e nem com as oito citadas acima, num total de dez casos que ainda podem se encaixar na categoria aqui chamada de intervenção. Das situações cujos resultados conhecemos, 31 foram de confirmação do primeiro nome indicado na lista tríplice. Destes, um passou pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez, 14 por Abraham Weintraub e 16 por Milton Ribeiro, atualmente na pasta. Seguem seus nomes:

N	Instituições que não sofreram intervenção	Ministro
1	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Ricardo Vélez Rodrigues
2	Universidade Federal de Viçosa	Abraham Weintraub
3	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	Abraham Weintraub
4	Universidade Federal do Cariri	Abraham Weintraub
5	Universidade Federal do Oeste da Bahia	Abraham Weintraub
6	Universidade Federal de Pernambuco	Abraham Weintraub
7	Universidade Federal do Maranhão	Abraham Weintraub
8	Universidade Federal de Alagoas	Abraham Weintraub
9	Universidade Federal de Roraima	Abraham Weintraub
10	Universidade Federal de Juiz de Fora	Abraham Weintraub
11	Universidade Federal Rural de Pernambuco	Abraham Weintraub
12	Universidade Federal de Lavras	Abraham Weintraub
13	Universidade Federal de São João del-Rei	Abraham Weintraub
14	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Abraham Weintraub
15	Universidade Federal do Pampa	Abraham Weintraub
16	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Milton Ribeiro
17	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Milton Ribeiro
18	Universidade Federal de Mato Grosso	Milton Ribeiro
19	Universidade Federal do Pará	Milton Ribeiro
20	Universidade Federal de Rondônia	Milton Ribeiro
21	Universidade de Brasília	Milton Ribeiro
22	Universidade Federal de Uberlândia	Milton Ribeiro
23	Universidade Federal do Rio Grande	Milton Ribeiro
24	Universidade Federal de Ouro Preto	Milton Ribeiro
25	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	Milton Ribeiro
26	Universidade Federal de São Paulo	Milton Ribeiro

27	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	Milton Ribeiro
28	Universidade Federal do Amazonas	Milton Ribeiro
29	Universidade Federal do Tocantins	Milton Ribeiro
30	Universidade Federal do Paraná	Milton Ribeiro
31	Universidade Federal de Santa Maria	Milton Ribeiro

Vale notar que, das 31 universidades citadas, duas contaram com candidaturas únicas nas consultas: Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade Federal de Juiz de Fora. No caso da Universidade Federal do Pará, o MEC devolveu a lista, alegando que a consulta havia desrespeitado o peso de 70% do voto dos docentes, e determinando a realização de um novo pleito. Um reitor pró- tempore foi indicado, mas o Ministério Público Federal determinou a legalidade da lista enviada e que o MEC indicasse um nome. A decisão final foi pelo respeito ao primeiro nome. Todavia, houve uma intervenção por curto período de tempo (PRESIDENTE, 2020). E, na Universidade Federal de São João del-Rei, um candidato derrotado na consulta entrou na Justiça, tentando interferir no processo (CANDIDATO, 2020). Houve, portanto, 27 casos nos quais mais que uma pessoa disputou o pleito, não houve questionamentos legais conhecidos e o primeiro nome da lista se viu confirmado.

E houve 22 entidades que sofreram intervenções. Uma delas, a Universidade Federal da Grande Dourados, contou com dois eventos. Desta forma, foram 23 casos no total, dez deles por Weintraub e 13 por Ribeiro. Na Universidade Federal de Sergipe, a Justiça determinou que alguém da lista fosse escolhido, com o primeiro nome sendo indicado em 18 de março de 2021, encerrando, portanto, a intervenção ali. A seguir, seus nomes:

N	Instituições que não sofreram intervenção	Ministro
1	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Abraham Weintraub
2	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Abraham Weintraub
3	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Abraham Weintraub
4	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Abraham Weintraub
5	Universidade Federal do Ceará	Abraham Weintraub
6	Universidade Federal da Fronteira Sul	Abraham Weintraub
7	Universidade Federal da Paraíba	Abraham Weintraub

8	Universidade Federal da Grande Dourados	Abraham Weintraub
9	Universidade Federal da Grande Dourados	Milton Ribeiro
10	Universidade Federal do Espírito Santo	Abraham Weintraub
11	Universidade Federal do Vale do São Francisco	Abraham Weintraub
12	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	Milton Ribeiro
13	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	Milton Ribeiro
14	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Milton Ribeiro
15	Universidade Federal do Piauí	Milton Ribeiro
16	Universidade Federal de Sergipe	Milton Ribeiro
17	Universidade Federal de Itajubá	Milton Ribeiro
18	Universidade Federal de Pelotas	Milton Ribeiro
19	Universidade Federal de Goiás	Milton Ribeiro
20	Universidade Federal de São Carlos	Milton Ribeiro
21	Universidade Federal de Campina Grande	Milton Ribeiro
22	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Milton Ribeiro
23	Universidade Federal Rural da Amazônia	Milton Ribeiro

Tendo em vista, portanto, os 54 episódios com resultados conhecidos, em 57% deles (31) não houve intervenção, em 43% (23), aconteceu. E este número ainda pode aumentar até o fim de 2022. Diante deste dado, seria legítimo perguntar por que o governo escolheu o primeiro nome da lista. Na elaboração deste trabalho, não foi possível estudar todos os eventos citados, mas apenas as intervenções. Será que as mudanças de titulares do MEC fizeram diferença quanto aos critérios de escolha nas listas? Não parece ser o caso. Vélez Rodriguez ficou pouco tempo no cargo, de 1 de janeiro a 8 de abril de 2019. E, como indicado acima, as diferenças entre Weintraub e Ribeiro em números são pequenas. Apesar do estilo mais contido do segundo, seu comportamento não parece ser muito diferente do antecessor, neste quesito. Aliás, ele vocalizou claramente o critério de escolha para os dirigentes: “Não precisa ser bolsonarista. Mas não pode ser esquerdista, nem lulista” (PARA, 2021).

Não devemos nos enganar com a aparente adesão do governo à legalidade, com os 57% de taxa de não-intervenção apontados antes. Vinte e três intervenções em Universidade Federais (somadas às três nos IFs e Cefet/RJ) é um número

inédito na história recente. Houve desrespeito às listas em mandatos anteriores, mas em proporção bem menor (em que pese o fato de que não haja estatísticas muito precisas sobre quantas foram no passado). O fato é que Bolsonaro tornou as intervenções uma atividade rotineira. Além disso, como ficará claro mais adiante, seu estilo autoritário interferiu no cálculo dos atores das comunidades acadêmicas, que passaram, muitas vezes, a se comportar com o objetivo de agradá-lo ou de, pelo menos, não atrair seu veto. Muitas instituições deixaram de realizar consultas paritárias¹, por exemplo, para não se verem questionadas pelo MEC. Várias pessoas se candidataram e elaboraram plataformas eleitorais com propostas à direita ou aparentando neutralidade com o mesmo propósito. Dos 58% de respeito à lista, é possível que muitos tenham atuado desta maneira e que alguns escolhidos fossem, de fato, os preferidos do governo.

Apenas uma pesquisa mais aprofundada, em continuidade a esta, poderá dar uma resposta precisa. O que não escapa é a percepção de que a democracia e a autonomia das instituições de ensino, com ou sem intervenção formal, vêm sendo ameaçadas. Por esta razão, a pesquisa aqui feita se debruçou sobre os 28 episódios de intervenções (22 universidades, com dois casos na UFGD; três casos no Cefet/RJ, um no IFSC e um no IFRN), abordando-os em detalhes, para conhecer sua dinâmica. Ao final, foi elaborada uma classificação buscando apontar as razões principais para as escolhas feitas.

Com isso, a conclusão foi que, em dez episódios, influências externas às comunidades acadêmicas foram determinantes. Estes dez contam a UFGD duas vezes. Outros dez casos foram classificados como de alinhamento ao governo, ou seja, a razão principal para nomear a pessoa foi a proximidade política e até religiosa com os detentores do poder. Estes dez contam o Cefet/RJ três vezes. Por fim, há oito indicações de indivíduos que não poderiam ser vistos como Alinhados, mas foram escolhidos por variadas razões. Cada uma das três classificações vai merecer um tratamento específico adiante. Depois delas, uma seção do texto abordará as reações aos interventores/as.

As diferenças entre o governo Bolsonaro e os anteriores são grandes, inclusive no que se refere ao que está sendo discutido aqui. Entre os oito casos de Não Alinhados, temos uma pessoa filiada ao PT e exemplos de dirigentes que faziam parte do grupo que formou a lista tríplice, de forma que a mudança obtida não foi tão grande quanto o esperado pela frase retórica de Milton Ribeiro, apontada antes. As relações entre as instituições federais de ensino superior e os governos são mais complexas do que a simples indicação de reitores. Este ponto fez com que a reflexão realizada aqui passasse, antes do estudo específico dos casos, por uma discussão acerca dos modelos políticos. Os governos anteriores ao de Bolsonaro, considerados mais respeitosos para com

¹ Nas quais os votos são contados de acordo com o peso de 1/3 para docentes, 1/3 para técnico-administrativos e 1/3 para estudantes.

as decisões eleitorais das comunidades acadêmicas, na verdade, funcionavam de uma maneira distinta. Eles eram mais institucionalizados. Por esta razão, podiam se “dar ao luxo” de confirmar quem estava à frente da lista e usar outros meios para impor suas preferências às instituições. O caminho passava pelo presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 2018), por meio do qual cargos nos ministérios eram ocupados por pessoas de uma cota pessoal da Presidência ou de alguma liderança partidária. Isso resultava em equipes ministeriais com titulares das pastas e seus subordinados em posições bem consolidadas, capazes de manipular vários recursos para controlar, por exemplo, no caso aqui em estudo, as instituições de ensino. Bolsonaro optou por não seguir este caminho (o que será considerado logo adiante).

4. De Kafka a Kafta: o modelo político do governo Bolsonaro

Entre 1994 e 2018, houve um padrão no Brasil. Havia uma liderança popular que, ao mesmo tempo, era liderança partidária. Esta pessoa tinha um projeto pessoal de poder e um projeto de governo, dividido com seu partido. Nas eleições, esta pessoa comandava a formação de uma aliança partidária. Após a vitória no pleito, esta pessoa ocupava a Presidência e constituía uma coalizção majoritária de governo, incorporando outras lideranças partidárias. Desta forma, o Executivo passava a comandar o processo legislativo, o que era necessário para a aprovação da agenda pessoal e de governo.

A pessoa que ocupava a chefia do Executivo escolhia setores da administração pública e reservava para suas indicações pessoais e/ou de seu partido. Tais setores não eram negociáveis junto aos parceiros de coalizção. Muitas vezes, os cargos em questão eram ocupados por técnicos, com capacidade e competência para a gestão da burocracia pública. As propostas legislativas que eles elaboravam eram negociadas com a chefia do Executivo e esta, por meio de seus operadores da coalizção, conseguia a aprovação junto ao Congresso.

Os demais parceiros da coalizção conquistavam cargos, podendo preenchê-los com líderes políticos ou técnicos. Os líderes possuíam posição de comando em seus partidos e, desta forma, no trabalho legislativo. Não sendo autoridades técnicas em suas áreas, sabiam da necessidade de formar equipes com tal competência. Seus partidos poderiam oferecer pessoal para tanto. Por outro lado, tais líderes partidários costumavam ter uma carreira longa, tendo ocupado posições nos legislativos e executivos de municípios e estados ou mesmo no federal, anteriormente. Desta forma, tinham contatos e/ou meios para formar equipes de técnicos comprometidos com eles e, ao mesmo tempo, capazes de elaborar e implementar inovações em políticas públicas. É preciso notar que as máquinas administrativas de ministérios e outras agências federais são muito complexas, necessitando de pessoal especializado.

Os ministros políticos comandando máquinas com técnicos fiéis e competentes tinham a capacidade de apresentar propostas legislativas, eles mesmos, e buscar aprová-las no Congresso com sua capacidade de negociação, realizada em conjunto ou não com os demais operadores da coalizção de governo.

O mecanismo descrito constava, então, de um alto grau de institucionalização, por meio das burocracias e dos partidos. Havia negociações entre as lideranças para que o projeto pessoal da Presidência

(normalmente a sua reeleição ou a continuidade de seu partido no poder), o projeto de governo da chefia do Executivo/seu partido fosse executado conjuntamente com os projetos dos parceiros de coalizão. Estes acordos nem sempre foram pacíficos, tendo gerado crises, situações de paralisia decisória, rompimentos, ameaças (CPIs) etc. Em geral, implicavam reconfigurações periódicas das coalizões. A arena pública destes processos era a da imprensa especializada em política ou economia. Raramente havia algum esforço de mobilização popular para obter resultados em termos de políticas públicas com base em iniciativas das lideranças políticas que compunham o jogo institucional entre Executivo, Legislativo e Judiciário. A razão para isso está na profunda conexão entre presidentes, seus partidos como instituições, a ligação destes com o eleitorado e, por conta disso, a necessidade de cumprir um programa, tudo isso secundado pelo mecanismo das coalizões de governo. A fórmula servia para diferentes orientações ideológicas.

O que aconteceu a partir das eleições de 2018 foi um processo de desinstitucionalização. Jair Bolsonaro não é líder partidário. Formou uma aliança eleitoral com pequenos partidos de direita e não se dispôs a construir uma coalizão majoritária de governo. Seu projeto pessoal é ser reeleito; concentrar poder pessoal; impedir que seu filho, o senador Flávio Bolsonaro, seja investigado no escândalo das rachadinhas e, talvez, deixar a Presidência para um dos filhos, no futuro. Seu projeto de governo é baseado no senso comum conservador e numa agenda de extrema direita concentrada em pontos específicos, mas não em políticas públicas completas. Ele quer: facilitar o acesso dos “cidadãos de bem” às armas; aprovar o excludente de ilicitude para policiais; aprovar o voto impresso; alinhar o Brasil ao governo norte-americano conservador (durante o mandato de Trump); diminuir controles ambientais; impedir medidas de quarentena durante a pandemia e outras questões menores, como a proibição de radares móveis nas estradas e o fim da exigência de cadeirinhas nos automóveis.

Bolsonaro é uma liderança de extrema direita, com ideias e prioridades próprias. Lançou-se candidato à Presidência em 2015. Contou, inicialmente, com o apoio de sua parentela, formada pelos filhos, pela ex-esposa e por agregados. Membros da parentela estavam ocupando cargos eletivos e usaram suas estruturas na campanha. Ao longo desta, foram sendo incorporados militares da reserva e empresários, a exemplo de Luciano Hang. Um dos membros da parentela, Eduardo Bolsonaro, estabeleceu contatos com Steve Bannon e Olavo de Carvalho, nos EUA.

Não sendo líder partidário, Bolsonaro estabeleceu a conexão com o eleitorado por meio de sua associação com a pauta conservadora, que foi mobilizada por uma série de atores. Até 2014, o PSDB era a organização que articulava o projeto neoliberal e conservador, sob hegemonia do primeiro. Vale

notar que a Operação Lava Jato também prejudicou este partido, atingindo as candidaturas “naturais” de Aécio Neves e José Serra. Neste vazio, houve disputa entre diferentes atores, com vitória de Bolsonaro, obtida na segunda metade do ano de 2017, quando ele se posicionou isolado em segundo lugar nas pesquisas de intenções de votos.

Bolsonaro não é, historicamente, um defensor da pauta neoliberal. Todavia, ele percebeu que seria necessário se associar a ela, seja para recompor o bloco neoliberal/conservador, seja para obter apoio do capital. Em particular, ele passou a ser pressionado pela imprensa com relação a suas propostas para a economia. Como resultado, foi feito o contato com Paulo Guedes. Em particular, a assessoria de campanha passou a trabalhar no programa de governo. Isto teve muito pouco efeito no discurso do próprio Bolsonaro. Ele delegou a Guedes a pauta econômica e ignorou as discussões de sua assessoria. Mesmo assim, foi constituído ali um grupo que teria influência posterior.

Tendo sido eleito, Bolsonaro tomou algumas decisões. Uma delas foi a de **diminuir a quantidade de ministérios**, por meio da concentração de poder. Neste sentido, **dois núcleos foram formados com pessoas que passaram a ter certo grau de autonomia**, o que gerou o **Ministério da Economia**, com Paulo Guedes, e o **Ministério da Justiça e Segurança Pública**, com Sérgio Moro. Os dois não tinham experiência administrativa anterior e nem base de apoio partidária no Congresso.

Outra decisão tomada por Bolsonaro foi a de **negociar com bancadas temáticas** no Congresso. Disso resultou a indicação da deputada federal Tereza Cristina, do DEM e da bancada do boi, para o Ministério da Agricultura. Além dela, Luiz Henrique Mandetta, que havia sido deputado federal pelo DEM, representando a bancada da saúde. Em que pese o fato de serem filiados ao DEM, assim como o primeiro titular da Casa Civil, o deputado federal Onyx Lorenzoni, não houve negociação com os partidos e as bancadas temáticas não são habilitadas a controlar o trabalho legislativo como um todo, mas apenas em suas áreas específicas. Todavia, Tereza Cristina e Mandetta eram experientes, profissionais em seus domínios e fizeram a opção por não introduzir alterações significativas em políticas públicas. Isto não os deixou na dependência de aprovação de matérias relevantes no Congresso. Os dois mantiveram uma postura discreta. Mandetta só entrou em rota de colisão com Bolsonaro por conta da pandemia.

Algumas pastas receberam **políticos por conta de seu contato pessoal com Bolsonaro**, como foi o caso de Osmar Terra (MDB), na Cidadania. Onyx Lorenzoni (DEM) ocupou vários postos distintos. E Marcelo Álvaro Antônio (PSL) ficou certo tempo no Ministério do Turismo. Foram **escolhas pessoais do presidente**. Pode-se atribuir a uma quota dele também técnicos que ocuparam a pasta de Infraestrutura e da Ciência e Tecnologia.

Outra decisão foi a de **incorporar um grupo de militares**, da reserva e da ativa. A maior parte deles foi alocada na assessoria direta à Presidência (GSI, Secretaria de Governo, Secretaria-Geral, Casa Civil). Militares também passaram a comandar a pasta da Defesa e o Ministério das Minas e Energia. Contudo, membros das Forças Armadas foram espalhados por vários cargos no Executivo.

Com o avanço do mandato, Bolsonaro mudou de opinião e decidiu **formar uma coalizão de governo** para aprovar matérias com maior facilidade e para se proteger de pedidos de impeachment. Isto implicou a incorporação de membros do Centrão nas pastas da Cidadania, Comunicações e Desenvolvimento Regional. Vale notar que muito do acordo com tais partidos se dá pela negociação de emendas parlamentares, especialmente as do chamado “Orçamento Secreto”, e pela reconfiguração do comando do Congresso em 2021, que resultou na autonomização das lideranças do Centrão.

No início do mandato havia, portanto: a) dois núcleos com autonomia: Guedes e Moro; b) um núcleo militar; c) um núcleo político, com dois parlamentares de bancadas temáticas (Tereza Cristina e Mandetta), além de escolhas pessoais de Bolsonaro; d) técnicos. Não se formou uma coalizão majoritária de governo. A formação das equipes administrativas dependeu da competência dos titulares para tanto, com resultados variáveis. Por fim, foi formado um **grupo de ministérios nos quais a desinstitucionalização foi bastante significativa** e que contou com **titulares que tomaram a decisão de se alinharem ao projeto pessoal e de governo do presidente**. Em vez de investirem em equipes profissionais e na formulação de inovações em políticas públicas (o que foi feito por Guedes e Moro, por exemplo), preferiram “jogar para a plateia”. Foi o caso de Araújo no Itamarati, de Damares Alves, no Ministério da Mulher, de Salles, no Meio Ambiente, e de Weintraub na Educação. O núcleo militar também teve grande responsabilidade pela desinstitucionalização, na medida em que vários cargos foram ocupados por membros das Forças Armadas que não tinham competência para exercê-los. Todavia, os militares, no geral, não buscaram exercer a função de mobilização da opinião pública com base em pautas de extrema direita, o que se deu nas pastas citadas acima durante os exercícios das pessoas citadas.

Desta forma, a desinstitucionalização é uma marca significativa do governo Bolsonaro. Em alguns casos, ela foi acompanhada por um estilo de direção que contribuiu para a desorientação e o aprofundamento do conflito burocrático interno. Foi o que aconteceu nos ministérios não militares citados acima, entre eles, o MEC.

5. O MEC

No presidencialismo de coalizão, a pessoa que ocupa o posto ministerial do MEC pode ter um perfil técnico, de liderança política ou de técnico indicado por uma liderança deste tipo. Se o MEC for escolhido pela chefia do Executivo para compor sua quota pessoal, ou seja, suas prioridades de governo, a escolha pode se dar por um nome técnico. Daí, as propostas legislativas precisam ser aprovadas no Congresso pelos operadores da coalização de governo. Se a direção do MEC for de uma liderança partidária da coalizão ou a ela associada, há meios diretos para a aprovação de sua agenda no Parlamento. Mais ainda, esta pessoa, tendo tido uma carreira política, em prefeituras, governos estaduais, secretarias municipais e/ou estaduais, câmaras de vereadores, assembleias legislativas, Congresso Nacional e em partidos políticos tem meios e contatos para indicar quem esteja em condições de formar a equipe do MEC. Partidos mais institucionalizados, como o PT, possuem nomes próprios, mas os partidos à direita contam com técnicos, filiados ou não, que podem ser chamados a partir da experiência administrativa das lideranças. E vale notar que docentes e servidores das universidades e institutos federais são constantemente chamados a compor cargos de direção no MEC, pelas mesmas razões citadas acima (filiação partidária ou conexões políticas e profissionais com lideranças partidárias).

Nas Universidades e Institutos Federais, militantes de partidos políticos podem se candidatar nas consultas. Mas há também, nelas, docentes com perfil conservador tradicional, de tipo mais pragmático, que disputam os cargos.

Conforme o mandato presidencial, há uma direção do MEC que se alinha ao partido da chefia do Executivo ou ao partido que adere à coalizão. Isto se reflete na formação do corpo dirigente do MEC. O Ministério se relaciona com Universidades e Institutos Federais por meio do repasse de verbas, das políticas públicas e das agências de fomento. Quando as reitorias são ocupadas por pessoas filiadas ao partido que comanda o MEC, o alinhamento está resolvido. Quando são pessoas que perfil distinto, a solução tradicional é a de buscar a mediação de membros das bancadas federais que façam parte da coalizão de governo. Também é possível passar por uma nova roupagem, por meio do qual uma pessoa com posição política distinta da do MEC finge proximidade política. Para a direita tradicional, pragmática, atitudes deste tipo são correntes. E há os contatos por meio de pessoal das instituições em cargos no MEC.

Portanto, nas fases em que há institucionalização, no que se refere às universidades, o MEC costuma aceitar o resultado da consulta informal ou oficial, confirmada na configuração da lista tríplice, indicando o seu primeiro nome. Uma

das razões para isso é a possibilidade de que a pessoa faça parte do partido que comanda a pasta. Mais importante, porém, é que o ministério tem grande poder sobre as Universidades e Institutos Federais (verbas, políticas, financiamento para pesquisa e extensão). Se as reitorias estiverem sob controle de inimigos políticos, é possível pressioná-los a que se alinhem. Ou seja, a formulação de medidas por parte da equipe que controla o MEC, com conexões políticas e capacidade de aprovação de sua pauta no Congresso por via da coalizão de governo, anula possíveis atitudes de oposição por parte de reitores.

Tudo isso mudou no governo Bolsonaro. Houve um processo de desinstitucionalização, acompanhado por comandos com estilo político voltado para a mobilização da opinião pública pela via da pauta da extrema direita. Este processo foi localizado no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no Ministério das Relações Exteriores, no Ministério do Meio Ambiente e no MEC. Neste, o primeiro titular, Ricardo Vélez Rodríguez, e o atual, Milton Ribeiro, não se empenharam tanto quanto Abraham Weintraub na aplicação deste estilo.

Bolsonaro não formou coalizão majoritária de governo. Na passagem de 2020 para 2021, ele se aproximou do Centrão e isso teve consequências na distribuição de cargos. Todavia não se tratou de uma repetição do processo anterior, no qual o partido do presidente formava o núcleo da coalizão e alguns cargos eram reservados para este e/ou para uma indicação pessoal do presidente, com outros sendo negociados. O processo no governo Bolsonaro dependeu, de início, de um jogo de poder entre suas opiniões pessoais, a sua parentela, a assessoria militar, a influência de Olavo de Carvalho, negociações com bancadas temáticas, convite a políticos por conta de relações pessoais do presidente e escolhas técnicas.

Ricardo Vélez Rodríguez foi indicado por Olavo de Carvalho. Não tinha experiência na administração pública, não sabia formar equipe. Como resultado, ele não conseguiu se firmar no cargo e pediu para sair. Olavo de Carvalho não tinha autoridade para sustentá-lo na posição e nem para obter apoio no Congresso. Segundo Thaís Oyama, Vélez:

“Assumiu o Ministério da Educação como afilhado político do professor de filosofia on-line Olavo de Carvalho e saiu renegado até por seu protetor. O presidente o demitiu em abril, depois de uma sucessão de trapalhadas que incluiu o pedido para que diretores de escolas filmassem os alunos cantando o Hino Nacional e recitando o lema de campanha de Bolsonaro. [...] Olavo de Carvalho escreveu no Twitter: “Indiquei o professor Vélez para o ministério, mas ele NUNCA me pediu um conselho. Não tenho nada a ver com qualquer decisão dele. E poucos dias antes da degola do ex-apaniguado, postou: “Não vou lamentar se o botarem para fora” (OYAMA, 2020, p. 20/21).

O MEC não foi inserido em uma quota pessoal de Bolsonaro e muito menos teve ligação com partido político. O presidente assumiu a indicação de

Carvalho e deu a entender que havia concedido autonomia a uma pessoa sem capacidade, mas se isentou de culpa, que transferiu ao escritor, sendo que este já havia tirado o corpo fora:

“Errei no começo quando indiquei o Ricardo Vélez como ministro. Foi uma indicação do Olavo de Carvalho? Foi, não vou negar. Ele teve interesse, é boa pessoa. Depois liguei para ele: ‘Olavo, você conhecia o Vélez de onde?’. ‘Ah, de publicações.’ ‘Pô, Olavo, você namorou pela internet?’” (BOLSONARO, 2019)

A conclusão é que Vélez não teve apoios externos e foi vítima de conflitos pelo poder entre diferentes grupos na burocracia da pasta. Weintraub notou que sua sustentação no cargo dependeria não de partidos, nem de equipe, mas do apoio do presidente. Por esta razão, assumiu o estilo político de polemista de extrema direita, apelando ao público externo, replicando as ideias de Bolsonaro e adequando o MEC a elas. Segundo Thaís Oyama:

“[...] o economista Weintraub, bem como seu irmão, o jurista e assessor-chefe-adjunto de Bolsonaro, Arthur Weintraub, foi um dos primeiros apoiadores do ex-capitão. A dupla foi apresentada ao candidato por Onyx Lorenzoni (OYAMA, 2020, p. 105).”

A mesma autora qualifica Weintraub como “olavista”, mas isso não significa que tenha sido indicado pelo “filósofo”. A conexão se deu durante a campanha, como dito acima. Os irmãos estavam atuando no Ministério da Economia, tanto que Abraham levou vários técnicos desta área para o MEC, dando a entender que haveria uma virada neoliberal mais ativa que com Vélez, mas o componente de extrema direita não demorou a aparecer, pois:

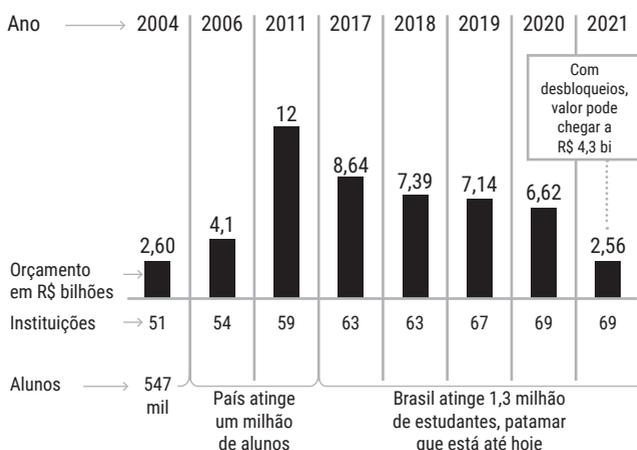
“Um mês depois de substituir na pasta da Educação o breve Ricardo Vélez, Weintraub afirmou [...] que bloquearia recursos para universidades que se dedicassem a fazer ‘balbúrdia’ e ‘evento ridículo’, [...] o ministro elencou ‘sem-terra dentro do campus, gente pelada dentro do campus’. [...] anunciou que três universidades já haviam sido enquadradas no critério da ‘balbúrdia’ e por esse motivo tiveram repasses reduzidos em 30%: a Universidade de Brasília, a Universidade Federal Fluminense e a Universidade Federal da Bahia (OYAMA, 2020, p. 105-106).

O ministro mudou a versão depois, afirmando que o corte atingiria todas as universidades. A queda de investimentos da União no ensino público superior já vinha acontecendo. Matéria de O Globo, de maio de 2021, informava que:

“A verba disponível para investimentos e manutenção em 2021 caiu ao patamar de 2004 [...] estão livres em 2021 R\$ 2,5 bi para as 69 universidades e 1,3 milhão de estudantes. Esse valor é praticamente o mesmo que o orçamento de 17 anos atrás (com os valores atualizados pelo IPCA)” (ALFANO; NIKLAS, 2021).

Um gráfico acompanhava a publicação:

Gastos discricionários estão no nível mais baixo desde 2004



A queda dos investimentos é um dos mais poderosos meios para controlar as instituições. Trata-se de uma política que vem sendo executada de forma sistemática desde o impeachment de Dilma Rousseff e foi aprofundada por Bolsonaro.

“Entre 1995 e 2005, o gasto per capita em educação manteve-se, basicamente, constante: na marca de quase R\$ 1 mil. De 2006 a 2014, praticamente dobrou (alcançando cerca de R\$ 1,9 mil). A curva desse indicador começa a demonstrar declínio a partir de 2015. [...] A inflexão foi agravada com a Emenda Constitucional 95/2016. [...] Os gastos orçamentários da União com Educação, em 2018, no governo Temer, já haviam sido reduzidíssimos: 3,62% do orçamento. [...] Em 2019, o governo cortou inicialmente 30% do orçamento do Ministério da Educação” (TORRES, 2020, p. 167-168).

Segundo o site Auditoria Cidadã da Dívida, o gasto com Educação em 2019 foi de R\$ 94,47 bilhões (3,48% do orçamento executado), caindo para R\$ 88,08 bilhões em 2020 (2,49% do orçamento executado) e para R\$ 64,49 bilhões em 2021 (2,49% do orçamento executado). O Orçamento Federal Executado em 2019 reservou 38,27% para Juros e Amortizações da Dívida Pública (R\$ 1,038 trilhão), 3,48% para Educação, 0,23% para Ciência e Tecnologia (ORÇAMENTO, 2020). Em 2020, foram 39,08% para Juros e Amortizações da Dívida Pública (R\$ 1,381 trilhão); para Educação, foram 2,49%, para Ciência e Tecnologia, 0,12% (FATORELLI; ÁVILA; MÜLLER, 2021). Em 2021, o governo destinou 50,78% dos recursos para Juros e Amortizações da Dívida Pública (R\$ 1,96 trilhão); para Educação, foram 2,49%, para Ciência e Tecnologia, 0,17% (FATORELLI; ÁVILA, 2022). Isso nos mostra as prioridades do governo Bolsonaro: aumento da remuneração ao capital financeiro, queda do investimento em educação e C&T. Este último item é relevante pois parte do orçamento das instituições é derivado da Capes (controlada pelo MEC) e de fundos do Ministério da Ciência e Tecnologia.

A política em questão é derivada da viragem neoliberal, que se consolidou com a Emenda Constitucional do Teto, durante o governo Temer. Neste sentido, o mandato de Bolsonaro deu continuidade, mas o componente relativamente novo é a profunda conexão desta linha com uma concepção elitista e conservadora de educação. Na verdade, ela já estava presente na Reforma do Ensino Médio de 2016, implantada no mandato de Temer e que substituiu, neste nível do ensino, uma formação universal pela especialização, como havia ocorrido no modelo Capanema.

Com o governo Bolsonaro, o elitismo conservador se expressou no Programa das Escolas Cívico-Militares e no uso dos cortes lineares com base em critérios com peso mais político que “administrativo”, como ficou bem claro na fala inicial de Weintraub. Ele abandonou esta ideia por conta da reação, que gerou as primeiras demonstrações de rua contra o presidente, pois: “no dia 15 de maio, as ruas de 250 cidades brasileiras dos 26 estados, mais o Distrito Federal, se encheram de manifestantes” (OYAMA, 2020, p. 106). O aparente recuo, contudo, foi acompanhado de ameaças, pois Weintraub afirmou que: “o ministério estaria atento àqueles que [...] estariam ‘coagindo’ os alunos a participar das passeatas que começavam a ser organizadas”. Um dia depois, o presidente demonstrou seu apoio ao comportamento do ministro. Numa entrevista:

“...criticou a qualidade das pesquisas nas universidades nacionais (elas seriam tão ruins que, quando as commodities do país acabassem, os brasileiros teriam de “viver de capim”) e se referiu aos estudantes que foram às ruas como ‘idiotas úteis’ (OYAMA, 2020, p. 107).

Ao partir para o ataque em um nível elevado de agressividade, Weintraub provocou a unidade dos setores à direita e à esquerda nas instituições de ensino, mas também a aprovação pública de Bolsonaro. Este demonstrava o que queria do ministro e de toda cadeia burocrática: adesão acrítica a suas ideias e empenho na sua execução. O resultado disso foi uma mudança do padrão de relacionamento do MEC com as Universidades e Institutos Federais. Desde a época de Vélz, já era do entendimento corrente que os reitores teriam que estar perfeitamente alinhados ao presidente e, para isso, ele escolheria quem bem entendesse na lista tríplice. Contudo, essa opção ou a indicação de pró-tempores nunca garantiram tal resultado.

A cópia do estilo político de Bolsonaro significa que não se admite dissensão, nem pluralidade e nem o recurso a uma mediação pela via dos partidos, da coalizão, das conexões políticas informais ou das pressões orçamentárias, legais (programas e regras) e por meio de fomento à pesquisa e extensão. Estas últimas são incrementais, se dão por ajustes progressivos e negociações caso a caso. O estilo de Bolsonaro é o de obter alinhamento acrítico ou afastar, eliminar e isolar os adversários. Foi este o caminho seguido por Weintraub. Ele formulou o programa Future-se e o das Escolas Cívico-Militares. E passou a atacar as universidades, com base, principalmente, em critérios políticos e morais (plantações de maconha). Por tudo isso, a indicação de reitores passou a ser um problema.

Com os três ministros citados, a formação da equipe do MEC foi descolada dos partidos, da coalizão e das indicações técnicas de lideranças políticas experientes. O primeiro critério passou a ser o da “limpeza”, ou seja, o de afastar os que seriam de “esquerda”. No início do mandato de Bolsonaro, sua retórica de ataque à “velha política” transformou os técnicos com conexões políticas de centro-direita em inaceitáveis. Ao mesmo tempo, os ministros não chegaram com propostas fechadas, de forma que tivessem critérios inequívocos para indicar nomes. O resultado disso foi que se instalou um conflito entre adesistas pelos cargos. Estes, muitas vezes, traziam suas pautas e propostas. Entre eles, os que viriam a formar, por exemplo, a organização Docentes Pela Liberdade (DPL).

O que o governo Bolsonaro faz com relação às universidades é escolher alguém da lista que lhe agrade ou usar impasses legais para indicar uma pessoa como pró-tempore. Quem entra pelo primeiro mecanismo não se alinha, obrigatoriamente, ao projeto do governo. Uma solução buscada para tanto foi a MP 914, de 24 de dezembro de 2019. Por ela, a escolha de reitores das Universidades, dos IFs e do Colégio Pedro II se daria por meio de consulta obrigatória, com peso de 70% para os docentes. O seu dispositivo mais revelador, que era o § 1º do Art. 6º, dizia:

“Na hipótese de um dos candidatos a reitor que componha a lista tríplice desistir da disputa, não aceitar a nomeação ou apresentar óbice legal à

nomeação, a lista tríplice será recomposta com a inclusão de outros candidatos até completar o número de três e seguirá a ordem decrescente do percentual obtido na votação” (BRASIL, 2019).

Ou seja, se aprovada, as leis que lidavam com o assunto seriam alteradas. A consulta, que não era obrigatória para as universidades, passaria a ser e, junto com ela, o peso de 70% de professores. Nos IFs, a paridade seria eliminada (ver adiante) e estes teriam que indicar lista tríplice, quando mandavam apenas o nome mais votado. E o governo previa uma resposta aos arranjos utilizados em muitos lugares, por meio dos quais apenas membros de um grupo político compunham a lista tríplice, com o compromisso de renúncia, para forçar a escolha da primeira pessoa indicada. Na consulta eletrônica feita pelo Congresso Nacional, esta MP teve mais de 413.617 votos contrários e 297.983 favoráveis. Ela não foi apreciada pelo Parlamento e perdeu eficácia em 1 de junho de 2020. Vale notar que um colégio eleitoral com prevalência de docentes não seria, necessariamente, favorável ao governo, mas esta foi a sua aposta. Na sequência, houve a tentativa de aproveitar as circunstâncias impostas pela pandemia de Covid-19, com o argumento de que não havia condições para a realização das consultas. Com isso, foi baixada a Medida Provisória 979, de 9 de junho de 2020, determinando que, durante o período da pandemia, o ministro da Educação iria designar reitores e, até, vice-reitores pró-tempore para Universidades, IFs e o Colégio Pedro II. Não ficava claro se isto ocorreria apenas após o fim dos mandatos em vigência (BRASIL, 2020). A proposta recebeu 89.352 votos contra e 53.448 favoráveis. Três dias depois, a Mesa do Congresso a devolveu ao Palácio do Planalto.

As duas medidas legais e a forma como elas foram tratadas pelo Congresso têm a ver com a fase inicial do governo, na qual uma coalizão majoritária não foi formada, e também com o fato de que Weintraub não só não era liderança partidária (ou fora indicado por alguma) como sofria desgaste político. Nove dias após a edição da MP, ele deixou abruptamente o MEC, em função da perda de apoio por parte do presidente, que disse: “Como tudo que acontece cai no meu colo, mais um problema. Nós estamos tentando solucionar o senhor Abraham Weintraub” (FERRO, 2020). Diante de tais fracassos, a solução foi continuar com a manipulação das regras existentes, como será aprofundado mais adiante.

O governo Bolsonaro funciona, pelo menos para certas áreas, de forma semelhante ao partido nazista, o NSDAP. Seus dirigentes procuravam conhecer as opiniões de Hitler e se antecipar a ele, tomando medidas que pudessem lhe agradar. A expectativa é a de que os reitores façam o mesmo e atuem nas instituições de ensino aplicando a pauta do governo. Porém, como dito antes, mesmo a indicação de pró-tempores não garante tal engajamento. Assim, a solução é manter os instrumentos de pressão: verbas, políticas por meio de

regras e fomento por meio da Capes. No caso das políticas, elas têm sido executadas, principalmente, por meio de decretos que, muitas vezes, são revertidos na Justiça.

Outra solução, então, é a mobilização da opinião conservadora. Ela é feita pelo presidente, pelos ministros, por outras autoridades no governo e por instrumentos variados, como é o caso do DPL, em suas redes sociais e em sua prática de acenar ao público, afirmando que pode oferecer apoio legal, digamos, a estudantes de pós-graduação que se sintam “perseguidos por orientadores de esquerda”.

Weintraub foi o ministro mais ativo neste tipo de ação, mas ela foi executada também por Vélez Rodrigues e pelo atual titular, Milton Ribeiro. Uma das suas consequências é a intimidação direta às comunidades acadêmicas. Outra é o estímulo a que militantes radicalizados de extrema direita realizam ataques às instituições de ensino, como aconteceu na UFES em 2019 e nos vários atos de interrupção de atividades acadêmicas ao vivo ou virtuais. Um levantamento feito pelo ANDES em agosto de 2020 revelou que, após o início da pandemia, ao menos oito universidades registraram ataques virtuais (ATAQUES, 2020).

A comunidade acadêmica realizou, em 2019, atividades de rua em resposta ao corte de verbas e aos ataques de Weintraub. Porém, não foi possível manter o ímpeto. A capacidade de reação caiu ANTES da pandemia. Esta apenas ampliou as dificuldades. Neste cenário, o governo usou os meios que considerou mais adequados: implantar políticas ao seu sabor (Future-se; a desqualificação das Humanidades no financiamento à pesquisa etc.), mobilizar a opinião contra o ensino superior, cortar verbas e manipular as regras para a indicação de reitores. É para este ponto que o texto segue.

6. Eleições para as Reitorias

Nas Universidades e Institutos Federais (IFs) sempre houve variedade de posições políticas, entre docentes, discentes e servidores técnicos, da extrema direita à extrema esquerda. Além disso, são arenas nas quais há disputa pelo poder, com todas as jogadas que resultam em acordos, vitórias, derrotas, vencedores e perdedores. Neste sentido, os processos de escolha dos seus dirigentes têm um papel fundamental, a começar pelo seu regramento e a forma como ela define a mediação da comunidade com o ambiente externo, em particular com os governos. Do ponto de vista legal, as Universidades e Institutos Federais (IFs) possuem autonomia. Para as primeiras, garantida no art. 207 da Constituição. Para as segundas, na Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, na qualidade de autarquias. A princípio, autonomia deveria indicar, entre outras coisas, alto grau de liberdade para definir, internamente, critérios e executar o processo de escolha de dirigentes.

Apesar disso, a escolha dos dirigentes das universidades segue a Lei 9.192, de 21 de dezembro de 1995, que tolhe a autonomia garantida pela Constituição, pois reservou à Presidência da República o direito de definir, para suas Reitorias, uma pessoa qualquer entre três de uma lista elaborada por um colegiado interno. A lei autoriza a realização de uma consulta, mas com quorum de 70% de docentes. Este dispositivo correspondeu a uma atualização do anterior, de 1968 (Lei 5.540), pelo qual se constituía uma lista sêxtupla, mas sem consulta.

Já no caso dos Institutos Federais, seus Reitores são escolhidos em consulta pelo método paritário. Este dispositivo parece ser mais favorável à autonomia dos IFs, porém os seus Reitores precisam ser nomeados pela Presidência da República. Este detalhe permite certo grau de ingerência do MEC na confirmação no posto.

Ao longo dos anos, as comunidades lutaram pela democratização nas instituições, o que incluiu várias iniciativas fora das regras legais estabelecidas, como a realização de eleições para reitorias, com um ou dois turnos e que se tornaram bastante comuns nos anos 1980. O passo seguinte constava da pressão sobre os conselhos superiores, para que respeitassem o resultado. Outro ponto foi o debate sobre o método de contagem de votos, do qual surgiu a ideia da paridade entre docentes, discentes e servidores. É difícil saber quando isso nasceu. Há notícias esparsas, como o seu uso no pleito de 1987 na Universidade Federal de Santa Catarina (SEM, 1988) e na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 1990 (BOICOTE, 1990). Segundo uma matéria jornalística de 2003, o sistema teria sido usado na Universidade Federal Fluminense (UFF) entre 1987 e 1994 e estava estabelecido na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

desde 1989 (ALVARES, 2003). Portanto, quando o governo Fernando Henrique Cardoso aprovou a lei de 1995, determinando que, se houvesse consulta, deveria se dar pelo peso de 70% para os professores, tratava-se de uma resposta a práticas já estabelecidas, mas difíceis de serem mensuradas em sua extensão. O projeto do então ministro, Paulo Renato Souza, era de cunho neoliberal. Nele, as universidades deveriam aumentar sua produtividade e eliminar supostos “privilégios” considerados “tradicionais” ou “atrasados”, sendo tais termos muitas vezes identificados como sinônimos das ideias de esquerda. Neste sentido, o peso diferenciado dos professores iria “qualificar” as escolhas e evitar “populismos”.

O fato é que a lei de 1995 não só desrespeitou o princípio da autonomia como eliminou o vazio legal existente na lei de 1968, que não citava as consultas. Neste regime legal, as comunidades foram estabelecendo processos eleitorais informais e desenvolvendo o debate sobre o método paritário. Com a nova lei, as consultas foram previstas, mas limitadas ao modelo do peso diferenciado. Dado que já havia uma prática efetiva, histórica, de eleições organizadas pelas entidades sindicais e estudantis, o que se fez, em alguns lugares, foi ignorar a lei e dar continuidade a elas, na forma de “consultas informais”. Na matéria citada acima, de 2003, foi divulgado que o Consuni da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) havia decidido pela consulta paritária. Neste caso, um grau de formalidade interna no sentido de reconhecer a consulta, seu método e seu resultado.

Em vários outros casos, consultas continuaram sendo feitas, com acordos não escritos de comprometimento com seus resultados. E houve instituições que simplesmente seguiram a lei de 1995, fazendo consulta com peso diferenciado ou resolvendo a questão nos conselhos superiores. A diversidade neste quesito é grande e difícil de ser conhecida. O que parece ter se estabelecido ao longo do tempo foi uma disseminação das consultas paritárias, pois: “Em um levantamento feito pela Universidade Federal [sic] de Brasília, em 2012, das 54 Universidades Federais brasileiras, 37 delas (68% do total) adotam modelo paritário nas eleições” (REINHOLZ, 2020).

A solução adotada, por sua vez, abriu o flanco para a possibilidade de questionamentos legais, como o que houve em 2006, quando 22 professores do Instituto de Biologia e Química da UFF fizeram uma denúncia ao MPF contra a Resolução do Conselho Universitário, de 2005, que aprovou o voto paritário (LIMINAR, 2006). E não só este ponto, mas vários aspectos das consultas informais e da votação nos conselhos superiores foram e são correntemente alvos de ações judiciais. Nada disso ocorreria se a Constituição e a autonomia legal dos IFs fossem garantidas, com regras claras, pactuadas pelas comunidades internas, e sem a intervenção de uma autoridade externa, ou seja, o MEC e a Presidência da República. O resultado concreto disso é que os governos podem usar manobras legais, iniciadas por eles, pelos Ministérios Públicos ou por qualquer pessoa no interior das instituições para justificar a indicação de dirigentes pró-tempores. A oportunidade para a ação estratégica, então, é muito grande e já estava disponível

antes do governo Bolsonaro, que a aprofundou. Recursos legais podem ser formas de articulação entre forças internas e os governantes, portanto, um sério problema para a democracia e a autonomia nas instituições. Tudo isso sem falar na manutenção das listas tríplexes para as Universidades e a possibilidade legal de não indicar quem estiver em primeiro.

É por essa razão que a luta histórica do ANDES é a de que a autonomia seja garantida, por meio de métodos debatidos e decididos internamente, com resultados eleitorais que sejam cumpridos automaticamente, sem chancela dos governos. Esta é a única forma de evitar as manobras que já existiam e foram intensificadas no mandato de Bolsonaro. A posição do ANDES é clara desde, pelo menos, 1981, afirmada no Cadernos ANDES nº 2, nos seguintes termos: “Defendemos que: a) o reitor e o vice-reitor sejam escolhidos por meio de eleições diretas e voto secreto, com a participação, universal ou paritária, de todos os docentes, estudantes e técnico-administrativos, encerrando-se o processo eletivo no âmbito da instituição” (ANDES, 1981; 2013 p. 25).

É preciso repetir que há disputas de poder e formação de grupos variados no interior das instituições de ensino. A grande questão é buscar a garantia de que a pessoa escolhida para a sua direção mantenha os compromissos assumidos, respeite a pluralidade de opiniões expressa nos colegiados e tenha autonomia para executar a pauta pactuada com a comunidade. É aqui que entra o problema da relação de dirigentes com a burocracia do MEC, no interior da qual há disputas políticas próprias e que foi abordada acima. No governo Bolsonaro, a desinstitucionalização estimulou o recurso a meios não convencionais, autoritários para buscar tal submissão das instituições de ensino. Assim, o trabalho passa a abordar as três classificações que foram citadas no início, começando pelas intervenções que foram marcadas pelas influências externas, que demonstram como o governo se abriu às alianças mais ou menos informais e, até, instáveis com atores políticos, ao sabor das duas etapas consideradas antes (sem coalização majoritária, passando à submissão ao Centrão). Na sequência, os casos de Alinhamento, quando, muitas vezes, atores internos às comunidades acadêmicas aproveitaram o estilo mobilizatório de Bolsonaro ou do ministro para aumentar suas chances de indicação, jogando para o governo e não para quem realmente interessa: o eleitorado da instituição. Por fim, os Não Alinhados, que reúnem casos às vezes curiosos de escolhas nas quais não havia uma opção palatável aos poderosos e as soluções dadas acabaram por gerar intervenções que, para muitos das academias, acabavam sendo até razoáveis. Ou seja, não podendo indicar quem queria, o governo buscava instabilizar e, talvez, provocar cisões em grupos internos, com resultados variáveis, mas de forma geral, longe do respeito à democracia. A maior parte das indicações conhecidas até agora (58%) respeitou o primeiro lugar da lista. Contudo, os 43% de intervenções pesam como uma espada afiada sobre o pescoço das comunidades acadêmicas e funciona como advertência a todas as outras, inclusive as que ainda vão passar por eleições. Ninguém sai bem deste estado de coisas.

7. Influências externas

Foram identificados dez casos que receberam a classificação de “Influências Externas”. Eles se referem a pessoas que ficaram em segundo ou terceiro lugar nas listas ou mesmo pró-tempores, nos quais se pode perceber a interferência de forças externas às instituições na escolha. Foram oito Universidades e um Instituto Federal. Uma delas contou com dois eventos (UFGD).

Durante a pesquisa, foi feito um esforço para identificar as pessoas que teriam exercido algum tipo de intervenção no processo de escolha. Surgiram dois membros do Senado, cinco deputados federais, duas pessoas ocupando vagas em Assembleias Legislativas, um secretário municipal, um dirigente de entidade profissional e um de entidade empresarial. Dentro desta lista, dois também se apresentam como pastores protestantes. E há casos de referências genéricas a senadores e deputados federais.

Antes de avançar, cabe um esclarecimento: durante a pesquisa, um casal de parlamentares surgiu com influência na UFC e na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Este não foi considerado um caso de Intervenção, mas será brevemente citado devido ao papel dos dois. São eles: o deputado federal Jaziel Pereira de Sousa (PL/CE) e sua esposa, a deputada estadual Silvana Oliveira de Sousa (PL/CE). Ele é pastor da Assembleia de Deus no Ceará. Os dois são vistos como os principais responsáveis pela escolha do reitor pró-tempore da Unilab e tiveram participação na UFC.

A Unilab foi criada em 2010, instalada em 2011 e seus estatutos ainda não haviam sido aprovados pelo MEC. Desta forma, todos os seus dirigentes vinham sendo escolhidos pelos governos. Assim, em março de 2020 foi apontado o nome de Roque Nascimento Albuquerque. Ele é pastor da Igreja Batista do Rosário, em Fortaleza, além de docente da universidade. Segundo a imprensa, o casal citado acima articulou sua nomeação (RIBEIRO, 2020). Posteriormente, os estatutos foram aprovados e se procedeu à consulta e à elaboração da lista tríplice. Roque Nascimento foi candidato, tendo ficado em primeiro lugar na eleição, com 64% dos votos. Também ocupou o topo da lista e foi, finalmente, nomeado em maio de 2021 (ROQUE, 2021).

O processo na UFC foi distinto. Na consulta, Cândido Albuquerque ficou em terceiro lugar, com 4,6% dos votos. Na lista, ficou na mesma posição. As razões para sua escolha, na imprensa, porém, são variadas. Ele afirmou que foi a Brasília, conversou com Weintraub, com senadores e deputados do seu estado (PREITE SOBRINHO, 2019). Outra versão é a de que teria sido elaborado um dossiê contra o primeiro colocado, que teria feito campanha contra Bolsonaro

em 2018. Nesta circunstância, o casal Jaziel e Silvana teria trabalhado por Albuquerque. Esta, porém, afirmou que “teria contado mais para a decisão o próprio currículo e o alinhamento do atual reitor com projetos do governo Bolsonaro” (MAZZA, 2019). Outra fonte sustenta o mesmo entendimento de que o perfil teria pesado mais (BOLSONARO, 2019).

A conclusão é de que houve uma combinação de elementos para explicar a escolha na UFC. Cândido Albuquerque, de fato, tem proximidade política com o governo. Mas lideranças políticas também atuaram. Ele mesmo citou “senadores”. Contudo, pelo menos um deles, Tasso Jereissati (PSDB-CE), deve ficar de fora, pois, em junho de 2021, o reitor rebateu o parlamentar após o tucano afirmar que Bolsonaro seria “o pior presidente da história do Brasil”. “Pior que o Lularápio? Duvido! Lula reverteu todos os valores republicanos!”, afirmou Cândido em postagem nas redes sociais, que apagou depois (REITOR, 2021). Na cobertura, apenas o casal Sousa é explicitamente citado, o que não deixa de fazer sentido. Eles têm militância nos temas relacionados à pauta da extrema direita religiosa. Em sua conta no Instagram, por exemplo, Jaziel afirma ser “conservador e presidente da Frente Parlamentar do Homeschooling” (SOUSA, [2021]). Como se verá adiante, as ações do interventor em sua administração são coerentes com o projeto conservador, de forma que a proximidade com o casal Sousa pode mesmo ser destacada, assim como o seu perfil de alinhamento. Desta forma, dois políticos com mandatos, de um partido de direita (PL), com posição de liderança religiosa exerceram influência significativa em duas universidades, a Unilab e a UFC.

Passando ao Rio Grande do Norte, da mesma forma, o deputado federal General Girão (PSL-RN) foi decisivo na Ufersa e no IFRN. O parlamentar foi, até 2009, oficial do Exército, chegando ao posto de General de Brigada. Após deixar a corporação, ocupou o cargo de secretário de Segurança Pública de Roraima até 2012, quando passou para a pasta da Justiça naquele estado. Em 2014, se tornou o titular da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Norte. Entre 2016 e 2018, ocupou pasta equivalente no município de Mossoró (RN). Dele saiu para ser eleito deputado federal (ELIÉSER, 2021). Ao que consta, seria amigo de Bolsonaro desde a época em que serviram na Academia Militar das Agulhas Negras. Quando o presidente decidiu criar um novo partido, o Aliança Pelo Brasil, Girão apostou na ideia e foi se afastando do PSL, a ponto de ter sido ameaçado de expulsão pelo Diretório do RN, por conta de negociações eleitorais desautorizadas (SAID, 2020). Além disso, teve seu nome inserido no inquérito dos atos antidemocráticos, junto com Bia Kicis (PSL-DF), Guiga Peixoto (PSL-SP) e Aline Sleutjes (PSL-PR), que, segundo denúncia da Procuradoria-Geral da República, contrataram, com o valor da cota parlamentar, sob a rubrica “divulgação de atividades”, a empresa Inclutech Tecnologia de Informação para promover na internet um suposto apoio às manifestações de ataque ao STF (‘ABSURDO’, 2020). Desta forma, se trata não apenas de uma

liderança conservadora, mas alinhada ao estilo político do presidente. E que encontrou conexões com docentes.

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa) tem sede em Mossoró. A escolha da terceira colocada na lista tríplice contou com “o apoio de bases ligadas ao atual governo, como a família Rosado (oligarquia local) e o deputado federal General Girão (PSL-RN)” (ROCHA, 2021). A consulta contou com cinco chapas, das quais três tinham “alguma ligação com políticos e ideais conservadores” (RAINHERI et al., 2020), entre elas a da escolhida, Ludmilla Oliveira. Segundo o relato do reitor eleito: “a terceira colocada já vinha numa articulação externa mais de seis meses antes do processo eleitoral” (ANDES, 2020, p. 61).

Em dezembro de 2019, houve consulta no IFRN, com vitória de José Arnóbio de Araújo Filho, filiado ao PT. A posse deveria ocorrer em abril do ano seguinte. Em fevereiro, o Movimento Brasil Livre (MBL) do estado fez uma denúncia contra o vitorioso, referente a um evento ocorrido em julho de 2019 no campus de Natal do Instituto, que era dirigido pelo mesmo, gerando uma sindicância. Na ocasião, algumas barracas foram montadas e uma delas vendia produtos para obter recursos ao Comitê Lula Live Rio Grande do Norte (PALHARES, 2020). A investigação foi usada como desculpa pelo MEC para suspender a posse de Arnóbio e indicar um reitor pró-tempore. O nome escolhido foi o de um professor do IFRN, Josué de Oliveira Moreira, que não participou do pleito.

Josué Moreira fora filiado ao Partido Social Democrata Cristão (PSDC), que, em 2017, passou a se chamar Democracia Cristã (DC). Em três ocasiões, foi candidato a prefeito de Mossoró pela legenda: em 2012, em 2014 (eleições suplementares) e em 2016. Em 2018, foi segundo suplente em chapa da DC ao Senado. Posteriormente, se filiou ao PSL.

A conexão de Moreira com Girão é atestada pela imprensa. Segundo matéria da Tribuna do Norte: “o deputado federal General Girão (PSL) afirmou que não houve cunho político ou partidário [...]. Apesar de Josué Moreira também ser filiado ao PSL, Girão afirmou que esse não foi critério para a sua indicação. ‘Eu fui consultado e conheço o professor Josué Moreira, sinceramente, não lembro se o professor Josué Moreira ou outro professor A, B ou C do IFRN ou da Universidade está filiado a um partido político, independente de ser o PSL, partido ao do qual ainda eu sou integrante’” (GENERAL, 2020).

A rádio 98FMNatal afirmou que: “O Ministério consultou alguns deputados federais potiguaras, entre eles o próprio deputado Girão”, que reconheceu ter indicado Josué (DEPUTADO, 2020).

Para o Jornal de Fato, Josué afirmou que “não houve, pelo menos de sua parte, qualquer articulação política que garantisse a escolha pelo seu nome, mas não negou que tem boa relação com o deputado federal General Girão, apontado como responsável pela sua indicação junto ao Ministério da Educação” (JOSUÉ, 2020).

Ao Blog do Dima, por sua vez, Girão deu maiores detalhes sobre o processo. Diante da oportunidade oferecida pela sindicância apenas instaurada, o MEC buscou referências junto ao parlamentar. Sobre isso, ele disse “que foi procurado pelo Ministério da Educação em busca de nomes para um reitor para o IFRN. Ele confirmou [...] que indicou o nome de Josué” (ASSUNÇÃO, 2020).

“O compromisso do deputado com o interventor se estendeu no tempo. Em agosto de 2020, Josué acionou a PM, que agiu com violência contra uma manifestação de estudantes que o questionava. Por conta disso, Girão ‘encaminhou ofício ao Ministério da Justiça pedindo o envio de tropas federais ao Rio Grande do Norte para *prover a segurança das instalações do IFRN em Natal*” (DUARTE, 2020a).

O imbróglio legal envolvendo o IFRN teve várias reviravoltas. Na data da posse, em abril de 2020, por exemplo, foi obtida uma decisão judicial que garantiu o cargo para Arnóbio, mas o governo reverteu a medida (PRAXEDES, 2020). Alguns atores continuaram recorrendo, como foi o caso do SINASEF Natal – RN, que obteve decisão favorável à posse de Arnóbio em dezembro de 2020 (SINASEF JANUÁRIA, 2020). Girão, porém, “enviou [...] um ofício ao ministro da Educação, Milton Ribeiro, solicitando ações junto à Advocacia Geral da União para manter, na Reitoria do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, o interventor Josué Moreira (DUARTE, 2020b). Tais manobras foram suficientes para estender o mandato de Josué. Finalmente, em 5 de fevereiro de 2021, o eleito, José Arnóbio, foi empossado, em cumprimento à decisão judicial.

Segundo o relato de José Arnóbio para o ANDES, um dos candidatos em 2019, José Ribeiro de Souza Filho, que teve 3,22% dos votos e ficou em terceiro lugar, foi o “mentor do processo de intervenção” (ANDES, 2020, p. 16), tendo ocupado uma Pró-Reitoria sob a administração de Josué.

Assim, os casos da Ufersa e do IFRN mostram, como foi bastante comum uma combinação de fatores nas escolhas de interventores. Nos dois casos, houve candidaturas conservadoras. No IFRN, o MBL-RN teve papel na elaboração do argumento jurídico para justificar a intervenção. Pelos relatos, a oligarquia dos Rosado teve algum papel. E o interventor do IFRN vinha de uma militância política pela direita já antiga, tendo mudado de partido para o PSL talvez em busca de novos apoios. Quer dizer, não se trata de apontar exclusivamente um ator externo, mas, nos dois casos, o papel do General Girão foi bastante destacado.

Uma curiosidade está no fato de que tanto Ludmilla Oliveira quanto Josué Moreira foram acusados de plágio em suas teses de doutorado, o que levanta questionamentos sobre a suposta competência técnica e científica dos

conservadores, o que a direita acadêmica gosta de alegar. Josué fez doutorado em Ciência Animal na Ufersa. A Comissão de Sindicância que apurou o caso ali concluiu que houve plágio e determinou que o autor corrigisse, em 90 dias, os trechos copiados de outros trabalhos. Foi a menor punição possível para um caso deste tipo. Das 41 páginas textuais da obra, 23 são cópias sem a devida referência. A decisão foi assinada por Ludmilla, que defendeu tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo na UFRN em 2011. Das 195 páginas, 16 contêm cópias sem citação. Em setembro de 2020, a UFRN recebeu a denúncia, cuja investigação teve prosseguimento, sem solução até a data da reportagem (4/8/21) (LOPES, 2021).

Passando ao Estado da Paraíba, a pesquisa identificou o papel exercido por uma liderança política de perfil associado a uma direita mais tradicional, pragmática, a do deputado federal Efraim Filho, do Democratas. Este partido ocupou algumas pastas no governo Bolsonaro e o parlamentar foi, neste governo, 1º vice-líder e líder de sua bancada. Ele atuou no caso da UFCG, enquanto um deputado estadual do PSL, de extrema direita, interferiu na UFPB.

Na consulta ocorrida na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Antonio Fernandes Filho ficou em terceiro lugar. Segundo o DCE da instituição, “Antônio Fernandes e seu vice, Mário Eduardo, demonstraram interesse em serem nomeados mesmo sem o apoio da comunidade acadêmica ainda no processo eleitoral” (INTERVENÇÃO, 2021). Além dessa disposição, pesou o papel do deputado, já na condição de líder do DEM, papel no qual exerceu destaque na reorganização da coalizão de governo de Bolsonaro. Na passagem de 2020 para 2021, o presidente se aproximou do Centrão, buscando impedir não só a reeleição de Rodrigo Maia (DEM) à Presidência da Câmara como também sua interferência no pleito. Alguns membros do Democratas trabalharam pelo esvaziamento de Maia e pelo acordo com o Centrão. Foi o caso de Efraim. Quanto à UFCG, talvez isso o tenha colocado em uma posição na qual: “Nos meios políticos, a escolha do novo reitor está sendo creditada ao deputado Efraim Filho” (SAIBA, 2021).

O parlamentar chegou a reivindicar a indicação e relacioná-la não com uma pauta ideológica, mas com o argumento da representação regional, tão cara ao conservadorismo tradicional: “Durante entrevista ao programa Olho Vivo, da TV Diário do Sertão, o deputado federal Efraim Filho (DEM) que é um dos aliados de Jair Bolsonaro aqui na Paraíba, falou sobre a possível escolha de Antônio Fernandes para assumir a reitoria da UFCG. ‘O próprio presidente Jair Bolsonaro deixou claro que a legislação permite que ele escolha qualquer um dos nomes da lista tríplice, independente da ordem de votação. Se acontecer como a nomeação da UFPB, Antônio Fernandes tem chances e Cajazeiras e o alto Sertão estariam bem representados’, afirmou o deputado [...] Antônio Fernandes é um dos que o deputado tem melhor relação pessoal (sic.)” (SANTOS, 2020b).

Já na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o quadro de interferências externas reuniu militância e liderança política. Durante a consulta, foi feita uma denúncia anônima acusando fraude na elaboração da lista de votantes, que se daria de forma online (COMISSÃO, 2020). O relator do processo rejeitou a denúncia (CONSUNI, 2020). Na sequência, o candidato que ficou em terceiro lugar na consulta, obteve uma liminar que determinava a inclusão da lista tríplice somente dos que concorreram. Desta forma, ele ficou garantido na mesma posição na lista enviada ao MEC.

Em seu depoimento, a candidata que ficou em primeiro lugar na consulta, Terezinha Domiciano, ressaltou a circulação de “várias informações sobre a existência de ‘dossiês’ que associavam a chapa vencedora aos partidos de esquerda (PSOL, PT, PSB) e a Sindicatos de Docentes (ADUF) e de servidores técnico-administrativos (Sintesp), ao mesmo tempo em que defendiam a nomeação da chapa 3, alinhada ao Future-se” (ANDES, 2020, p. 29).

Entre os dossiês, pelo menos um foi de autoria da Ordem dos Conservadores, grupo que, em 2017, já estava ao lado de Bolsonaro na Paraíba (OYAMA, 2017). Ocorre que o grupo se posicionou publicamente, ao dizer que: “Alunos e ex-alunos da Universidade Federal da Paraíba pedem ao presidente da República @jairmessiasbolsonaro a nomeação do professor Valdiney Gouveia para a Reitoria da Universidade. Estamos em um novo Brasil, um país que quer produzir e que quer servir bem a sociedade. Não acreditamos que a atual gestão tenha feito muito por nossa Alma Mater, mas afundado a instituição em brigas partidárias e sindicais. São greves, oposições infundadas ao Governo Federal, que antes prejudicam do que engrandecem. Também alguns de seus integrantes possuem ligação com partidos que levaram o nosso país ao atual caos político e econômico, em suma ao Partido dos Trabalhadores. A chapa vencedora do último pleito possui um viés não muito diferente, senão mais acentuado, recebendo apoio e felicitações do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)” (NOVO, 2020).

Além de uma militância de extrema direita, uma liderança política específica foi citada: “Nas redes sociais, circula ainda a informação de que na cerimônia de posse, Valdiney contou com a presença do deputado Cabo Gilberto Silva (PSL), principal aliado do presidente Jair Bolsonaro na Paraíba” (SANTOS, 2020a). Trata-se de um deputado estadual, que fez carreira na Polícia Militar e, ao contrário de Efraim Filho, se posiciona na extrema direita.

A Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) tem sede em Petrolina (PE), mas conta com campi também na Bahia e no Piauí. A consulta ocorreu em novembro de 2019. A lista foi formada pelo vencedor, Telio Nobre Leite, e mais duas pessoas que não participaram do pleito. Uma delas estava cedida ao Hospital Universitário. Assim, membros de uma das chapas derrotadas ingressaram com ação na Justiça, impetrando recursos e recorrendo a instâncias superiores.

Tendo como justificativa o fato de a lista estar *sub judice*, o MEC indicou o professor Paulo Cesar Fagundes Neves como pró-tempore, sendo que ele não participou da consulta e nem da lista. A questão que se coloca é sobre a identidade do “padrinho”. O reitor eleito (ANDES, 2020) e um membro do Conselho Universitário (A Univasf, 2020) indicam o deputado federal Pastor Eurico, do Patriotas.

Eurico foi eleito para a Câmara pela primeira vez em 2010, tendo sido reeleito em 2014 e 2018. Passou pelo PSB, PHS e terminou no Patriotas. É ministro da Igreja Assembleia de Deus em Pernambuco (EURICO, 2021). Tem um perfil conservador extremado. Em 2012, por exemplo, apresentou projeto de lei para garantir a continuidade da expressão “Deus seja louvado” nas notas de reais (PASTOR, 2012). Foi classificado, pelo jornal Gazeta do Povo, em 2019, como bolsonarista fora do PSL (SOARES, 2019b).

Já o Blog A Língua afirma que o Pastor Eurico não tem votos em Petrolina. Ele teria, de fato, enviado três cartas a Weintraub indicando nomes, mas nenhum deles era o de Neves (FERNANDES, 2020b). O escolhido é casado com uma prima do senador Fernando Bezerra Coelho, considerado o responsável (FERNANDES, 2020a), inclusive por ter Petrolina como base, cidade da qual foi prefeito por três mandatos (FERNANDO, 2021). Apesar de ter sido ministro no governo de Dilma Rousseff e ter sido filiado ao PSB, seu perfil é o de uma liderança política conservadora tradicional, sendo membro de uma família com histórico em cargos públicos. Um de seus filhos é deputado federal, outro é prefeito de Petrolina (eleito em 2016 e reeleito em 2020) e um terceiro é deputado estadual. Sua postura é pragmática, tendo aderido aos governos Rousseff, Temer e, recentemente, ao de Bolsonaro; assumiu o cargo de líder do Executivo no Senado desde fevereiro de 2019 (SOARES, 2019a). Portanto, apesar de certas diferenças entre os dois, e independentemente de qual seja a versão mais correta, o indicado na Univasf recai no critério das influências externas derivadas de algum parlamentar conservador/adesista.

O caso da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) traz um aspecto interessante para a discussão: a política adotada por Bolsonaro tem raízes do mandato de Temer. Sabemos disso porque houve consulta à comunidade em 6 de junho de 2018. O vencedor foi Fábio Fonseca. A reitora da época, Ana Lúcia Simões, tentou a reeleição e foi derrotada. Esta fez denúncias, inclusive na imprensa, que foram indeferidas, internamente e pela Polícia Federal. Quando a lista tríplice foi enviada ao Ministério, porém, este respondeu da seguinte forma:

“No documento, o MEC alega a existência de desconformidades no procedimento de composição da lista, em relação à legislação vigente. No ofício do MEC, nº 291/2018, do dia 9 de agosto, o secretário de Educação Superior, Mauro Luiz Rabelo, diz que ‘observou-se que os artigos 44 e 50 do

Regulamento Eleitoral do Processo de Consulta Informal que regeu a consulta à comunidade e posterior elaboração da Lista Tríplice da UFTM não se encontra em consonância com as disposições legislativas sobre a matéria no que diz respeito à atribuição de peso de 70% aos votos dos docentes e à competência exclusiva do Colegiado Máximo da Universidade ou de Colégio Eleitoral para elaboração da Lista Tríplice'. O MEC, então, solicita providências cabíveis para saneamento do processo" (SANTOS, 2018).

O que se destaca no episódio é o fato de que não havia sido a primeira vez que o governo Temer questionava resultados eleitorais de uma universidade. Além disso, surge o papel exercido por Mauro Luiz Rabelo que estava, naquele momento, exercendo interinamente o cargo de secretário de Educação Superior.

No mesmo ano de 2018, Dácio Roberto Matheus, eleito reitor da Universidade Federal do ABC (UFABC), deveria ter tomado posse em fevereiro. O MEC, porém, alegou "falhas" no processo eleitoral e estendeu a gestão do reitor no cargo, Klaus Capelle, desta vez como pró-tempore, do qual Dácio era vice (TEMER, 2018). Segundo a imprensa:

"Chegou ao gabinete da Presidência a informação de que Matheus compactuaria com ideias mais alinhadas ao PT e Temer já externou ao ministro da Educação, Mendonça Filho (DEM), estar preocupado com o número de reitores de universidades federais que compactuam com os ideais petistas" (ROCHA, 2018).

Quer dizer, vetos políticos à esquerda já estavam presentes. Além deles, também se buscavam arranjos locais relacionados aos grupos no poder. No que se refere à UFABC, Dácio foi nomeado vice-reitor pró-tempore, enquanto Klaus Capelle fez dois pedidos seguidos de férias, fazendo com que o docente efetivamente eleito estivesse, de fato, atuando como reitor (DOMICIANO, 2018). Na UFTM, por sua vez, o arranjo local beneficiou o grupo que também já estava no poder, mas que havia perdido o pleito, pois Ana Lúcia Simões nomeou o seu vice, Luiz Fernando Resende dos Santos Anjo, que também havia sido companheiro de chapa, para o mesmo posto pró-tempore.

Chama atenção o tipo de justificativa usada pelo MEC. Na UFTM, foram as chamadas "desconformidades". Na UFABC, segundo o MEC:

"[...] houve [...] desrespeito à lei que regulamenta o processo de escolha dos dirigentes das universidades federais do País. 'Em primeira análise, constatou-se que a sessão do colégio eleitoral para organização da lista tríplice de candidatos a reitor não atendia ao artigo 1º, parágrafo 2º, do decreto número 1.916. Nesse contexto, o processo foi restituído à UFABC para saneamento do vício'. [...] O dispositivo citado indica que 'a votação (interna) será uninominal, devendo as listas serem compostas com os três

primeiros nomes mais votados em escrutínio único, onde cada eleitor vota em apenas um nome para cada cargo a ser preenchido” (CARVALHO; ROCHA, 2018).

NA UFTM, o MEC estava exigindo que a consulta se desse com voto de 70% de docentes (foi paritário) e que o Colegiado Máximo, ao mesmo tempo, elaborasse a lista. Ao que parece, a questão na UFABC foi o fato de os derrotados na consulta não comporem a lista.

E há outro precedente mais antigo, referente à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Em novembro de 2016, houve consulta (paritária), com vitória da então reitora, Soraya Smaili. O MEC, porém, suspendeu sua nomeação para o segundo mandato.

“A decisão do órgão foi em resposta à carta enviada pelo professor Antonio Carlos Lopes, em dezembro de 2016, ao MEC alegando que o processo na Unifesp teria sido ‘ilegal’ em função de ter sido realizada a consulta paritária, na qual alunos, docentes e técnicos têm o mesmo peso ao voto na escolha do reitor” (DOCENTE, 2018).

Ou seja, novamente, uma reclamação feita diretamente ao ministro funcionou como desculpa para colocar o processo em questão. Antes disso, da mesma forma que em vários casos estudados neste dossiê, outro docente acionou o MPF. A suposta base legal estaria no desrespeito ao peso de 70% de professores. Fracassando em recursos legais, no governo Temer, pela primeira vez, o MEC abriu espaço para que uma reclamação local tivesse efeitos. Na época, registrou-se que, de 63 universidades consideradas em estudo de 2012, 37 adotavam a consulta paritária sem questionamentos por parte do governo (SALDANA, 2017). Neste caso, Smaili foi indicada como pró-tempore enquanto o assunto ficou em análise. Posteriormente, ela foi confirmada e empossada no segundo mandato. O precedente, contudo, havia sido estabelecido e também a solução: indicar quem já estava na reitoria para um mandato pró-tempore. Na UFABC, Dácio assumiu de fato e, assim como Smaili, também foi confirmado depois (FERNANDJES, 2018). Ou seja, o MEC acabou aceitando justificativas e/ou retificações menores na documentação, mas indicando que possíveis vetos políticos poderiam pesar. Até que se deu o episódio da UFTM, quando Mendonça Filho já havia se desincompatibilizado do cargo de ministro e Mauro Luiz Rabelo atuou.

Rabelo era professor da matemática da UnB. Ele foi chamado para o governo Temer, quando assumiu o cargo de diretor de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior, dentro da Secretaria de Educação Superior do MEC, em novembro de 2016, ficando até dezembro de

2018. Ao assumir temporariamente o comando da Secretaria, negou a lista tríplice da UFTM (BRASIL, 2018). O precedente da indicação de quem estava na reitoria como pró-tempore foi confirmado, mas a disponibilidade do governo para usar jogadas legais nas instituições, junto com vetos políticos e abertura a influências externas teve aprofundamento quando o mesmo Rabelo ocupou, de forma definitiva, em janeiro de 2019, a Secretaria de Ensino Superior no mandato de Ricardo Vélez Rodríguez. Na ocasião, ele foi o único da equipe do novo ministro que já havia trabalhado na pasta (PERES, 2019). Ao assumir o cargo, ele afirmou que havia vários programas do MEC (ProUni, Fies, Reuni) e outros (Mais Médicos) que precisavam ser avaliados. Além disso, colocou em pauta a proposta de adotar alternativas “mais coerentes com a realidade do país” para a gestão educacional. Desta forma, indicava seu rompimento com a linha herdada de governos do PT e fazia a ponte com o intervencionismo e o que viria a ser o Future-se (PROFESSOR, 2019).

Voltando à UFTM, Ana Lúcia Simões ficou no cargo como pró-tempore até junho de 2019, quando seu vice a substituiu, desta vez como segundo colocado da lista tríplice. Segundo o depoimento do reitor eleito, Fábio Fonseca: “Empresários da indústria, do comércio e do agronegócio, políticos da cidade de Uberaba, deputados federais e o senador por Minas Gerais Carlos Viana influenciaram e interferiram no processo de nomeação do reitor da UFTM, em articulações com a então reitora e com o então vice-reitor pró-tempore” (ANDES, 2020, p. 58). Além disso, houve veto ao seu posicionamento político, dado que ele havia sido filiado ao PT e ao PSOL, sendo que, novamente, a informação foi devidamente vazada, como forma de aviso:

[...] a Folha de São Paulo revelou que a minuta de decreto a ser assinada pelo presidente Jair Bolsonaro estava pronta e que o indicado para reitor da UFTM seria o atual vice-reitor, Luiz Fernando Resende dos Santos Anjo [...] e não Fábio Fonseca [...]. Pesaria contra Fábio Fonseca o fato de ter sido filiado ao PT e PSOL” (OLIVEIRA, 2019).

Portanto, a UFTM sofreu uma primeira intervenção no governo Temer, que foi continuada no de Bolsonaro, com forte abertura para influências externas, que envolveram muitos atores, mas com destaque para dois em particular. O primeiro foi o vereador de Uberaba, Samuel Pereira (PR):

“O vereador Samuel Pereira (PR) postou mensagem paga nas redes sociais para contar que ‘apadrinhou’ a nomeação do professor Luiz Fernando Resende dos Santos Anjo como novo reitor da UFTM. Ele sequer se preocupou com os aliados do professor Fábio Fonseca, vencedor do processo de consulta à comunidade universitária. Samuel contou que em maio conduziu o vice-reitor Santos Anjo e a reitora Ana Lúcia Simões em reunião com o senador mineiro Carlos Viana, em Brasília. Após todo o relato sobre

a eleição ao senador e posteriormente a indicação ser através de uma lista tríplice, os três solicitaram a Viana empenho à indicação do nome de Santos Anjo ao presidente Jair Bolsonaro. [...] O senador abraçou a causa e foi se reunir com as pessoas que de fato resolveriam a nomeação. Com os ministros da Educação, Abraham Weintraub, e da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, ficou acertado com Carlos Viana que o pedido haveria de ser atendido” (PEREIRA, 2019).

É importante destacar que algumas notícias de jornais nas quais lideranças reivindicam indicações de interventores podem ser exageros para demonstrar um prestígio maior que o real. Porém, o simples de fato de, durante o governo Bolsonaro, várias pessoas com mandatos terem feito isso publicamente já demonstra uma mudança. E mais, sempre com posicionamento político à direita, como o de Samuel Pereira, vereador em Uberaba (sede da UFTM) desde 2008, presbítero da Assembleia de Deus e alinhado com a pauta da extrema direita (ideologia de gênero) (SAMUEL, 2020). No caso deste e do senador citado, a “prova” seria a presença dos dois na cerimônia de posse de Luiz Fernando (EMPOSSADO, 2019).

O papel exercido pelo senador Carlos Viana tem a ver com sua posição política, reforçada, após a indicação de Luiz Fernando, por meio de um alinhamento formal com o governo. Jornalista, ele ficou famoso ao apresentar programas populares sobre a temática da segurança pública, como *Alterosa Urgente*, *Plantão da Cidade* e *Balanço Geral*. Acabou sendo eleito senador em 2018, pelo PHS, passando, depois para o PSD (CARLOS, 2021). A proximidade de profissionais ligados a este tipo de temática com o discurso da direita, alimentando propostas repressivas na área, é histórica, tanto que: “Carlos Viana (PHS), que conduz programas policiais na rede Record [...] é conhecido como o ‘Datena de Minas Gerais’” (COLETTA, 2018). Só isso já explica a proximidade do parlamentar com o governo, que viria a se estreitar, pois Viana se aproximou da família Bolsonaro por intermédio da figura de Léo Índio, sobrinho de uma ex-esposa do presidente. Este é próximo do vereador Carlos Bolsonaro e foi contratado como assessor no gabinete do senador Chico Rodrigues (DEM/RR), vice-líder do governo, em abril de 2019. Posteriormente, Rodrigues foi flagrado pela Polícia Federal com dinheiro na cueca. Por conta do escândalo, Léo Índio foi deslocado de seu gabinete para um cargo na Mesa do Senado, por indicação de Viana, em novembro de 2020. Esta operação é que teria criado condições para que o parlamentar mineiro ocupasse a vaga de vice-líder, que havia sido de Rodrigues (PEIXOTO, 2020).

Assim, a abordagem do caso UFTM permitiu não só fazer a conexão com o processo geral de ascensão da direita no Brasil, do qual o governo Temer representou uma etapa, como também avaliar o aprofundamento de seu projeto, especificamente, no caso, por meio da figura de Mauro Luiz Rabelo. Ele foi secretário de Educação Superior durante o curto exercício de

Vélez Rodríguez, entre janeiro e abril de 2019, passando, sob a direção de Weintraub, a ser diretor de Relações Internacionais da Capes, entre abril de 2019 e janeiro de 2020 (MAURO, 2020). Em algum momento no ano de 2020, tornou-se secretário adjunto de Educação Básica, passando a ser o titular em abril de 2021 (MEC, 2021). Um ofício assinado por ele desencadeou o processo de intervenção na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), que passará a ser abordado agora.

Algumas instituições de ensino superior conseguiram, ao longo de sua história, manter um relativo insulamento com relação às influências externas. Não é, porém, o caso da UFGD. De forma resumida, sua primeira fase foi marcada pela relação próxima entre um grupo interno filiado ao PT e esta agremiação nos planos estadual e federal. Seguiu-se a vitória de uma oposição ao grupo, com a posterior ascensão da direita articulada nos planos local e federal, quando houve duas intervenções seguidas.

Em 1970, foi criado, em Dourados, então Estado do Mato Grosso, o Centro Pedagógico da Universidade Estadual. Em 1977, se deu o desmembramento entre Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS). Em 1979, a Universidade Estadual foi transformada em Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Esta, em 2005, sofreu um desmembramento, do qual resultou a Universidade Federal da Grande Dourados (UNIVERSIDADE, 2021). O Estado de Mato Grosso contava com dois grupos oligárquicos no período 1945-64, divididos entre PSD e UDN. Esta dualidade foi herdada e, no MS, se formalizou em torno dos nomes de Pedro Pedrossian, pelo PDS, depois pelo PTB, e Wilson Martins, pelo PMDB. As duas lideranças disputaram o poder regional desde a criação do novo estado, diretamente ou por meio de aliados, até 1998, quando Zeca do PT foi eleito governador, no segundo turno, com apoio de Pedrossian (para derrotar o adversário). Zeca viria a ser reeleito em 2002, no mesmo momento em que Lula conquistou a Presidência. Em 2000, outro petista, Laerte Tetila, havia sido eleito prefeito de Dourados, reeleito em 2004. Este era professor da UFGD. A ascensão do PT não eliminou forças políticas conservadoras (BITTAR, 1999; CHAGAS, 2007; BARBOSA; SILVA, 2012).

Segundo matéria do Campo Grande News, o governador, o prefeito, o senador Delcídio Amaral e o deputado federal João Grandão, todos do PT, teriam conseguido a criação da UFGD junto ao governo federal e influenciado na escolha do primeiro reitor pró-tempore, Damião Duque de Farias, filiado ao mesmo partido (UFGD, 2010). Em 2007, Farias foi candidato único à reitoria em sistema de votação paritária, tendo obtido 94% dos votos (DAMIÃO, 2007). A mesma situação se repetiu em 2011, quando ele conseguiu ser reeleito, só que com 79% (DAMIÃO, 2011). Esta segunda vitória já foi obtida quando o governador do estado era André Puccinelli, do PMDB, eleito em 2006 e reeleito em 2010, como herdeiro da máquina de Wilson Martins. Todavia, o Governo Federal continuava sob o comando do PT. Ao que parece,

nesta primeira fase, a UFGD foi beneficiada com obras de implantação, o que poderia explicar a força do grupo.

O segundo mandato de Farias foi até 2015, quando o quadro político já havia se tornado desfavorável ao governo Dilma. Na ocasião, pela primeira vez, a consulta teve disputa, com uma chapa liderada por Liane Calarge e a situação tendo lançado José Carlos de Souza. Apesar do enfraquecimento do PT no plano nacional, a disputa foi acirrada. Calarge venceu por uma diferença de apenas 1,25% (50% contra 49%) (ELEIÇÃO, 2015). Durante esta campanha, por proposta do Sindicato dos Docentes, do Sindicato dos Técnicos Administrativos, Associação dos Servidores, Associação dos Pós-Graduandos e Diretório Central dos Estudantes ficou acertado com os candidatos que os derrotados não apresentariam seus nomes para a formação da lista tríplice, o que seria repetido em 2019 (UFGD, 2015). Em entrevista, a nova reitora afirmou que sua campanha não foi baseada no objetivo de “tirar o PT” e nem de aproveitar o momento político de 2015, mas foi baseada em críticas à gestão. Ela afirmou não desejava partidarização na universidade (ASSUMIREI, 2015). Ou seja, esta candidatura se apresentou como “apolítica” e foi confirmada pelo Governo Federal. Mas o grupo do PT, com suas conexões internas e externas à UFGD lá permanece. Farias viria a ser candidato à prefeitura de Dourados no ano seguinte (O PT, 2016). E o adversário de Calarge viria a disputar o mesmo cargo em 2020, com o nome de urna de Joca (JOÃO, 2020).

Em 2019, a reitora resolveu tentar a reeleição. Encontrou, novamente, o PT na oposição, com Etienne Biasotto, e uma novidade advinda do cenário político nacional: um nome identificado com o bolsonarismo: o de Joelson Gonçalves Pereira. Segundo a imprensa: “Joelson Gonçalves Pereira é ligado ao PSL, partido do presidente Jair Bolsonaro. O grupo ligado a Joelson é conhecido na UFGD por manifestações em defesa do atual presidente e contra o Partido dos Trabalhadores” (FREITAS, 2019). O resultado da consulta, realizada em 12 de março de 2019, foi: Etienne Biasotto teve 30%. Liane teve 23%. Joelson Pereira teve 19%. Como em 2015, as três chapas assumiram o compromisso de não apresentar seus nomes no Colégio Eleitoral (COLÉGIO, 2019). Assim, em 21 de março, a lista tríplice foi formada com Etienne Biasotto, Jones Dari Goettert e Antonio Dari Ramos (COLÉGIO, 2019).

Em 24 de março de 2019, Joelson Pereira apareceu em uma matéria do jornal de direita Gazeta do Povo questionando a lista. A versão apresentada por ele na matéria foi:

“O pedido dos sindicatos é que somente a chapa vencedora seja considerada pelo colégio eleitoral. Neste caso, é uma chapa que pertence a uma administração antiga, que permaneceu mais de dez anos na universidade e havia sido derrotada na eleição anterior”, afirma Joelson Pereira, que ficou em terceiro lugar na votação. “Duas pessoas vinculadas ao grupo do

vencedor foram inscritas na instância do Colégio Eleitoral e foram eleitas para compor a lista tríplice” (CORDEIRO, 2019).

O texto da matéria classifica os demais membros da lista como “laranjas”. Logo depois:

“...o Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública (processo 5000709-97.2019.4.03.6002, Justiça Federal do Mato Grosso do Sul) com base em denúncia anônima, sem ouvir previamente as partes envolvidas, intentando a anulação da lista tríplice sob a acusação de ter sido fraudada por não conter todas as chapas inscritas na Consulta Prévia (ANDES, 2020, p. 5).”

Segundo matéria do Campo Grande News: “apoiadores do presidente Jair Bolsonaro em Dourados [...] fizeram campanha para boicotar o vencedor da eleição interna” (FREITAS, 2020). É possível que tenha havido o propósito de, por meio de judicialização, dar ao governo meios para intervir e/ou garantir a reformulação da lista com um nome alinhado a ele. Assim, em 19 de maio, a Justiça acatou pedido do MPF, por meio de tutela antecipada, determinando a suspensão da lista e a realização de novas eleições, pois o impetrante alegou que a legislação havia sido desrespeitada com o uso do voto paritário. Segundo Etienne Biasotto, Joelson teria apenas oito votos no Colégio Eleitoral, por isso não se inscreveu, além do compromisso assumido, que já estava sendo “denunciado”. O MPF, contudo, perdeu na primeira instância e levou para a segunda. Ali, foi determinado que todos os envolvidos se manifestassem nos autos antes da posse do novo reitor. Joelson demorou a fazê-lo. Assim, em 10 de junho, o mandato de Liane Calarge chegou ao fim. Isso deu ao MEC a desculpa para fazer uma indicação pró-tempore, que recaiu sobre Mirlene Ferreira Macedo Damázio, que assumiu em 11 de junho de 2019. Segundo apuração do site Brasil de Fato, Mirlene é uma professora de idade e nunca concorreu a nada, tendo um perfil neutro. Sua indicação teria sido uma tentativa da chapa de Joelson para se blindar (HERMANSON, 2019).

Damázio fez parte do Colégio Eleitoral e votou em Etienne Biasotto. Durante a campanha, porém, apoiou a chapa de Joelson Pereira (FREITAS, 2019). Um segundo entendimento, complementar a esse, é o de que Damázio teria sido apoiada pela senadora Soraya Thronicke, então presidente regional do PSL. Foi dito acima que o PT governou o MS por dois mandatos, seguidos por mais dois do PMDB. Já em 2014, Reinaldo Azambuja, do PSDB, conquistou a vaga e foi reeleito em 2018. Daquele pleito, não participou Delcídio Amaral, que foi envolvido em denúncias da Lava Jato. Amaral conquistou seu primeiro mandato em 2002, foi reeleito em 2010, mas acabou cassado em 2016 (DELCÍDIO, 2021). O desgaste foi grande para o PT de MS e abriu espaço para a direita, que lançou

a advogada Thronicke em sua primeira candidatura em 2018. Ela se alinhou ao discurso de Bolsonaro e conquistou a vaga. Algum tempo depois da posse da interventora, ela foi recebida em um evento do partido:

“No Ministério da Educação é reitora pro tempore; na UFGD é ‘interventora’. Designações à parte, o fato é que Mirlene Ferreira Macedo Damázio foi uma das estrelas do encontro do PSL no sábado (17) em Dourados. Acompanhada de um grupo trajando camisetas da UFGD, a professora foi saudada pela presidente regional do PSL, Soraya Thronicke. ‘Ela não é golpista e nem interventora como divulgaram as mídias desonestas’ disse a senadora, que defendeu a educação básica e condenou a ‘balbúrdia’ nas universidades. ‘Lugar de discutir gêneros, ideologias é na rua’, discursou” (MARQUES, 2019).

Um detalhe interessante é que Thronicke romperia com o governo, a partir de seu posicionamento contra um veto de Bolsonaro, analisado em 19 de agosto de 2020. A matéria do Correio do Estado afirmou que ela poderia perder cargos por isso (RODRIGUES, 2020). Vale notar que a posição de Damázio dependia do processo judicial. Os ex-reitores, Farias e Calarge, se uniram à comunidade acadêmica e se posicionaram contra a interventora, que tomou várias decisões autoritárias. O juiz de primeira instância viria a se retratar da tutela antecipada, derrotando o MPF na causa. Mas este recorreu ao TRF-3. Em 23 de outubro de 2020, o desembargador encarregado rejeitou o recurso. Em 25 de novembro, determinou que a interventora enviasse a lista tríplice ao MEC. Ela só o fez no mês seguinte. Estas chicanas, porém, dependiam da capacidade de Damázio em se sustentar junto ao governo, o que foi comprometido com o afastamento de Thronicke e com seu desgaste junto a um professor da UFGD que havia trabalhado com Mauro Luiz Rabelo no MEC durante o mandato de Temer.

A pessoa em questão é Henrique Sartori, que trabalhou pela eleição de Alan Guedes, do PP, para a prefeitura de Dourados em 2020. No início do ano seguinte, ele foi nomeado secretário de Governo do município (CARBONARI, 2021). Durante o mandato de Calarge, entre 2015-16, ele foi seu chefe de gabinete, saindo para assumir a Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Educação. Em 2017, ocupou a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. Em 2018, foi para a Secretaria-Executiva do MEC, saindo em 2019 (HENRIQUE, 2021), enquanto Mauro Luiz Rabelo lá ficou. Trabalhou na campanha de Guedes em 2020 e foi para a prefeitura em 2021. Um conflito com ele levou à queda de Damázio e sua substituição por Lino Sanabria, que tomou posse como segundo interventor em 9 de fevereiro de 2021. Segundo a imprensa:

“O episódio que pôs fim ao mandato de Mirlene Ferreira Macedo Damázio como reitora temporária da UFGD revelou duas assertivas em relação ao secretário de Governo da Prefeitura de Dourados, Henrique Sartori: influ-

ência junto ao Ministério da Educação (desde a ascensão de Michel Temer à Presidência da República) e in experiência política. Foi Sartori quem provocou a substituição de Mirlene Damazio por Lino Sanabria na Reitoria pro tempore. Embora revele um racha entre as forças de direita na UFGD, a gota d'água foi a recusa da ex-interventora em ceder outros cinco servidores da universidade à Prefeitura – o único foi ele (MARQUES, 2021)."

Este caso foi incluído na classificação de Influências Externas porque a perda de sustentação com uma senadora enfraqueceu a posição de Damázio, levando a que outro ator com influência junto ao MEC, igualmente conservador, "puxasse o seu tapete". No entendimento do reitor eleito, Sanabria faz parte do grupo da chapa de Joelson e só está lá porque o MEC "sentou" sobre a lista enviada por Damázio (LOPES, 2021). De qualquer forma, a UFGD é uma instituição particularmente aberta ao jogo de poder a ela externo. As duas primeiras eleições, com candidaturas únicas, demonstraram um déficit democrático que acabou gerando, no processo de crise do PT, a configuração de um campo "neutro" contra ele, o que abriu espaço para o aparecimento de uma extrema direita, mais uma vez buscando apoios externos. É importante notar que as intervenções são combatidas por lideranças dos dois primeiros grupos, mas derrotados pelas manobras legais e burocráticas, que revelam continuidades entre Temer e Bolsonaro.

Por fim, temos o caso da UFRGS. O site da instituição aponta suas origens em 1895, com a criação das primeiras escolas isoladas de ensino superior. Em 1934, foi criada a Universidade de Porto Alegre, transformada em Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) em 1947. Em 1950, ela foi federalizada, herdando a sigla anterior acrescida do F (UFRGS) e mantendo sua pronúncia original (HISTÓRICO, [2014]). Pelo que consta na imprensa, em sua história mais recente, o último registro de um interventor teria se dado em 1988, quando Gerhard Jacob foi indicado (AGÊNCIA ESTADO, 2020). Todavia, a grande questão política gira em torno da opção, já antiga, pela ausência de paridade na consulta prévia. Segundo o relato de Rui Vicente Opperman ao ANDES: "no Estatuto da UFRGS consta a obrigatoriedade do Consun realizar uma consulta prévia à comunidade na forma da lei. Com isso as consultas, desde 1995, são realizadas também com o peso de 70% para os docentes" (ANDES, 2020b, p. 12).

Ao fim do pleito de 2020, por exemplo, vezes se levantaram para criticar o procedimento. Para a coordenadora-geral do DCE da UFRGS, Tirza Gabriela Drumond Ferreira, era um absurdo não ter como modificar a forma de escolha, enquanto, para Vanessa Dias, coordenadora geral da Associação de Pós-Graduandos da UFRGS (APG-UFRGS): "A paridade é uma pauta histórica do movimento estudantil". Já Tamyres Filgueira, coordenadora de imprensa da Assufrgs, colocou em questão o método, pois ela levou a que a chapa 3, de Karla Maria Müller e Claudia Wasserman, que foi a mais votada, com 8.947

votos, não fosse a vencedora do pleito. Para ela: “A chapa 2, que, com 4.686 votos venceu a eleição, é justamente a chapa da atual gestão, que não mediu esforços para impedir a implementação da paridade” (FERREIRA, 2020).

Há declarações de lideranças sindicais de docentes em defesa da paridade, como a da presidente da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, Rúbia Vogt, frisando que a entidade defende a paridade e, há bastante tempo, pauta esse assunto com a comunidade acadêmica. “É a paridade o que defendemos na UFRGS, para garantir a legitimidade e a defesa do pleito por toda a comunidade acadêmica” (REINHOLZ, 2020). Porém, de forma mais específica, a base sindical optou por preservar o modelo devido a uma ação do governo Bolsonaro, por meio da Medida Provisória nº 979, que foi editada para substituir a anterior (MP 914), que tratava do mesmo assunto e havia caducado. Segundo o Art. 2º da MP:

“Não haverá processo de consulta à comunidade, escolar ou acadêmica, ou formação de lista tríplice para a escolha de dirigentes das instituições federais de ensino durante o período da pandemia. Além de que o ministro de Estado da Educação designará reitor e, quando cabível, vice-reitor pró-tempore para exercício durante o período da emergência de saúde pública” (REINHOLZ, 2020).

Diante da ameaça, o Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul (Adufrgs-Sindical) convocou uma assembleia, que contou com a participação de 744 docentes. Desses, 75,6% votaram favorável a manter a proporção vigente de 70%. Segundo o presidente do sindicato, Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira, durante o processo e nas discussões, chegou-se ao entendimento de que era mais prudente não abrir o flanco, para que futuramente o governo questionasse juridicamente a eleição, judicializasse o processo e nomeasse um interventor. A postura revelou como o mecanismo do uso estratégico de chicanas legais passou a ter efeitos no cálculo dos atores nas comunidades acadêmicas.

Três chapas participaram da consulta. A do então reitor (Chapa 2), Rui Oppermann alcançou 0,387688 de índice. A chapa 1, de Carlos André Bulhões Mendes, ficou na terceira posição (0,120896). A Chapa 3, de Karla Maria Müller, alcançou 0,251304, ficando na segunda colocação (VIESSERI, 2020). É interessante notar a avaliação feita pela então coordenadora-geral do DCE, citada acima, que concluiu: “Acho que o Bolsonaro vai colocar o Rui Oppermann porque tanto ele quanto a Chapa 1 têm um projeto parecido, um projeto mercantil de universidade” (FERREIRA; REINHOLZ, 2020). O conflito em torno do tema da paridade não ajudou a perceber que a direita já se preparava para atuar no caso desde antes da eleição. O site conservador Gazeta do Povo, em janeiro de 2019, publicou uma matéria na qual elaborava uma lista de reitores tidos como

de esquerda e que deveriam ser alvo do novo governo. Neste sentido, ali foi dito que: “O reitor Rui Vicente Oppermann, da UFRGS, apoiou eventos contra o impeachment de Dilma Rousseff” (CORDEIRO, 2019).

A consulta se deu em 13 de julho, com a reunião do Conselho em 17 de julho de 2020, quando a lista foi elaborada de acordo com o seu resultado. Oppermann recebeu 45 votos, Karla Müller teve 29, e Carlos Bulhões fechou a terceira colocação com três votos (RAMOS, 2020). Segundo o primeiro colocado, a partir dali:

“A CHAPA 1 se aliou à representantes da extrema direita no Congresso e na mídia social. Logo se iniciou uma campanha cheia de falsidades e impropriedades atribuindo favorecimentos do atual Reitor Rui Oppermann para com partidos da esquerda, ser comunista, proteger amigos etc. Além disso, acusava a UFRGS de ser dominada pela esquerda, com a promoção de doutrinação ideológica marxista, antro de ociosidade e má administração” (ANDES, 2020b, p. 12).

Para ele, o conjunto de forças externas assim se configurou: “Com todas essas oposições, mais os conchavos com organizações herméticas e grupos de extrema direita e a ação direta do general Mourão, acabou sendo nomeado o terceiro colocado” (ANDES, 2020b, p. 12/13). Ao pesquisar o tema na imprensa, por sua vez, o nome que mais aparece é o do deputado federal Bibó Nunes, do PSL/RS. Isto se deve, sem dúvida, ao fato de que ele foi o mais vocal ao reivindicar a indicação, com afirmativas do tipo: “Estou bancando o nome dele”, e “Nunca a direita comandou a maior universidade do Brasil, que é a UFRGS” (DEPUTADO, 2020). Outras fontes ampliaram a lista de parlamentares intervenientes (NAKAMURA, 2021). Talvez o relato mais completo seja o seguinte:

“— Pessoas ligadas à universidade pediram o apoio e nós encaminhamos ao Ministério da Educação (MEC). Isso foi logo depois que saiu a escolha dos candidatos’ — afirma o senador Luis Carlos Heinze (PP), um dos políticos gaúchos próximos de Bolsonaro.

Parlamentares como Ubiratan Sanderson e Bibó Nunes, deputados federais, e Ruy Irigaray, deputado estadual, todos do PSL, se envolveram nas articulações em favor da condução de Bulhões. Para eles, um dos principais argumentos era retirar a UFRGS da alegada situação de ‘aparelhamento’.

— Participei da mobilização no próprio Palácio do Planalto, diretamente com a equipe do presidente Bolsonaro, pedindo para que fosse considerado o nome do Bulhões. Foi intenso. A nossa bandeira é retirar o aparelhamento ideológico das universidades. O Bulhões se comprometeu com isso, nessa linha de ação, de escola e universidade sem partido. É a postura pública dele quanto a isso — diz Irigaray, próximo do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP).

O deputado estadual Luciano Zucco (PSL) esteve em Brasília em reuniões recentes para tratar dos projetos das escolas cívico-militares e, na ocasião, também abordou o tema da Reitoria da UFRGS.

— A gente tinha recebido a visita do Bulhões, ele se apresentando como um dos nomes. Eu e o deputado Sanderson estivemos não só no MEC, mas também falamos com o ministro Ramos (general Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria de Governo) para, de alguma forma, destacar a importância de uma gestão apartidária. De forma responsável, falamos dos predicados do professor Bulhões e do seu currículo extenso — comentou Zucco.

[...]

Nos bastidores de Brasília, circulou pelo menos um vídeo apócrifo que procurava vincular a imagem de Rui Oppermann [...] a partidos de esquerda. O arquivo, que reunia fotos de eventos em que o reitor aparecia ao lado de parlamentares de partidos como PT, PCdoB e PSOL, foi remetido a políticos e militares e, conforme avaliações, ajudou a ‘fritar’ Oppermann” (ROLLSING, 2020).

O quadro final foi, então, o da interferência de vários parlamentares de direita na defesa de Bulhões e na intensificação da imagem, politicamente negativa para o governo, do primeiro colocado, mas também da segunda, por supostas vinculações com o PT e o PSOL (BRAGA, 2020). Por fim, o “selo de qualidade” conservador foi dado a Bulhões por dois grupos de base da direita universitária, o ProLivres (Professores Livres pelo Brasil) e a organização da qual este saiu, o Docentes Pela Liberdade (DPL) (FARINA, 2020). O interessante processo de reação ao interventor na UFRGS será considerado mais adiante.

8. Alinhados/as

Algumas das pessoas escolhidas foram classificadas como “alinhadas”. Isto se deveu ao fato de que interferências externas não foram identificadas ou não foram os fatores preponderantes na definição dos nomes. São oito casos bastante heterogêneos nos quais a postura de quem passou a exercer a intervenção varia desde pessoas que eram de esquerda e se converteram à direita (UFVJM e UFFS), os que eram coerentemente conservadores (Unifei e Ufra), os que resolveram se deslocar para o campo de direita de forma oportunista (Unirio e IFSC) e algumas situações nas quais técnicos do governo Bolsonaro (por esta razão tidos como alinhados) ou uma fiel da igreja do ministro da Educação (conservadorismo religioso) foram aqui inseridos.

9. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

A UFVJM tem sua sede em Diamantina, com campi em Teófilo Otoni, Unaí e Janaúba, todas cidades de Minas Gerais (UNIVERSIDADE, 2021). Ela se originou da Faculdade de Odontologia de Diamantina, criada em 1953 pelo então governador Juscelino Kubitschek. No fim do mandato deste como presidente, foi transformada em faculdade federal. Em 2002, passou a ofertar mais cursos, adquirindo o status de Faculdades Federais Integradas de Diamantina. Em 2005, no mandato de Lula, foi transformada em Universidade (UFJM, 2021).

A primeira consulta ocorreu em 2007, com a vitória de Pedro Ângelo de Almeida Abreu, que foi reeleito em 2011. Na ocasião, duas chapas se apresentaram, sendo a de oposição encabeçada por Janir Alves Soares (MACHADO, 2011). A participação da comunidade acadêmica se deu pelo critério da paridade (UFVJM, 2011). O pleito seguinte se deu em 2015. Foi vencido por Gilciano Saraiva Nogueira, que obteve 48,8% dos votos. Quatro chapas disputaram (MACHADO, 2015a). Segundo o autor do Blog do Banu: “no dia 09.07[de 2015], o [...] reitor Pedro Ângelo propôs uma votação secreta no Consu - Conselho Universitário para elaboração de lista tríplice a ser enviada ao MEC. Tentou reverter a situação e indicar seu candidato preferido, mas perdeu” (MACHADO, 2015b).

Desta forma, a lista enviada constou dos dois nomes mais votados, ficando de fora o vice-reitor, que havia ocupado a terceira posição na consulta. A presidenta Dilma Rousseff confirmou o nome de Gilciano. Esta teria sido a primeira tentativa de alterar a lista no Consu.

Em 22 de maio de 2019, houve novo pleito, com a participação de cinco chapas. O então reitor, Gilciano, ficou em primeiro (41%), seguido por Alexandre Christófaros (36%), Marcus Guelpeli (10%), Janir Alves Soares (8%) e Marcelo Lia (5%). Na sequência, o Consu alterou a lista, mantendo Gilciano e Alexandre em suas posições, mas inserindo Janir no lugar de Guelpeli. Diante das críticas, o Colegiado emitiu uma nota, na qual justificou a mudança da ordem nos seguintes termos:

“2 – O item 2.17 da NOTA TÉCNICA Nº 400/2018/CGLNES/GAB/SESU/ SESU traz a seguinte afirmação: ‘Independentemente da realização da consulta à comunidade universitária e até mesmo do seu resultado, a elaboração da lista tríplice permanece inserida na competência exclusiva do Colegiado Máximo da universidade ou de Colégio Eleitoral que o englobe, pois a consulta prévia não vincula juridicamente o Colegiado para elaboração da lista’.

3 - O item 2.21 da mesma Nota Técnica determina que o Consu não pode simplesmente homologar ou confirmar o resultado da consulta à comunidade universitária, exigindo que ele promova a eleição para composição da lista tríplice. Dessa forma, a ordem de classificação dos candidatos na consulta à comunidade, realizada em 22 de maio de 2019, serviu apenas como referência para a votação dos conselheiros, não gerando garantia de que a escolha da comunidade fosse mantida na eleição realizada pelo Consu em 29 de maio de 2019 (RODRIGUES, 2019).”

Assim, ao contrário dos eventos anteriores, e tendo em vista a tentativa de 2015, o Consu mudou a lista tríplice, escorando-se em uma orientação do governo Temer. Posteriormente, em 12 de agosto, Weintraub deu posse a Janir Soares. Segundo o jornal Estado de Minas:

“O ex-reitor não sabe ao certo a razão pela qual não foi escolhido, mas suspeita que a motivação não se deu por razões administrativas. O reitor questiona se a decisão do presidente não foi guiada por aspectos políticos. “O presidente diz que não quer reitor com viés de esquerda e quer que tenha capacidade de gestão. Basta olhar os números da universidade. Em termos de viés, passei por seis ministros da Educação. Fui presidente do Fórum Reitores de Minas Gerais. Se identificou viés em mim, gostaria de saber qual”, diz.

O reitor recebeu caravana do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi quem criou a universidade. O momento foi registrado em fotografias. ‘Recebi o Lula no final de 2017. Recebi o Lula como receberia qualquer outra autoridade. Foi durante a gestão dele que a universidade foi criada e expandida. Foram investidos R\$ 500 milhões. Imagino que a foto tenha sido ponto crucial para decisão do presidente’, afirma (CRUZ, 2019).”

Segundo esta interpretação, portanto, Gilciano teria sido vítima de um erro de classificação. Já segundo o autor do Blog do Banu:

“Há informações de bastidores que o deputado federal Igor Timo (Pode-mos-MG), foi o grande articulador junto ao governo Bolsonaro para a nomeação do professor Janir. Várias fotos e relatórios foram enviadas ao MEC com o atual reitor Gilciano em cerimônias com o ex-presidente Lula, na Universidade. Além disso, pode ter pesado na decisão de rejeição a Gilciano, a sua antiga filiação ao PT de sua terra natal, São Miguel do Anta, na Zona da Mata mineira. Ele desfilou-se, em 2016.”

“[...]Há suspeitas de Janir ter-se aliado ao grupo de Marcus Cuelpele [sic], declaradamente bolsonarista. As nomeações de pró-reitores e novos diretores de Departamentos, a partir da posse, em 12.08, confirmarão ou não esse indicativo (MACHADO, 2019).”

Seguindo o comentário acima, de fato, Janir Soares indicou Guelpeli como pró-reitor de Extensão e Cultura. A mesma pessoa aparece como diretor regional da Associação Docentes Pela Liberdade (DPL, 2020a), entidade que viria a atrair o próprio reitor, pois, na qualidade de filiado a ela, Janir assinou uma carta de apoio a Weintraub em 5 de junho de 2020 (DPL, 2020b). Dias depois, escreveu nota explicativa à UFVJM, desculpando-se pelo uso indevido do cargo no documento (SOARES, 2020). Numa direção semelhante, junto a outros quatro reitores, desfilou-se da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) sob alegação de que a entidade seria hostil ao governo Bolsonaro (BERGAMO, 2021). Por fim, ele designou para a assessoria de sua gestão Bruno Gomides, uma figura de extrema direita que, além de ligada ao DPL, é adepto às ideias antidemocráticas propagadas por blogueiros investigados pela Polícia Federal e pelo STF. Segundo a imprensa:

“Para quem advoga em nome de uma corrente política contrária a qualquer ideologia nos ambientes de ensino, Gomides parece não estar em consonância com as orientações do movimento, já que membros da comunidade acadêmica da UFVJM, que dizem desconhecer as origens do estudante e sua formação profissional, afirmam que ele estaria assumindo o cargo para justamente difundir o bolsonarismo na instituição e fazer política na região, visto sua atividade partidária incessante (UFVJM, 2021).”

Este conjunto de eventos posteriores ajudou a identificar o processo que justifica a classificação deste caso como de alinhamento ao governo Bolsonaro. Uma troca de e-mails entre a Adufes e a ADUFVJM trouxe a informação de que Janir tinha, no passado, postura progressista. Ele teria, confirmando o que foi dito acima, se aproximado de Guelpeli e, por meio dele, buscado influência junto ao MEC. Vale notar que militantes do DPL ocupavam cargos no MEC desde o início da administração de Vélez Rodriguez. Como ficou claro pelo conjunto de elementos apresentados, sua indicação contou com vários recursos combinados, como a interferência de um deputado federal. Mas a mudança de postura de Janir ficou evidenciada e contou com manobras internas, como a que se deu no CONSU. Trata-se de um caso, portanto, de mudança de postura, buscando alinhamento ao Governo Federal de forma a aumentar as chances de indicação.

10. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Este foi mais um caso de interventor que mudou de posição política. A UFFS foi criada em 2009. Sua sede fica em Chapecó (SC), com campi em outras cinco localidades, do Rio Grande do Sul até o Paraná (UNIVERSIDADE, 2021b). Inicialmente, o reitor pró-tempore foi Dilvo Ristof. Em 2011, Jaime Giolo ocupou a mesma posição até 2015, quando houve a primeira consulta, vencida por ele e Antônio Inácio Andrioli como vice (JAIME, 2015).

Em 2019, a UFFS realizou a consulta em dois turnos. O primeiro ocorreu em 29 de abril. Nele, o vice-reitor, Antônio Inácio Andrioli, foi o mais votado, seguido por Anderson André Genro Alves Ribeiro, Marcelo Recktenvald (21%) e Gracialino da Silva Dias (MELLO, 2019). Os dois mais votados seguiram para o segundo turno, em 28 de maio, quando Anderson Ribeiro obteve 54% de votos contra 46% de Andrioli (CATUCCI, 2019). Pela lógica deste tipo de processo eleitoral, o CONSUNI deveria ter elaborado uma lista com apenas dois nomes ou com um terceiro colocado pró-forma. Ocorre que Recktenvald apresentou seu nome nesta instância, recebeu quatro de 49 votos e ficou em terceiro.

Segundo o relato de Anderson Ribeiro para o ANDES, após o envio da lista tríplice, o MEC demorou a responder. Além disso: “processos de transição que haviam iniciado foram interrompidos pois o terceiro colocado da lista tríplice [Recktenvald] se manifestou contrário aos atos, que segundo o mesmo isso colocariam em xeque as possibilidades de escolha de nomeação” (ANDES, 2020, p. 37). Este foi o primeiro indicativo de algum tipo de articulação pelo cargo. Por fim, disse Ribeiro:

“No dia 28 de agosto de 2019 recebi pessoalmente uma série contatos telefônicos da Secretaria de Educação Superior do MEC, em preparação para o ato de posse. Nessas ligações e subseqüentes e-mails, foram solicitadas diversas informações pessoais e institucionais, incluindo lista de convidados para a solenidade de posse, dados da Universidade a serem anunciados etc. Porém, no dia 30 de agosto fomos surpreendidos com Decreto assinado no dia 29/08/2019 que nomeava Marcelo Recktenvald” (ANDES, 2020, p. 37).

Aparentemente, o MEC fez uma avaliação da lista. Não teria nada contra Ribeiro, mas mudou de posição em 24 horas, optando pelo nome mais alinhado ao governo. Matéria assinada pelo jornalista Itamar Mello chamou a atenção para uma postagem de Recktenvald no Facebook na semana anterior à decisão de Brasília:

“Imprensa esquerdopata mundial, subsidiárias globalistas brasileiras, ONGs hipócritas e interesseiras, governantes canhotos, os isentões dissimulados de sempre, picaretas de toda espécie e, é claro, o gado. Todos, todas e todxs juntos contra o Bolsonaro. “Ninguém solta a mão de ninguém!

A Amazônia é só a cortina de fumaça. Só não vê quem não quer.

Que Deus abençoe o nosso presidente!” (MELLO, 2019).

A linguagem usada indica uma adesão ao discurso do então ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, sobre as críticas à política para a Amazônia, os conflitos que o governo estava alimentando com países estrangeiros e com ONGs internacionais sobre o tema, naquele momento, alimentando a ideia de uma perseguição por parte da esquerda e dos “globalistas”. Foi uma postagem estratégica, no mesmo momento em que, segundo Ribeiro, Recktenvald estaria criando dificuldades para a transição.

A matéria de Itamar Mello mostra que o interventor informava, em sua conta do Twitter, ser “cristão conservador”, “defensor da família” e “pastor batista”. Sua apresentação no Facebook era: “Só quero exalar o bom perfume de Cristo... e viver intensamente a loucura do evangelho”. Na entrevista que acompanha o texto, ele abordou sua proximidade com o governo: “Minha relação é de afinidade de ideias. Destaco os valores conservadores de valorização da família, os quais, juntos com o combate à corrupção, são princípios que considero muito preciosos para uma nação”. Adiante, reforçou a retórica anticomunista: “Queremos excelência acadêmica, para que a Universidade foque em Ensino, Pesquisa e Extensão em detrimento da militância e aparelhamentos institucionais” (MELLO, 2019).

Já uma matéria assinada por Johanns Eller, no jornal O Globo, mostra que, no início do mês de agosto, Recktenvald reproduziu em seu Twitter uma mensagem de Olavo de Carvalho afirmando que Weintraub: “está para seus antecessores na pasta assim ‘como um antibiótico está para suas bactérias’”. Em outra postagem, ele afirmou ser impossível acreditar na existência do aquecimento global (ELLER, 2019). Neste sentido, confirmando as posturas já consideradas acima. A novidade ficou por conta da abordagem de Recktenvald, em sua tese de doutorado, sobre políticas redistributivas em educação:

“Estas ações, quando referem-se ao governo, estão postas ainda no período dos governos Lula e Dilma, sobre os quais era possível compreender as intenções com a educação, especialmente com a educação pública. Agora, com uma nova coligação no poder (a de Michel Temer, do MDB), novas intenções se revelam, sobre as quais se instaura uma dinâmica de direita-volver, com ataques à Universidade Pública, patrocinados por interesses financeiros do Banco Mundial, que possivelmente coloquem em xeque as políticas de acesso e permanência.” (ELLER, 2019)

A matéria segue, afirmando que o interventor teria mudado de posição política, não só por conta desta citação como com base em uma fonte da comunidade acadêmica. Da mesma forma, o seu antecessor disse que a UFFS nunca foi submetida pelo MEC, ou qualquer outra figura política, a nenhuma situação que configurasse aparelhamento da gestão.

“Sublinhe-se que o reitor escolhido integrou durante os últimos anos a equipe da reitoria, como pró-reitor de assuntos estudantis e como pró-reitor de gestão de pessoas, sem que, em momento algum lhe fosse solicitada qualquer manifestação a respeito de suas preferências religiosas, ideológicas e políticas. Ele pôde, portanto, usufruir do não aparelhamento que sempre vigorou na UFFS”. (GILOLO, 2020, p. 33)

Logo, é possível notar que Recktenvald tem um perfil conservador. Todavia, na conjuntura anterior ao governo Bolsonaro, ajustou seu discurso a uma abordagem de esquerda ou progressista com relação a um tema caro aos governos do PT. Da mesma forma, atuou na administração de um reitor indicado por Dilma Rousseff como pró-tempore e foi confirmado por ela depois de eleito. Já em 2019, ele mudou de postura, desrespeitando o resultado do segundo turno para forçar sua entrada na lista tríplice. E agiu durante a fase de escolha pelo MEC de forma a aumentar suas chances, por meio de um alinhamento ativo, público, subindo o tom do discurso, reproduzindo uma estratégia paralela ao caso da UFVJM. Não por acaso, no mesmo mês de agosto de 2019, os dois interventores tomaram posse. A seguir, passamos a situações nas quais os escolhidos foram definidos por apresentarem posturas coerentes de direita.

11. Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)

A UNIFEI tem sede em Itajubá e um campus em Itabira, ambos em Minas Gerais. Ela surgiu a partir do Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá, fundado em 1913. Em 1936, passou a ser Instituto Eletrotécnico de Itajubá. Foi federalizada em 1956, no mandato do mineiro Juscelino Kubitschek. Em 1968, passou a se chamar Escola Federal de Engenharia de Itajubá. Em 2002, foi transformada em Universidade. A primeira eleição se deu em 2004 (UNIFEI, [2021]).

Entre 2013 e 2020, o reitor foi Dagoberto Alves de Almeida. No momento da última consulta, em 9 de setembro de 2020, seu vice-reitor era Marcel Fernando da Costa Parentoni e seu chefe de gabinete era José Arnaldo Montevechi (GONÇALVES, 2020b). Os dois disputaram a Reitoria com Edson da Costa Bortoni.

Em uma entrevista, Parentoni afirmou: “nossa candidatura não se caracteriza como forma de continuísmo”. Também disse: “a universidade sendo um ambiente plural deve abarcar e acolher todo tipo de iniciativa que vise combater práticas preconceituosas (como por exemplo LGBTfóbicas)” (GONÇALVES, 2020a). Apesar do declarado distanciamento com relação ao reitor no cargo, este viu, no voto dado a Parentoni e Montevechi, um sinal de aprovação da sua gestão (GONÇALVES, 2020b). Independentemente do que aconteceu de fato, os dois nomes foram associados ao reitor, considerados “esquerdista” por um dossiê divulgado entre o fim da consulta e a elaboração da lista pelo Consuni.

Por outro lado, “em suas redes sociais, Edson da Costa Bortoni se descreve, entre outras coisas, como pai, filho, marido, pastor, professor e servo de Deus” (SOBE, 2020). Esta é a apresentação dele no Instagram, em inglês. E há uma postagem da Prefeitura de Itajubá no Facebook que afirma: “Bortoni é engenheiro eletricista, professor da Universidade Federal de Itajubá (Unifei), pastor da Igreja Sara Nossa Terra” (PREFEITURA, 2019). Uma matéria de jornal, de 2021, afirmou que ele: “tem forte ligação com setores ligados ao presidente, como os evangélicos, através da igreja Sara Nossa Terra, que tem forte influência política em políticos itajubenses, como o prefeito Rodrigo Riera” (GONÇALVES, 2021). Segundo uma postagem da UNE, “Bortoni é assumido apoiador de Bolsonaro e perpetuador de *fake news* nas redes sociais” (UNE, 2021). E uma reportagem da Veja afirmou: “Constam em seu currículo postagens com opiniões a favor do governo e fotos em que aparece atirando com um fuzil” (FERRAZ, 2021).

Os três citados disputaram a consulta, tendo como resultado a vitória de Parentoni (53%), seguido por Bortoni (23%) e Montevechi (21%). Durante a campanha, Bortoni foi acusado por estudantes de pedir um dossiê contra outros candidatos à Reitoria (GONÇALVES, 2020c). Em uma aula online, ele compartilhou acidentalmente, na tela do computador, um documento com informações sobre os concorrentes. Em nota, apresentou o seguinte relato:

“...durante o intervalo da minha aula através Google Meet nesta manhã (podem perguntar aos alunos presentes), abri um documento que recebi no WhatsApp, no qual constava um texto e fotos dos outros candidatos à Reitoria da UNIFEI... Mais uma vez, declaro que não fui eu quem fez este documento, posto que o recebi no WhatsApp e não poderia conhecer o seu conteúdo até que o abraße”. (UNIFEI, 2020)

Todavia, a versão do então candidato diverge da imagem printada seu aplicativo de mensagens, em conversa com um interlocutor, de nome não revelado, na qual se lia:

“Contato: [...] tenho mesmo o maior orgulho de você!!! Sem dúvida é o mais nobre da nossa família e espelho de retidão e amor a Deus. Não deixe sair da sua boca nenhuma palavra de derrota. Nenhum candidato tem o apoio da Frente Parlamentar da Família. 247 deputados federais. Nenhum candidato tem o apoio da Frente Parlamentar Evangélica. Nenhum candidato tem apoio da Fenasp, só você. Ainda tem uma conversa com o bispo Bravo, da Unigrejas, ligada à Universal (IURD) para também assinar uma carta de recomendação. O segundo round começou e a luta está começando. Seu objetivo é ser reitor.

Bortoni: [...] você pode me enviar aquele docie (sic) que você fez? Vou encaminhá-lo ao presidente por outros caminhos” (UNIFEI, 2020).

O conteúdo da mensagem faz menção a apoios externos à comunidade universitária, vinculados a instituições religiosas, como o Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política (Fenap) e a União Nacional das Igrejas e Pastores Evangélicos (Unigrejas).

Após o pleito, na 7ª Sessão Extraordinária do Consuni, ocorrida no dia 14/09/2020, a segunda posição foi alterada e a lista tríplex foi composta na seguinte ordem: Marcel Fernando da Costa Parentoni (36 votos); José Arnaldo Barra Montevechi (dez votos), e Edson da Costa Bortoni (três votos). Segundo uma matéria jornalística, esta mudança teria se dado justamente por conta do “docie”. O então reitor, Dagoberto Almeida, disse que constava do documento uma foto dele com Dilma Rousseff, com o propósito de vinculá-lo ao PT. Além disso, segundo o autor da matéria, o “escândalo do dossiê”

e a suposta tentativa da interferência no resultado da eleição fizeram com que os votantes do Conselho Universitário da Unifei (Consuni) tirassem o segundo lugar de Bortoni”. (GONÇALVES, 2020a) A aparente punição, porém, não impediu que o terceiro colocado fosse escolhido por Bolsonaro, tendo assumido a reitoria em 9 de dezembro de 2020. Tanto antes quanto depois da consulta e posse, Bortoni demonstrou coerência na posição à direita. Ficou claro que houve articulação de apoios externos junto a igrejas e outras lideranças, pois foi dito que ele tinha “forte influência política em políticos itajubenses, como o prefeito Rodrigo Riera” (GONÇALVES, 2021), mas o destaque absoluto remete ao seu perfil, confirmado pela posterior saída da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (Andifes), devido à sua vinculação ao presidente.

12. Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Em 1951, foi criada, em Belém, a Escola de Agronomia da Amazônia, para ofertar curso superior na área. Em 1972, ela passou a se chamar Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), já contando com a graduação em Engenharia Florestal. Nos anos seguintes, foram sendo criados outros cursos. A partir dela, foi criada a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), em 2002. Posteriormente, foram abertos novos campi em Paragominas, Capitão Poço, Santarém e Parauapebas. O de Santarém acabou sendo incorporado, em 2009, à Universidade Federal do Oeste do Pará (UFRA, 2021; UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA, 2021a; 2021b).

O primeiro reitor pró-tempore foi Manuel Malheiros Tourinho, que já ocupava a direção da FCAP. Permaneceu no cargo até 2005. Naquele ano, houve a primeira consulta, vencida por Marco Aurélio Leite Nunes, que ficou no cargo até 2009. O sucessor foi o seu vice-reitor, Sueo Numazawa, que foi reeleito em 2013. Boa parte desta lista foi obtida na obra de Walmir Hugo dos Santos, que, confirmando a tradição democrática na instituição desde antes de sua transformação em Universidade, afirmou: “A partir de 1995, todos os diretores e vice-diretores e reitores e vice-reitores foram indicados à Congregação e ao Conselho Universitário através de consulta prévia à comunidade” (2014, p. 74).

Em 2017, Marcel do Nascimento Botelho foi o mais votado para o cargo, com Rosemiro dos Santos Galate em segundo e Herdjânia Veras de Lima em terceiro (MAGALHÃES, 2020). Botelho foi confirmado pelo MEC, tendo Janae Gonçalves Martins como vice-reitora. Em 7 de abril de 2021, ela encabeçou a Chapa 1, tendo sido a mais votada no cálculo da soma ponderada normalizada, com mais de dois mil votos válidos da comunidade universitária (UFRA, 2021). Em segundo lugar ficou Herdjânia Veras Lima e, em terceiro, Ruth Helena Cristo. Na lista tríplice deliberada pelo Conselho Universitário, Lima permaneceu em segundo, com Janae novamente em primeiro lugar.

Herdjania tem perfil conservador e dentre as ações que demonstram sua inclinação aos valores da extrema direita está o apoio oferecido ao delegado federal Everaldo Eguchi quando este concorreu à eleição para a Prefeitura de Belém. O delegado é investigado por vazamento de informações da Polícia Federal e está afastado do cargo. Segundo o jornalista Olavo Dutra, a interventora, “que antes era ligada ao PSL, está tecnicamente sem partido, depois de flertar, politicamente, com o delegado Everaldo Eguchi. Agora está sob a tipoia de outro delegado, o deputado federal Eder Mauro, daí sua nomeação ao cargo na Ufra” (DUTRA, 2021).

Outro nome associado a Herdjânia também foi protagonista de investigação da PF. Escolhido pela interventora para ser o prefeito universitário, o servidor Walbert Fredson Machado Melo, investigado na Operação 3% (ASCOM PF, 2021) por suposta associação criminosa e por facilitar contratos de licitação na Ufra (POLÍCIA, 2021). Apesar das graves acusações, a Reitoria apenas o designou para outro cargo e, até dezembro de 2021, Melo ainda estava à frente da administração da Diretoria de Patrimônio e Material da Universidade.

A candidata preterida foi reconhecida pela seção sindical e pelos movimentos estudantis como legitimamente eleita, apesar de divergências políticas (REGINA, 2021; SINDTIFES, 2021). De acordo com Janae, Herdjânia e seus aliados:

“[...] se aproveitaram da prerrogativa legal do presidente escolher um nome a partir de uma lista tríplice para conquistar aquilo que jamais teriam de maneira moral, ética e democrática, sabemos sim que é absolutamente legal o ato do presidente. O que é lamentável é o DESRESPEITO com a nossa história, além de não reconhecer o desejo democrático da comunidade acadêmica, a qual escolhe de forma transparente os seus gestores” (MARTINS, 2021).

Verifica-se, portanto, que foram usados recursos como a busca de apoios externos, mas a escolhida tinha claro perfil alinhado ao governo e já havia disputado a Reitoria antes.

13. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Na cidade do Rio de Janeiro, desde o século XIX, foram instaladas diversas instituições de ensino superior. Algumas tiveram origem em iniciativas do Poder Público. Outras foram constituídas como entidades privadas, mas estatizadas posteriormente. Em 1920, o Governo Federal reuniu diversas destas escolas na “Universidade do Rio de Janeiro”. Em 1937, o nome foi alterado para “Universidade do Brasil”. Em 1965, passou a ser chamada de Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (UNIVERSIDADE, 2021). Ao mesmo tempo em que tal processo estava se desenvolvendo, alguns cursos e entidades permaneceram isolados, mantidos pelo MEC ou não. Finalmente, em 1969, foram assinados dois decretos-lei. Um deles autorizou a Academia Brasileira de Medicina Militar a abrir uma Faculdade de Medicina. O outro criou a Federação das Escolas Federais Isoladas da Guanabara (Fefieg). A ditadura havia implantado uma Reforma Universitária que alinhava o sistema educacional superior ao modelo norte-americano, buscando racionalizar e ampliar sua rede de ensino, o que incluía um esforço para padronizar os nomes, por meio do termo “federal”. É bem verdade que, em alguns casos, como em Itajubá (MG), a opção foi por manter escolas federais isoladas, mas não ficou claro qual o objetivo ao criar a figura jurídica de uma “federação”, tendo em vista até a autorização de uma nova faculdade isolada (MEDICINA, 1969).

No caso da Fefieg, seu núcleo girava em torno da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (UNIVERSIDADE, 2021), que se originou de uma linha ligada à homeopatia (ESCOLA, 2020). É possível que o desentendimento com entidades ligadas à alopatia tenha mantido esta entidade isolada e que a Fefieg tenha sido criada pela sua aglutinação com cursos de enfermagem e nutrição, acrescidos de alguns das humanidades, como teatro, música e biblioteconomia. Talvez tenha havido um esforço para justificar a criação de uma universidade que desse espaço à homeopatia, mas a tentativa parou no meio termo de uma “federação”.

O dispositivo que criou a Fefieg determinou que ela seria dirigida por um “presidente”, escolhido em lista sêxtupla pelo seu “Conselho Federativo”, com mandato correspondente ao de reitor (BRASIL, 1969, art. 5), ou seja, quatro anos sem recondução. Posteriormente, com a fusão dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro, a entidade passou a se chamar Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (Fefierj).

Durante o mandato do general Geisel, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo exerceu o cargo de ministro-chefe do Serviço Nacional de

Informações (SNI). Em 31 de janeiro de 1978, Guilherme de Oliveira Figueiredo, professor da Escola de Teatro e irmão do cabeça da comunidade de inteligência da ditadura, foi indicado para ser presidente da Fefierj. O general Figueiredo seria escolhido para suceder a Geisel. No fim do mandato deste, com Figueiredo já confirmado pelo Colégio Eleitoral, foi aprovada uma lei que transformava a Fefierj em Universidade do Rio de Janeiro (Unirio). Esta medida, em seu art. 10, transformava o cargo de presidente em reitor e preservava o seu mandato (BRASIL, 1979a), ou seja, mantinha Guilherme no posto até janeiro de 1982. O nome atual, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, mantida a sigla anterior, foi estabelecido em 2003 (UNIVERSIDADE, 2017).

No fim do seu primeiro ano de mandato, o general Figueiredo aprovou uma medida que fez com que os dirigentes das fundações mantidas pela União passassem a ser livremente escolhidos por ele, ocupando cargos comissionados (BRASIL, 1979b). Segundo uma matéria do Correio Braziliense, ela teria sido criada para manter no cargo o reitor da Universidade de Brasília (UnB), José Carlos Azevedo, cujo mandato se encerraria em 1980 (PROFESSORES, 1984). Na época, havia 16 instituições de ensino superior que eram fundações, entre elas, a Unirio. Outras eram autarquias. A mesma matéria concluiu que os cargos de reitores indicados em comissão foram usados politicamente, por exemplo, como cabides de empregos para pessoas ligadas ao partido no poder, o PDS.

Em uma carta publicada anos depois, Guilherme Figueiredo afirmou que, com a nova determinação, foi indicado como reitor comissionado pelo vice-presidente em exercício, Aureliano Chaves (UNIRIO, 1985). O novo posto, é claro, não possuía mandato.

O discurso de Guilherme buscou separá-lo do irmão e de supostas vantagens por conta disso. O fato, porém, é que ele soube articular redes de contatos, dentro e fora da Fefieg/Fefierj/Unirio. Em 1978, a ditadura admitiu que o MDB do Rio de Janeiro elegeisse Chagas Freitas como o único governador de oposição. No seu governo, Guilherme ocupou a presidência da Fundação de Artes do Estado do Rio de Janeiro (Funarj) (CARNEIRO, 1980) e foi membro do Conselho de Administração e/ou diretor do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro (BD-Rio) (HULLEN, 1987). A incerteza na afirmativa se deve ao fato de que há matérias jornalísticas que o apontam em uma posição ou outra. Em 1987, o Banco Central concluiu que a emissão de CDBs pelo BD-Rio era a operação culpada pelo rombo em suas contas, apontando várias pessoas como responsáveis, entre elas não só Guilherme como Tancredo Augusto Tolentino Neves, filho de uma liderança nacional do MDB, Tancredo Neves; e o filho do general Octávio Costa, Danilo Octávio Monteiro da Costa. O referido militar foi chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) durante o governo Médici. E era secretário-geral do Ministério do Exército entre 1979/80, quando seu filho esteve no BD-Rio (COSTA, 2001).

Além de contatos junto a setores militares, aos Governos Federal e Estadual, Guilherme tinha proximidade com empresários. Um levantamento feito no *Jornal do Commercio* mostrou que ele foi membro do Conselho de Administração do estaleiro Emaq e assim permaneceu, pelo menos até 1984. O detalhe é que sua formação acadêmica era em Direito e ele havia feito carreira como dramaturgo e crítico literário. Mesmo assim, ocupou cargos no BD-Rio e no Emaq. Nos dois lugares, seu nome foi envolvido em acusações, como no caso da quebra do banco e em uma ação penal por desvio de recursos do Imposto de Renda, referente ao Emaq (HABEAS, 1988). Como reitor da Unirio, ele foi, ao mesmo tempo, presidente da Funarj, atuou no banco e no estaleiro.

Esta ampla rede de contatos pode ter sido relevante para que ele concentrasse poder na Unirio e para preservá-lo (e a seus aliados internos) das críticas e das seguidas lutas pela democratização nas universidades. A citada medida do seu irmão, que transformou o posto dos reitores em cargos comissionados foi objeto de greves e manifestações pelo país. Isto levou, em dezembro de 1983, a que a ministra da Educação propusesse um projeto de lei restituindo a indicação dos reitores de fundações por meio de listas sêxtuplas, com prazo de envio ao MEC de seis a oito meses (BRASIL, 1983). O detalhe interessante é que o mandato do general Figueiredo terminaria em 15 de março de 1985, de forma que, até agosto de 1984, ele poderia indicar reitores de 16 fundações que iriam adentrar o governo seguinte.

Entre 1983 e 1984, o país foi tomado pela Campanha Diretas Já. As Universidades não ficaram de fora e várias lutas foram desenvolvidas pela eleição de reitores, assim como pelo fim da sua indicação como comissionados nas fundações. Na Universidade Federal de Santa Catarina, foram realizadas eleições informais visando a indicar os nomes da lista sêxtupla aos conselhos superiores. A Associação dos Docentes da UnB e o movimento estudantil se inspiraram no exemplo e fizeram o mesmo, em um processo que contou com dois turnos (REITORÁVEIS, 1984). O reitor Azevedo não aceitou a proposta. Os estudantes entraram em greve. Como já haviam parado para apoiar a Emenda Dante de Oliveira, ele ameaçou com reprovação, pois os discentes estariam ultrapassando os 25% permitidos de faltas (COLÉGIO, 1984). No processo, Cristovam Buarque foi o mais votado. Figueiredo, porém, escolheu outro nome. Em 1985, a comunidade repetiu a eleição, o que levou o presidente Sarney a indicar Buarque ao cargo (UNIVERSIDADE, 2021).

Enquanto estava ocorrendo a “guerra” da UnB, corria o prazo para o envio das listas sêxtuplas das fundações. Ao contrário do que se deu em outros lugares, Guilherme Figueiredo manteve o controle da situação. Ele foi eleito por unanimidade nos colegiados (INCONFIDÊNCIAS, 1984) e ficou em primeiro lugar na lista (GUILHERME, 1984), sendo reconduzido em 10 de julho (LANCE-LIVRE, 1984). A Unirio foi a primeira das fundações a entregar a lista (FIGUEIREDO, 1984). Com isso, ele obteve um mandato até 1988.

Vale notar que a Fefieg/Fefierj/Unirio contou com um processo de mobilização política dos seus estudantes. Na década de 1970, era cobrada uma taxa de matrícula, no valor de Cr\$ 307,00. Em 1977, a instituição estabeleceu o sistema de créditos, passando a cobrar de acordo com eles. No curso de Teatro, os 16 créditos iniciais passaram a implicar uma cobrança de Cr\$ 508,00 (O CUSTO, 1977). Antes da Fefieg, as escolas não cobravam taxas. De início, a taxa era considerada “simbólica”. No referido ano de 1977, ela passou a ser designada como “anuidade simbólica”, a ser paga a cada seis meses (O CONTO, 1979). Isso levou a uma insatisfação dos estudantes, que acompanharam o projeto de lei de criação da Unirio. Eles descobriram que o relator na Câmara propôs a mudança da natureza jurídica da entidade, de fundação de direito público para privado, que contaria com um Conselho Diretor do qual professores e alunos estariam ausentes, mas haveria dois representantes das classes empresariais do Rio (AVISO, 1979). A medida foi vista como um laboratório para que as universidades passassem a cobrar mensalidades. No final, a mudança não passou, mas indicou a existência de uma atuação política dos estudantes, intensificada no ano seguinte, quando eles foram despejados à força, pela Polícia Militar, da Escola de Artes e Música, localizada no prédio da antiga sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) (CARNEIRO, 1980), que foi demolida, contando com a passividade de Guilherme Figueiredo.

Apesar do esforço que houve pela democratização interna, o grupo do reitor manteve o controle da situação. Quando seu mandato foi se aproximando do fim, a comunidade promoveu uma eleição interna em dois turnos. Em 1984, na UnB, o primeiro turno implicou uma consulta aos eleitores, na qual foi apresentada uma lista com 12 nomes, de forma que os seis mais votados foram para o segundo turno. Ao que parece, tentaram fazer algo parecido na Unirio, mas os dois turnos contaram com uma lista de apenas cinco nomes. As informações obtidas nos jornais não são muito claras. O primeiro turno teria contado com Edson Teixeira, que teve 1.293 votos totais, Hans Dohman, que teve 753, Mario Barreto C. Lima, com 532, Rogério Rocco, com 465, e Osmar Teixeira da Costa, com 278. Este teria sido incluído no pleito só para compor a chapa (UMA ZEBRA, 1988). No que parece ter sido o segundo turno, Edison teve 3.500 votos dos cinco mil alunos, professores e funcionários, com Osmar se mantendo em último, com 1% do total (EDISON, 1988). Só que o escolhido por Sarney foi este, mesmo com o compromisso público de que todos apoiariam apenas o primeiro da lista (REITOR, 1988). Ou seja, o mesmo presidente que cedeu no caso da pressão pela democracia na UnB, ignorou a escolha da comunidade da Unirio. Segundo o Jornal do Commercio, a razão estava no fato de que a esposa do ministro-chefe do SNI, General Ivan de Souza Mendes, era cliente do ginecologista Osmar Teixeira da Costa (UM ABORTO, 1988).

Pelo critério que está sendo utilizado neste dossiê, portanto, Osmar Teixeira da Costa foi interventor na Unirio. O general Figueiredo foi chefe do SNI e o general Ivan de Souza Mendes foi apoiador do golpe de 1964, além

de membro do grupo do general Geisel, conhecido como “Sorbonne” (IVAN, 2021). Figueiredo foi escolhido para suceder a Geisel por este grupo. E surge a nota do Jornal do Commercio, o que permite identificar continuidade na rede de relações na qual Guilherme se inseriu. Após a posse de Osmar Teixeira da Costa, Guilherme foi indicado por ele para exercer função comissionada de assessor da Reitoria (BOLETIM, 1988). Ao que parece, ficou nesta posição até 1992 (BOLETIM, 1992). Antes da conclusão do mandato de Osmar e da exoneração de Guilherme, em novembro e dezembro de 1991, a comunidade da Unirio fez uma consulta em dois turnos, disputada por seis nomes (SEIS, 1991). Pietro Novellino ficou em primeiro lugar (PRESTIGIADO, 1992), mas o escolhido foi Sérgio Luiz Magarão, que ficou em terceiro. Na mesma época, o senador Antonio Marins atacou a decisão do MEC de vetar o primeiro lugar na eleição da Universidade Federal da Paraíba (UNI-RIO, 1992). Desta forma, a Unirio teve o seu segundo interventor, indicado junto com o da Paraíba.

Houve três consultas seguidas que tiveram o nome de Pietro Novellino em primeiro lugar (MAIS VOTADO, 2000). A de 1991 não resultou em sua indicação, em 1992. A segunda, em 1996, levou o governo a escolher o então vice-reitor, Hans Jürgen Fernando Dohmann. As informações obtidas não permitiram saber qual a posição deste na lista (LANÇE-LIVRE, 1996). Segundo o jornalista Jânio de Freitas:

“O ministro esperou mais de um mês para surpreender a Uni-Rio, e o eleito, com o nome do novo reitor. Esperava as férias, para evitar que da comunidade universitária partissem previsíveis cobranças de explicação e protestos. Não seria pelo ministro, no entanto, que a comunidade universitária saberia que o eleito foi queimado no governo por ser tido como muito próximo de Itamar Franco, do qual é dado por alguns como um dos representantes no Rio” (FREITAS, 1996).

Uma nova dinâmica do poder político, já na era pós-Guilherme Figueiredo, se abateu sobre a Unirio. O presidente Fernando Henrique Cardoso havia rompido com o ex-presidente Itamar Franco, repercutindo na instituição, resultando na indicação do terceiro interventor seguido.

Em 2000, Novellino concorreu com o então reitor, Hans Dohman, sua vice-reitora, Regina Longarinho, com Malvina Tuttmann e Álvaro de Souza (UNI-RIO, 2000a). Novellino teve 29% dos votos, ficando em primeiro lugar. No Colégio Eleitoral, contudo, o reitor teve 57% dos votos (contra 21% na consulta), ficando em primeiro na lista. Novellino ocupou o segundo lugar e Malvina, o terceiro (UNIRIO, 2000b). Desta vez, porém, o MEC o escolheu, respeitando o resultado da consulta pela primeira vez (mas não da ordem na lista). Ou seja, em 1988, 1992, 1996 e 2000, o MEC desrespeitou o primeiro lugar na consulta ou na lista. Novellino explicou todo este imbróglio da seguinte forma:

“Ganhei a primeira eleição, porém, por um problema político, não fui nomeado. Pela segunda vez, me candidatei, recebi mais de 50 votos, mas também sem sucesso. Na terceira ocasião, fui pessoalmente ao ministro e disse que se eu fosse eleito e não pudesse assumir, não me candidataria novamente. Ele me respondeu: ‘você já deveria ter sido nomeado faz tempo! Se você ganhar a votação novamente, eu o nomeio’. De cinco candidatos, eu ganhei. Assumi a reitoria da Unirio de 2000 a 2004” (CREMERJ, 2020, p. 11).

Foi dito antes que, desde a época da Fefierj, a comunidade da instituição desenvolveu lutas pela democracia interna, mas enfrentando poderosas redes de poder com articulações internas e externas. Neste sentido, em 2004, foi implantada, pela primeira vez, a consulta paritária. Todas as anteriores se deram com peso de 70% dos docentes (POLÊMICA, 2004). O resultado foi a vitória de Malvina Tuttman, que já havia disputado em 2000. Esta posição foi garantida pela sua larga aceitação entre os estudantes. O seu adversário foi o então vice-reitor, José Dias, que entrou na Justiça contra o processo (MALVINA, 2004). Esta movimentação chegou ao MEC e levou o ministro Tarso Genro a encomendar um parecer jurídico para decidir quem empossar na Unirio (NOVELO, 2004). Tudo isso levou a uma manifestação de estudantes, que acamparam na Reitoria, acusando o reitor, Pietro Novellino, de não passar o comando a Malvina (ALUNOS, 2005). Ao final, Malvina ficou em primeiro lugar na lista, com 56 votos no Colégio Eleitoral. Curiosamente, José Dias teve apenas três votos, enquanto 24 foram nulos e dois foram em branco (ELEIÇÃO, 2004). Segundo a imprensa, Malvina teria sido a primeira mulher eleita para o cargo no Brasil. Ela acabou sendo confirmada.

Malvina foi reeleita em 2008, tendo, nos dois mandatos, a pessoa de Luiz Pedro San Gil Jutuca como seu vice (ELEIÇÃO, 2008). Ela exerceu o segundo mandato até 2011, quando deixou o cargo antes do fim do período para assumir a Presidência do Inep. Na ocasião, a Unirio antecipou o pleito em um ano. Malvina apoiou seu vice na consulta. A disputa foi travada entre Antônio Brisolla Diuana, Rossano Fiorelli e o vice Luiz Pedro San Gil Jutuca. O Consuni referendou a escolha da comunidade acadêmica por Jutuca, que o elegeu com 3.070 votos. “O segundo colocado foi o professor Rossano Fiorelli, com 2.219 votos e, em terceiro, o professor Antônio Brisolla Diuana, com 402 votos. A eleição ainda teve 195 votos nulos e 64 votos brancos” (ASUNIRIO, 2011, p. 4).

Assim, o mandato de Jutuca se deu entre 2011 e 2015. Da mesma forma que Malvina, ele procurou a reeleição, tendo, todavia, rompido com o seu vice, José da Costa Filho, que se lançou pela oposição. Na época, o reitor levantou suspeitas pelo fato de ter nomeado um servidor da instituição como titular da Comissão Eleitoral que foi indiciado, em 2012, pela Polícia Federal por crimes de corrupção (INDICIADO, 2015). Jutuca teve 29,4% e Costa Filho, 23,6% (UNIVERSIDADE, 2015), tendo o MEC confirmado o reitor no segundo mandato, referente ao período de 2015 a 2019. Ricardo da Silva Cardoso era seu vice.

A longa narrativa elaborada até aqui mostra que a Unirio tem um histórico de graves ofensas à democracia interna. Todas as instituições de ensino superior possuem oligarquias, resultantes de acordos entre grupos, sendo que, muitas vezes, há flutuações que resultam em surpreendentes rearranjos. Tais grupos podem ou não buscar alianças com atores externos, para reforçar seu posicionamento. No caso da Unirio, as conexões com amplas redes externas de relacionamento começaram com a figura de Guilherme Figueiredo, mas se estenderam depois. A partir de primeiro mandato de Malvina Tuttman, houve uma “normalização” democrática, devido ao voto paritário e ao respeito ao resultado eleitoral. Contudo, as disputas de poder se revelaram nos vários episódios de rompimento com vices. Até que, em 2019, diante da impossibilidade da reeleição de Jutuca e tendo em vista o cenário político não só do governo Bolsonaro como do anterior, o cálculo interno se voltou, novamente, para a cena nacional.

Foi dito acima que, em 2011, Malvina Tuttman deixou a Reitoria para assumir a presidência do Inep. Ela permaneceu pouco tempo, passando, em 2012, para um cargo de membro do Conselho Nacional de Educação, em que exerceu mandato de quatro anos, e tendo sido reconduzida em 2016 para ficar até 2020. No ano de 2016, porém, com o impeachment de Dilma Rousseff, o MEC sofreu uma profunda alteração de linha política, com o ministro Mendonça Filho, sua Reforma do Ensino Médio e a nova Base Nacional Curricular Comum (BNCC). De sua posição no CNE, Tuttman se posicionou contrariamente à nova BNCC, o que resultou em sua exoneração do colegiado em 2018 (MORENO; MARQUES, 2018). Vale lembrar que Jutuca foi seu vice e apoiado por ela em 2011.

Pela dinâmica anterior, o vice de Jutuca, Ricardo da Silva Cardoso, teria seu apoio (ou romperia, indo para a oposição). Devido aos acordos estabelecidos, sua vice seria uma professora filiada ao PT (FERREIRA, 2019; APUFSC, 2019). Mas o grupo antecipou um possível veto no MEC. Como resultado, Ricardo optou por não disputar a consulta e apresentar o seu nome apenas no Conselho. Da mesma forma, outra pessoa, Helton Setta, seguiu o mesmo caminho. Ele é professor da Unirio e militar da Marinha. Alegou não ter apresentado candidatura à consulta porque o rito não seguiu corretamente as normas - sem, no entanto, deixar explícito a que se referia:

“Consulta eleitoral que transgride as normas legalmente instituídas para a realização de consulta à comunidade não é democrática, é ilegal, própria de regimes totalitários que não acatam as regras estabelecidas e tentam impor suas vontades, que julgam acima da Lei, e confundir os incautos” (SETTA; ARAÚJO, 2019).

Assim, duas chapas participaram da disputa entre os dias 3 e 6 de abril de 2019. A primeira, encabeçada por Leonardo Villela de Castro e Maria do Carmo

Ferreira, obteve 72% dos votos e foi vencedora em todas as três categorias da comunidade. Já a reunião do Conselho Universitário para a elaboração da lista tríplice se deu em 11 de abril, com a solicitação de inclusão dos nomes de Ricardo e Helton. Segundo o relato de Leonardo Castro e Claudia Aiub:

“Chegado o dia do Conselho conjunto, o então reitor resolve e impõe a todos um rito absolutamente estranho a todos, pois impediu que houvesse decisão sobre como se processaria a votação e, pior, ameaçou cancelar a sessão caso houvesse insistência por parte de algum conselheiro em modificar o processo. Neste clima de muita tensão e absoluta irregularidade, a disputa entre a chapa que vencera as eleições e a liderada pelo vice-reitor foi bastante acirrada, terminando com a vitória da chapa da situação por 14 votos. Desta forma, a lista tríplice foi com o nome do vice-reitor, atual ocupante do cargo, prof. Ricardo Cardoso, tendo sido completada pelo prof. Leonardo Castro e pela prof^a Claudia Aiub. O governo nomeou o prof. Ricardo (ANDES, 2020, p. 20).

Assim, a Unirio voltou a ter um interventor. Apesar de ter sido o primeiro da lista tríplice, ele foi assim considerado devido ao fato de não ter disputado a consulta. Além disso, ficou evidenciado o cálculo político assumido por Jutuca e seu vice. A mudança do quadro político em Brasília, desde o mandato de Temer, afetou a posição de Malvina Tuttman e pode ter dado sinais aos dirigentes da Unirio de que seria necessário, pelo menos, não fornecer elementos que pudessem ser usados como razões de veto ao governo Bolsonaro. Não é claro, mas a presença do militar talvez ajude a explicar a postura do reitor na formação da lista. Seria necessário garantir a posição do seu vice, mas fechar o restante da lista para que o vice-almirante Setta nela não estivesse. Não é possível caracterizar Ricardo da Silva Cardoso como politicamente alinhado ao governo Bolsonaro, mas como alguém que se posicionou de forma a estar mais próximo dele para aumentar suas chances de escolha. O compromisso com uma vice do PT o levou a não disputar a consulta e a ação do reitor na formação da lista, pelo relato dos derrotados no processo, garantiu sua posição e a ausência de Setta. Tendo em vista o histórico da Unirio, não foi a primeira vez que suas oligarquias agiram de maneira pragmática, buscando proximidade com o poder para atingir seus propósitos. Diante disso tudo, a opção foi por considerar este caso como um exemplo particular de alinhamento.

14. Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)

Fundado por Nilo Peçanha em 23 de setembro de 1909, o Instituto Federal de Santa Catarina iniciou suas atividades como Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina e tinha como foco a oferta de educação de ofício para o público socioeconomicamente desfavorecido. Ao longo dos anos, adotou diferentes nomenclaturas, desde Escola Industrial Federal de Florianópolis, quando foi federalizada (1942) a Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC), em 1968 (ALMEIDA, 2010). Já sob o governo de FHC, no ano de 2002, a escola foi expandida e transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (Cefet-SC).

Por fim, em 2008, uma proposta de mudança na oferta do serviço levou à discussão sobre o destino do Cefet-SC. O processo ocorreu com debates, seguidos de uma consulta à comunidade escolar no dia 7 de março de 2008, que deliberou pela transformação do Cefet-SC em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), cuja regulamentação foi feita pela Lei 11.892, em 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008). Atualmente o Instituto conta com 22 campi.

“No total, votaram 667 servidores e 2.426 alunos. Destes, 507 servidores e 1.848 alunos votaram a favor da transformação. A tese que defendia a manutenção da Instituição como Cefet-SC recebeu 21,14% dos votos (139 servidores e 528 alunos). Os votos brancos e nulos somaram 2,8%” (ALMEIDA, 2010, p. 151).

Como ocorrido com a Unifei e a Ufra, a Reitoria da instituição foi designada de modo pró-tempore. A diretora do então Cefet-SC, professora Consuelo Aparecida Sielski, assumiu o cargo a partir de janeiro de 2009, substituída em 29 de julho de 2011 pelo professor Jesué Graciliano da Silva – também com gestão pró-tempore. Somente em 2011 foi realizada a primeira consulta à comunidade escolar para escolha de reitor. Assim, o IFSC teve como sua primeira reitora eleita a professora Maria Clara Kaschny Schneider, que foi reconduzida ao cargo para novo mandato, tendo, assim, seu período de gestão de 20 de dezembro de 2011 a 18 de abril de 2020.

Diferentemente das universidades, assim como no caso do Cefet-RJ, o processo de consulta para os institutos não culmina na elaboração de lista tríplex. O artigo 10 do Decreto nº 6986/2009 define que a escolha se dará pela indicação de um único candidato para cada cargo sob votação

(BRASIL, 2009). O decreto também regulamenta que o reitor será “nomeado pelo presidente da República, a partir da indicação feita pela comunidade escolar” (BRASIL, 2009). No caso do IFSC, a legislação não se aplicaria à sua última eleição, pois o processo de escolha para a Reitoria ocorreu antes da publicação do decreto. Todavia, assim como em outros dois casos (IFRN e Cefet-RJ), o resultado da eleição, realizada em dois turnos, foi desrespeitado e o candidato eleito, Maurício Gariba Júnior, foi impedido de tomar posse no cargo por quase dois anos devido a processo administrativo em andamento. Por isso, o processo eleitoral do IFSC apresenta indícios de alinhamento com o Governo Federal.

Segundo o Blog do IFSC (2020), “o processo eleitoral do IFSC foi deflagrado em reunião do Conselho Superior (Consup) realizada no dia 16 de setembro de 2019, quando o Conselho também definiu que a eleição seria realizada em dois turnos e homologou a Comissão Eleitoral”. O calendário determinou o primeiro turno da eleição para o dia 13 de novembro de 2019 e o segundo turno para dia 5 de dezembro do mesmo ano (IFSC, 2019a). Em 16 de dezembro, o processo foi finalizado e Gariba Junior declarado vencedor do pleito com 36,29% dos votos válidos (IFSC, 2019b).

Como exposto anteriormente, o mandato da professora Maria Clara se findaria em 18 de abril de 2020, e, assim, a data provável da posse do vencedor seria dia 20 do mesmo mês, conforme o cronograma da Comissão Eleitoral (IFSC, 2019a). No entanto, em 17 de abril de 2020, Weintraub designou o professor Lucas Dominguni para ocupar o cargo de reitor pró-tempore do IFSC. Dominguni era diretor do campus Criciúma e disse ter sido “sondado” (sic), mas que abdicou da indicação por não haver justificativa pública do MEC para que a escolha da comunidade escolar não fosse respeitada. De acordo com o professor Dominguni:

“O Ministério precisa justificar muito bem o motivo de o processo eleitoral não ter sido aceito. Depois a comunidade vai analisar e verificar se considera os motivos coerentes ou não. Sem justificativa, a reação vai ser contrária e isso não é correto. Afinal, a instituição promoveu um processo democrático e dentro da legalidade” (PALHARES; SALDAÑA, 2020).

À época, a Reitoria foi comunicada através do ofício nº 336/2020, enviado pelo gabinete da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec-MEC), de que o candidato eleito não seria nomeado devido à:

“existência de restrições, resguardadas por sigilo, que esbarram, dentre outros, nos requisitos estabelecidos nas previsões do Decreto nº 9.916, de 18 de julho de 2019, que trata dos critérios gerais para ocupação de cargos

em comissão. Por essa razão, este Ministério da Educação entendeu pela pertinência de sobrestar a análise do processo eleitoral em referência” (SE-TEC-MEC, 2020).

O professor Gariba Júnior interpôs recurso junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, solicitando permissão para assumir provisoriamente, mas o TRF-4 foi desfavorável apesar da presunção de sua inocência. Diante da negativa de Domingui, Weintraub designou André Dala Possa no cargo de reitor pró-tempore. Em relato enviado ao ANDES, o reitor eleito narrou fatos que antecederam a nomeação do interventor:

“Durante a reunião do Colégio de Dirigentes do IFSC, realizada no dia 08 de abril de 2020, solicitamos esclarecimentos à reitora sobre a justificativa legal da possível nomeação de um reitor pró-tempore. Ela alegou desconhecimento do fato. No entanto, soubemos que na mesma semana a Setec enviou ofício à reitora solicitando informações sobre um processo administrativo disciplinar aberto (PAD) na CGU para apurar supostas irregularidades cometidas por mim enquanto diretor do campus Florianópolis.

[...] No dia 30/04/2020 foi nomeado, conforme Portaria do MEC n. 456, o segundo interventor, este derrotado nas eleições de 2019, Sr. André Dala Possa. Foi uma surpresa, pois o mesmo durante o processo eleitoral, em debate no dia 03 de dezembro de 2019, afirmou ser contra a intervenção no IFSC e que atuaria em defesa do processo democrático” (ANDES, 2020, p. 33).

Dala Possa foi o segundo colocado na disputa, obtendo 26,08% dos votos. Apesar de ter publicamente dito que não assumiria o cargo, voltou atrás e reconsiderou alegando que “o lado jurídico não pode ser ignorado” (IGOR, 2020). Em entrevista (OHANA, 2020a), André Dala Possa afirmou que houve democracia em sua escolha pelo MEC e que o IFSC ficaria em risco, caso não aceitasse.

Durante reunião do Conselho Superior (Consup-IFSC), realizada em 4 de maio de 2020, o colegiado deliberou pela destituição do interventor e por solicitar ao MEC sua exoneração imediata do cargo, por fomentar o clima de instabilidade institucional (ANDES, 2020). No entanto, Dala Possa se recusou a acatar a decisão do Consup, fato que a comunidade escolar compreende como “golpe à democracia do IFSC” (ANDES, 2020, p. 33) e desrespeito aos valores da instituição.

O então interventor já havia ocupado o cargo de pró-reitor de Extensão e Relações Externas do IFSC. Este caso foi inserido na classificação “Alinhados ao governo” em função do posicionamento de Dala Possa na entrevista citada, em que alega não considerar a postura do governo como intervencionista.

“Sem filiações a partidos políticos em sua trajetória, o professor diz sentir identificação com o governo Bolsonaro em alguns aspectos, mas em outros, não, ‘como é próprio de qualquer governo’. Sua bandeira é o diálogo, ele afirma. Bandeira essa que, em sua visão, não tem sido compartilhada por Gariba” (OHANA, 2020a).

Desta forma, de maneira parecida com o caso da Unirio, o interventor se deslocou em direção ao governo. Ele havia assumido um compromisso público e o desrespeitou, dando como desculpa uma avaliação positiva dos dirigentes em Brasília. O Processo Administrativo disciplinar (PAD) aberto contra o professor Maurício e outros dois integrantes da chapa vencedora, que o impediu de assumir a Reitoria, foi arquivado por falta de provas. Em 18 de agosto de 2021, 478 dias depois do pleito, Gariba Júnior foi empossado (IFSC, 2021), encerrando a intervenção.

15. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ)

O Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca passou por várias mudanças ao longo de sua história. Suas origens datam da criação da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás, em 1917. Em 1937, foi transformada em Escola Técnica Nacional e depois foi estadualizada sob o nome de Escola Técnica da Guanabara (OLIVEIRA, 2017). Já em 1978, seu nome e estatutos foram alterados e a instituição foi transformada em Centro para se dedicar “à pós-graduação e à pesquisa na área técnica industrial” (BRANDÃO, 2009, p. 18).

A instituição mantém a tradição de promover consulta prévia à comunidade escolar para eleição de seu diretor-geral, cargo que equivale ao de reitor nas Universidades Federais, com mandato também quadrienal. A penúltima consulta aconteceu entre os dias 28 e 30 de abril de 2015, com a candidatura de três professores, a saber: Carlos Henrique Figueiredo Alves, Sérgio Roberto de Araújo e Francisco de Assis Corrêa (CEFET-RJ, 2015a). A chapa de Alves, que tentava reeleição, venceu o pleito nos três segmentos do eleitorado, obtendo 1.309 votos de alunos, 384 de docentes e 286 de servidores técnico-administrativos (CEFET-RJ, 2015b).

Na eleição de 2019, o Cefet-RJ já tinha concluído a votação para escolha de seu diretor-geral, (ocorrida entre os dias 24 e 26 de abril), mas o processo foi interrompido por ser alvo de uma ação judicial. Como demonstrado no caso do IFSC, as intervenções de Weintraub e Milton Ribeiro também atingiram os Centros Tecnológicos e Institutos Federais de Ensino. Entre 2019 e 2021, o MEC designou três diretores pró-tempore para a instituição (OHANA, 2020b), demonstrando que a gestão dos interventores não passou de um período de “ingerência” (BLOIS, 2020).

À época, foi homologada a candidatura de três chapas e a consulta à comunidade escolar, feita entre em abril de 2019, elegeu Maurício Motta (que era vice-diretor da instituição) com 23,75% dos votos válidos. Em segundo lugar ficou Sergio Roberto de Araújo e, em último, Hilário Antônio Rodrigues Gonçalves. O número de abstenções foi expressivo, chegando a 39,66% (CEFET-RJ, 2019).

O resultado da votação foi contestado pela chapa de Araújo, com abertura de recurso junto ao Conselho Diretor, tendo este ratificado a vitória de Motta. O candidato derrotado articulou apoio com o senador Telmário Mota (PROS-RR), que fez lobby junto a Weintraub e Bolsonaro (BLOIS, 2020). Destarte, ao chegar nas mãos do MEC, o processo sucessório foi interrompido para mais uma

sindicância (aberta desta vez por Weintraub), que correu em sigilo no ministério (APES, 2019). Na ocasião, a defesa dos candidatos não obteve acesso ao teor dos documentos da sindicância.

“A contagem deu a vitória a Maurício Saldanha Motta, por uma pequena diferença de votos. Candidato derrotado, o segundo colocado Sérgio Roberto de Araújo entrou com um recurso no Codir (Conselho Diretor) da instituição, alegando que Carlos Henrique Figueiredo Alves, o Caique, então diretor, teria utilizado seu cargo para comprar votos. O Codir não acatou a contestação e informou ao MEC que Maurício Motta era o escolhido da comunidade acadêmica. É obrigatório que o governo acate a nomeação e emposse o vencedor das eleições” (BLOIS, 2020).

Diante do fato e da proximidade do fim do mandato, o ex-diretor-geral e o candidato eleito reuniram-se com Ariosto Antunes Culau, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do MEC, que referendou Motta para o exercício do mandato até que o processo fosse concluído (APES, 2019). No entanto, não foi este o desfecho, uma vez que Weintraub nomeou alguém de sua confiança para assumir o cargo: seu assessor Maurício Aires Vieira.

“A portaria do MEC baseia-se no Decreto nº 9.908, assinado por Bolsonaro em 10 de junho, alterando o decreto anterior de 2003, que disciplina o processo de escolha democrática dos dirigentes do Cefet/RJ pelos membros de sua comunidade. Além de intervir no processo democrático da Instituição, o Decreto de Bolsonaro possibilitou a escolha do interventor dentre membros do Magistério Federal com mais de cinco anos de exercício, mesmo que estes não tenham qualquer vínculo com a instituição, num ato autoritário, sem precedentes desde o fim da ditadura militar” (ASDUERJ, 2019).

O primeiro dos três interventores não tinha nenhuma vinculação com o Cefet-RJ e já havia atuado como diretor de Programas da Secretaria Executiva do MEC. Em meio a manifestações da comunidade escolar, pedidos de medida liminar para dar posse a Marcelo Motta e confusões internas no MEC – que aumentaram o clima de instabilidade política na instituição – a passagem de Vieira foi breve e findou em outubro de 2019. Em 23 de outubro de 2019, ele foi substituído por Marcelo de Sousa Nogueira, que estava na vice direção do Cefet-RJ. Vale informar que o MEC não deu justificativa para a troca dos interventores (ADUFPEL, 2021).

Segundo o Diretório Central dos Estudantes (DCE Cefet-RJ, 2020), ao longo de sua gestão caótica, Vieira atropelou a democracia, alterou diversos cargos de chefia e alocou outros interventores nos campi da instituição. Apesar de não ter previsto em seu regimento a eleição para diretores dos campi, a instituição

tinha como praxe realizar a consulta à comunidade escolar. Desde o início da intervenção, o procedimento foi alterado (ANDES, 2020a).

De postura semelhante à de Vieira, Marcelo de Souza Nogueira prosseguiu com o projeto de gestão autoritária. Confrontou estudantes durante reunião do Codir, além de ter demitido e ameaçado diretores dos campi (ANDES, 2020a; TAKIMOTO, 2020) por meio de nota, na qual demarcou que recuperaria no Cefet-RJ a “identidade da gestão e de seus gestores” (NOGUEIRA, 2020).

“Faremos essas modificações da forma menos impactante possível, caso seja necessário, com tempo hábil para os diretores atuais fazerem uma passagem tranquila de gestão. Cada diretor deverá ser o primeiro informado de sua saída ou poderá solicitar sua exoneração, caso julgue necessário” (NOGUEIRA, 2020).

Nogueira também pressionou os colegiados a apresentarem um plano de ensino para a implementação das aulas remotas nos campi, “ignorando completamente as comissões designadas no âmbito do Conselho de Ensino, em 27 de maio de 2020, responsáveis por elaborar estudos que visem a ações junto aos cursos de ensino médio integrado e da graduação do Cefet/RJ por ocasião da pandemia de Covid-19” (TAKIMOTO, 2020). A postura assumida tentou definir modalidades de ensino e impor um calendário escolar sem considerar os trabalhos das comissões estabelecidas para tal, causando desgaste emocional entre conselheiros, professores, técnicos administrativos e estudantes” (TAKIMOTO, 2020).

O terceiro interventor, nomeado em 17 de novembro de 2020, era professor aposentado do Cefet-RJ e ex-diretor de Estudos Educacionais do INEP, onde trabalhou desde 2006. Escolhido por Milton Ribeiro e de perfil discreto mas com “viés ideológico conservador” (DCE Cefet-RJ, 2020), Antônio Maurício Castanheira das Neves também compôs a comissão responsável pela fiscalização de conteúdo ideológico nas questões do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (QUEM, 2019; CAFARDO, 2019).

Segundo o DCE, Antonio Castanheira já “tem sua marca como ex-diretor da DIPPG e conselheiro do Cepe, um homem autoritário cuja participação mais significativa dentro do Conselho foi silenciar um representante da graduação” (DCE CEFET-RJ, 2020). Destaca-se que, sob o comando de Castanheira, o delegado Herald Paquete Espíndola Filho foi designado para o cargo de assessor da Diretoria (BRASIL, 2021b). Para a Federação Nacional dos Estudantes do Ensino Técnico:

“[...] o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, reconhecido por seu ensino de excelência e referência nacional na forma-

ção técnica, se tornou um dos maiores símbolos da interferência fascista e antidemocrática do governo Bolsonaro. A gestão golpista foi aos poucos destruindo a instituição por dentro, exonerando os diretores dos campi, devolvendo verba pública para a União, inutilizando os conselhos e tendo como único objetivo sucatear e precarizar a educação pública” (VIANA, 2021).

Em 8 de março de 2021, Castanheira afastou-se da Diretoria Geral do Cefet-RJ e foi exonerado a pedido (sic) dias depois. Ainda em março, no dia 25, findou-se a intervenção e Maurício Motta finalmente assumiu a Direção-Geral. Este caso foi elencado na classificação de Alinhados por se tratar de uma situação na qual técnicos ligados ao MEC foram escolhidos como interventores, e não necessariamente por uma postura pública ativa em defesa do governo Bolsonaro.

16. Universidade Federal de Sergipe (UFS)

A Universidade Federal de Sergipe, criada no ano de 1968, é fruto da unificação de algumas instituições de nível superior já em funcionamento. Até aquela data, apenas os Estados de Sergipe e Piauí não dispunham de uma Universidade Federal em toda região Nordeste (BRETAS; OLIVEIRA, 2014). No caso de Sergipe, apesar de uma tentativa prévia de implementação de uma estrutura educacional para ensino superior ter se sucedido nos anos 1920, Bretas e Oliveira informam que:

“Só a partir do final da década de 1940 é que surgem os primeiros estabelecimentos de nível superior: a Faculdade de Ciência Econômica (1948), a Faculdade de Química (1950), a Faculdade de Direito (1950), acompanhadas da criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe - FCFSE (1950) e de sua mantenedora, a Sociedade Sergipana de Cultura; a Escola de Serviço Social (1954) e, finalmente, a Faculdade de Ciências Médicas (1961)” (BRETAS; OLIVEIRA, 2014, p. 156).

O primeiro reitor da instituição foi o professor João Cardoso do Nascimento Júnior, cuja gestão se deu entre os anos de 1968 e 1972. A princípio, Nascimento fora eleito para o cargo de diretor da Faculdade de Medicina em 12 de janeiro de 1968, mas renunciou em agosto do mesmo ano, por ter sido escolhido pelo Conselho Universitário para a Reitoria da recém-criada Universidade Federal de Sergipe (SILVEIRA, 2008). Foi considerado um reitor com “capacidade de articulação e diplomacia” (SILVEIRA, 2008, p. 52), contudo, com o fim do quadriênio, optou por não concorrer à reeleição e foi sucedido pelo professor Luiz Bispo na reitoria da UFS (SOUZA, 2015).

Atualmente, a instituição tem seis campi espalhados pelo estado: São Cristóvão (sede), Aracaju, Itabaiana, Laranjeiras, Lagarto e Nossa Senhora da Glória. Segundo Silveira (2008) e Souza (2005), constata-se que a UFS traz em seu histórico a tradição de escolha de reitores através de lista tríplice. No entanto, a elaboração da lista para o quadriênio 2020-2024 ocorreu de maneira acirrada e, diferentemente de outros anos, a instituição não chegou a realizar consulta pública à comunidade universitária.

Apesar de, em 18 fevereiro de 2020, o processo de consulta ter sido iniciado com a homologação de quatro chapas para o pleito, interferências internas atrapalharam a condução do processo democrático de escolha. Duas das quatro chapas inscritas eram de direita, uma delas abertamente apoiadora

de Jair Bolsonaro (SANTOS, 2020). Na ocasião, entidades representativas das categorias votantes denunciaram que Ângelo Roberto Antonioli, então reitor, burlou o rito da instituição e, além de não inscrever sua chapa, acusou a Comissão Eleitoral de ilegitimidade e emperrou a liberação da lista de votantes (SANTOS, 2020).

“Em 5 de março, em sessão extraordinária no Conselho Universitário, Ângelo tentou a adequação do estatuto da universidade com a MP 914 (que retira a autonomia de escolha de reitor das universidades federais), para que assim, pudesse legitimar seu planejamento de manter um candidato da sua confiança no cargo de reitor. Graças ao enfrentamento feito pela comunidade acadêmica, a reunião foi suspensa” (SANTOS, 2020).

Essas interferências foram consideradas pela Associação dos Docentes da UFS como “o maior golpe que a democracia já sofreu na UFS” (ADUFS, 2020):

“Pela primeira vez nos últimos 40 anos se elege uma lista tríplice, antigamente sêxtupla, sem que seja dada à comunidade acadêmica (discentes, técnicos e professores) o legítimo direito da eleição informal, paritária e legítima que sempre balizou as decisões do CEE.

Isso aconteceu porque o senhor reitor não apresentou candidatura/chapa na Consulta Pública que foi conduzida pelas entidades representativas da comunidade – Adufs, Sintufs, DCE e AAU – porque seu candidato não passaria pelo crivo da comunidade. Nem mesmo a Consulta Pública legal facultada pela legislação em vigor, mas com viés antidemocrático, posto que a paridade de 1/3 para cada categoria não existe, já que estatui que 70% seria o peso dos professores, o senhor reitor convocou. Novamente, nem nessa consulta antidemocrática passaria.

Valendo-se dos vãos e vens da legislação que trata das eleições de listas tríplexes e da conjuntura da pandemia, o senhor reitor convoca, então o CEE para proceder à eleição da lista tríplice, sem nenhuma consulta à comunidade, nem mesmo a antidemocrática prevista na legislação; nem a legítima, histórica e tradicional consulta paritária que realizam as entidades representativas e que sempre foi a base da elaboração das listas pelo CEE” (ADUFS, 2020).

A consulta pública foi suspensa devido à pandemia de Covid-19 e a eleição de nomes para a composição da lista tríplice foi deliberada por outro conselho. Segundo Tiago Cordeiro, “diante da pandemia, o reitor optou por não realizar as eleições – isso apesar de ter recebido duas recomendações do Ministério Público Federal” (CORDEIRO, 2021). Assim, o reitor convocou um Colégio Eleitoral Especial para a escolha, que aconteceu de forma remota, com integrantes do Consu, do Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (Conepe) e do Conselho Diretor da instituição. Cordeiro (2021), em reportagem

parado jornal Gazeta do Povo, apresentou a fala da professora Denise Albano sobre o ocorrido:

“O então reitor aproveitou para sabotar a Medida Provisória 194/2019 que obrigava a prévia consulta à comunidade”, acusa Denise Leal Fontes Albano, professora da instituição desde 1996 e candidata a reitora desde o início da campanha. “Esperou que ela caducasse e dois dias depois convocou o colégio eleitoral especial com 82 conselheiros, a ampla maioria deles ocupando cargos comissionados nomeados pelo reitor, para emplacar seu pupilo como primeiro da lista tríplice” (CORDEIRO, 2021).

Na reunião do Colégio Eleitoral Especial, realizada em 17 de julho de 2020, cinco chapas se inscreveram para o pleito. A vitória foi do então vice-reitor e aliado de Antonioli, Valter Joviniano de Santana Filho, com 37 votos. André Maurício Conceição de Souza foi o segundo mais votado, com 30 votos, seguido por Vera Núbia Santos (nove votos), Denise Leal Fontes Albano (cinco votos) e Valter César Pinheiro (um voto). Denúncias sobre irregularidades na deliberação do CEE levaram à suspensão da lista tríplice.

“A votação foi questionada pelo Ministério Público Federal (MPF) em novembro, quando o reitor Antonioli deveria entregar o cargo. Ele então indicou para assumir o posto, sem aprovação do Ministério da Educação, precisamente seu candidato, o professor Joviniano. O MPF começava naquele momento a apurar uma denúncia apresentada pelo Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação da UFS (Sintufs), pela Associação dos Docentes da UFS (Adufs), pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE)” (CORDEIRO, 2021).

O inquérito civil aberto para apurar a lisura do processo de formação da lista questionou que a universidade não dispunha de normativas específicas para a realização de eleição por meio eletrônico para os cargos de reitor e vice-reitor. “A base das críticas está no fato de que a forma como o pleito foi conduzido está em desacordo com a Resolução nº 08/2004, do Conselho Universitário (Consu) da UFS, que normatiza o processo eleitoral” (SESTREM, 2020). Além disso, a denúncia apontou que o Consu da UFS não deliberou pela utilização do SIGEleição, bem como a ausência de auditoria externa no referido sistema de votação utilizado (MPF, 2020). Conforme Gabriel Sestrem (2020):

“ela regra, a votação – por parte do Colégio Eleitoral Especial (constituído por integrantes dos três conselhos superiores da instituição), responsável por definir a lista tríplice com os nomes dos reitores e vice-reitores – deve ser realizada de maneira presencial, por meio de cédulas de papel depositadas em urnas, além de seguir outros procedimentos determinados pela resolução” (SESTREM, 2020).

O MEC devolveu em 17 de novembro a lista tríplice enviada pelo CEE e diante do final do mandato do então reitor, Joviniano assumiu a Reitoria mesmo sem anuência do MEC (SESTREM, 2020). Na impossibilidade de conclusão do processo sucessório, a UFS corria o risco de ficar sem ocupante para o cargo gestor. Na ocasião, a UFS lançou a seguinte nota:

“Com o término do mandato de reitor do prof. dr. Angelo Antonioli, ocorrido na última quarta-feira, dia 18 de novembro, o vice-reitor, prof. dr. Valter Joviniano de Santana Filho, está no exercício da Reitoria da Universidade Federal de Sergipe. [...] Não houve e não há interrupção das atividades da gestão superior da UFS, uma vez que os mandatos do ex-reitor e do vice-reitor não são coincidentes.

Enquanto o mandato do reitor se encerrou em 18 de novembro, a nomeação vinculada ao mandato de vice-reitor, iniciado pela professora dra. Iara Maria Campello Lima, nomeada em 13 de dezembro de 2016 (Portaria Nº 1657), tem previsão de término para 13 de dezembro de 2020.

Assim sendo, o prof. Valter Joviniano segue no exercício da Reitoria até dia 13 de dezembro ou até que haja a publicação da nomeação de novo reitor pelo presidente da República” (UFS, 2020).

Entretanto, Valter Joviniano permaneceu à frente da Reitoria somente por alguns dias, uma vez que em 23 novembro de 2020, Milton Ribeiro deu posse a Liliádia da Silva Oliveira Barreto como reitora *pró-tempore* da universidade. Segundo Giovanaz (2020), a professora, que é membro da mesma igreja do ministro, “frequentava cultos e atividades da igreja há pelo menos dez anos e seu esposo, Silas Barreto, atuou como diácono presbiteriano em Aracaju (SE). Os dois são casados desde 1994 e têm duas filhas” (GIOVANAZ, 2020).

Em 9 de dezembro de 2020, o MPF ajuizou ação civil pública a fim de declarar a legalidade da lista tríplice formada na reunião do CEE da UFS, mas o Tribunal Regional Federal de Sergipe não acatou o pedido de urgência. No documento, o MPF afirmou que “o ato de nomeação *pró tempore* realizado pelo MEC representa ofensa à autonomia universitária” (MPF, 2020, p. 11).

O Conselho do Departamento de Serviço Social, ao qual Liliádia tem vinculação, emitiu nota sobre a postura da professora em aceitar a nomeação:

“Tomamos com profunda indignação a indicação e o aceite da nomeação da referida professora e colega desse departamento, de modo que repudiamos o modo como se deu tal indicação, bem como o seu aceite. O fato manifesta uma expressão da perigosa escalada autoritária em nossas universidades, como parte do avanço do projeto conservador na própria sociedade brasileira. A intervenção realiza-se como um golpe contra a tradição democrática de nossa instituição, e nos preocupam as consequências que dele pode derivar” (DSS-UFS, 2020).

Liliádia permaneceu na Reitoria no período de 20 de novembro de 2020 a 17 de março de 2021, quando Valter Joviniano foi nomeado ao cargo definitivamente. Joviniano é considerado alinhado a Bolsonaro, com perfil de centro, e sua nomeação se deu pelo arranjo feito entre o ex-reitor, Ângelo Antonioli, e parlamentares membros da Igreja Universal, que são próximos ao presidente (LIMA, 2021).

“Numa aliança pra lá de heterodoxa, o ex-reitor Ângelo Antonioli teria se juntado aos ex-deputados federais e ex-pastores da Igreja Universal do Reino de Deus – IURD – Jony Marcos e Heleno Silva e conseguido a nomeação do primeiro da lista tríplice de uma eleição que foi feita no ano passado e está sendo contestada e sub judice” (LIMA, 2021).

Após o arquivamento do inquérito sobre a lisura das indicações, Joviniano assumiu o comando da UFS, com posse em 22 de março de 2021 (UFS, 2021). Tanto para a nomeação de Liliádia quanto para a de Joviniano, as denominações religiosas tiveram peso. No que se refere a Joviniano, nota-se que houve a articulação com atores externos à comunidade acadêmica. Todavia, a classificação de alinhamento foi mantida, devido à proximidade religiosa com o ministro Milton Ribeiro e pela dinâmica interna de ação de movimentos conservadores. A comunidade acadêmica e entidades sindicais consideram que todo o processo foi conduzido como um golpe, e o favorecimento de Valter Joviniano (AJUNews, 2020) caracteriza uma intervenção na UFS por não ter considerado a participação de mais de 30 mil votantes na instituição (SANTOS, 2020).

17. Não Alinhados/as

Conforme visto antes, a maior parte dos casos de intervenções tem a ver com as oportunidades que foram abertas à interferência de atores externos às comunidades acadêmicas e com os comportamentos assumidos pelos grupos internos. Alguns destes já eram conservadores e buscaram se posicionar no jogo de forma a serem beneficiados pelo governo; outros se deslocaram para a direita. Mas houve situações nas quais o governo não pode contar com alinhamentos internos (de conveniência ou não) ou com as “garantias” dadas por aliados. Uma atitude bastante comum nas instituições é a de buscar garantir, na lista tríplice, a presença exclusiva de membros de um grupo. Em alguns lugares, este é um compromisso mais ou menos público, de forma que o primeiro lugar fica com quem venceu a consulta e os dois seguintes não são de pessoas que tenham disputado a eleição, mas sim de nomes compromissados com quem venceu no voto. Nem sempre, porém, tais acordos informais são respeitados. Em certos casos, contudo, a lista foi, de fato, composta por aliados internos e não havia a possibilidade do uso estratégico de argumentos jurídicos pelo governo. Daí a indicação de segundos ou terceiros lugares, mas sem afetar de forma decisiva o grupo. Tais situações foram classificadas como indicação de Não Alinhados. As razões exatas sobre por que o governo não escolheu os primeiros colocados (já que não faria diferença optar pelos outros) nem sempre são explicitadas com base nos materiais que foram consultados. A exposição segue a seguinte ordem: primeiro os casos que vão dos escolhidos mais à esquerda (UFRB e UFG), passando pela UFPel, onde a pessoa escolhida incorporou os outros membros da lista na sua administração, chegando aos indicados que não incorporaram a pessoa eleita em algum cargo (Ufes, Unifesspa, UFRRJ e UFSCar). Por último, entra aquele que foi escolhido por veto à esquerda e não era politizado (UFPI).

18. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia tem sede na cidade de Cruz das Almas e campus noutras seis cidades (Amargosa, Cachoeira, Feira de Santana, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus e São Félix). Oriunda de lutas institucionais e reivindicações políticas para a expansão do ensino superior para as regiões do interior da Bahia, a UFRB foi criada no dia 29 de julho de 2005 a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Segundo informações constantes no projeto para criação e implantação da universidade, “o processo de interiorização do ensino superior no Estado da Bahia foi muito lento e por muito tempo restringiu-se à Escola de Agronomia da UFBA” (UFBA, 2003, p. 9).

Naomar Monteiro de Almeida Filho, que esteve à frente da gestão da UFBA por dois mandatos (2002-2010), foi quem retomou o debate e articulação política para a criação de uma nova instituição federal de ensino superior na Bahia. Foi criada uma comissão responsável pela elaboração do projeto de desmembramento da Agrufba e implantação do núcleo inicial da UFRB, cujas atividades começaram oficialmente em 3 de julho de 2006. Na ocasião, Paulo Gabriel Soledade Nacif, que atuava no cargo de diretor da Agrufba, assumiu como reitor *pró-tempore* da instituição recém-criada.

A UFRB teve apenas três reitores em sua história. Nacif permaneceu no cargo até 10 de abril de 2015, quando foi exonerado para assumir a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão no Ministério da Educação (Secadi), no MEC.

“O professor Paulo Gabriel integrou a comissão de implantação da UFRB, proposta pela Universidade Federal da Bahia. Em 03 de julho de 2006, assumiu a reitoria *pró tempore* da nova universidade. Em julho de 2007, foi empossado oficialmente como primeiro reitor para um mandato de quatro anos e, em maio de 2011, foi reeleito para novo mandato” (UFBA, 2015).

Com a saída de Nacif, o vice-reitor Silvio Soglia assumiu temporariamente até que a Comissão Especial realizasse nova consulta prévia à comunidade acadêmica (UFBA, 2015). Duas chapas inscreveram-se para processo eleitoral e a consulta ocorreu nos dias 28 e 29 de abril de 2015. Segundo a Associação de Professores Universitários do Recôncavo (2015):

“Dos 3.959 votos válidos, 1.313 foram para a Chapa 01 – Junt@s Podemos Mais, composta pelos professores Ana Rita Santiago como candidata a reitora e Clair Rogério da Cruz como candidato a vice-reitor, totalizando 29,5%, e 2.646 votos foram para a Chapa 02 – Somos Tod@s UFRB, totalizando 70,5%. Os votos brancos e nulos somaram 155” (APUR, 2015).

A lista tríplice, elaborada pelo Colégio Eleitoral em 11 de maio de 2015, foi enviada ao MEC, que referendou a eleição de Soglia e Georgina Gonçalves, da Chapa 2, para o quadriênio 2015-2019.

“A lista deliberada manteve a decisão da comunidade acadêmica na consulta informal e foi constituída pelos nomes dos professores na seguinte ordem de votação: Silvio Luiz de Oliveira Soglia, Robério Marcelo Ribeiro e Danillo Barata, para a função de reitor, e Georgina Gonçalves, Denis Rinaldi Petrucci e Dyane Brito Reis, para a função de vice-reitor” (UFRB, 2015).

Mantendo o histórico de consulta para indicação de nomes ao Consuni, em 2019 o pleito foi iniciado com a homologação de duas chapas encabeçadas por José Fernandes de Melo Filho (Chapa 1) e Georgina Gonçalves (que ocupava o cargo de vice-reitora à época), pela Chapa 2. A consulta ocorreu durante os dias 25 e 26 de fevereiro de 2019, com o seguinte resultado: Fernandes obteve 21% dos votos válidos contra 79% de Gonçalves (UFRB, 2019a).

Em 27 de fevereiro do mesmo ano, o Consuni se reuniu para a composição da lista tríplice na UFRB, ocasião em que foram registradas cinco candidaturas. O Conselho elegeu a professora Georgina, com 17 votos. A ordem dos candidatos na lista tríplice ficou da seguinte forma: “Georgina Gonçalves, Tatiana Velloso e Fabio Josué Santos. Participaram da consulta para reitor também os professores José Fernandes e Paulo Serrano. Para o cargo de vice-reitor os mais votados foram: José Pereira Mascarenhas, Renê Medeiros de Souza e Josival Santos Souza” (UFRB, 2019b).

Desta forma, o segundo colocado ficou fora da lista, o que o levou a protocolar uma denúncia ao MEC em 15 de março de 2019, questionando a lisura do processo eleitoral. Na ocasião, a AGU emitiu parecer favorável à continuidade do processo e o envio ao MEC da lista tríplice formulada pelo Consuni. Fernandes manteve a postura de contestação e, em 4 de julho, impetrou ação judicial na Justiça Federal da Bahia, em que pedia tutela de urgência pela “nulidade da composição da lista tríplice e a nomeação de reitor temporário” (VOZ DA BAHIA, 2019).

Silvio Luiz de Oliveira Soglia, reitor na ocasião do fato, manifestou-se em uma nota, mencionando a indignação do Consuni frente à atitude do candidato “em não respeitar as decisões do órgão máximo dirigente dessa instituição, buscando de forma imprudente distorcer a verdade dos fatos, afrontando a autonomia universitária e a composição da lista tríplice” (SOGLIA, 2019).

Com o fim de seu mandato e devido à não nomeação da reitora eleita, foi necessário que a própria professora Georgina assumisse interinamente a função até a data de 30 de julho de 2019, dada sua condição de vice-reitora. Gonçalves (2019) narrou a tentativa de diálogo com Weintraub empreendida por Soglia, para definir os rumos da nomeação e evitar que a UFRB acabasse prejudicada pela vacância do cargo:

“Na segunda-feira, dia 29 de julho, o ex-reitor de nossa universidade, prof. Sílvio Soglia, e nosso procurador da República estiveram em Brasília numa última tentativa de obter do MEC uma definição sobre o processo sucessório de nossa instituição. O resultado desse encontro, entretanto, não foi frutífero” (TEIXEIRA, 2019).

A gestão interina durou pouco tempo, pois o mandato de Gonçalves se encerrou cerca de duas semanas depois da saída de Soglia. Assim, a comunidade da UFRB acabou por vivenciar um breve período de vacância da Reitoria. Weintraub e Bolsonaro decidiram não nomear Georgina Gonçalves, optando pelo terceiro lugar da lista tríplice, o professor Fabio Josué Souza dos Santos. Conforme Sayuri (2019), Fabio, que tomou posse como reitor da UFRB em 5 de agosto de 2019, “pode ser chamado de petista: filiado ao partido desde 1999, já presidiu a sigla na cidade baiana de Amargosa”.

Assim como Gonçalves, Fabio Josué também é aliado ao grupo do reitor anterior. Apesar da não nomeação, a candidata preterida pelo Governo Federal manteve-se junto ao reitor nomeado e declarou: “estamos reunidos em torno do professor Fábio. Estamos à disposição e disponíveis em torno do professor” (TEIXEIRA, 2019). A professora Georgina, que é negra e de perfil alinhado à esquerda, emitiu manifestação frente ao ocorrido:

“[...] pela gravidade da decisão adotada pelo MEC não podemos minimizar o que ocorreu. A pergunta é: por que não foi respeitado o desejo da comunidade da UFRB? Por que o governo brasileiro interferiu na normalidade institucional nomeando o terceiro indicado? Não podemos ser ligeiros ou precipitados nessa análise mas sim, investirmos todo nosso esforço de compreensão para entender o que aconteceu. Racismo? Homofobia? Misoginia? Nenhuma ingenuidade nos será perdoada” (TEIXEIRA, 2019).

O professor Fabio também se pronunciou:

“No andamento do processo sucessório para a Reitoria da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), fomos tomados de surpresa pela publicação do Decreto de 1º de agosto de 2019, na Edição Extra do Diário Oficial da União, que trouxe a nossa nomeação como reitor da UFRB para o quadriênio 2019-2023.

Embora fizéssemos parte da lista tríplice do Consuni, a nossa expectativa era de que a vontade da comunidade acadêmica fosse respeitada com a nomeação da primeira colocada, a professora Georgina Gonçalves dos Santos. Entretanto, a decisão do governo levou à nossa nomeação, implicando na posse realizada no Ministério da Educação (MEC), em Brasília, na última segunda-feira, 05 de agosto” (SANTOS, 2019).

Para o professor Luiz Nova, do Centro de Artes, Humanidades e Letras da UFRB, há que se lembrar que o professor nomeado não tem perfil alinhado à direita universitária. Ao contrário, Fábio faz parte “do mesmo campo político” (NOVA, 2020). Sua trajetória, preenchida por projetos e intervenções ligados à realidade da educação no campo, demonstra que “a nomeação do professor Fábio Josué não muda o perfil político do reitorado da UFRB, como sabemos. O professor é parte do campo político que dirigiu a UFRB, até então. É um campo progressista, comprometido com a Universidade Pública” (NOVA, 2020). Todavia, isso não pode ou deve ser utilizado para amenizar a situação de “agressão à democracia e à autonomia universitária” (NOVA, 2020), vivida não apenas pela UFRB, como também por outras 26 Universidades Federais.

19. Universidade Federal de Goiás (UFG)

A Universidade Federal de Goiás foi fundada em 1960, pela junção de cinco faculdades localizadas em Goiânia. Sua implementação é resultante das lutas empreendidas pela Comissão Permanente para a Criação da Universidade do Brasil Central, formada pelos diretores das instituições que, posteriormente, compuseram sua primeira organização (UFG, 2022). Atualmente, a UFG conta com dois campi na cidade de Goiânia (Samambaia e Colemar Natal e Silva), e outros seis no interior do estado: Catalão, Firminópolis, Goiás, Jataí, Morrinhos, Rialma e Uruaçu.

O primeiro reitor da instituição foi Colemar Natal e Silva (de 1961 a 1964), que presidiu a Comissão Permanente. O movimento dos docentes foi fortalecido com a participação de estudantes que lutavam pela implementação de uma universidade pública na região.

“Em paralelo à mobilização dos professores, os estudantes goianos promoveram um movimento vigoroso pela criação de uma universidade pública, a ser mantida pelo Governo Federal. Eles criaram, em abril de 1959, a Frente Universitária Pró-Ensino Federal, que promoveu reuniões, audiências e debates com autoridades em assembleias ou congressos estudantis, e organizaram passeatas e comícios reivindicatórios” (UFG, 2022).

Um levantamento realizado pela jornalista Ysabella Portela demonstrou que foram eleitos em processos democráticos os seguintes reitores da UFG: “Joel Pimentel Ulhôa (1986), Ricardo Freua Bufaiçal (1990), Ary Monteiro do Espírito Santo (1994), Milca Severino Pereira (1998 e 2002), Edward Madureira Brasil (2006, 2010 e 2018) e Orlando Afonso do Valle Amaral (2014)” (PORTELA, 2022).

“A primeira consulta pública à comunidade acadêmica da UFG para escolha de um/a reitor/a foi em 1982, ainda no período da ditadura. Na época, o professor Ary Monteiro do Espírito Santo foi o mais votado. Apesar da escolha do Consuni, o Governo Federal comandado pelo presidente João Figueiredo não permitiu sua nomeação e designou a professora Maria do Rosário Cassimiro para o cargo (1982-1986)” (PORTELA, 2022).

Um pouco adiante na história da UFG, a eleição para o quadriênio 2022-2025 aconteceu em meados de 2021. A primeira etapa do pleito, que consistiu

na consulta à comunidade universitária da UFG, se deu em 9 de junho, com a candidatura de apenas duas chapas: UFG Viva (Chapa 1), com Sandramara Matias Chaves e Jesiel Carvalho; e Movimenta UFG (Chapa 2), de Maria Clorinda Soares Fioravanti e Adriano Correia. A Chapa 1 obteve 3.629 votos contra 2.012 votos da Chapa 2. Sobre o processo de apuração dos votos da consulta, Macedo destacou que:

“Os resultados da consulta à Comunidade Universitária da Universidade Federal de Goiás (UFG) foram apurados pela Comissão Organizadora à Consulta (COC), composta pelo Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg Sindicato), pelo Sindicato dos Trabalhadores em Instituições Federais de Ensino Superior em Goiás (Sint-Ifesgo), pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) e pela Associação de Pós-graduandas e Pós-graduandos da UFG (APG)” (MACEDO, 2021).

Já a formação da lista tríplice, coordenada pela Secretaria dos Órgãos Colegiados, aconteceu em 18 de junho de 2021 e não teve a participação de integrantes da Chapa 2. Clorinda Fioravanti e Adriano Correia não se candidataram para as listas tríplíceis com a seguinte alegação dela: “Nosso objetivo com a chapa era dar uma arejada na UFG, já que esse grupo está no poder há 16 anos e agora deve ficar por 20, e isso não é saudável em democracia nenhuma” (MACEDO, 2021).

O sistema utilizado para a votação uninominal foi o SigEleição e a lista para o cargo de reitora foi composta na seguinte ordem: em primeiro lugar, Sandramara Matias Chaves, com 60 dos 63 votos válidos; seguida por Karla Emmanuela Ribeiro Hora e Angelita Pereira de Lima (UFG, 2021). Sandramara ocupava o cargo de vice-reitora na gestão anterior. Já Jesiel, primeiro na lista para vice-reitor, atuava como pró-reitor de Pesquisa e Inovação da instituição.

A escolha do MEC, no entanto, foi não seguir a tradição adotada na UFG e preterir a professora eleita para escolher a terceira colocada. Apesar dos esforços para impedir que a instituição fosse gerida pelo grupo de Sandramara, Bolsonaro e Milton Ribeiro acabaram por nomear alguém ligado ao PT, que foi Angelita Pereira de Lima. Sua posse se deu em 13 de janeiro. Sandramara permaneceu temporariamente como reitora até o dia 12 de janeiro de 2022, devido ao fim do mandato de Edward Madureira.

“Na avaliação do meio universitário, já prevendo que talvez o presidente Jair Bolsonaro (PL) pudesse intervir na escolha do reitor, assim como fez em mais de 20 instituições federais no país, não nomeando o primeiro colocado da lista tríplice, as professoras que ficaram em segundo e terceiro lugar, são mulheres engajadas com a política de esquerda. Angelita é filiada ao PT e Karla Emmanuela é filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Na tentativa de ‘segurar’ o nome de Sandramara, a saída foi a escolha de professoras ligadas à militância universitária” (PORTELA, 2022).

Em entrevista coletiva concedida após sua posse, Lima afirmou que o MEC ainda dificultou sua nomeação como estratégia para impedir manifestações contrárias à decisão do governo. Pela legislação, Bolsonaro poderia nomear um reitor pró-tempore e causar um clima de mais instabilidade na UFG, caso não aceitasse as indicações das listas tríplices. Daí sua conclusão:

“A nomeação foi ‘segurada’ pelo Ministério da Educação até que não houvesse nenhum espaço de tempo para movimentação no sentido contrário. Se negássemos, a Universidade estaria em situação de instabilidade. A decisão foi individual, mas reflexo de uma decisão coletiva. Foi uma decisão administrativa, política, corajosa e que carrega em si muitos conflitos inclusive com a minha própria trajetória e os meus posicionamentos” (SOVERAL; PATRÍCIA, 2022).

Apesar da surpresa pela escolha de seu nome, Angelita tem o apoio das entidades representantes da UFG (SANTANA, 2022) e demonstrou interesse em seguir alinhada ao plano de gestão da chapa eleita pela comunidade da UFG. Em nota, declarou: “[...] assumimos o compromisso de, juntamente com essa comunidade, que não se furta a ir para a linha de frente em defesa da UFG, implantar o Projeto UFG Viva, que foi elaborado por meio do diálogo e da construção coletiva” (LIMA, 2022). A professora eleita e preterida foi nomeada assessora especial da Reitoria, como medida para garantir uma gestão conjunta e pautada no plano da chapa eleita.

20. Universidade Federal de Pelotas (UFPeI)

A Universidade Federal de Pelotas foi instituída a partir da reestruturação da antiga Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul. Suas raízes advêm da Escola de Agronomia Eliseu Maciel, fundada em 1883, que foi transformada na Universidade Rural em 1960. Em 1964, com a federalização, a instituição passou a chamar-se Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul. Somente em 8 de agosto de 1969, mediante nova reestruturação, surgiu a UFPeI (UFPEL, 2014). Em sua composição foram incorporadas faculdades que eram vinculadas à UFRRS e duas outras pertencentes à UFRGS, além do Instituto de Sociologia Política e outras instituições particulares (UFPEL, 2021). O campus sede da UFPEL está localizado no município de Pelotas, mas a instituição conta com outro campus na cidade de Capão Leão.

Desde sua fundação, ocorrida em meio ao regime militar, a UFPeI adotou o mandato quadrienal para o reitorado. Passou por outras situações em que a escolha da comunidade universitária não foi respeitada – como no caso do professor Gastão Pureza (COELHO, 1997). Seu primeiro reitor foi o professor Delfim Silveira, que assumiu o comando da instituição de 1969 a 1977, a convite dos militares. Segundo Estevam (2020, p. 1), “antes de sua atuação na UFPeI, na Faculdade de Direito, Delfim Silveira fez parte da chamada ‘Operação Limpeza’ que, com a ajuda de civis, perseguia e acusava de subversivos alunos, funcionários e professores”.

Segundo Solange Coelho, de 1984 a 1988 a UFPeI foi gerida por Rui Antunes, que não fora eleito na consulta e que, ao final do mandato, também não deixou muitos documentos com registros da gestão (COELHO, 1997). Antunes chegou ao cargo durante o período de reabertura democrática do país, todavia, sua nomeação foi oriunda de uma manobra dos Conselhos Superiores, que foi considerada pela autora como “um golpe à UFPeI” (COELHO, 1997, p. 173), preterindo, assim, o professor Gastão Pureza Duarte, escolhido pela comunidade universitária no processo eleitoral.

Em 1988, foi eleito Amílcar Gigante e sua gestão foi marcada por uma administração participativa, de luta em prol da educação pública e contra o sucateamento das universidades (COELHO, 1997). Segundo Coelho, para evitar que outro golpe ocorresse na instituição, nesta época houve:

“[...] um fortalecimento significativo dos movimentos docente e de funcionários identificados com o discurso da esquerda que, juntamente com os estudantes, vencem a campanha eleitoral que se desenvolve no segundo

No ano de 2016, já com uma democracia fortalecida, a escolha para reitor da instituição foi marcada pela realização de dois turnos e eleição da chapa “Uma UFPel Diferente”, de Pedro Hallal e Luis Centeno, com 65,33% dos votos contra 34,66% da chapa, “Viva a Transformação”, encabeçada pelo candidato a reeleição, Mauro Del Pino (ADUFPEL, 2016). Hallal tomou posse em 11 de janeiro de 2017, com encerramento do mandato em 7 de janeiro de 2021.

Em 2020, com participação de quatro chapas, a consulta à comunidade da UFPel novamente ocorreu em dois turnos, em formatos presencial e online, organizada “de forma paritária e democrática pela Junta Eleitoral, composta pela Adufpel-SSind, pelo Asufpel-Sindicato e pelo DCE, entidades representativas dos três segmentos” (ADUFPEL, 2020). A primeira etapa do pleito aconteceu nos dias 23 e 24 de setembro de 2020, levando ao segundo turno a disputa entre as chapas de Paulo Roberto Ferreira Júnior (Chapa 1 – 46,43% dos votos) e Fábio Cerqueira (Chapa 2 – 20,07% dos votos).

No segundo turno, realizado nos dias 14 e 15 de outubro, os vencedores foram Paulo Roberto Ferreira Junior e Ursula Silva, da Chapa 1 UFPel Diversa, com 56,4% contra 43,4% dos votos obtidos por Cerqueira. Já na eleição do Consun, em 19 de outubro de 2020, a lista tríplice foi composta da seguinte maneira: Paulo Roberto Ferreira em 1º, com 56 votos; Isabela Andrade em segundo, com seis votos e Eraldo Pinheiro, com dois votos, na terceira colocação. Houve, ainda, um voto nulo e nenhum voto em branco (UFPPEL, 2020). Os três nomes pertenciam à mesma chapa e sua candidatura foi uma estratégia adotada para evitar que um reitor não eleito fosse nomeado por Bolsonaro (OHANA, 2021). Em entrevista ao Jornal do Comércio, o então reitor, Pedro Hallal, reforçou que a lista tríplice na UFPel só é composta por candidatos da chapa que tenha vencido a consulta; disse que “pode até se inscrever alguém que não tenha participado, mas tradicionalmente só se inscreve quem participou” (COMUNELLO, 2020).

A lista foi enviada ao MEC, mas a escolha não foi respeitada pelo Governo Federal, que nomeou, em 8 de janeiro de 2021, Isabela Fernandes Andrade, segunda na lista tríplice. Diante da decisão de Bolsonaro, Andrade assumiu o cargo no dia 20 do mesmo mês. No entanto, a chapa vencedora da eleição na UFPel não aceitou a imposição de Bolsonaro e Milton Ribeiro, e, como forma de manobrar a intervenção do governo, os professores integrantes da chapa eleita assumiram juntos a gestão da Universidade. O caso da UFPel foi classificado como não alinhado, considerando a declaração dada em 22 de janeiro de 2021, durante reunião online, quando os professores Úrsula Silva e Paulo Roberto – eleitos pela comunidade universitária – foram nomeados aos cargos de vice-reitora e pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento,

respectivamente. Em alusão à gestão conjunta, Isabela Fernandes declarou que: “Paulo e Ursula estarão comigo o tempo todo, assim como o grupo que assume hoje. Na UFPel, a reitora, o reitor eleito e a vice estarão juntos. É a proposta que será implementada nos próximos quatro anos” (UFPEL, 2021).

21. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

A Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) foi criada pelo governador Jones dos Santos Neves em 5 de maio de 1954, como instituição de ensino superior através da Lei estadual nº 806 (ESPÍRITO SANTO, 1954). Nesta época, o Estado do Espírito Santo vivia um cenário de instabilidade econômica devido à crise do café, seu produto principal. Diante da situação, o governo viu a necessidade de estabelecer um novo cenário para fortalecer a economia do estado e subsidiar seu processo de industrialização. Assim, “em 22 de maio, foi nomeado como primeiro reitor o professor Ceciliano Abel de Almeida e, no dia 26, a nova universidade foi instalada oficialmente” (UFES, 2014, p. 13).

Com muita dificuldade para se consolidar e sem estrutura física adequada, em 1961 a universidade foi federalizada por intermédio de personalidades da política capixaba e com a anuência do então presidente Juscelino Kubitschek. “No ano seguinte, o professor Jair Etienne Dessaune, da Faculdade de Direito, é indicado pelo MEC para responder provisoriamente pela Reitoria, já que o Conselho Universitário ainda não estava instalado” (UFES, 2014, p. 17). Atualmente, a instituição conta com quatro campi, dos quais dois estão na capital, Vitória, um na região Norte (São Maeteus) e outro na região Sul (Alegre) do estado.

O primeiro reitor eleito na Ufes foi o professor Manoel Xavier Paes Barreto Filho, que esteve à frente da universidade entre 1963 e 1964, quando foi exonerado por intervenção do regime ditatorial.

“O primeiro Conselho Universitário foi instalado em abril de 1963 sob a presidência de representante do MEC e, em agosto, Paes Barreto é eleito e nomeado reitor. Em outubro, o professor Alaor de Queiroz Araújo é eleito vice-reitor. [...] Vem o golpe militar de 1964. Em abril, ainda em seus primeiros dias, a ditadura instalada no país promove uma intervenção na Ufes, assim como em outras universidades, exonera o reitor Paes Barreto e impõe diversas ações que caracterizam ruptura democrática. Um mês depois, é nomeado Fernando Rabelo para exercer o cargo de reitor por três anos” (UFES, 2014, p. 19).

Em 1983, entidades representativas da comunidade acadêmica da Ufes pressionam pela realização de eleições diretas para a Reitoria e Vice-reitoria. Todavia, o processo não foi realizado (UFES, 2014). Somente em 1987, com a inscrição de cinco chapas, se deu a primeira eleição direta para a Reitoria da Ufes (UFES, 2014). Assim, o professor Rômulo Augusto Penina foi “empossado

como o primeiro reitor escolhido pelo voto direto; e o professor Batalha, vice-reitor” (UFES, 2014, p. 27).

Mais adiante na história da instituição, em 2020, depois de anos de respeito ao processo democrático, a Ufes passou novamente por intervenção do Governo Federal. Desta vez, foi preterida a professora Ethel Leonor Noia Maciel, eleita pela comunidade acadêmica em consulta realizada em 6 de novembro de 2019, e referendada pelo Colégio Eleitoral em 5 de dezembro do mesmo ano. Ethel havia sido vice-reitora desde 2013, na gestão do professor Reinaldo Centoducatte, sucedendo a professora Maria Aparecida Barreto, que faleceu.

Dois chapas concorreram ao primeiro turno do pleito e o resultado foi o seguinte:

“A Chapa 2 - composta pelos professores Ethel Leonor Noia Maciel, candidata a reitora, e Roney Pignaton da Silva, candidato a vice-reitor - saiu vitoriosa com um percentual de 67,5% dos votos válidos. Já a Chapa 1 - integrada pelos professores Gláucia Rodrigues de Abreu, candidata a reitora, e Alvim Borges da Silva, candidato a vice-reitor, obteve o percentual de 32,5% dos votos válidos” (MARINHO, 2019).

A reunião do Colégio Eleitoral, formado pelos Conselhos Superiores da Ufes (de Ensino, Pesquisa e Extensão; e Conselho de Curadores), teve a inscrição de cinco nomes. Diante dos 71 votos, a ordem dos candidatos foi a seguinte: Ethel Maciel (26 votos), Paulo Sérgio Vargas (16 votos), Rogério Naques Faleiros (16 votos), Gláucia Abreu (12 votos) e Surama Freitas (um voto) (VITAL; MARINHO, 2019). O critério que estabeleceu o desempate entre os professores Paulo Sergio e Rogério foi o de maior tempo de vinculação à instituição. Segundo Devens (2019):

“[...] os candidatos Paulo Sérgio e Rogério Faleiros já haviam anunciado apoio a Ethel, mas depois se lançaram justamente com a estratégia de dividir os votos do colégio eleitoral entre o grupo. Isso porque a professora Surama seria ligada ao bolsonarismo, pois se identifica em suas redes sociais como parte de grupos de direita da universidade, já foi homenageada pelo deputado Capitão Assunção (PSL) e defende o projeto Future-se, do Governo Federal.

Já a professora Glaucia Abreu, que chegou a participar da consulta informal, vinha apontando problemas de gestão dentro da Ufes e defendendo maior transparência dos recursos. Ela também disputou a reitoria em 2015, contra Centoducatte” (DEVENS, 2019).

A vitória da Chapa 2 para encabeçar a lista tríplice seguiu o costume do Colégio Eleitoral da UFES em respeitar o resultado da consulta pública. Segundo

o jornal *Século Diário* (2019): “a jogada do campo progressista foi lançar mais duas candidaturas, de Rogério e Paulo Sérgio, que até então haviam apoiado publicamente a investida de Ethel para o cargo. Com a divisão tática dos votos dos conselheiros, afastaram a possibilidade tanto de Surama como de Gláucia serem indicadas” (CANDIDATURAS, 2019). Ethel foi a primeira mulher escolhida para ocupar a Reitoria em toda história da Ufes (VITAL; MARINHO, 2019).

Mesmo tendo vencido com folga as duas etapas do pleito, Maciel não foi nomeada pelo Governo Federal, que escolheu Paulo Sérgio Vargas dentre os nomes da lista tríplice. De acordo com jornal desenvolvido pelo curso de Jornalismo da UFES, essa foi a primeira vez “em que o presidente não respeitou a opção majoritária da comunidade acadêmica” (UNIVERSO UFES, 2021) na universidade. Em relato enviado ao ANDES (2020), a candidata preterida apresentou informações sobre o ocorrido. Ela afirmou que:

“[...] considerando a proximidade da conclusão do mandato do reitor em exercício, no dia 22/03/2020, fizeram-se vários contatos telefônicos com o Ministério da Educação, com a Secretaria do Gabinete do Ministro para saber se o processo estava estritamente instruído e se seguiria de forma protocolar para cumprir os prazos, não prejudicando a gestão de 2020 a 2024, sendo inclusive informados que cartas de apoio à nomeação do primeiro lugar da lista tríplice estavam sendo enviadas por vários representantes de órgãos de expressão nacional, a começar pela bancada capixaba de senadores e deputados e deputadas federais, de conselhos profissionais da área da saúde, entre outros, e que as mesmas foram incluídas no processo” (ANDES, 2020b, p. 41-42).

O perfil de Ethel Maciel, que “por várias vezes, tem se posicionado contra as políticas públicas de educação do Governo Bolsonaro” (VERLI, 2019), é considerado alinhado à esquerda. Segundo Verli (2019), “ela também é uma das vozes críticas ao Future-se, projeto do Ministério da Educação que quer vincular parte do custeio das universidades federais à captação de recursos privados e regulamentar a gestão das instituições com participações de Organizações Sociais privadas”. Na ocasião, a candidata eleita manifestou-se sobre a nomeação de Vargas, declarando seu apoio ao colega e seu compromisso com a Ufes:

“Mesmo não sendo nomeada como gestora máxima, estarei todos os dias comprometida com o projeto construído coletivamente para esta instituição, visando sua potência para toda a sociedade capixaba.

Neste momento de tantas incertezas quanto ao futuro, declaro o meu apoio ao Reitor Paulo Vargas para dar serenidade na continuidade de um projeto coletivo para nossa Universidade” (NUNES, 2020b).

Sobre a sua não nomeação, Ethel complementou:

“Em nenhum momento fora feito qualquer questionamento sobre a minha conduta profissional e como gestora, no exercício de Vice-reitoria, como também em qualquer outro âmbito da minha trajetória acadêmica, como pesquisadora ou atuante em diversos setores da sociedade civil, com reconhecimento de várias câmaras de vereadores, da Assembleia Legislativa e Governo Estadual e municipais, onde recebi várias homenagens e reconhecimento pelo meu trabalho enquanto mulher na ciência e pelo meu papel na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)” (NUNES, 2020b).

Paulo Sérgio Vargas, cuja nomeação ocorreu em 23 de março de 2020, também emitiu nota acerca do ocorrido e disse que sua escolha pelo MEC foi “uma notícia inesperada” (VARGAS, 2020). No texto da nota, destacou o seguinte:

“Quando eu e o professor Rogério Faleiros, juntamente com Ethel, aceitamos fazer parte da lista tríplice, assumimos formalmente por escrito o compromisso de aceitar a nomeação de qualquer dos nossos nomes por livre escolha do presidente. A decisão está dada e cumpre-me o papel de desempenhar o cargo para o qual fui nomeado” (VARGAS, 2020).

O caso da Universidade Federal do Espírito Santo foi classificado como não alinhado ao Governo Federal tendo em vista que tanto Vargas quanto Faleiros e Ethel pertencem ao mesmo grupo dentro da instituição, que se posiciona contra as posturas de Bolsonaro. E principalmente porque, como mencionado anteriormente, a candidatura dos três ao cargo se deu pela preocupação com a “possibilidade de uma candidatura mais à direita assumir a instituição, ou seja, com propostas ligadas ao bolsonarismo” (NUNES, 2020b). Outro indício de não alinhamento está contido na nota publicada pelo nomeado, em que afirma ter sido a lista tríplice “constituída por nomes afinados com o projeto vencedor [Chapa 2] na consulta realizada junto à comunidade universitária” (VARGAS, 2020). Registre-se que Maciel foi a única exceção entre os participantes de todas as chapas da lista tríplice que ficou de fora do gabinete montado por Vargas, o que, junto dos desdobramentos e ações institucionais que se sucederam, suscita questionamento sobre o cumprimento do compromisso de realizar o projeto coletivamente construído.

22. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) está localizada na região amazônica e tem seu marco de surgimento no ano de 2013, com a política de expansão e interiorização do ensino superior no Brasil. A instituição é derivada da separação do campus Marabá, que pertencia à Universidade Federal do Pará (UFPA), e sua fundação data de 5 de junho de 2013. Seus campi estão situados nas cidades de Marabá (sede), Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xinguar (UNIFESSPA, 2013).

Dada sua criação recente, o histórico de escolhas para reitor na instituição conta com apenas dois nomes à frente do cargo: Maurílio de Abreu Monteiro e Carlos Renato Lisboa Francês. No ano da criação da universidade, Monteiro foi nomeado como reitor pró-tempore. Em 2016, de junho a outubro, Carlos Renato exerceu o cargo pró-tempore, sendo sucedido por Monteiro – eleito pela primeira vez pela comunidade universitária da Unifesspa, junto à professora Idelma Santiago como sua vice-reitora. Segundo o site da instituição, a gestão de Monteiro sempre “foi marcada pela notória capacidade de diálogo, articulação política e engajamento” (UNIFESSPA, 2020a).

Em 2020, o segundo pleito democrático da história da Unifesspa foi marcado pela intervenção do Governo Federal. A consulta prévia foi realizada entre os dias 15 de abril e 2 de junho, totalmente no formato online devido à pandemia de Covid-19. Na ocasião, inscreveram-se três chapas para o pleito: Fábio dos Reis Ribeiro de Araújo (Chapa 1); Francisco Ribeiro da Costa (Chapa 2), e o reitor em exercício, Maurílio Monteiro (Chapa 3).

A chapa de Monteiro e Idelma foi reeleita para novo mandato. Monteiro foi escolhido pela comunidade acadêmica com a expressiva porcentagem de 84,4% dos votos válidos. O Consun se reuniu em 2 de junho de 2020 e referendou a escolha da comunidade. A lista tríplice foi enviada ao MEC com a seguinte composição: Maurílio (1º); Fábio (2º), e Francisco (3º) (UNIFESSPA, 2020b). Segundo o portal do G1 no Pará, houve ampla participação da comunidade acadêmica, “resultando numa participação de 78,8% do colégio eleitoral, o que corresponde ao engajamento de 85,8% dos docentes, 36,4% dos alunos e 88,5% dos técnicos administrativos” (G1 PA, 2020). No entanto, a recondução de Maurílio Monteiro ao cargo não ocorreu.

Antes de ser nomeado reitor, Francisco Ribeiro Costa já atuava em cargo de confiança na instituição, como diretor de Pesquisa e Inovação Tecnológica da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Propit). Costa tentou apaziguar a instabilidade que se instaurou com sua nomeação

e, em entrevista ao jornal Correio de Carajás, afirmou o seguinte: “Eu era o terceiro colocado na lista tríplice e fui elevado ao cargo de reitor, o que trouxe implicações. Conversei com a comunidade interna para sensibilizar e falar que não foi uma escolha minha. Não fiz nenhum acordo para me tornar reitor” (POMPEU, 2020).

O ANDES caracterizou a intervenção como “autoritária e militaresca” (ANDES, 2020c). Monteiro avalia a decisão do Governo Federal como “um duro golpe na autonomia da Unifesspa, à Constituição” (PIMENTEL, 2020). Costa assumiu o cargo com um déficit de representatividade dentro da comunidade acadêmica e a chapa eleita, no entanto, decidiu por não recorrer à Justiça para não aumentar o clima de instabilidade política. O reitor eleito afirmou: “Sabemos de onde vem o golpe. Não veio daqui de dentro. Quem deu o golpe não está entre nós [...] Não vamos morder a isca. Nosso compromisso é com a instituição. O inimigo central não está aqui dentro” (PIMENTEL, 2020).

23. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro é uma instituição criada por derivação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, criada por Nilo Peçanha em 1910 – que funcionava no local onde hoje estão as instalações do Cefet-RJ. Anos mais tarde, em 1934, a ESAMV foi dividida em três outras instituições: Escola Nacional de Agronomia (ENA), Escola Nacional de Veterinária (ENV) e Escola Nacional de Química. Submetidas a nova reorganização, as escolas foram separadas para compor o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomas, que, por fim, se tornou Universidade Rural em 1943. A nomenclatura Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro veio apenas em 1967 (UFRRJ, 2021). Seus campi estão divididos atualmente em quatro cidades: Seropédica (sede), Nova Iguaçu, Três Rios e Campos dos Goytacazes.

Tendo em vista a dificuldade de acesso a informações sobre este caso, é possível afirmar, de maneira um tanto quanto vaga, que a eleição para a Reitoria da instituição tem seguido a tradição de consulta à universidade da UFRRJ, com resultado referendado pelo Colegiado Eleitoral. O pleito realizado em 2016 para o quadriênio 2017-2021 contou com consulta pública realizada em dois turnos. Para o primeiro turno, ocorrido em 22 e 23 de novembro de 2016, inscreveram-se quatro chapas: Unidos pela Rural (Chapa 1); Outras palavras (Chapa 2); Universalizando (Chapa 3); e Conectar (Chapa 4). Avançaram para o segundo turno a Chapa 2 e a 4. A segunda etapa do pleito foi realizada em 7 e 8 de dezembro de 2016. “A chapa 2, Outras Palavras, ficou em segundo lugar, representando 48,6% dos eleitores. A chapa 4, Conectar, foi a vencedora com 51,4% dos votos do segundo turno” (UFRRJ, 2016a).

Os três nomes que compuseram a lista tríplice faziam parte do mesmo grupo. Assim, em 15 de dezembro de 2016, o Colegiado Eleitoral escolheu os seguintes nomes para a lista tríplice ao cargo de reitor: Ricardo Luis Louro Beraba, com 43 votos; Alexandre Fortes, com três votos; e Joecildo Francisco Rocha, com dois votos. Foram apurados dois votos em branco e nenhum nulo (UFRRJ, 2016b). O mandato de Beraba iniciou-se em 27 de março de 2017, com término em 27 de março de 2021.

Para o quadriênio 2021-2025, a tradição da consulta em dois turnos foi mantida. A primeira fase do pleito teve apenas duas chapas inscritas, encabeçadas por José Antonio de Souza Veiga (Chapa 1 – Rural de Todxs) e Ricardo Luiz Louro Beraba (Chapa 2 – UFRRJ É a gente), que tentava a reeleição ao cargo (SINTUR-RJ, 2020).

Segundo Ricardo Portugal, assessor de imprensa do Instituto Multidisciplinar da UFRJ, “essa foi a primeira vez que a Consulta Popular na UFRJ ocorreu no formato virtual, por meio do SIGEleições, em razão da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19)” (PORTUGAL, 2020). Ao todo, participaram da escolha do reitor 5.184 estudantes, 1.039 professores e 952 servidores do corpo técnico-administrativo.

O segundo turno teve como resultado 55% dos votos obtidos por Ricardo Beraba, contra 45% de José Veiga. Ricardo Beraba é conhecido na UFRJ como militante alinhado às pautas de esquerda. Em suas redes sociais possui fotos com figuras políticas como o ex-presidente Lula, Fernando Haddad e Jean Wyllys.

Como dito, também é tradição na instituição que apenas integrantes da chapa vencedora componham a escolha para a lista tríplice. Assim, em 8 de dezembro de 2020, o Colegiado Eleitoral deliberou pela seguinte ordem: Ricardo Beraba, Cesar Augusto Da Ros (que foi candidato a Vice-Reitor) e Roberto de Souza Rodrigues. Com o fim do mandato de Beraba, em 27 de março de 2021, e a recusa do governo em reconduzi-lo, a UFRJ ficou por três dias com a reitoria vaga.

O terceiro colocado foi nomeado pelo governo para ocupar o cargo de reitor, caracterizando mais uma intervenção em IES. Ricardo Beraba teria sido alertado que a sua não nomeação poderia acontecer, pois o MEC fora avisado de seu posicionamento político. A Luiz Costa, do jornal Universidade à Esquerda, ele declarou:

“Quando observei este documento, percebi que ocorreria um veto à minha nomeação em virtude de minha atuação política antes mesmo de ser reitor da Rural e durante o nosso mandato, quando denunciámos o golpe, as ações de extermínio praticadas por forças policiais nas comunidades, a violência no campo, sobre o meio ambiente e as conquistas locais” (COSTA, 2021).

Em entrevista a Elisa Monteiro e Silvana Sá (2021), da AdUFRJ, Beraba afirmou que apoiaria a posse de seu colega de chapa, pois acreditava que assim os projetos de sua gestão poderiam ser levados adiante no quadriênio 2021-2025. Segue o trecho da entrevista:

“Mas fomos alertados para o risco de o Executivo nos impor uma nova lista. Além disso, poderia recair sobre César (Cesar Augusto Da Ros, o segundo colocado) e Roberto o crime de prevaricação. Quando a gente envia a lista para o governo, aceita que qualquer um dos nomes seja acatado. Esta legislação pode ser usada contra nós” (MONTEIRO; SÁ, 2021).

Em 30 de março de 2021, Bolsonaro nomeou o professor Roberto de Souza Rodrigues, que foi pró-Reitor de Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional na gestão de Ricardo Beraba (entre 2017-2021). A posse ocorreu em 13 de abril do mesmo ano.

Era intenção do reitor eleito que Rodrigues fosse reconduzido ao cargo, mas devido à intervenção não foi este o desfecho. Sobre a possibilidade de recorrer da nomeação, Beraba justificou dizendo que a medida mais fácil seria que o primeiro e o terceiro colocados renunciassem, se fossem escolhidos pelo MEC, porém, essa atitude traria riscos à UFRRJ. Desse modo, foi preferível que um dos integrantes da Chapa fosse nomeado e, assim como aconteceu na UFPel, ambos passaram a trabalhar em conjunto.

24. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

As tentativas de criação da primeira instituição federal de ensino superior do interior de São Paulo datam do ano de 1960, quando o então presidente Juscelino Kubitschek promulgou uma lei que federalizou a universidade da Paraíba e instituiu uma universidade federal com sede em São Carlos, a UFSP. Contudo, a manifestação contrária à implementação na cidade, empreendida por grupos políticos que consideraram o local inapropriado, levou à suspensão do projeto (UFSCAR, 2020).

Temporariamente abandonado, o projeto levou quase uma década até que a implementação da nova universidade fosse concluída, agora sob o nome de Universidade Federal de São Carlos. Atualmente, a estrutura institucional conta com quatro campi: São Carlos (sede administrativa), Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino. De acordo com a revista do jubileu de prata da UFSCar:

“(…) em 6 de outubro de 1963, o Ministério da Educação (MEC) publica a Portaria 383, que instituiu uma comissão destinada a estudar a estrutura jurídica, administrativa e financeira da Universidade Federal de São Paulo. Entre seus membros estavam o Ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, então professor da Universidade de São Paulo (USP), e o professor Marcos Lindenberg, da Escola Paulista de Medicina (EPM) – cuja estrutura deveria vir a compor a nova universidade, indicado como presidente dessa comissão, muitas vezes definida como um grupo de trabalho. Também faziam parte docentes de diferentes instituições e dois representantes estudantis – o presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da USP e um membro da União Nacional dos Estudantes (UNE) (UFSCAR, 2020, p. 5).

A UFSCar foi efetivamente criada apenas em 1968, e o início das atividades acadêmicas se deu em 16 de março de 1970, durante o período da ditadura militar. Sérgio Mascarenhas de Oliveira foi quem assumiu a Reitoria de forma pró-tempore, de 1968 a 1970. Heitor Gurgulino de Souza foi o primeiro reitor nomeado para administrar a instituição (UFSCAR, 2020a). Conforme Lana (2015):

“(…) antes mesmo que a UFSCar se constituísse academicamente para suas atividades-fim, fora criada a Fundação Universidade Federal de São Carlos, gerida por um Conselho Curador cujos membros eram pessoas de confiança do regime militar. É evidente, neste momento, a precedência dos interesses de um grupo socioeconômico afinado politicamente com o governo do período sobre qualquer outra razão para a existência da universidade (...)” (LANA, 2015, p. 79).

A primeira consulta da comunidade para a reitoria foi realizada em 1982, por iniciativa das entidades representantes dos três seguimentos da comunidade universitária: Adufscar, Asufscar e DCE-Livre. Dentre os três candidatos inscritos, foi decidido pela recondução do reitor William Saad Hossne. Com expressivo apoio dos colegiados da instituição e de autoridades políticas da época (deputados federais e estaduais), a indicação de Hossne foi enviada ao MEC, mas o Conselho de Curadores – que ainda atuava na UFSCar – se opôs à deliberação e enviou sua própria lista ao MEC. Essa situação de instabilidade política interna culminou na nomeação de um interventor na UFSCar (SGUISSARDI, 1993).

Com o intuito de pacificar a situação instaurada, o Conselho de Curadores e os Colegiados Superiores da UFSCar entraram em consenso sobre a criação de um Colegiado Eleitoral, de participação paritária dos segmentos da comunidade universitária. Por conseguinte, foi elaborada uma lista sêxtupla enviada ao MEC em 1984 (SGUISSARDI, 1993). Consta no blog Diário da Reitoria UFSCar a seguinte descrição:

“(…) a partir de consulta paritária organizada pelo ConsUni, com participação das entidades, foi nomeado como reitor o professor Munir Rachid, primeiro reitor eleito de forma paritária e nomeado não apenas da UFSCar, mas de todo o Sistema Federal de Educação Superior, o que tornou a Universidade referência nacional em relação a processos participativos e democráticos de gestão e tomada de decisões” (UFSCAR, 2016).

Passando para o mandato referente ao quadriênio 2020-2024, o processo eleitoral teve a candidatura de três chapas: Por uma UFSCar Notável (Chapa 1), liderada por Fernando Manuel Araújo-Moreira; Juntos pela UFSCar (Chapa 2) com Adilson Jesus Aparecido de Oliveira, e Construir Juntos (Chapa 3), liderada por Wanda Aparecida Machado Hoffmann, que buscava a reeleição.

A consulta ocorreu em 3 a 5 de agosto 2020, de forma online, de acordo com o cronograma publicado na página destinada ao pleito (UFSCAR, 2020b). Contou com a participação de 20.018 votantes e o resultado foi o seguinte: em primeiro a Chapa 2, com 66,66% dos votos, contra 23,59% da Chapa 3, e 9,73% da Chapa 1. Foram apurados 151 votos em branco (UFSCAR, 2020c). Insta ressaltar que o processo de consulta eleitoral não considerou o peso de 70% como de costume e o peso dos votos foi distribuído de forma igualitária entre os segmentos da comunidade acadêmica.

À frente da chapa vencedora, Adilson Oliveira é conhecido pela trajetória de militância na instituição. Em artigo escrito ao Jornal da Ciência, o reitor eleito declarou:

“A UFSCar foi pioneira na adoção de lista tríplice formada apenas por integrantes da chapa mais votada pela comunidade universitária, em consulta paritária que elege uma equipe de gestão, não apenas os líderes de Reitoria e Vice-reitoria. A estratégia foi formulada ainda no período da ditadura militar, para proteger a Universidade de pessoas antagônicas e não comprometidas com o futuro escolhido para a Instituição. Tristemente, ela precisou cumprir este papel neste novo momento de graves ataques à democracia – e à vida, nunca é demais lembrar” (OLIVEIRA, 2021).

A lista tríplice elaborada em reunião realizada no dia 28 de agosto de 2020 foi encaminhada ao MEC em 1 de setembro (UFSCAR, 2020d), com tempo hábil para finalização do mandato em vigência. A ordem de composição da lista foi a seguinte: 1º Adilson Jesus Aparecido de Oliveira; 2º Ana Beatriz de Oliveira; 3º Rodrigo Constante Martins (UFSCAR, 2020d).

“Em votação uninominal para classificar os candidatos, foram computados 49 (quarenta e nove) votos para o Prof. Dr. Adilson Jesus Aparecido de Oliveira, 8 (oito) votos para a Profa. Dra. Ana Beatriz de Oliveira e 4 (quatro) votos para o Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins. A lista tríplice seguiu a ordem decrescente de votos, sendo o mais votado colocado em primeiro lugar e o menos votado colocado em terceiro lugar na Lista Tríplice” (UFSCAR, 2020e).

Entretanto, neste pleito, a Chapa 1 ajuizou pedido para que a lista tríplice fosse anulada e reelaborada, sob a alegação de irregularidades no processo eleitoral. A 2ª Vara Federal de São Carlos proferiu decisão pela suspensão temporária da lista. Por este motivo, foi prorrogado o mandato de Wanda Hoffmann, que terminaria em 7 de novembro de 2020. Hoffmann seguiu à frente da UFSCar como pró-tempore.

As alegações da chapa de Fernando Manuel para interrupção do processo eleitoral foram descritas pela jornalista Fabiana Assis:

“Tradicionalmente, na UFSCar, as chapas perdedoras na pesquisa eleitoral não apresentam seus nomes - embora tenham esse direito - para a formação da lista, que acaba sendo composta apenas por nomes dos membros da chapa vencedora, como forma de garantir que a vontade da comunidade universitária seja respeitada. Outro ponto abordado na decisão é que no pleito deste ano não foi respeitado o peso de 70% para a manifestação do pessoal docente em relação às demais categorias e a votação foi paritária, atribuindo peso igual para docentes, discentes e servidores técnicos-administrativos” (ASSIS, 2020).

Devido à citada ação judicial, a nomeação de um novo reitor ficou barrada pela Justiça, que posteriormente não identificou nenhum quesito de ordem questionável. Neste sentido, vale ressaltar o texto publicado pela candidata a vice-reitora pela Chapa 2, Maria de Jesus Dutra Reis, no qual expressa indignação pela abertura de ação judicial contra o processo eleitoral:

“Qualquer docente dessa instituição poderia ter solicitado a indicação naquele colegiado. Era de amplo conhecimento e motivo adicional de tensão para aqueles que participaram da consulta. [...] Os dois colegas que entram com esse processo judicial preferiram não lutar no Colégio Institucional. Não reconheceram as normas desse Colégio, exaradas do órgão máximo da instituição: o Conselho Universitário. Preferiram ignorar os pactos e normativas institucionais e o desejo da maioria [...] As pessoas não esquecerão que essa jornada teve início marcada pelo desrespeito à vontade de uma maioria expressiva. E não existe dúvida que foi uma escolha expressiva e legítima. Seja utilizando cálculos paritários ou não paritários de pesos, seja considerando cada categoria institucional separadamente, não existe qualquer sombra de dúvida sobre que projeto e programa essa instituição quer ter nos próximos quatro anos. [...] Vou defender o que acredito porque menos do que isso não seria digno. Adilson e eu temos o dever de lutar pela vontade expressa por tantos. Farei essa luta respeitando os espaços políticos e sociais que me forem dados; me submeterei à vontade da maioria sempre, no que concerne à minha vida institucional” (ASSIS, 2020).

Já para Wilson Alves Bezerra, do Departamento de Letras da UFSCar e membro do Consuni, o intuito de Fernando Moreira seria o de figurar como possibilidade de nomeação, a despeito de sua pouca representatividade, devido a seu alinhamento com as pautas de Jair Bolsonaro.

“O que os derrotados pedem é que seus nomes figurem, a todo custo, na lista tríplice, para que possam, a despeito de sua quase inexistente representatividade na Universidade, ser escolhidos pelo Governo Federal, com quem o candidato tem afinidade ideológica. Ao buscarem uma vinculação automática entre sua candidatura, a pesquisa eleitoral e o direito de figurar na lista tríplice, vão contra o princípio não vinculativo entre uma instância e outra, que vige no momento” (BEZERRA, 2020).

Em decorrência da liminar, uma nova lista tríplice precisou ser elaborada em reunião do Colégio Eleitoral no dia 18 de novembro de 2020, a qual foi enviada ao MEC em 23 de novembro do mesmo ano para apreciação. A nova lista repetiu a anterior, acrescentando os nomes da chapa de Fernando Manuel, que receberam dois votos do Colégio Eleitoral. De acordo com Saldaña e Palhares (2021):

“A universidade fez o processo dentro do conselho universitário, incluindo o nome do derrotado, Fernando Moreira. Ele teve apenas dois votos na votação no conselho universitário e a lista tríplice foi composta por integrantes da chapa vencedora, a exemplo da primeira relação” (SALDAÑA; PALHARES, 2021).

Contudo, ao contrário da expectativa criada com relação ao nome de Moreira, Bolsonaro escolheu Ana Beatriz de Oliveira que, por sua vez, era candidata à pró-reitora de Extensão pela mesma chapa de Adilson Jesus, e foi segundo lugar em ambas as listas enviadas ao MEC. Sua nomeação foi publicada em 15 de janeiro de 2021 e a posse ocorreu cinco dias depois, em Brasília.

Sobre a intervenção no processo democrático de escolha do reitorado da UFSCar e sua não nomeação ao cargo, Adilson replicou: “fui gestor em diferentes ocasiões e vice-reitor vinculado a uma equipe que Bolsonaro, mais uma vez equivocadamente, identifica com um partido” (OLIVEIRA, 2021). O jornal Folha de S. Paulo publicou matéria na qual é corroborada a informação sobre a filiação partidária do reitor eleito ser o estopim para o veto à sua nomeação:

[...] o professor Adilson Jesus de Oliveira teve o nome preterido pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) por causa de sua filiação ao PT, segundo relatos de membros do governo feitos à reportagem. O veto está em sintonia com a agenda ideológica do governo. Oliveira disse à Folha que já se desfilou da sigla e que nunca exerceu militância partidária. Seu nome, no entanto, ainda consta nos registros de filiação do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o que, segundo informações colhidas pela reportagem, foi o que pesou para a nomeação da segunda colocada na lista tríplice, a professora Ana Beatriz de Oliveira” (SALDAÑA; PALHARES, 2021).

A sessão solene que marcou o início da gestão da professora Ana Beatriz de Oliveira aconteceu somente em 5 de fevereiro de 2021, quase três meses depois do término da gestão de Wanda Hoffmann. Uma vez que a gestão de Ana Beatriz é calcada nas diretrizes da Chapa 2, o caso da UFSCar foi classificado como não alinhado ao Governo Federal. Ainda que Adilson Jesus não tenha sido nomeado, o programa de gestão elaborado pela chapa vem sendo posto em prática e o mesmo demonstrou apoio público à reitora empossada. Ele disse: “É necessário abrir espaço ao início de uma nova gestão na UFSCar que, ainda que precise ser liderada por outro gestor que não o eleito, segue sendo a gestão do projeto escolhido pela comunidade universitária” (OLIVEIRA, 2020).

25. Universidade Federal do Piauí (UFPI)

A UFPI foi instituída no ano de 1968 pela Lei Federal nº 5.528 (BRASIL, 1968) sob forma de Fundação e iniciou seu funcionamento em 1971 (UFPI, 2013). Ela surgiu da junção de faculdades isoladas. São elas: Faculdade de Direito do Piauí, Faculdade de Medicina, Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, Faculdade de Odontologia do Piauí (em Teresina) e a Faculdade de Administração do Piauí (em Parnaíba).

Segundo o seu site institucional, o primeiro reitor, Hécio Ulhoa Saraiva, sociólogo da UnB, foi indicado pelo então governador do estado, Alberto Silva, devido à sua aproximação junto ao Governo Federal. Ulhoa tomou posse no dia 24 de julho de 1971 (UFPI, 2017). Comumente, a escolha do ocupante para o cargo de reitor da UFPI tem passado pelo crivo da comunidade acadêmica e pelo rito de aprovação do Consun (Conselho Universitário).

Em 2020, devido às medidas de distanciamento social impostas na pandemia de Covid-19, as etapas do processo eleitoral não foram realizadas de maneira presencial. A princípio, a chapa aliada ao bolsonarismo, representada por Marcus Sabry e Airton Carneiro, teve sua inscrição indeferida e recorreu à Justiça, com pedido de liminar para suspensão da decisão de indeferimento. Segundo a imprensa local:

“A justificativa apresentada pela Comissão foi a de que o candidato a vice-reitor pela chapa UFPI Meritocracia não cumpria o requisito de integrar a carreira do magistério superior da instituição. O primeiro mandado de segurança impetrado pelo grupo não foi acolhido pela Justiça e em decisão proferida no último dia 28, a chapa Meritocracia UFPI teve o indeferimento de sua inscrição mantido” (PORTAL O DIA, 2020).

Dois dias depois, ou seja, em 30 de julho de 2020, a inscrição da chapa foi deferida, por determinação do TRF-1, que revogou a primeira decisão da Justiça (PORTAL O DIA, 2020). O texto da decisão menciona que “independente do nível, o título de doutor assegura participação no processo eleitoral” (MORAES, 2020). Assim, a consulta prévia foi realizada no dia 12 de agosto de 2020 com inscrição de 05 chapas.

De acordo com o site institucional da UFPI, esta eleição foi “a primeira da história realizada totalmente on-line em virtude da pandemia de Covid-19, surpreendeu com seus mais de 14 mil votos distribuídos entre as 05 chapas concorrentes” (UFPI, 2020c). A ordem de classificação na primeira etapa foi

a seguinte: André Macedo e Carlos Sait (Chapa 4 - 45,64%), Nadir Nogueira e Marcos Lira (Chapa 3 - 27,23%), Gildásio Guedes e Viriato Campelo (Chapa 2 - 21,14%); Sandra Ramos e Bruno Diniz (Chapa 1 - 3,96%), e Marcus Sabry e Antonio Airton de Freitas (Chapa 5 - 2,02%) (UFPI, 2020a). Gildásio venceu entre os alunos, mas ficou em terceiro pelo critério do peso dos professores.

Finalizada a primeira etapa do pleito, a chapa de Sandra Ramos impetrou recurso solicitando a suspensão da consulta, diante da ausência de respaldo legal para a que a consulta ocorresse de forma online “e à fragilidade do sistema de votação, que também não contempla os alunos de baixa renda” (SOBREIRA, 2020). Além disso, nos autos do processo, foi solicitada a impugnação da chapa composta por Nadir Nogueira, sob justificativa de que a professora não se afastara de seu cargo de vice-reitora na UFPI para concorrer à Reitoria (GUIMARÃES, 2020).

Diante da medida cautelar proferida pelo juiz Brunno Carvalho, da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Piauí, o processo foi suspenso no dia 25 de agosto de 2020, véspera da data escolhida para a reunião de elaboração da lista tríplice (SOBREIRA, 2020). “Ainda segundo a professora, deveria ser considerada a suspeição do atual reitor da UFPI, José Arimatéia Dantas Lopes, pois o candidato que tinha seu apoio recebeu um alto número de votos em poucos minutos na plataforma online” (FERNANDES; GOMMES; WELLINGTON, 2020).

Na ocasião, a UFPI prestou os esclarecimentos requeridos pelo magistrado supracitado e o mesmo decidiu pela revogação da medida cautelar, publicada no dia 4 de setembro do mesmo ano. Assim sendo, a reunião do Consun ocorreu apenas no dia 9 de setembro, com a inscrição de quatro candidatos. Macedo obteve 22 votos, seguido por Guedes, com 11 votos e Nadir Nogueira, com 6 votos. Sabry não obteve votos do Conselho, e por isso seu nome não compôs a lista (UFPI, 2020b).

Constam informações de que o processo eleitoral foi judicializado também no âmbito interno da UFPI. Segundo a jornalista Nayrana Meireles (2020), do jornal GP1, um recurso foi aberto no dia 14 de agosto de 2020, pela chapa de Marcus Sabry e Airton Carneiro. Eles solicitaram a impugnação de chapas concorrentes:

“O professor da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Marcus Sabry Azar Batista, ingressou com recurso junto ao Conselho Universitário (Consun) daquela instituição, pedindo a impugnação das chapas “UFPI Inclusiva, Inovadora e Sustentável”, da professora Nadir Nogueira, e “Fortalecer, Conectar e Inovar”, do professor André Macedo, que disputaram a reitoria da academia, este último tendo vencido a consulta acadêmica” (MEIRELES, 2020).

Guedes, que atuava como diretor do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) da instituição e era coordenador da Universidade Aberta do Brasil (UAB), teve sua nomeação publicada no dia 19 de novembro de 2020, preterindo André Macedo – candidato escolhido pelo Consun, apoiado por José Arimatéia, e que ocupava o cargo de pró-reitor de Planejamento da UFPI.

Circularam informações de que a nomeação de Guedes se deu mais pelo perfil dos outros componentes da lista tríplice do que por um alinhamento político do professor ao bolsonarismo. Quando a lista foi enviada ao governo, circulou a informação de que não seria indicada uma pessoa com perfil de esquerda, sendo que o primeiro colocado era, de alguma forma, ligado ao PT. Constata-se o fundamento dessa afirmação na reportagem do colunista do jornal GP1, Hebert Sousa, o qual salienta que o professor Macedo é “notoriamente conhecido como defensor da ideologia de esquerda, inclusive, o vice do candidato André, professor Carlos Sait, é filiado ao PT desde 1995” (SOUSA, 2020b).

Sousa sinalizou o rompimento entre o grupo à frente da UFPI e apontou em seu blog suposta tentativa de aparelhamento do Consun, com vistas a não permitir a entrada de Guedes na lista. Ele afirmou:

“Mas apesar de ter ficado em primeiro lugar em número de votos, o Consun quer retirar o nome de Gildásio da lista tríplice, isso porque, como já havia sido adiantado por este blog, o reitor José Arimatéia conseguiu aparelhar o Consun com a nomeação de seis alunos que não foram eleitos pela comunidade discente, tendo assim o controle de 34% dos votos naquele conselho. Portanto, um outro nome pode ser indicado pelo conselho, no lugar de Gildásio” (SOUSA, 2020a).

Arimatéia Dantas respondeu à acusação do jornalista Hebert Sousa de que estivesse tentado impedir a indicação do nome de Gildásio no Consun. Afirmou que o professor:

“... faz parte do Consun, ele tem seguidores nesse conselho [...] O que o próprio Gildásio defende é o voto paritário, ou seja, peso de um terço para cada segmento, e mesmo se o voto fosse paritário o André teria ganho, porque ele ganhou com folga com o voto dos professores e dos técnicos, só perdeu com o voto dos estudantes” (SOUSA, 2020c).

Ao final, o pró-reitor ficou em primeiro na lista e Gildásio em segundo, com votos que não teriam sido influenciados pelo reitor. E o terceiro lugar ficou com a vice-reitora. Gildásio Guedes Fernandes foi empossado no dia 20 de novembro de 2020 para o mandato quadrienal. Foi inserido nesta classificação porque não faz parte dos alinhados à direita dentro da UFPI.

26. Reações às intervenções

O que se segue é uma descrição das respostas que foram dadas pelas comunidades acadêmicas aos processos de intervenção. Para tanto, foi elaborada uma tabela que sumariza as ações em seis tópicos: a) Conflitos Institucionais; b) Ocupações e Protestos; c) Judicialização; d) Policiamento no Campus; e) Ruptura com a Andifes; e f) Sem informações. Em alguns casos, houve mais de um tipo de reação, como ocorreu na UFC, Ufersa e UFGD.

REAÇÕES	INSTITUIÇÕES
Conflitos Institucionais Internos	UNIRIO, UFGD, UFRGS, UFC, UFRA, UNIVASF, UNIFEI
Ocupações e protestos	UFFS, UFPB, UFC, UFCG, UFG, UFES, UFRA, UFGD, UFPel, UFRRJ, UFPI, UFERSA, UNIFESS-PA, UNIFEI
Judicialização	UFVJM, UFFS, UFGD, UFRGS, UNIVASF, UFERSA, UFC
Policiamento no campus	UFGD e UFC
Ruptura com a Andifes	UFC, UFVJM, UNIVASF, UNIFEI, UFERSA, UFRA e UFRGS
Sem informações	UFRB, UFMT, UFSCAR

27. Conflitos Institucionais

Este tópico narra a ocorrência de conflitos institucionais, isto é, desajustes internos sucedidos entre os conselhos das universidades, entidades sindicais e estudantis e o interventor. São descritas situações em que o interventor se posicionou autoritariamente contra entidades representativas e/ou estudantes, e a reação destes personagens.

Na UFFS, a rejeição da comunidade universitária à nomeação de Recktenvald, aliada às sucessivas denúncias de desrespeito ao Poder Judiciário e de postura autoritária, levou à decisão pela sua destituição do cargo em reunião do Consuni, com 35 votos favoráveis e 12 votos contrários (SINDUFFS, 2020). Diante desta situação, o membro do Consuni, professor Jeferson Saccol Ferreira, abriu processo contra a decisão do Conselho.

O processo, de número 5007006-82.2019.4.04.7202/SC, correu na Segunda Vara da Justiça Federal e concedeu liminar favorável à suspensão dos efeitos da decisão tomada pelo Conselho Universitário. Perante a esta intervenção, o Consuni publicou, no dia 9 de outubro de 2019, a Decisão nº 17/CONSUNI/UFFS/2019, que não aprovou o envio de proposição de destituição de Marcelo Recktenvald do cargo de reitor da UFFS para a Presidência da República (CONSUNI UFFS, 2019).

Apesar das tentativas de manter-se no cargo, o professor foi denunciado ao Supremo Tribunal Federal, ao Ministério Público Federal e à Comissão de Ética Pública da Presidência por desrespeito à Constituição, por ataque ao regime democrático do país (no que se refere ao apoio de intervenção militar no STF e ofensa aos ministros), bem como por propagação de *fake news* em suas redes sociais (SINDUFFS, 2020). O STF abriu inquérito, sob número 4.781, para investigar a conduta de Marcelo Recktenvald por:

“Crimes contra a segurança nacional, crimes contra honra e ato de improbidade administrativa em razão de supostas manifestações ofensivas e desrespeitosas contra os Exmos. Srs. Ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, contra o Presidente da Câmara dos Deputados e o Governador do Estado do Rio de Janeiro (STF, 2020).”

Segundo Carvalho (2020), as manifestações no âmbito da UFFS exigiram respeito à autonomia e democracia, indo explicitamente contra a intervenção do Governo Federal nas decisões tomadas pela comunidade universitária.

O reitor, no entanto, adotou postura de deboche frente às manifestações, reiterando seu apoio à Presidência da República (CARVALHO, 2020).

A situação da Unirio não foi diferente. Estudantes e docentes realizaram, no dia 4 de julho de 2019, um protesto em frente ao prédio do Arquivo Nacional, no ato da posse. Eles “distribuíram adesivos e panfletos para dialogar com os convidados da cerimônia” (ADUFF, 2019).

De acordo com o Sindicato dos Professores de Macaé e Região, entidades sindicais e estudantis têm denunciado a postura autoritária de Ricardo da Silva Cardoso desde que assumiu como reitor, bem como perseguição movida contra seu opositor, Leonardo Villela de Castro, que foi escolhido em consulta pública (SINPRO MACAÉ, 2020).

“A gestão de Ricardo é marcada a cada dia por novas arbitrariedades. Foram meses sem a convocação dos colegiados superiores (Consuni e Consepe). Quando convocados, os Conselhos foram palco de atitudes antidemocráticas, do silenciamento de posições contrárias às da Reitoria e de privilégios concedidos, em termos de tempo de fala e possibilidade de inscrição, à Reitoria e seus aliados. Também é gritante a falta de respeito e de diálogo com as entidades representativas (DCE, Adunirio e Asunirio) (SINPRO MACAÉ, 2020).

Em Petrolina, na Univasf, o interventor causou constrangimento em reunião do Conselho Universitário ao abandonar a sessão online, sem justificativas. Segundo nota do Conuni, reproduzida no blog de Edenevaldo Alves (2020), a situação vivenciada no dia 29 de maio de 2020, foi:

“...um espetáculo dantesco, vergonhoso de um reitor pró-tempore que se mostrou incompetente para conduzir uma reunião de praxe, abandonando-a sem explicações e justamente no ponto de pauta em que seria discutida a situação dos pró-reitores que tiveram os nomes rejeitados pelo Conuni e mantidos pelo reitor pró-tempore e proposta de nota de esclarecimento desse Conselho a ser divulgada no site da Univasf como direito de resposta à nota publicada pelo reitor temporário. Neste momento, ele deixou a sala de reuniões via conferência web da Rede Nacional de Pesquisa apenas dizendo que o expediente se encerrava às 18h e ele tinha outros compromissos, quando apenas um item da pauta tinha sido deliberado e a plenária manifestava-se positivamente para continuar o debate e deliberações, uma vez que havia quórum e um representante legal que poderia dar continuidade à reunião, o vice-reitor, substituto natural em eventos como esse” (ALVES, 2020).

A UFGD também experimentou o agravamento do clima de instabilidade, causado pela suspensão da lista tríplice. A nomeação de dois reitores pró-

tempore “instalou um ambiente de autoritarismo na universidade, sendo que algumas práticas podem ser consideradas como de assédio institucional contra servidores públicos, técnicos e docentes, e estudantes” (ANDES, 2020b, p. 7). Exemplo disto foi o acontecido na primeira reunião do Couni após a posse de Mirlene Damázio. Segundo o jornalista Helio de Freitas (2019a), na ocasião:

“...o professor Etienne Biasotto, vencedor da eleição interna, usou a palavra para protestar contra a decisão do governo. Segundo ele, somente a nomeação da chapa vencedora vai devolver tranquilidade à universidade. Biasotto foi interrompido pela reitora, que pediu para a discussão se limitar à pauta da reunião” (FREITAS, 2019a).

Noutra situação, também houve tensionamentos na reunião do Couni, na qual Mirlene não se fez presente. Nesta, “os conselheiros aprovaram a confecção de carta pelo não reconhecimento de Mirlene como reitora e o envio de ofício ao MEC” (BENTO, 2019). Outras informações sobre as reações ao caso da UFGD são descritas nos tópicos a seguir.

28. Ocupações e protestos

As intervenções nas Universidades Federais geraram uma série de protestos por parte das comunidades acadêmicas e suas entidades representativas. Além das manifestações com bloqueio de vias e passeatas, ocorreram também ocupações de prédios e espaços públicos ligados às instituições de ensino.

Em Campina Grande, por exemplo, em 1 de março de 2021, um protesto simbólico reuniu manifestantes na portaria principal da UFCG. Além disso, a ADUFCG disponibilizou em seu site um dispositivo chamado “interventômetro”, que contava os dias do período em que a universidade se encontrou sob intervenção. A associação também distribuiu outdoors pela cidade, com mensagens sobre a situação da UFCG.

“Diversos outdoors com a mensagem “Contra a Intervenção de Bolsonaro na UFCG” foram espalhados pela cidade de Campina Grande (PB) na última sexta-feira (9). Os painéis publicitários trazem imagens do reitor e do vice-reitor como bonecos de marionetes, manipulados politicamente pelo Governo Federal. A mensagem também cobra a imediata renúncia dos interventores. As mesmas artes ganharam as redes sociais” (ANDES, 2021c).

Na Federal da Fronteira Sul, a Reitoria foi ocupada por estudantes no dia 30 de agosto de 2019 em protesto à nomeação de Recktenvald. Diante da ameaça de pedido de liminar para reintegração de posse, foi feita conciliação entre as partes envolvidas e a Reitoria acabou sendo esvaziada (COSTA, 2019).

Na UFPB, a posse de Valdiney Gouveia foi marcada por protestos e pela ocupação do prédio da Reitoria, em João Pessoa. Conforme o portal G1 PB, estudantes se acorrentaram na entrada da Reitoria, no Campus I da UFPB. “O novo reitor e os convidados da cerimônia foram recebidos com ovos por manifestantes que estavam na entrada do Hospital Universitário, protestando contra a nomeação de Valdiney Veloso” (G1 PB, 2019).

A UFPI teve a integração de estudantes e movimentos sociais na organização do ato pacífico contra a nomeação de Gildásio Guedes. Com faixas e cartazes, o protesto ocorreu na frente do prédio da Reitoria no dia 23 de novembro de 2020. Na ocasião, o movimento estudantil acusou a Reitoria de não querer dialogar com os manifestantes. Segundo Ellica Ramona, que faz parte do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPI e era presidente da União Estadual dos Estudantes do Piauí, “ele não saiu e nem nos convidou a entrar,

nem para conversar ou ouvir nossas reivindicações. Pelo contrário: quando chegamos, a Reitoria estava cercada de seguranças” (NASCIMENTO, 2020).

Na UFRA, os Centros Acadêmicos publicaram nota oficial, onde expressaram indignação ao que nomearam “golpe” contra a sua Reitoria. Foi realizado ato em frente ao campus localizado na avenida Perimetral, demandando revisão da nomeação (CRUZ, 2021):

“Docentes, estudantes e servidores da Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra) cobram a nomeação da professora doutora Janae Gonçalves. Ela foi a mais votada da eleição para a Reitoria da instituição. No entanto, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) nomeou a segunda colocada do pleito, a professora doutora Herdjanja Veras.” (CRUZ, 2021).

Semelhantemente, na UFGD vários atos foram realizados contra a nomeação dos interventores. Em 17 de junho de 2019, a Reitoria foi ocupada por docentes e servidores administrativos. Na mesma semana, os estudantes realizaram outra ocupação, com hasteamento de faixas e colagem de cartazes, denunciando a medida (FREITAS, 2019c).

Conforme o jornal A Nova Democracia (2021), dois anos depois, os protestos continuavam. Cruzes pretas foram colocadas em frente ao prédio da Reitoria no dia 23 de fevereiro de 2021, em um “velório simbólico da democracia” (FREITAS, 2021). No dia 25 de agosto do mesmo ano, o ato foi convocado pela ADUF-Dourados em repúdio aos 800 dias de intervenção.

“Durante o ato, os estudantes combativos ergueram faixas e cartazes com os dizeres **Contra o fechamento das universidades: greve de ocupação! e A intervenção serve à privatização: defender a universidade pública, gratuita e a serviço do povo.**

[...] Desde que a intervenção na UFGD foi decretada, os professores e estudantes combativos têm realizado atos contra o processo. Inicialmente, a professora Mirlene Damazio foi apontada pelo então ministro Abraham Weintraub como reitora interventora (ou *pró-tempore*, nos dizeres burocráticos). No início de 2021, em um jogo político entre a Prefeitura de Dourados e o Governo Federal, Mirlene foi retirada em favor de Lino Sanabria, novo interventor. Os estudantes combativos, impulsionados principalmente pela Executiva Nacional de Estudantes de Pedagogia (ExNEPe), têm realizado atos contra a intervenção, a imposição da EAD e o sucateamento da universidade (MS, 2021).”

No dia 30 de outubro de 2019, os ex-reitores da UFGD, Liane Maria Calarge e Damião Duque de Farias, se uniram ao ato em defesa da autonomia universitária, que fora coordenado pelo Fórum Unificado das Entidades Representativas

da Comunidade Acadêmica da Universidade. O Fórum foi composto por representantes do Diretório Central dos e das Estudantes da UFGD (DCE UFGD), da Associação dos (as) Pós-graduandos (as) da UFGD (APG UFGD) e dos seguintes sindicatos: dos Trabalhadores em Educação das Instituições Federais (Sintef), e das (os) Professoras (es) da UFGD (ADUF Dourados). Segundo o site Dourados Agora, o objetivo da manifestação foi demonstrar que:

“...mesmo com orientações políticas distintas, os diversos grupos da UFGD estão se unindo para reforçar a denúncia sobre os atentados à democracia e à autonomia universitárias materializados nos últimos meses em função da nomeação de uma gestão pró-tempore, pelo Ministério da Educação (MEC)” (EX-REITORES, 2019).

Na Unifei, houve protesto de estudantes, servidores e docentes, registrado pelo Jornal da Região Sul (2020) no dia 12 de dezembro de 2020, e que contou com a presença do candidato preterido. Em entrevista, Parentoni apontou a situação vivida pelas universidades como um “contrassenso” e afirmou que “a escolha feita pelo presidente da República não é técnica, não é por competência, não é por mérito. É por questão meramente ideológica” (ITAJUBÁ, 2020). Além disso, o DCE da Unifei fez a publicação em suas redes sociais de uma nota de repúdio, na qual apontou a intervenção como um desrespeito à autonomia e tentativa de silenciamento da comunidade universitária:

“O desrespeito à ordem da tríplice não era cogitado, visto que se entendia que o processo supracitado de votação da comunidade era a manifestação democrática dela mesma. A lista enviada, com os devidos nomes e posições dos candidatos dentro da votação, é uma expressão legítima e democrática do parecer da universidade. Vimos novamente a voz ser calada e o direito de autonomia das universidades federais ser burlado. [...] O DCE Unifei considera que essa nomeação é arbitrária e que configura um ato antidemocrático, além da intervenção desconsiderar a autonomia das instituições e, por isso, repudiamos com veemência a situação à qual a nossa comunidade foi submetida no dia de hoje (DCE Unifei, 2020).

No caso da Univasf, destaca-se a atuação do Diretório Central dos Estudantes que, segundo o Blog Waldiney Passos, se posicionou através de faixas afixadas no campus Centro, com a criação de um abaixo assinado virtual. Para os estudantes, “o Governo Federal nomeou um ‘interventor’, favorecendo a chapa perdedora na eleição de 2019” (PASSOS, 2020). O DCE da Univasf também emitiu nota, afirmando que:

[...] as entidades do movimento estudantil da Univasf, por meio de um Conselho de Entidade de Bases realizado por videoconferência no dia 04/04/2020, manifestam através deste documento seu posicionamento de que o reitor pró-tempore seja o primeiro colocado tanto da consulta pública quanto da lista tríplice formada pelo Conselho Universitário, Prof. Têlio Nobre Leite, corroborando com a vontade democrática da maioria da comunidade acadêmica. Na impossibilidade deste, sugerimos que o reitor pró-tempore seja o próprio reitor em exercício, Prof. Julianeli Tolentino de Lima.

A representação discente deixa expressamente claro que não aceitará interventores com propósitos obscuros, principalmente os representantes de grupos cuja inegável e inflexível derrota, refletida na rejeição amplamente expressa pelos votos da comunidade acadêmica, lhes parece ser inaceitável, e por isto se valem de quaisquer mecanismos para impor sua vontade de maneira desrespeitosa com a democracia” (PASSOS, 2020).

Segundo Mariana Castro, na UFC também ocorreram ocupações, nas quais “foram montados acampamentos e mantidos protestos constantes, com apoio também de professores e técnicos-administrativos” (CASTRO, 2021) e, em 26 de agosto de 2019, o interventor acionou a Justiça para uma reintegração de posse da área da Reitoria. Os conflitos se intensificaram na UFC, quando Cândido Albuquerque se recusou a empossar os representantes eleitos para o Consuni e fez intervenções em deliberações do colegiado, conforme será tratado no tópico sobre judicialização.

Segundo o jornalista Francisco Barbosa, o Diretório Central dos Estudantes publicou nota denunciando a postura do interventor, que vem fazendo “chantagem e perseguição ao movimento estudantil e suas representações” (BARBOSA, 2020). Esta nota foi emitida em reação ao ocorrido em 17 de maio de 2020, quando Albuquerque fez uma publicação em sua rede social em que expôs “o histórico escolar de um estudante questionando a legitimidade do aluno para assumir a função de representante discente junto ao Conselho Universitário (Consuni) da instituição” (BARBOSA, 2020).

Em Mossoró, integrantes da comunidade acadêmica promoveram um protesto em 31 de agosto de 2021, em memória aos 365 dias de intervenção na Ufersa. O ato foi chamado de “Desaniversário de 1 ano da intervenção na Ufersa” (DUARTE, 2021a) e aconteceu em frente ao campus Leste. Uma carta aberta, publicada conjuntamente pelas entidades representativas, também expôs a situação vivida na universidade.

“Neste curto período de um ano, a comunidade ufersiana foi obrigada a conviver com um verdadeiro ‘show’ de horrores: do uso do expediente, absolutamente atípico, do veto a decisões do Consuni para que fosse mantida a imagem de um ditador no Gabinete da Reitoria à criminalização do movimento estudantil; da descaracterização completa da cerimônia de colação de grau, com o objetivo de censurar manifestações contrárias, à perseguição e à

abertura de processos administrativos disciplinares contra desafetos políticos; de denúncias absolutamente incontestáveis de plágio, cometido por Ludimilla Serafim em sua tese de doutorado a, finalmente, uma saída absolutamente injustificada, isolacionista e arbitrária da Andifes.

Mas não foi só isso que se passou ao longo deste ano de intervenção. Além da completa incapacidade administrativa que esta gestão hoje demonstra na condução de questões triviais relativas ao cotidiano universitário é ainda mais grave que, hoje, a Reitoria da Ufersa seja posta a serviço de uma agenda fascista. A Administração Superior da Ufersa nos oferece este quadro deprimente em nome de um governo genocida, que promove a morte do povo brasileiro através da pandemia (ADUFERSA; DCE-UFERSA; SINTEST-UFERSA, 2021).”

Em Goiás, um protesto em defesa da UFG foi organizado por entidades representativas dos segmentos da universidade, bem como por movimentos de mulheres ativistas. Segundo o blog Reitoria Digital, da UFG, os professores Angelita Pereira de Lima, Jesiel Carvalho e a assessora especial Sandramara Matias participaram do ato.

“O ato começou com a leitura do ‘Manifesto de mulheres em defesa da UFG’, que expressou repúdio à nomeação da reitora em desrespeito ao primeiro lugar da lista tríplice definida pelo Conselho Universitário e apoio às professoras Angelita e Sandramara. Sandramara Matias agradeceu e destacou que se trata de um ato que expressa a indignação e revolta frente ao desrespeito a um processo democrático da Universidade. “Todos nós nos unimos para garantir a implementação desse projeto. A UFG permanece firme e continuará fazendo a diferença no estado, no país e fora dele. O projeto UFG Viva com certeza será implementado da melhor maneira possível, com pessoas competentes, dedicadas, que defendem a universidade pública”, disse ela. A reitora Angelita Pereira de Lima definiu o ato como “extremamente importante” e ressaltou a mobilização, nas redes sociais, das mulheres que participaram da consulta, dos sindicatos, associações e entidades estudantis que se organizaram para resistir. Segundo ela, a UFG está madura em seus processos democráticos, vive conflitos, tensões e divergências, mas tem os mecanismos para enfrentá-los. ‘A instituição está saindo desse momento mais forte, mais consciente de si mesma e aperfeiçoando seus sistemas de democracia’, afirmou a reitora (UFG, 2022).

Casos como os da UFPel, Unifesspa e Ufes, nos quais não se apresentaram conflitos diretos entre entidades representativas e a figura nomeada também foram marcados por manifestações em apoio aos candidatos preteridos. Este apoio foi divulgado principalmente através de notas de repúdio e cartas direcionadas às comunidades universitárias. Também foram identificadas manifestações do ANDES-SN, feitas por meio de notas, em que a entidade se posicionou contrária às intervenções nas IFES.

Na UFPel, por exemplo, a decisão de apoio à chapa nomeada por parte dos preteridos e da situação gerou indignação nas entidades representativas que fizeram parte da organização do pleito. A Coordenação da Associação dos Servidores Federais em Educação de Pelotas e Capão do Leão declarou em nota: “Iremos até as últimas consequências, pela manutenção dos direitos conquistados” (ASUFPEL, 2021). Já a Adufpel declarou:

“O caráter obrigatório da intervenção está dado. Em reunião na tarde desta quarta-feira atendendo convite do atual reitor, da qual participaram também integrantes do grupo UFPel Diversa - incluindo o reitor eleito, e as entidades representativas das categorias docente, dos TAEs e discente - ficou explicitada a intenção do reitor eleito e sua vice (com apoio da gestão UFPel Diferente) de receber a decisão antidemocrática do governo e concordar que a professora Isabela assumia como reitora.

A ADUFPEL-SSind, historicamente comprometida com os preceitos democráticos e de autonomia das IFES, repudia mais esta intervenção do Governo Federal e está convocando a categoria para a construção de mobilização em defesa da democracia. Vivenciamos uma situação dramática de ataques aos serviços e servidores públicos e precisamos mover a roda da história. Envidaremos todos os esforços junto à comunidade e à sociedade para deslegitimar esse ato, na defesa intransigente de que reitor eleito tem que ser nomeado” (ADUFPEL, 2021).

Na UFES, houve publicação de moções de apoio à candidata preterida. A Adufes, sindicato dos docentes, Seção do Andes, e o DCE-Ufes, em nota conjunta, declararam:

“Revolta-nos profundamente que, ao longo da história brasileira, nenhum governo tenha efetuado a contento as mudanças nas leis relativas à nomeação de dirigentes das instituições de ensino a fim de tornar o processo eleitoral a expressão da vontade da comunidade acadêmica. O resultado disso, diante de um governo autoritário, que diariamente insulta a educação e a trata de forma ultrajante, é o desrespeito ao desejo da coletividade da universidade. Manteremos nossas lutas pela universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e estatal, dentro e fora da Ufes. Jamais transigindo com o diálogo imprescindível entre a administração e os segmentos que compõem a UFES, interpelaremos a nova gestão, assim como fizemos com a administração que se encerra” (ADUFES; DCE-UFES, 2020).

O Conselho Departamental do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Ufes também se manifestou, declarando solidariedade à reitora eleita, Ethel Maciel.

“É com tristeza e comoção que vemos o anseio da comunidade de ver uma mulher pela primeira vez na história ocupando a cadeira de reitora da Universidade Federal do Espírito Santo sumariamente desconsiderado. O Conselho Departamental do CCHN manifesta, nesta oportunidade, seu agradecimento e reconhecimento pelos posicionamentos da Profa. Ethel Maciel na defesa da Autonomia e Democracia na Universidade e reafirma sua própria posição de defesa das Instituições Públicas de Ensino, da Democracia e da Autonomia Universitária” (CCHN-UFES, 2020).

Também foi identificada neste levantamento, uma nota de apoio a Ethel, emitida pela Sociedade Brasileira de Bioética (SBB), em março de 2020. No documento, a SBB afirmou que ao nomear outro candidato em detrimento da eleita, o Governo Federal expressou:

“[...] seu claro desprezo pela vontade soberana de todos que deram a vitória à primeira mulher que ocuparia, por seus qualificadores acadêmicos e capacidade de gestão, a reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo. Esta decisão se constitui ainda em mais um ataque frontal aos direitos das mulheres promovido pelo atual Governo Federal.

Esta nomeação representa um ato de autoritarismo e intervenção que, ainda que legal, desrespeita a autonomia universitária, garantida na Constituição Federal Brasileira (artigo 207). Manifesta, também, o propósito já consolidado em outros atos e discursos, de desmonte das Universidades públicas e de desprezo pela ciência” (SBB, 2020).

Na UFRRJ, quase 400 pessoas participaram de uma plenária virtual, ocorrida no dia da nomeação de Roberto de Souza Rodrigues e deliberaram por uma série de ações contra a iniciativa do Governo Federal em intervir na autonomia universitária. Segundo reportagem publicada no site do ANDES, apesar de considerarem que Rodrigues não seja um interventor, a comunidade universitária exigiu que o reitor eleito participasse da nova gestão até que se fizesse cumprir sua escolha.

“A assembleia se posicionou pela adesão à campanha “Reitor eleito, reitor empossado”, que reúne o ANDES-SN, a Fasubra e mais de 20 instituições que sofreram intervenção nos últimos anos. Um comitê organizativo da campanha foi criado para dar visibilidade ao debate da democracia e da autonomia universitária” (ANDES, 2021a).

Em Marabá, na Unifesspa, o Instituto de Estudos em Saúde e Biológicas (IESB) se posicionou em nota em defesa da autonomia universitária, publicada em suas redes sociais. No texto, os docentes afirmaram o seu comprometimento “com a defesa pela autonomia e respeito às decisões

democráticas, vislumbrando, mesmo em meio a tantas dificuldades, o crescimento da nossa Unifesspa” (IESB, 2020). Também deixou explícito o intuito da nota, ao afirmar que:

“Não se avalia o caráter, produtividade, trabalho e dedicação de Professor Francisco Ribeiro da Costa, Reitor nomeado através de decreto presidencial de 15 de setembro de 2020, com o qual contamos para uma gestão participativa e eficiente à frente da Reitoria, e sim a autonomia universitária e andamento das atividades da Unifesspa, que vem sofrendo, junto com outras instituições federais de ensino, medidas que dificultam sua manutenção e investimento de qualidade nas suas funções de ensino, pesquisa, extensão e contribuições à sociedade da Região, do Estado e, em última análise, do Brasil” (IESB, 2020).

Outras instituições também manifestaram apoio à nomeação do reitor eleito na Unifesspa:

“As Câmaras de Vereadores das cidades onde há campus da Unifesspa enviaram, ao MEC, requerimentos em que reconheciam a decisão da comunidade universitária, os avanços da Unifesspa nos últimos anos e pediam a nomeação de Maurílio Monteiro, primeiro colocado da lista tríplice” (UNIFESSPA, 2020).

Os integrantes da chapa eleita da Unifesspa se pronunciaram pedindo união da comunidade acadêmica, com vias a evitar conflitos internos que poderiam prejudicar a estabilidade na instituição. Segundo o reitor eleito, “a Unifesspa tem que crescer e se fortalecer ainda mais. Por isso, vamos colaborar e nos mantermos vigilantes. O melhor caminho para resistir é ampliar a democracia na universidade” (PROFESSORES, 2020). Este tipo de resposta mais “moderada” tem a ver, conforme foi dito acima, com a situação específica classificada como Não Alinhada ao Governo Federal.

29. Judicialização

Os casos de judicialização incluem representações contra estudantes e entidades, e também pedidos de reintegração de posse.

Assim como ocorrido na UFFS, as reações na UFRGS levaram ao pedido de destituição de Carlos André Bulhões Mendes. Foi emitido parecer e aberto processo contra Bulhões com denúncias de que o interventor desrespeitou o regimento interno da UFRGS ao promover intencionalmente alterações estruturais nas pró-reitorias sem aval do Consun, o que é exigido pelo regimento da instituição. Informações disponibilizadas no jornal Humanista narram os fatos que culminaram na deliberação do Consun pela abertura de processo junto ao MEC e denúncia no MPF.

“Em 2020, Carlos André Bulhões Mendes determinou, por meio de diversas portarias, uma reforma nas estruturas administrativas da universidade – sobretudo nas pró-reitorias que compõem a Reitoria. As mudanças resultaram na seguinte reestruturação: criação da Proens (Pró-Reitoria de Ensino), com a convergência das Pró-Reitorias de Graduação e de Pós-Graduação; criação do Departamento de Controladoria junto à Proplan (Pró-Reitoria de Planejamento); transformação da Progesp (Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas) em Sugesp (Superintendência de Gestão de Pessoas); deslocamento do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade para a Prae (Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis); criação da Proir (Pró-Reitoria de Inovação e Relações Institucionais), por meio da unificação da Sedetec (Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico), do Parque Tecnológico, das Incubadoras e das Relações Institucionais (POLO, 2021).

Em 9 de dezembro de 2021, a Reitoria da UFRGS comunicou que o MEC arquivou o pedido de destituição (PROCESSO, 2021). Vale notar que, no processo, a vice-reitora, Patrícia Pranke, rompeu com Bulhões e se posicionou à favor da destituição dele (mas não dela). Além disso, o ex-reitor, reeleito, Rui Oppermann, ingressou, em abril de 2021, com ação judicial buscando reverter a indicação de Bulhões (CHAGAS, 2021).

Já na UFVJM, as posturas autoritárias do interventor são recorrentes. Uma delas, registrada em áudio, foi divulgada pela imprensa em 29 de outubro de 2021, na qual Janir Soares responde a um estudante de Medicina chamando-o de analfabeto funcional (sic). A fala foi transcrita pela reportagem da Revista Fórum e segue:

“Gabriel... Eu vou lhe dizer com muita serenidade: você tocou num assunto sobre o qual você não é autoridade pra tocar, eu penso que você já está numa universidade, num curso superior, e você deve saber ler. Se você conhece o decreto de 95, número 68, você precisa entender o que significa uma lista tríplice. Eu acho que você não sabe ler. Você é um analfabeto funcional” (SOARES, 2021).

Destaca-se que a Reitoria abriu processo representando contra sete servidores e um aluno por bloqueio das vias de acesso da universidade, alegando “risco iminente de invasão à Reitoria”. O Processo nº 1002990-25.2019.4.01.3812 aberto na 2ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SETE LAGOAS/MG trata de manifestação ocorrida no dia 12/09/2019, na ocasião da sessão solene do Conselho Universitário para a transmissão dos cargos de reitor e vice-reitor da UFVJM.

Nos autos do processo, a Reitoria erroneamente cita os nomes de quatro docentes que não estiveram no ato, causando constrangimento, além de coibir o direito à livre manifestação. Para reverter o dano, o procurador federal Eduardo Fantini Silva emitiu um requerimento desistindo do processo contra as docentes, alegando que: “as quatro servidoras nomeadas no parágrafo anterior simplesmente testemunharam os fatos ocorridos no 12/09/2019, mas não participaram dos atos ofensivos às autoridades ali presentes e ameaçadores aos novos dirigentes universitários” (UFVJM, 2019).

O ocorrido levou a manifestações de apoio de outras entidades, como o Instituto de Ciência e Tecnologia, que denuncia o “clima de ameaças seletivas instaurado na instituição” (ICT, 2019). A Associação de Docentes e o Diretório Central de Estudantes da UFVJM solicitaram a realização de reunião, em caráter extraordinário, do Conselho Universitário para tratar da situação. No documento a ADUFVJM (2019) alegou que:

“...no entender dos servidores e do aluno envolvido trata-se de um processo totalmente descabido, com características de censura à livre manifestação e expressão dos servidores e estudantes da UFVJM, intimidação e perseguição, especialmente porque apesar das acusações, não são apresentadas provas concretas ou evidências de protestos agressivos e ocupações com violação à posse exercida pela UFVJM nos seus campi universitários e/ou a prédios e edifícios da instituição” (ADUFVJM, 2019).

Insta salientar que o aluno processado era liderança do DCE. Outras associações de docentes universitários, como Adufop e ADUnb também se posicionaram contra o que denominaram “ataque covarde e absurdo” (ADUFOP, 2019). Assim sendo, é notório que a postura autoritária de Janir Soares tem trazido prejuízos à autonomia da comunidade universitária da UFVJM, sobretudo no que diz respeito aos cortes implementados sem consulta e ausência de transparência em seus atos administrativos (ANDES, 2021).

Na Univasf, o interventor processou um estudante ligado ao DCE. Segundo matéria do Brasil de Fato, a ação judicial foi motivada por conta de:

“...uma nota publicada pelo diretório, em 2021, que denunciava um corte de verbas da Diretoria de Assuntos Estudantis da Univasf. Além disso, o DCE denunciou um uso exagerado de verbas para viagens por parte do reitor pró-tempore Paulo César Fagundes Neves” (BEZERRA, 2022).

Na UFC, a nomeação de Cândido Albuquerque provocou protestos de estudantes na cidade de Fortaleza, contando com o apoio de docentes e servidores técnicos. Em 20 de agosto de 2019, estudantes interditaram o cruzamento que dá acesso ao prédio da Reitoria da UFC, e três dias depois tornaram a bloquear a via com palavras de ordem contra o interventor: “Fora interventor! Não elegemos, não reconhecemos!” (CASTRO, 2021).

Ainda em 2019, a Adufc ajuizou ação para anular a nomeação do interventor, mas o pedido de liminar foi indeferido pela Justiça Federal do Ceará. Já em maio de 2020, entidades representativas dos segmentos da comunidade universitária da UFC protocolaram representação judicial no MPF contra Albuquerque por improbidade administrativa. Dentre as arbitrariedades citadas no processo está o fato de que ele interveio em votação no Consuni sobre as reuniões virtuais, desconsiderando o resultado, “anunciando, ainda, a publicação de um outro provimento com a mesma matéria para regulamentar o mesmo objeto: as reuniões virtuais do conselho” (BARBOSA, 2020). Além disso:

“[...] a representação pede explicações sobre a negativa em empossar no Conselho Universitário os oito representantes estudantis eleitos pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Também é requerido que o Núcleo de Combate à Corrupção do MPF no Ceará adote um mecanismo ou procedimento para acompanhamento permanente do relacionamento da Fundação Paulo Bonavides e da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC) com a UFC. A denúncia foi feita em matéria divulgada no dia 16 de outubro no site dz ADUFC-Sindicato” (“INTERVENTOR”, 2020).

Os protestos na UFPB também foram alvo de judicialização. Na ocasião da posse, Valdiney Gouveia acionou a Justiça para garantir o fim da ocupação do prédio da Reitoria. Pelo menos dois mandados de reintegração foram expedidos em 2020, um em novembro e outro em dezembro - estendendo a decisão ao entorno do prédio.

Na Ufersa, uma estudante foi processada pela interventora, sob alegação de calúnia e difamação (PT, 2020). A estudante, que é filiada ao Partido dos Trabalhadores e integrante do movimento de juventude, recebeu apoio do

partido, que caracterizou o processo como “uma grave perseguição à luta dos estudantes” (PT, 2020). Segundo o site do PT, a estudante:

“...é militante da Juventude do PT e tem sido uma importante porta-voz da luta contra a intervenção e contra o autoritarismo na universidade, além de ter uma trajetória de lutas no movimento estudantil do IF-RN. Na intimação, Ludimilla acusa a estudante, democraticamente eleita como representante dos estudantes, de cometer atos de calúnia e difamação por caracterizá-la como ‘golpista’ e ‘interventora’. Além disso, acusa a estudante de ‘formação de quadrilha’ (PT, 2020).

30. Policiamento no campus

Na UFCG, a polícia foi acionada contra estudantes, docentes e servidores, para impedir protesto por ocasião da visita do ministro da Educação, Milton Ribeiro.

Segundo o ANDES (2021):

“[...] um grupo de docentes, discentes e técnico(a)-administrativo(a)s, por meio da ADUFCG Seção Sindical do ANDES-SN e DCE, programou um ato de protesto contra a indesejada presença do ministro da Educação, Milton Ribeiro, em solenidade de inauguração de um equipamento no interior do campus central da UFCG, na cidade de Campina Grande. Uma megaoperação de “segurança” foi montada pela administração ilegítima, que contou com a Polícia Federal, Guardas de Trânsito e um contingente significativo da Guarda Patrimonial, essa última transformada, na prática, em força policial, num claro desvio de função imoral e ilegal. Tudo isso com o intuito deliberado de intimidar a quem ousasse desafinar o coro do(a)s colaboradore(a)s e apoiadore(a)s dos interventores” (ANDES, 2021c).

A UFGD chegou a quase ter a reunião do Couni suspensa em 26 de setembro de 2019, pois Mirlene Damázio (pró-tempore à época) se recusou a comparecer alegando haver “invasão de pessoas com instrumentos musicais, balões e gritos” (BENTO, 2019). Mesmo com a presença de guardas armados na sala de reuniões, os conselheiros mantiveram o rito. A equipe da guarda deixou o prédio depois de mediação com docentes e com Damázio (FERITAS, 2019b). Na ocasião, o jornal Dourados News informou que “equipes da Guarda Municipal, da Força Tática da Polícia Militar e de um delegado da Polícia Federal foram até a unidade I porque a reitora temporária havia solicitado, um dia antes, segurança por receio de invasão” (BENTO, 2019).

31. Ruptura na ANDIFES

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) foi criada em 23 de maio de 1989. Surgiu no período da redemocratização do país com o objetivo de defender a universidade pública federal. É composta por representantes de dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), dois Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) e 69 Universidades Federais (ou era). Está presente em todos os estados da Federação e no Distrito Federal, e é responsável oficialmente por representar as universidades e institutos federais na interlocução com o Governo Federal e toda a comunidade acadêmica, como sindicatos de docentes de técnicos, além de associações de discentes e a sociedade como um todo.

A movimentação causada pelas intervenções de Bolsonaro e o consequente alinhamento ideológico de parte significativa do reitorado das IFES causou impactos na entidade responsável pela interlocução entre essas instituições e o Governo Federal, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Desde o início das intervenções, parte dos interventores se desfiliam da entidade, alegando que não se sentiram acolhidos ali.

“Todos esses reitores que pediram desfiliação ficaram ou em segundo ou em terceiro lugar nas eleições para reitoria dessas universidades. Até o momento, Bolsonaro já nomeou 19 reitores de universidades federais que não foram os mais votados nas eleições internas das instituições, rompendo uma tradição que vigorava desde o final dos anos 1990” (DUARTE, 2021b).

Assim, uma carta de desfiliação foi enviada em 24 de julho de 2021, anunciando a ruptura entre os interventores e a entidade que representa nacionalmente os dirigentes das IFES.

Em 3 de fevereiro de 2022, estes reitores ligados a Bolsonaro criaram a Afebras – Associação dos Reitores das Universidades Federais do Brasil, que reúne as seguintes instituições: UFC, UFVJM, Univasf, Unifei, Ufersa, Ufra e Ufrgs. Com apoio expresso de Milton Ribeiro, a Presidência da associação ficou sob responsabilidade de José Candido Lustosa Bittencourt de Albuquerque, da UFC, e a secretaria-executiva foi designada a Ludimilla Serafim, da Ufersa. Segundo a jornalista do Jornal GGN, Patrícia Faermann (2022), “as fotos do próprio MEC registraram abraços entusiasmados desses reitores em Milton Ribeiro. De forma direta, a assembleia que votou por

unanimidade a constituição da nova Associação ocorreu dentro do gabinete do ministro da Educação”.

Em entrevista ao jornal *Século Diário*, a reitora eleita da Ufes declarou que as intervenções de Bolsonaro caracterizam uma ruptura democrática. A estratégia dele é: “direcionada a calar a oposição democrática e as críticas a seu governo” (TAVEIRA, 2020) e o movimento de ruptura na Andifes é parte disso.

“Com as novas nomeações de reitores favoráveis a seu projeto, mas sem respaldo da maioria da comunidade acadêmica, o governo federal está mudando a correlação de forças da entidade que reúne os reitores e neutralizando sua capacidade de crítica e debate sobre os rumos do ensino superior no país” (TAVEIRA, 2020).

32. Sem informações

No levantamento realizado para a elaboração deste dossiê não foram localizadas ocorrências de reações às intervenções nas seguintes universidades: UFTM; UfSCar; UFRB. No caso das duas últimas, consideradas situações de Não Alinhamento ao Governo Federal, não surpreende, assim como a situação acima abordada da Unifesspa, que possa ter havido um ajuste aos mandatos dos interventores.

33. Conclusão

Das 25 instituições afetadas pelas intervenções, em fevereiro de 2022, quatro haviam se livrado delas: os Institutos Federais de RN e SC, o Cefet/RJ e a Universidade Federal de Sergipe (UFS). Os primeiros foram beneficiados pelo esgotamento dos recursos legais. Como não possuem lista, o nome indicado teria que assumir. Isto pode parecer positivo, mas as manobras impediram as posses por longos períodos. No IFSC, o eleito levou quase um ano e quatro meses para assumir desde o pleito. No Cefet/RJ, quase dois anos; no IFRN, cerca de um ano e dois meses. Na UFS, pouco mais de um ano. Não basta, portanto, ter uma lei que determine consulta paritária e a indicação de um nome, se ele precisa ser confirmado pelo governo e este dispõe de meios para assumir a indicação de pró-tempores. Processos judiciais fazem parte da ordem democrática e podem ocorrer em qualquer momento, mas o monopólio da Presidência em nomear lhe dá oportunidades para interferir. Se uma eleição estiver sub judice, que a comunidade acadêmica, por meio de seus colegiados, assuma a tarefa de apontar alguém para a posição temporária e que exerça seu papel de controle e direção compartilhada.

Em 11 entidades, a pesquisa encontrou o uso de algum tipo de procedimento legal usado para questionar a consulta ou a formação da lista. Foram elas: Instituto Federal de Santa Catarina, Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Cefet-RJ, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Universidade Federal da Grande Dourados, Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Universidade Federal do Piauí, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e Universidade Federal da Paraíba. Trata-se, portanto, de prática normalizada e até previsível, intensificada pelas posturas do atual governo. Isto faz com que o arranjo institucional precise ser adequado ao princípio constitucional máximo da autonomia das instituições de ensino. Neste sentido, dois instrumentos foram usados recentemente: a ADPF 759 e a ADI 6565.

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 759 foi movida pela Ordem dos Advogados do Brasil, que requeria que o Presidente fosse forçado a escolher o primeiro nome da lista tríplice. Em 5 de fevereiro de 2021, o plenário do STF negou provimento e garantiu que o chefe do Executivo possa indicar quem quiser (PRESIDENTE, 2021). Já a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6565 movida pelo Partido Verde e pelo ANDES teve medida cautelar negada em 20 de outubro de 2021.

“A ADI 6565 pede o cancelamento do artigo 1º da Lei 9.192/1995, que alterou a Lei 5.540/1968, o qual prevê que o reitor e o vice-reitor das universidades públicas e os dirigentes das instituições federais de ensino serão nomeados pelo presidente da República entre professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que tenham título de doutor, a partir de listas triplices organizadas pelas instituições” (STF, 2021).

O teor legal é semelhante à outra medida. A ADI 6565 ainda não teve, porém, seu mérito julgado. O detalhe é que, na ADPF 759, o relatório do Ministro Alexandre de Moraes foi claro ao defender que o presidente não feriria o princípio constitucional da autonomia das universidades ao escolher quem quiser na lista.

A ordem legal é importante, mas as interpretações das cortes superiores são influenciadas por suas posições políticas, que podem ser alteradas pelas indicações feitas pelos presidentes e por outros fatores. Assim, depender de recursos judiciais para resolver graves problemas políticos é temerário e lento. A ADI em questão foi impetrada em 22 de setembro de 2020, teve a medida cautelar negada um ano e um mês depois e ainda segue tramitando. Da mesma forma, como aferido acima, outros tipos de recursos judiciais demoram e criam situações de fato que facilitam as intervenções.

O ano de 2022 contará com eleições. O atual presidente é candidato à reeleição. Se for bem-sucedido, é de se esperar um aprofundamento da situação descrita aqui. É relevante, portanto, que o movimento sindical de docentes, de técnico-administrativos e o estudantil, junto com outras entidades da Sociedade Civil se façam presentes no debate nacional. É necessário que as forças políticas comprometidas com a democracia encontrem uma solução institucional que respeite o princípio da autonomia das instituições de ensino superior. Talvez seja o caso de elaborar uma redação mais precisa da Constituição neste sentido. De qualquer forma, se retornarmos a algum tipo de “normalidade democrática”, sabemos que o modelo político brasileiro é tendente ao presidencialismo de coalizão e que compromissos de governança podem vir a colocar o MEC e o Ministério de Ciência e Tecnologia a serviço de forças que defendam pautas impostas de cima para baixo. Há instrumentos de poder para tanto, que incluem as nomeações, mas vão além delas. A tarefa é, portanto, como sempre foi, de ação política organizada. Neste sentido, o dossiê se encerra com a inclusão das deliberações do 40º Congresso do ANDES-SN sobre a luta contra as intervenções que foram fruto de amplo debate na base do nosso sindicato e, em especial, animado também pela iniciativa das seções sindicais das instituições sob intervenções que enviaram proposta de textos de resoluções para o Caderno de Texto do Congresso.

RESOLUÇÕES APROVADAS DO 40º CONGRESSO SOBRE AS INTERVENÇÕES

- Intensificar a luta contra as Intervenções nas Universidades, Institutos Federais, Cefet, Colégios de Aplicação, Colégios Técnicos e Colégios Federais.

- Realizar ações de comunicação, atos públicos nas universidades, pressão aos parlamentares, entre outras, denunciando o impacto das intervenções nas IFES.

- Reforçar nossa luta histórica pela defesa de eleições diretas, paritárias ou universais, pelo fim da lista triplíce, e para que os processos se encerrem nas instituições federais, respeitando a autonomia universitária, revogando a nomeação do(a)s interventore(a)s.

- Construir uma campanha nacional, com apoio financeiro do Fundo de Mobilização do ANDES-SN:

- a. Pela revogação imediata de todas as nomeações de reitores não eleitos e pela imediata posse dos reitores eleitos pelas comunidades universitárias dos Institutos Federais, Cefet e Universidades públicas no Brasil;
- b. pela revogação das Leis nº 5.540/68 e 9.192/95 e do Decreto nº 1916/96, e pelo respeito à democracia e autonomia das instituições federais de ensino, em conformidade com a Constituição Federal de 1988.

- Realização de um encontro nacional das seções do ANDES-SN das IFES sob intervenção e criação de um espaço nacional permanente de mobilização, articulação e compartilhamento de experiências de luta contra as intervenções.

- Que o ANDES-SN e as suas seções sindicais intensifiquem a articulação com outros segmentos da comunidade universitária, movimentos, sindicatos e entidades democráticas contra as intervenções.

- Intensificar a luta para que os resultados dos processos eleitorais da comunidade acadêmica sejam implementados e respeitados, garantindo a sua homologação no âmbito da própria instituição, respeitando-se o princípio da autonomia das universidades.

- Intensificar a luta pela reversão da nomeação de interventores, respeitando o resultado do mais votado nos processos de consulta já realizados.

- Reafirmar a posição do ANDES-SN em relação às eleições para Reitor como expresso no nosso Caderno 2, Capítulo I Gestão Democrática "1.6.3 Escolha de Dirigentes. Defendemos que:

- a. o reitor e o vice-reitor sejam escolhidos por meio de eleições diretas e voto secreto, com a participação, universal ou mínimo paritária, de todos os docentes, estudantes e técnicos administrativos, encerrando-se o processo eletivo no âmbito da instituição, garantindo a autonomia Universitária, preconizada pelo artigo 207 da Constituição Federal.

O texto acima deixa clara a necessidade de articulação nacional e de enfrentamento das questões institucionais. Conforme foi observado no início deste trabalho, como reação a Weintraub, as comunidades acadêmicas nacionais se unificaram em defesa das Universidades Públicas, em 2019. Foi um importante movimento de massas e de projeção para a Sociedade que, infelizmente, perdeu ímpeto. Posteriormente, a pandemia desmobilizou mais ainda estes setores. Como vimos no dossiê, as respostas às intervenções no plano local têm seus méritos, mas o isolamento delas é prejudicial à luta como um todo. E os caminhos legais também são limitados.

34. Referências

“A UNIVASF vive seu momento mais conturbado”, diz membro de Conselho Universitário sobre decisões “antidemocráticas” de reitor pro-tempore. **Blog Preto no Branco**, 5 mai. 2020 [online]. Disponível em: <https://pretonobranco.org/2020/05/05/a-univasf-vive-seu-momento-mais-conturbado-diz-membro-de-conselho-universitario-sobre-decisoes-antidemocraticas-de-reitor-pro-tempore/>. Acesso em: 3 set. 2021.

ABRAHAM Weintraub diz que universidades federais “têm cracolândia”. **Carta Capital**, 23 set. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/abraham-weintraub-diz-que-universidades-federais-tem-cracolandia/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão**: raízes e evoluçã/o do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

‘ABSURDO’, diz General Girão sobre ser alvo de investigação da PGR. **CNN Brasil**, 22 jun. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/06/22/absurdo-diz-general-girao-sobre-ser-alvo-de-investigacao-da-pgr>. Acesso em: 12 ago. 2021.

AÇÃO tenta impedir nomeação de reitor da UFRB. **Voz da Bahia**, 11 jul. 2019. Disponível em: <https://vozdabahia.com.br/acao-tenta-impedir-nomeacao-de-reitor-da-ufrb/>. Acesso em: 14 jan. 2022.

ADUFAL. Associação dos Docentes da Universidade Federal do Alagoas. **Intervenção: Bolsonaro nomeia 2ª colocada para reitoria da UFPel na primeira semana útil de 2021**. Maceió, 6 jan. 2021. Disponível em: <https://www.adufal.org.br/Conteudo/30743>. Acesso em 25 jan. 2022.

ADUFERSA; DCE-UFERSA; SINTEST-UFERSA. CARTA ABERTA À COMUNIDADE UFERSIANA: *1 ano de intervenção na UFERSA: Basta! A UFERSA não merece isso!*. **Adufersa**, 21 ago. 2021. Disponível em: <https://adufersa.com.br/1-ano-de-intervencao-na-ufersa-basta-a-ufersa-nao-merece-isso/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

ADUFES; DCE-UFES. **Nota sobre a não nomeação da professora Ethel Maciel como reitora da UFES**. Vitória, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://wp.adufes.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Reitoria.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

ADUFF. Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense. **Comunidade da UNIRIO protesta contra posse de reitor que não participou de consulta acadêmica.** Niterói, 04 jul. 2019. Disponível em: <http://aduff.org.br/site/index.php/notocias/noticias-recentes/item/3738-comunidade-da-unirio-protesta-contra-posse-de-reitor-que-nao-participou-de-consulta-academica>. Acesso em: 17 fev. 2022.

ADUFS. Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe. **UFS EM LUTO: Golpe e Reitor biônico.** 16 jul. 2020. Disponível em: <https://adufs.org.br/conteudo/1926/ufs-em-luto-golpe-e-reitor-bionico>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ADUFPEL. **Chapa 4 vence eleições para a reitoria da UFPel.** Pelotas, 1 jul. 2016. Disponível em: <http://adufpel.org.br/site/noticias/chapa-4-vence-eleies-para-a-reitoria-da-ufpel>. Acesso em: 20 jan. 2022.

_____. **Chapas 1 e 2 disputarão o segundo turno da Consulta Informal para reitoria da UFPel.** Pelotas, 25 set. 2020. Disponível em: <http://adUFPel.org.br/site/noticias/chapas-1-e-2-disputaro-o-segundo-turno-da-consulta-informal-para-reitoria-da-ufpel>. Acesso em: 20 jan. 2022.

_____. Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas. **Nota da Diretoria da Adufpel sobre a intervenção na reitoria da UFPel.** Pelotas, 7 fev. 2021. Disponível em: <http://www.adufpel.org.br/site/noticias/nota-da-diretoria-da-adufpel-sobre-a-interveno-na-reitoria-da-ufpel>. Acesso em: 10 fev. 2022.

_____. Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas. **Com fim da intervenção, Diretor-Geral enfim toma posse no CEFET.** 25 mar. 2021. Disponível em: <http://www.adufpel.org.br/site/noticias/com-fim-da-interveno-Diretor-Geral-enfim-toma-posse-no-cefet>. Acesso em: 27 dez. 2021.

ADUFVJM. Associação de Docentes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. **Ofício ADUFVJM-DCE nº 01, de 01 de novembro de 2019.** Requer reunião extraordinária do Conselho Universitário sobre o processo encaminhado pela reitoria contra Professores e Estudantes da UFVJM. Diamantina, 2019. Disponível em: http://www.ufvjm.edu.br/formularios/doc_download/8739-.html?lang=pt_BR.utf8%2C+pt_BR.UT. Acesso em: 03 dez. 2021.

AGÊNCIA ESTADO. Bolsonaro põe 3º de lista tríplice como reitor da UFRGS. **Portal R7**, 17 set. 2020. Disponível em: <https://noticias.r7.com/educacao/bolsonaro-poe-3-de-lista-triplice-como-reitor-da-ufrgs-17092020>. Acesso em: 21 fev. 2022.

AJUNews. MEC afasta professor Valter Joviano da reitoria da UFS e nomeia comando provisório. **Ajunews**, 23 nov. 2020. Disponível em: <https://ajunews.com.br/educacao/mec-afasta-professor-valter-joviano-da-reitoria-da-ufs-e-nomeia-comando-provisorio/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

ALFANO, Bruno; NIKLAS, Jan. Com o dobro de alunos, universidades federais têm mesma verba de 2004 e podem parar em julho. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 mai. 2021 [online]. Disponível em: https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/com-dobro-de-alunos-universidades-federais-tem-mesma-verba-de-2004-podem-parar-em-julho-1-25006888?utm_source=Whatsapp&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar. Acesso em: 7 mai. 2021.

ALMEIDA, Alcides Vieira de. Dos aprendizes de artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina. **IFSC-SC**: Florianópolis, 2010. Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/livro_100anos_2016.pdf/6c6b9d8b-d3ac-cb6e-bd3b-9fdb628a7419. Acesso em: 6 jan. 2022.

ALUNOS acampam em reitoria. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 jul. 2004, p. A18.

ALVARES, Gisela. UFRJ avança rumo ao voto universal. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 19 mai. 2003, p. A-21.

ALVES, Edenevaldo. Paulo Cesar Fagundes, Reitor pro tempore da Univasf provoca indignação da comunidade após abandonar reunião do conselho. **Edenaldo Alves**, Petrolina, 30 mai. 2020. Disponível em: <https://www.edenevaldoalves.com.br/paulo-cesar-fagundes-reitor-pro-tempore-da-univasf-provoca-indignacao-da-comunidade-apos-abandonar-reuniao-do-conselho/>. Acesso em: 21 fev. 2022.

ANDES. Cadernos ANDES, nº 2. **ANDES**, Florianópolis, 1981. Reedição de 2013. Disponível em: <https://www.andes.org.br/img/caderno2.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022.

_____. **Direção pro tempore do Cefet-RJ cumpre ameaça e exonera mais três diretores de campi**. 10 jul. 2020a. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/direcao-pro-tempore-do-cefet-rj-cumpra-ameaca-e-demite-mais-tres-diretores-de-campi1>. Acesso em 27 dez. 2021.

_____. **Relatos dos Reitores e Reitoras eleitos e não nomeados nas IFES - Instituições Federais de Ensino Superior**. Brasília: ANDES, 2020b.

_____. Nota da Diretoria do Andes-SN de repúdio à nomeação para reitor da Universidade Federal do Sul e do Sudoeste do Pará – Unifesspa. Andes-SN, 17 set. 2020c. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/nota/nota-da-diretoria-do-ANDES-sN-de-repudio-a-nomeacao-para-reitor-da-uNIFESSPA0>. Acesso em: 20 jan. 2022.

_____. Comunidade da UFRRJ se mobiliza após intervenção do governo federal em reitoria. **ANDES**, 9 abr. 2021a. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/comunidade-da-ufrrj-se-mobiliza-apos-intervencao-do-governo-federal-em-reitoria1/page:3/sort:Conteudo.created/direction:desc>. Acesso em: 24 fev. 2022.

_____. Seção sindical lança ações contra nomeação de interventor na UFCG. **ANDES**, 14 abr. 2021b. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/sob-intervencao-secao-sindical-lanca-acoes-contr-nomeacao-de-reitor-na-ufcg1>. Acesso em: 14 fev. 2022.

_____. Nota da Diretoria Nacional do ANDES-SN de repúdio às agressões sofridas por estudantes, técnico(a)s e docentes da UFCG no momento da visita do ministro da educação. **ANDES**, 7 dez. 2021c. Disponível em: <https://www.andes.org.br/diretorios/files/Bruna/Anexo-Circ478-21.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022.

APES. Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora. CEFET RJ denuncia intervenção antidemocrática na escolha do diretor do campus. Juiz de Fora, 19 ago. 2019. Disponível em: <https://www.apesjf.org.br/cefet-rj-denuncia-intervencao-antidemocratica-na-escolha-do-diretor-do-campus>. Acesso em: 21 dez. 2021.

APUFSC. Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina. **Sob protesto, Unirio elege reitor que não passou por consulta pública**. 12 abr. 2019. Disponível em: <https://www.apufsc.org.br/2019/04/12/sob-protesto-unirio-elege-reitor-que-nao-passou-por-consulta-publica/>. Acesso em: 18 dez. 2021.

APUR. Associação dos Professores Universitários do Recôncavo. Comissão especial divulga resultado da consulta para reitor e vice-reitor da UFRB. Cruz das Almas, 30 abr. 2015. Disponível em: <http://apur.org.br/comissao-especial-divulga-resultado-da-consulta-para-reitor-e-vice-reitor-da-ufrb/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ASDUERJ. Associação dos Docentes da UERJ. Nota da ASDUERJ contra intervenção do MEC no CEFET/RJ. Rio de Janeiro, 17 ago. 2019. Disponível em: <https://asduerj.org/nota-da-asduerj-sobre-a-intervencao-do-mec-no-cefet-rj/>. Acesso em: 27 dez. 2021.

ASUFPEL. Associação dos Servidores Federais em Educação de Pelotas e Capão do Leão. **Nota de Repúdio: ASUFPEL na luta pela democracia e autonomia Universitária.** Pelotas, 6 jan. 2021. Disponível em: <http://adufpel.org.br/site/noticias/entidades-sindicais-manifestam-apoio-comunidade-da-ufpel-contrainterveno>. Acesso em: 17 fev. 2022.

ASUNIRIO. Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Eleição Unirio. **Informe Asunirio**, Ano 13, nº 145. Rio de Janeiro, 15 abr. 2011. Disponível em: <https://fdocumentos.tips/document/comunidade-escolhe-jutuca-como-esclarecimentos-a-a-uploads-a-2016-a.html>. Acesso em: 6 jan. 2022.

ASCOM PF. Assessoria de Comunicação Social da Polícia Federal no Estado do Pará. **Polícia Federal investiga suposto crime de concussão e possível associação criminosa dentro da Universidade Federal Rural da Amazônia.** 03 set. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/noticias/2021/09/policia-federal-investiga-suposto-crime-de-concussao-e-possivel-associacao-criminosa-dentro-da-universidade-federal-rural-da-amazonia>. Acesso em: 14 dez. 2021.

ASSIS, Fabiana. Liminar da Justiça suspende temporariamente processo eleitoral para reitoria da UFSCar. **G1 São Carlos e Araraquara**, 25 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2020/10/25/liminar-da-justica-suspende-processo-eleitoral-para-reitoria-da-ufscar.ghtml>. Acesso em: 30 jan. 2022.

“ASSUMIREI a UFGD em situação bastante fragilizada”, afirma reitora eleita. **Dourado News**, 9 abr. 2015. Disponível em: <https://www.douradosnews.com.br/noticias/vou-assumir-a-ufgd-em-situacao-bastante-fragilizada-destaca-reitora-el/706355/>. Acesso em: 17 fev. 2022.

ASSUNÇÃO, Dinarte. General Girão diz ao Blog do Dina que indicou reitor interino do IFRN após MEC pedir informações sobre processo disciplinar contra reitor eleito. **Blog do Dina**, 20 abr. 2020 [online]. Disponível em: <https://www.blogdodina.com/2020/04/20/general-girao-diz-ao-blog-do-dina-que-indicou-reitor-interino-do-ifrn-apos-mec-pedir-informacoes-sobre-processo-disciplinar-contrareitor-eleito/>. Acesso em: 13 ago. 2021.

ATAQUES virtuais a aulas e reuniões acadêmicas expõem fragilidade de plataformas. ANDES (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), Brasília, 5 ago. 2020 [online]. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/ataques-virtuais-a-aulas-e-reunioes-academicas-expoem-fragilidade-de-plataformas1>. Acesso em: 2 mai. 2021.

AVISO importante. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, 20 a 26 abr. 1979, p. 28.

BARBOSA, Francisco. Reitor da UFC expõe no Facebook histórico de aluno indicado ao Conselho Universitário. **Brasil de Fato**, 19 maio 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/19/reitor-da-ufc-expoe-no-facebook-historico-de-aluno-indicado-ao-conselho-universitario>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BARBOSA, Tiago A. L.; SILVA, Marcos A. da. Partidos e eleições no Mato Grosso do Sul. **Paraná Eleitoral**, v. 1, n. 1, p. 79-102. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/pe/article/view/42732/25890>. Acesso em: 18 fev. 2022.

BENTO, André. Ata de reunião relata 30 minutos de espera por reitora, sala apertada e incômodo com a polícia. **Dourados News**, 1 out. 2019. Disponível em: <https://www.douradosnews.com.br/dourados/ata-de-reuniao-relata-30-minutos-de-espera-por-reitora-sala-apertada/1113123/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

BERGAMO, Monica. Reitores bolsonaristas dizem que não são acolhidos e deixam entidade de dirigentes. **Folha de São Paulo**, 28 jul. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/07/reitores-bolsonaristas-dizem-que-nao-sao-acolhidos-e-deixam-entidade-de-dirigentes.shtml>. Acesso em: 3 dez. 2021.

BEZERRA, Lucila. Em Pernambuco, estudante de universidade federal é processado por questionar gastos da reitoria. **Brasil de Fato**, 2 fev. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/02/em-pernambuco-estudante-de-universidade-federal-e-processado-por-questionar-gastos-da-reitoria>. Acesso em: 11 fev. 2022.

BITTAR, Marisa. Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso. **Multitemas**, n. 15, out. 1999, p. 93-124. Disponível em: <https://www.multitemas.ucdb.br/multitemas/article/view/1136>. Acesso em: 18 fev. 2022.

BLOIS, Caio. Interventores de Weintraub estão há quase 1 ano sem mandato em escola do RJ. Uol, 3 jun. 2020. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/06/03/sem-mandato-intervencao-de-weintraub-em-escola-do-rj-ja-dura-quase-um-ano.htm>. Acesso em: 18 dez. 2021.

BOICOTE à eleição da Rural vai ter uma decisão hoje. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 ago, 1990, p. A-6.

BOLETIM. Universidade do Rio de Janeiro, UNIRIO, Atos da Reitoria, jul. 1988. Disponível em: <http://www.unirio.br/boletins/chefia-de-gabinete/boletins-1988/bol-07-1988-julho>. Acesso em: 9 fev. 2022.

BOLETIM. Universidade do Rio de Janeiro, UNIRIO, Atos da Reitoria, jul. 1992. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjpp_Y4PL1AhWWJLkGHZi_ARYQFnoECAsQAQ&url=http%3A%2F%2Fwww2.unirio.br%2FUnirio%2FReitoria%2Fchefia-de-gabinete%2Fboletins-1992%2Fbol-07-1992-julho%2Fat_download%2Ffile&usg=AOvVaw3azu6b5HY1E_p1kijMr-NF. Acesso em: 9 fev. 2022.

BOLSONARO nomeia Cândido Albuquerque como reitor da Universidade Federal do Ceará. Diário do Nordeste, 19 ago. 2019 [online]. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/bolsonaro-nomeia-candido-albuquerque-como-reitor-da-universidade-federal-do-ceara-1.2137904>. Acesso em: 23 jul. 2021.

BOLSONARO se diz vítima de sabotagem, defende Flávio e admite erro com Vêlez no MEC. Congresso em Foco, Brasília, 31 mai. 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/bolsonaro-se-diz-vitima-de-sabotagem-defende-flavio-e-admite-erro-com-velez-no-mec/>. Acesso em: 2 mai. 2021.

BRAGA, Políbio. Bibó Nunes quer que Bolsonaro escolha Bulhões para reitor da Ufrgs. **Blog Políbio Braga**, 12 ago. 2020. Disponível em: <https://polibiobraga.blogspot.com/2020/08/bibo-nunes-quer-que-bolsonaro-escolha.html>. Acesso em: 21 fev. 2022.

BRANDÃO, Marisa. CEFET Celso Suckow e algumas transformações históricas na formação profissional. **Revista Trabalho Necessário**, v. 7, n. 9, 2009. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/ff3a/0bed10f262d1e6d92be4f767927917323d91.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2021.

BRASIL. **Lei no 5.528**, de 12 de novembro de 1968. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=5528&ano=1968&ato=841o3Y610djRVT69a>. Acesso em: 17 jan. 2022.

_____. Decreto-Lei nº 773, de 20 de agosto de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0773.htm. Acesso em: 3 fev. 2022.

_____. Lei nº 6.655, de 5 de junho de 1979a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6655.htm. Acesso em: 3 fev. 2022.

_____. Lei nº 6.733, de 4 de dezembro de 1979b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6733.htm. Acesso em: 3 fev. 2022.

_____. Lei nº 7.177, de 19 de dezembro de 1983. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7177.htm. Acesso em: 31 jan. 2021.

_____. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 6 jan. 2022.

_____. Decreto nº 6986, de 20 de outubro de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6986.htm. Acesso em: 7 dez. 2021.

_____. Ministério da Educação. Ofício nº 291/2018/CGLNES/GAB/SESU/SESU-MEC. Brasília, DF: Ministério da Educação, 9 ago. 2018. Disponível em: <http://www.uftm.edu.br/images/pdf/OficioMEC.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

_____. Medida Provisória 914, de 24 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8060282&ts=1630439343792&disposition=inline>. Acesso em: 24 fev. 2022.

_____. Medida Provisória 979, de 9 de junho de 2020. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8119970&ts=1630442988620&disposition=inline>. Acesso em: 24 fev. 2022.

_____. Ministério da Educação. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. **Portaria nº 88**, de 8 de fevereiro de 2021b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portarias-de-4-de-fevereiro-de-2021-302590608>. Acesso em 27 dez. 2021.

BEZERRA, Wilson Alves. Democracia na UFSCar: que horas ela volta? **Revista Cult**, 27 out. 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/democracia-na-ufscar-que-horas-ela-volta/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

BRETAS, Silvana A.; OLIVEIRA, Iadrelhe de S. A constituição da Universidade Federal de Sergipe (1950-1960): um estudo sobre aspectos históricos da educação superior brasileira. **História da Educação**, 2014, v. 18, n. 42, p. 151-169. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/49Nm9gf6Yfv4f4jSf55YX6K/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 jan. 2022.

CAFARDO, Renata. MEC cria comissão para vigiar enem. **Estadão**, 20 mar. 2019.

Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/blogs/blog-renata-cafardo/mec-cria-comissao-para-vigiar-enem/>. Acesso em: 27 dez. 2021.

CANDIDATO derrotado tenta anular eleição para reitor da UFSJ na justiça. **Notícias Gerais**, 11 mai. 2020. Disponível em: <https://noticiasgerais.net/candidato-derrotado-tenta-anular-eleicao-para-reitor-da-ufs-j-na-justica/>. Acesso em: 23 fev. 2022.

CANDIDATURAS à direita são derrotadas na eleição para reitoria da Ufes. **Século Diário**, 5 dez. 2019. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/educacao/candidaturas-a-direita-sao-derrotadas-na-eleicao-para-reitoria-da-ufes>. Acesso em: 17 jan. 2022.

CARBONARI, Wender. Prefeitura oficializa Sartori como secretário municipal de Governo. **Dourados News**, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://www.douradosnews.com.br/dourados/prefeitura-oficializa-sartori-como-secretario-municipal-de-governo/1147065/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

CARLOS VIANA. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010]. 17 fev. 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Viana. Acesso em: 30 set. 2021.

CARNEIRO, Ferdý. Praia do Flamengo, 132. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, 4 a 10 abr. 1980, p. 15.

CARVALHO, Júnior; ROCHA, Raphael. Sem reitor, UFABC enfrenta crise interna. **Diário do Grande ABC**, 24 fev. 2018. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/2863146/sem-reitor-ufabc-enfrenta-crise-interna>. Acesso em: 4 out. 2021.

CARVALHO, Maria A. Manifestantes pedem por destituição de reitor-interventor da UFFS. **Universidade à esquerda**, 29 jun. 2020. Disponível em: <https://universidadeaesquerda.com.br/manifestantes-pedem-por-destituicao-de-reitor-interventor-da-uffs/>. Acesso em: 06 dez. 2021.

CASTRO, Mariana. Reitor da UFC escolhido por Bolsonaro após ficar em último em eleição comete plágio. **Brasil de Fato**, 25 mar. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/25/reitor-da-ufc-escolhido-por-bolsonaro-apos-ficar-em-ultimo-em-eleicao-comete-plagio>. Acesso em: 11 fev. 2022.

CATUCCI, Anaísa. Bolsonaro nomeia terceiro colocado dos votos para reitor da UFFS. **G1 SC**, 30 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/>

[noticia/2019/08/30/bolsonaro-nomeia-terceiro-colocado-dos-votos-para-reitor-da-uffs.ghml](#). Acesso em: 4 jan. 2022.

CCHN-UFES. Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. **Moção de apoio e solidariedade à professora Ethel Maciel, reitora eleita da UFES**. CCHN, 2021. Disponível em: <https://cchn.ufes.br/conteudo/mocao-de-apoio-e-solidariedade-profa-ethel-maciel-reitora-eleita-da-ufes>. Acesso em: 17 fev. 2022.

CEFET-RJ. Centro de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Comissão Eleitoral. **Ofício nº 45/2019, encaminha resultado da apuração**. Rio de Janeiro, 29 abr. 2019. Disponível em: http://www.cefet-rj.br/attachments/article/4308/Of%C3%Adcio%20n%C2%BA%2045_2019_CE2019_Resultado_Elei%C3%A7%C3%A3o_Diretor_Geral.pdf. Acesso em: 20 dez. 2021.

_____. Informações importantes para a votação. Aviso da Comissão Eleitoral 2015-2019. Rio de Janeiro, 17 abr. 2015a. Disponível em: <http://www.cefet-rj.br/index.php/noticias/178-aviso-da-comissao-eleitoral-informacoes-importantes-para-a-votacao-para-diretor-geral-2015-2019-do-cefet-rj>. Acesso em: 6 jan. 2022.

_____. Comunidade do Cefet/RJ reafirma apoio à Direção-Geral. Informativo Eletrônico – abril 2015, 1 mai. 2015b. Disponível em: <http://www.cefet-rj.br/index.php/informativo-eletronico/204-informativo-eletronico-abril-de-2015>. Acesso em: 6 jan. 2022.

CHAGAS, Gustavo. Ex-reitor entra com ação judicial para reverter indicação de Bolsonaro para gestão da UFRGS. **G1**, 13 abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/04/13/ex-reitor-entra-com-acao-judicial-para-reverter-indicacao-de-bolsonaro-para-gestao-da-ufrgs.ghml>. Acesso em: 22 fev. 2022.

CHAGAS, Wagner C. De Harry Amorim a Zeca do PT: breve análise dos governos estaduais de Mato Grosso do Sul. In: FERNANDES, Dennis R. D. et al. (Orgs.). **X Semana de História 2007**. UFMS, 24 a 28 set. 2007, p. 69-77. Disponível em: https://www.academia.edu/download/31043986/ANAIS_2007.pdf#page=70. Acesso em: 18 fev. 2022.

COELHO, Solange Pino de Barros. A Universidade Federal de Pelotas: uma leitura. In: FRANCO, Maria Estela Dal Pai; LONGHI, Solange Maria (Orgs.). **Universidade, pesquisa e inovação: o Rio Grande do Sul em perspectiva**. Edipucrs, 1997, p. 163-178.

COLÉGIO Eleitoral define lista tríplice para Reitoria 2019-2023. **UFGD**, 21 mar. 2019. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/noticias/colégio-eleitoral-define-lista-triplice-para-reitoria-2019-2023>. Acesso em: 17 fev. 2022.

COLÉGIO eleitoral é quem decidirá lista. **Correio Braziliense**, Brasília, 16 jun. 1984, p. 17.

COLETTA, Ricardo D.; BENITES, Afonso. Onda conservadora cria bancada bolsonarista no Congresso. **El País Brasil**, 8 out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/07/politica/1538947790_768660.html. Acesso em: 30 set. 2021.

COMISSÃO investiga denúncia de fraude em consulta online para reitoria da UFPB. **G1 PB**, 30 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/08/30/comissao-investiga-denuncia-de-fraude-em-consulta-online-para-reitoria-da-ufpb.ghtml>. Acesso em: 9 set. 2021.

COMUNELLO, Patrícia. 'Pacto' na Ufpel deve impedir que reitor nomeado por Bolsonaro não seja o mais votado. **Jornal do Comércio**, 17 out. 2020. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/geral/2020/10/761709-pacto-na-ufpel-deve-impedir-que-reitor-nomeado-por-bolsonaro-desagrade-universidade.html. Acesso em: 25 jan. 2022.

CONSUNI UFFS. Conselho Universitário da UFFS. Ato normativo. **Decisão nº 17, de 09 out. 2019**. Dispõe sobre não aprovação de envio à Presidência da República da proposição de destituição de Marcelo Recktenvald do cargo de Reitor da UFFS. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/decisao/consuni/2019-0017>. Acesso em: 06 dez. 2021.

CONSUNI da UFPB rejeita denúncias de fraude e homologa resultado da consulta on-line para Reitoria. **G1 PB**, 9 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/09/09/consuni-da-ufpb-rejeita-denuncias-de-fraude-e-homologa-resultado-da-consulta-on-line-para-reitoria.ghtml>. Acesso em: 9 set. 2021.

CORDEIRO, Tiago. Bolsonaro deve barrar reitores de esquerda. Sindicato pede "democracia". **Gazeta do Povo**, 27 jan. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/bolsonaro-deve-barrar-reitores-de-esquerda-sindicato-pede-democracia-7ud3iejnm4qmj8p8j33ogor0s/>. Acesso em: 21 fev. 2022.

_____. Universidades usam "laranjas" para desafiar o MEC na lista tríplice para reitor. **Gazeta do Povo**, 24 mar. 2019, disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/universidades-usam-laranjas-para-desafiar-o-mec-na-lista-triplice-para-reitor/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

_____. Eleição da UFS segue judicializada, mas MEC empossa reitor da gestão anterior. **Gazeta do Povo**, 25 mar. 2021. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/eleicao-ufs-judicializada-mec-empossa-reitor-da-gestao-anterior/>. Acesso em: 31 dez. 2021.

COSTA, Francisco. Vencedora de eleição para reitor da UFG lamenta intervenção de Bolsonaro: “revoltante”. **Mais Goiás**, 11 jan. 2022. Disponível em: <https://www.maisgoias.com.br/vencedora-de-eleicao-para-reitor-da-ufg-lamenta-intervencao-de-bolsonaro-revoltante/>. Acesso em: 01 fev. 2022.

COSTA, Luiz. UFRRJ: mais uma universidade sob intervenção do governo Bolsonaro. **Universidade à Esquerda**, 13 abr. 2021. Disponível em: <https://universidadeaesquerda.com.br/ufrrj-mais-uma-universidade-sob-intervencao-do-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 29 jan. 2022.

COSTA, Otávio. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/otavio-pereira-da-costa>. Acesso em: 3 fev. 2022.

CRUZ, Fabyo. Ato cobra nomeação da candidata eleita para a reitoria da Ufra. **O liberal**, 16 jul. 2021. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/ato-cobra-nomeacao-da-candidata-eleita-para-a-reitoria-da-ufra-1.410456>. Acesso em: 17 fev. 2022.

CRUZ, Marcia M. ‘Democracia ferida de morte’: reitor da UFVJM critica nomeação de sucessor. **Estado de Minas**, 11 ago. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/08/11/interna_gerais.1076449/democracia-ferida-morte-reitor-ufvjm-critica-nomeacao-de-sucessor.shtml. Acesso em: 2 dez. 2021.

DAMIÃO Duque de Farias assume hoje a reitoria da UFGD. **Dourados News**, 4 jul. 2007. Disponível em: <https://www.douradosnews.com.br/noticias/damiao-duque-de-farias-assume-hoje-a-reitoria-da-ufgd-a65c7a3082ccd0eb/303974/>. Acesso em: 17 fev. 2022.

DAMIÃO é reeleito reitor da UFGD com 79,4% dos votos. **Douranews**, 16 abr. 2011. Disponível em: <https://www.douranews.com.br/noticias/dami%C3%A3o-%C3%A9-reeleito-reitor-da-ufgd-com-794-dos-votos/14808>. Acesso em: 17 fev. 2022.

DCE CEFET-RJ. Diretório Central dos Estudantes do Centro de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Antonio Castanheira é o novo Diretor-Geral interventor do CEFET-RJ. **Adcefet RJ**, 21 nov. 2020. Disponível em: <http://adcefetrj.org.br/adcefetrj/2020/11/21/foracastanheira/>. Acesso em: 18 dez. 2021.

DCE UNIFEI. Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Itajubá. Nota de Repúdio ao desrespeito à consulta pública na nomeação do reitor. Instagram: **DCE de Itabira**, 20 dez. 2020. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CloMutqnlLB/?utm_source=ig_embed&ig_rid=08d001c2-5571-4dd6-853b-ca065157f666. Acesso em: 22 fev. 2022.

DELCÍDIO AMARAL. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010], 29 dez. 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Delc%C3%Adio_do_Amaral. Acesso em: 18 fev. 2022.

DEPUTADO bolsonarista atua para que terceiro colocado da lista tríplice seja o novo reitor da UFRGS. **Sul 21**, 17 ago. 2020. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2020/08/deputado-bolsonarista-atua-para-que-terceiro-colocado-da-lista-triplice-seja-o-novo-reitor-da-ufrgs/>. Acesso em: 21 fev. 2022.

DEPUTADO reconhece que indicou o professor Josué de Oliveira Moreira para reitoria do IFRN. **98FMNatal**, 30 jun. 2020. Disponível em: <https://98fmnatal.com.br/deputado-reconhece-que-indicou-o-professor-josue-de-oliveira-moreira-para-reitoria-do-ifrn/>. Acesso em: 13 ago. 2021.

DEVENS, Natalia. Ufes divulga lista tríplice para eleição de novo reitor. **A Gazeta**, 5 dez. 2019. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/politica/ufes-divulga-lista-triplice-para-escolha-de-novo-reitor-veja-nomes-1219>. Acesso em: 17 jan. 2022.

DOCENTE mais votado para cargo de reitor na UFABC ainda não foi nomeado. **APUFPR**, 27 mar. 2018. Disponível em: <https://apufpr.org.br/docente-mais-votado-para-cargo-de-reitor-na-ufabc-ainda-nao-foi-nomeado/>. Acesso em: 4 out. 2021.

DOMICIANO, Humberto. Reitor retorna, mas sai de férias de novo na UFABC. **Diário do Grande ABC**, 7 mai. 2018. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/2887362/reitor-retorna-mas-sai-de-ferias-de-novo-na-ufabc>. Acesso em: 4 out. 2021

DPL. Associação Docentes pela Liberdade. **Diretorias Regionais**. Brasília, 2020a. Disponível em: <https://dpl.org.br/institucional/diretoriasregionais/>. Acesso em: 8 dez. 2021.

_____. **Carta aberta em apoio ao excelentíssimo Ministro da Educação**. Brasília, 2020b. Disponível em: <https://www.conexaopolitica.com.br/ultimas/docentes-pela-liberdade-dpl-escreve-carta-aberta-de-apoio-ao-ministro-da-educacao-abraham-weintraub/>. Acesso em 02 dez. 2021.

DSS-UFS. Departamento de Serviço Social. Conselho Departamental de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. **Nota sobre a intervenção**. Disponível em: <https://www.nenoticias.com.br/nota-conselho-de-servico-social-da-ufs-sobre-a-intervencao/>. Acesso em: 18 dez. 2020.

DUARTE, Rafael. Deputado bolsonarista pede ao Ministério da Justiça envio de tropas federais ao IFRN. **Jornalistas Livres**, 12 ago. 2020a. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/deputado-bolsonarista-pede-ao-ministerio-da-justica-envio-de-tropas-federais-ao-ifrn/>. Acesso em: 13 ago. 2021.

_____. General Girão pede que ministro da Educação acione AGU para manter interventor no IFRN. **Saiba Mais**, 11 dez. 2020. Disponível em: <https://www.saibamais.jor.br/general-girao-pede-que-ministro-da-educacao-acione-agu-para-manter-interventor-no-ifrn/>. Acesso em: 13 ago. 2021.

_____. Reitores de universidades federais nomeados por Bolsonaro pedem desfiliação da Andifes. **Brasil de Fato**, 2 ago. 2021b. Disponível em: <https://www.brasilefatope.com.br/2021/08/02/reitores-de-univeridades-federais-nomeados-por-bolsonaro-pedem-desfiliacao-da-andifes>. Acesso em: 11 fev. 2022.

_____. Intervenção na Ufersa completa 1 ano e reitor eleito convoca ato pacífico contra atual gestão. **Saiba Mais**, 28 ago. 2021a. Disponível em: <https://www.saibamais.jor.br/intervencao-na-ufersa-completa-1-ano-e-reitor-eleito-convoca-ato-pacifico-contra-atual-gestao/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

DUTRA, Olavo. Parece Perseguição. **Coluna Olavo Dutra**, 23 set. 2021. <https://colunaolavodutra.com.br/parece-perseguiacao/>. Acesso em: 27 dez. 2021.

EDISON Teixeira (PSDB). **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 6 nov. 1988, p. 2.

ELEIÇÃO da UniRio vai à justiça. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5 jun. 2008, p. A15.

ELEIÇÃO muda reitoria na UniRio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 jul. 2004, p. A16.

ELEIÇÃO na UFPI: Justiça acolhe mandado e defere participação de chapa. **Portal O Dia**, 31 jul. 2020. Disponível em: <https://www.portalodia.com/noticias/piaui/eleicao-na>

ufpi-justica-acolhe-mandado-e-defere-participacao-de-chapa-378470.html. Acesso em: 18 jan. 2022.

ELEIÇÃO para reitor e vice da UFGD é decidida com 1,2% de diferença nos votos. **Midiamax**, 28 mar. 2015. Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2015/eleicao-para-reitor-e-vice-da-ufgd-e-decidida-com-12-de-diferenca-nos-votos>. Acesso em: 17 fev. 2022.

ELIÉSER GIRÃO MONTEIRO FILHO. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010]. 17 jul. 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Eliéser_Girão_Monteiro_Filho&oldid=61634184. Acesso em: 10 ago. 2021.

ELLER, Johanns. Apoiador de Bolsonaro, terceiro nome da lista tríplice da UFFS é nomeado reitor. **O Globo**, 31 ago. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apoiador-de-bolsonaro-terceiro-nome-da-lista-triplice-da-uffs-nomeado-reitor-23918123>. Acesso em: 6 dez. 2021.

EMPOSSADO em Brasília, Luiz Fernando diz estar confiante no futuro da UFTM. **Universidade Federal do Triângulo Mineiro**, 19 jun. 2019. Disponível em: <http://www.uftm.edu.br/ultimas-noticias/1805-empossado-em-brasilia-luiz-fernando-diz-estar-confiante-no-futuro-da-uftm>. Acesso em: 29 set. 2021.

ENTIDADES realizam ato das mulheres de Goiás em defesa da UFG. **Reitoria digital** UFG, jan. 2022. Disponível em: <https://reitoriadigital.ufg.br/n/150448-entidades-realizam-ato-das-mulheres-de-goias-em-defesa-da-ufg>. Acesso em: 2 fev. 2022.

ESCOLA DE MEDICINA E CIRURGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010]. 23 ago. 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_de_Medicina_e_Cirurgia_da_Universidade_Federal_do_Estado_do_Rio_de_Janeiro. Acesso em: 1 fev. 2022.

ESPÍRITO SANTO. **Lei nº 806**, de 5 de maio de 1954. Cria a Universidade do Espírito Santo. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/es/lei-ordinaria-n-806-1954-espírito-santo-o-governador-do-estado-do-espírito-santo-faco-saber-que-a-assembleia-legislativa-decretou-e-eu-sanciono-a-seguinte-lei>. Acesso em: 17 jan. 2022.

ESTEVAM, Nathalia Lima. A gestão do reitor Delfim Mendes Silveira e a desarticulação dos cursos da Universidade Federal de Pelotas no ano de 1975. In: Anais do XV Encontro

Estadual de História ANPUH-RS. Universidade de Passo Fundo: 21 a 24 jul. 2020. Disponível em: https://www.eeh2020.anpuh-rs.org.br/resources/anais/15/anpuh-rs-eeh2020/1592068877_ARQUIVO_2e3fefd2d149d6f8e578afe376b5edc7.pdf. Acesso em: 24 jan. 2022.

ETHEL Maciel: epidemiologista capixaba que ganhou grande destaque no combate à pandemia da Covid-19. **Universo Ufes**, 9 abr. 2021. Disponível em: <https://universo.ufes.br/blog/2021/04/ethel-maciel-epidemiologista-capixaba-que-ganhou-grande-destaque-no-combate-a-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em: 17 jan. 2022.

EURICO DA SILVA. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010]. 30 ago. 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Eurico_da_Silva. Acesso em: 3 set. 2021.

EX-REITORES da UFGD se unem em ato de defesa à autonomia na universidade. **Dourados Agora**, 29 out. 2019. Disponível em: <https://www.douradosagora.com.br/2019/10/29/ex-reitores-da-ufgd-se-unem-em-ato-de-defesa-a-autonomia-na-universidade/>. Acesso em: 17 fev. 2022.

FAERMANN, Patrícia. Com Milton Ribeiro, reitores interventores criam associação de oposição à Andifes. **Jornal GGN**, 4 fev. 2022. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/editoria/educacao/com-milton-ribeiro-reitores-interventores-criam-associacao-de-oposicao-a-andifes/>. Acesso em: 23 fev. 2022.

FATORELLI, Maria L.; ÁVILA, Rodrigo. Gasto com dívida pública sem contrapartida quase dobrou de 2019 a 2021. **Auditoria Cidadã da Dívida**, 15 fev. 2022. Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/gasto-com-divida-publica-sem-contrapartida-quase-dobrou-de-2019-a-2021/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

FATORELLI, Maria L.; ÁVILA, Rodrigo; MÜLLER, Rafael. Gastos com a dívida pública cresceram 33% em 2020. **Auditoria Cidadã da Dívida**, 25 jan. 2021. Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/gastos-com-a-divida-publica-cresceram-33-em-2020/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

FERNANDES, Cauby. A verdade aparece! Fernando Bezerra contraria eleições da UNIVASF e indica médico Paulo Fagundes como Reitor. **Blog A Língua**, 13 abr. 2020a. Disponível em: <https://www.alingua.com.br/a-verdade-aparecefernando-bezerra-contraria-eleicoes-da-univasf-e-indica-medico-paulo-fagundes-como-reitor/>. Acesso em: 3 set. 2021.

_____. A verdade aparece 2! deputado [sic] Pastor Eurico nunca indicou ex-genro de Augusto Coelho. Quem indicou foi FBC. Veja ofícios enviados. **Blog A Língua**, 15 abr. 2020b. Disponível em: <https://www.alingua.com.br/a-verdade-aparece-2-deputado-pastor-eurico-nunca-indicou-ex-genro-de-augusto-coelho-quem-indicou-foi-fbc-veja-oficios-enviados/>. Acesso em: 3 set. 2021.

FERNANDES, Davi; GOMES, Wanessa; WELLINGTON, Fabio. Professora diz que eleição na UFPI favoreceu candidato de Arimatéia Dantas. **GP1**, 26 ago. 2020. Disponível em: <https://www.gp1.com.br/piaui/noticia/2020/8/26/professora-diz-que-eleicao-na-ufpi-favoreceu-candidato-de-arimateia-dantas-484602.html>. Acesso em: 19 jan. 2022.

FERNANDJES, Natália. Crises financeira e interna perseguem Dácio Matheus. **Diário do Grande ABC**, 25 jun. 2018. Disponível em: [https://www.dgabc.com.br/\(X\(1\)S\(402zfnfcxzy0bjcmishjqnvd\)\)/Noticia/2902678/crisis-financeira-e-interna-perseguem-dacio-matheus](https://www.dgabc.com.br/(X(1)S(402zfnfcxzy0bjcmishjqnvd))/Noticia/2902678/crisis-financeira-e-interna-perseguem-dacio-matheus). Acesso em: 4 out. 2021.

FERNANDO BEZERRA COELHO. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010]. 19 jun. 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Bezerra_Coelho. Acesso em: 3 set. 2021.

FERREIRA, Paula. Sob gritos de 'é golpe', Unirio elege reitor não aprovado pela comunidade acadêmica. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 abr. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/sob-gritos-de-golpe-unirio-elege-reitor-nao-aprovado-pela-comunidade-academica-23590937>. Acesso em: 18 dez. 2021.

FERREIRA, Marcelo; REINHOLZ, Fabiana. Resultado da eleição para reitoria da UFRGS aprofunda debate sobre paridade. **Brasil de Fato**, 14 jul. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/14/resultado-da-eleicao-para-reitoria-da-ufrgs-aprofunda-debate-sobre-paridade>. Acesso em: 21 fev. 2022.

FERRO, Maurício. Weintraub deixa o Ministério da Educação. **Poder 360**, 18 jun. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/weintraub-deixa-o-ministerio-da-educacao/>. Acesso em: 24 fev. 2022.

FIGUEIREDO nomeia irmão reitor da Reitoria. **O Fluminense**, Niterói, 12 jul. 1984, p. 2.

FREITAS, Helio de. Ministro ignora lista tríplice e nomeia pedagoga como reitora da UFGD. **Campo Grande News**, 11 jun. 2019. Disponível em: <https://www.>

campograndenews.com.br/cidades/interior/ministro-ignora-lista-triplice-e-nomeia-pedagoga-como-reitora-da-ufgd. Acesso em: 7 out. 2021.

_____. Em protesto, servidores da UFGD cantam música-símbolo contra ditadura. **Campo Grande News**, 17 jun. 2019c. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/em-protesto-servidores-da-ufgd-cantam-musica-simbolo-contraditadura>. Acesso em: 18 fev. 2022.

_____. Reitora é chamada de interventora em 1ª reunião com estudantes da UFGD. **Campo Grande News**, 2 jul. 2019a. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/reitora-e-chamada-de-interventora-em-1a-reuniao-com-estudantes-da-ufgd>. Acesso em: 17 fev. 2022.

_____. Reunião teve guardas, PMs e policiais federais armados em prédio da UFGD. **Campo Grande News**, 26 set. 2019b. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/reuniao-teve-guardas-pms-e-policiais-federais-armados-em-predio-da-ufgd>. Acesso em: 18 fev. 2022.

_____. Desembargador manda reitora temporária enviar lista tríplice da UFGD ao MEC. **Campo Grandes News**, 25 nov. 2020. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/desembargador-manda-reitora-temporaria-enviar-lista-triplice-da-ufgd-ao-mec>. Acesso em: 7 out. 2021.

_____. Cruzes pretas marcam protesto contra intervenção de Bolsonaro em universidade. **Campo Grande News**, 23 fev. 2021. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/cruzes-pretas-marcam-protesto-contraintervencao-de-bolsonaro-em-universidade>. Acesso em: 18 fev. 2022.

FREITAS, Janio de. Tiro aos alvos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 jul. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/7/17/brasil/7.html>. Acesso em: 6 jan. 2022.

GENERAL Girão diz que indicação de reitor interino do IFRN não foi política. **Tribuna do Norte**, 20 abr. 2020. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/general-gira-o-diz-que-indica-a-o-de-reitor-interino-do-ifrn-na-o-foi-pola-tica/477957>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GIOLO, Jaime. O Future-se sem futuro. In: GIOLO, J.; LEHER, R.; SGUISSARD, V. (Orgs.). Future-se: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado. São Carlos: Diagrama, 2020. Disponível em: <https://nupe>.

blumenau.ufsc.br/files/2020/09/future-se-ebook.pdf. Acesso em: 6 dez. 2021.

GIOVANAZ, Daniel. Reitora nomeada em Sergipe é da mesma igreja do ministro da Educação, Milton Ribeiro. **Brasil de fato**, 08 dez. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/08/reitora-nomeada-em-sergipe-e-da-mesma-igreja-do-ministro-da-educacao-milton-ribeiro>. Acesso em: 20 dez. 2021.

GODINHO, Luiz F. Sucessão da UFRB: embriaguez hegemônica. 7 ago. 2019. Disponível em: <https://paulonacif.com.br/2019/08/07/sucessao-da-ufrb-embriaguez-hegemonica-luiz-flavio-godinho/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

GONÇALVES, Marco Antônio. Entrevista com o candidato Marcel Parentoni. **O Sul de Minas**, Itajubá, 28 ago. 2020a. Disponível em: <https://osuldeminas.com/noticias/1190/>. Acesso em: 13 dez. 2021.

_____. Marcel Parentoni vence eleição e encabeça lista tríplice para reitoria da Unifei. **O Sul de Minas**, Itajubá, 22 set. 2020b. Disponível em: <https://osuldeminas.com/noticias/marcel-parentoni-vence-eleicao-e-encabeça-lista-tríplice-para-reitoria-da-unifei/>. Acesso em: 27 dez. 2021.

_____. Reitor da Unifei critica e ironiza dossiê de candidato a reitor derrotado. **O Sul de Minas**, Itajubá, 13 out. 2020c. Disponível em: <https://osuldeminas.com/noticias/reitor-da-unifei-critica-e-ironiza-dossie-de-candidato-a-reitor-derrotado/>. Acesso em: 13 dez. 2021.

_____. Saída da Andifes mostra isolamento da Unifei e que reitoria age por ideologia. **O Sul de Minas**, Itajubá, 16 ago. 2021. Disponível em: <https://osuldeminas.com/noticias/saida-da-andifes-mostra-isolamento-da-unifei-e-que-reitoria-age-por-ideologia/>. Acesso em: 5 jan. 2022.

GOVERNO Federal nomeia 3º colocado da lista tríplice para cargo de reitor da Unifesspa. **G1 Pará**, Teresina, 15 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/para/noticia/2020/09/15/governo-federal-nomeia-3o-colocado-da-lista-tríplice-para-cargo-de-reitor-da-unifesspa.ghtml>. Acesso em: 19 jan. 2022.

GUILHERME quer a reeleição. Última Hora, Rio de Janeiro, 26 jun. 1984, p. 4.

GUIMARÃES, Thais. Justiça nega pedido e mantém processo eleitoral para reitor da UFPI. **GPI**, 4 set. 2020. Disponível em: <https://www.gp1.com.br/piaui/noticia/2020/9/4/>

[justica-nega-pedido-e-mantem-processo-eleitoral-para-reitor-da-ufpi-485229.html](https://www.justica-nega-pedido-e-mantem-processo-eleitoral-para-reitor-da-ufpi-485229.html). Acesso em: 19 jan. 2022.

HABEAS corpus livra acionistas do Emaq de depoimento na Justiça. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 jan. 1988, p. 21.

HENRIQUE Sartori de Almeida Prado. In: Wikipedia, 21 mai. 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Henrique_Sartori_de_Almeida_Prado. Acesso em: 18 fev. 2022.

HERMANSON, Marcos. Universidade em Dourados (MS) é a primeira a ter interventora nomeada por Bolsonaro. **Brasil de Fato**, 17 jun. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/06/17/universidade-em-dourados-ms-e-a-primeira-a-ter-interventora-nomeada-por-bolsonaro>. Acesso em: 17 fev. 2022.

HISTÓRICO. **UFRGS**, [2014]. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>. Acesso em: 21 fev. 2022.

HULLEN, Marcelo. Comissão culpa emissão de CDBs pelo rombo do BR-Rio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 jul. 1987, p. 16.

IFSC. **Instituto Federal de Santa Catarina**. Portaria do(a) Reitor(a) N° 1896, de 26 de maio de 2020. Suspende as atividades de transição com a equipe de gestão indicada pelo professor Maurício Gariba Júnior. Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/documents/30681/1934070/B101-26-05-2020_atualizado_suspensao_transicao_IFSC.pdf/c63b94f6-841f-4c90-9db2-473adba8f914. Acesso em: 7 dez. 2021.

_____. Regulamento dos processos de consulta eleitoral para escolha aos cargos de reitor e diretores gerais dos câmpus do IFSC. **Portal do IFSC**, 2019a. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/documents/23563/0/Regulamento+Processo+Eleitoral+2019+-+v2+-+Copia+25-11-2019+2.pdf/5d5587aa-633e-4a4a-be79-3bccfe4762ce>. Acesso em: 6 jan. 2022.

_____. Consup homologa resultados das eleições 2019. **Portal do IFSC**, 2019b. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/noticia/1818482/consup-homologa-resultados-das-eleicoes-2019>. Acesso em: 6 jan. 2022.

_____. Quem está na gestão do IFSC agora? Entenda o que está acontecendo. **Blog do IFSC**, 22 abr. 2020. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/conteudo-aberto/-/asset>

publisher/1UWKZAKiOauK/content/id/1897931. Acesso em: 6 jan. 2022.

_____. Reitor do IFSC fala sobre prioridades da gestão e desafios da pandemia. **Portal do IFSC**, 23 ago. 2021. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/noticia/2534636/reitor-do-ifsc-fala-sobre-prioridades-da-gest%C3%A3o-e-desafios-da-pandemia>. Acesso em: 6 jan. 2022.

IGOR, Renato. MEC nomeia André Dala Possa para o cargo de reitor do IFSC. **NSC Total**, 04 mai. 2020. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/columnistas/renato-igor/mec-nomeia-andre-dala-possa-para-o-cargo-de-reitor-do-ifsc>. Acesso em: 7 dez. 2021.

INCONFIDÊNCIAS. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 21 e 22 jun. 1984, p. 5.

INDICIADO pela PF, eletricitista da Unirio é nomeado por reitor para compor comissão eleitoral. **GZH**, Porto Alegre, 16 abr. 2015. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/04/indiciado-pela-pf-eletricista-da-unirio-e-nomeado-por-reitor-para-compor-comissao-eleitoral-4741374.html>. Acesso em: 1 fev. 2022.

'INTERVENÇÃO não': entidades estudantis criticam nomeação do novo reitor da UFCG. **Jornal da Paraíba**, 23 fev. 2021. Disponível em: <https://www.jornaldaparaiba.com.br/noticias/intervencao-nao-entidades-estudantis-criticam-nomeacao-novo-reitor-da-ufcg.html>. Acesso em: 13 ago. 2021.

"INTERVENTOR" de Bolsonaro na UFC é denunciado ao MPF por deliberações irregulares. **Brasil de Fato**, 26 out. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/26/reitor-da-federal-do-ceara-e-denunciado-ao-mpf-por-deliberacoes-irregulares>. Acesso em: 18 fev. 2022.

ITAJUBÁ: Estudantes protestam após Bolsonaro nomear para reitor 2º candidato mais votado na Unifei. **Jornal da Região Sul**, 12 dez. 2020. <https://jornalregiaoosul.com.br/noticia/7676/itajuba-estudantes-protestam-apos-bolsonaro-nomear-para-reitor-2%C2%BA-candidato-mais-votado-na-unifei.html>. Acesso em: 22 fev. 2022.

IVAN DE SOUZA MENDES. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010]. 10 abr. 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ivan_de_Sousa_Mendes. Acesso em: 8 fev. 2022.

JAIME Giolo e Antônio Andrioli vencem as eleições da UFFS. Agora Já, 27 mai.

2015. Disponível em: <https://www.agoraja.net/jaime-giolo-e-antonio-andrioli-vencem-as-eleicoes-da-uffs/>. Acesso em: 4 jan. 2022.

JOÃO Carlos – Joca. **Estadão**, Eleições 2020, 15 nov. 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/eleicoes/2020/candidatos/ms/dourados/prefeito/joao-carlos-joca.13>. Acesso em: 17 fev. 2022.

JOSUÉ Moreira: “Estou fazendo de tudo para pacificar e me dedicar à gestão do IFRN”. **Jornal de Fato**, 10 mai. 2020. Disponível em: <https://defato.com/politica/88498/josu-moreira-estou-fazendo-de-tudo-para-pacificar-e-me-dedicar-gesto-do-ifrn>. Acesso em: 13 ago. 2021.

LANA, Rita de C. UFSCar: Estado, Reforma e Autonomia Universitária (1988-2002). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-17032016-130248/publico/2015-RitaDeCassiaLana_Vorig.pdf. Acesso em: 30 jan. 2022.

LANCE-LIVRE. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 jul. 1984, p. 6.

_____. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 jul. 1996, p. 6.

LIMA, Angelita Pereira de. Nota à comunidade universitária. **Reitoria Digital UFG**, 14 fev. 2022. Disponível em: <https://reitoriadigital.ufg.br/n/150161-nota-a-comunidade-universitaria>. Acesso em: 4 fev. 2022.

LIMA, Jozalito. Ângelo Antoniulli se junta a ex-pastores da IURD e emplaca Valter Joviniano na Reitoria da UFS. **JL Política**, 17 mar. 2021. Disponível em: <https://www.jlpolitica.com.br/colunas/aparte/posts/angelo-antioniulli-se-junta-a-ex-pastores-da-iurd-e-emplaca-valter-joviniano-na-reitoria-da-ufs>. Acesso em: 20 dez. 2021.

LIMINAR adia entrega de lista tríplice. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Caderno Niterói, 10 ago. 2006, p. 7.

LOPES, Mirella. Ufersa reconhece plágio em tese de doutorado de ex interventor do IFRN e aplica punição. **Saiba Mais**, 4 ago. 2021. Disponível em: <https://www.saibamais.jor.br/ufersa-reconhece-plagio-em-tese-de-doutorado-de-ex-interventor-do-ifrn-e-aplica-punicao/>. Acesso em: 13 ago. 2021.

LOPES, Sonia Castro. A sensação de ganhar e não levar. **Construir Resistência**, 17 mar. 2021. Disponível em: <https://construirresistencia.com.br/a-sensacao-de-ganhar-e-nao-levar-2/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

MACEDO, Gabriela. Sandramara Chaves vence consulta à comunidade universitária para a Reitoria da UFG. **Jornal Opção**, 10 jun. 2021. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/sandramara-chaves-vence-consulta-a-comunidade-universitaria-para-a-reitoria-da-ufg-334092/>. Acesso em: 2 fev. 2022.

MACHADO, Álbano S. Eleições na UFVJM: candidatos a Reitores participam de debates. **Blog do Banu**, 14 abr. 2011. Disponível em: <http://blogdobanu.blogspot.com/2011/04/eleicoes-na-ufvjm-candidatos-reitores.html>. Acesso em: 4 jan. 2022.

_____. Professor Gilciano tem 48,8% dos votos e é eleito Reitor da UFVJM. **Blog do Banu**, 14 mai. 2015a. Disponível em: <http://blogdobanu.blogspot.com/2015/05/professor-gilciano-tem-488-dos-votos-e.html>. Acesso em: 3 jan. 2022.

_____. MEC nomeia Gilciano Nogueira como Reitor da UFVJM. **Blog do Banu**, 5 ago. 2015b. Disponível em: <http://blogdobanu.blogspot.com/2015/08/mec-nomeia-gilciano-nogueira-como.html>. Acesso em: 3 jan. 2022.

_____. Balbúrdia na UFVJM: Bolsonaro nomeia como reitor o professor que ficou em 4º lugar na eleição. **Blog do Banu**, 9 ago. 2019. Disponível em: <http://blogdobanu.blogspot.com/2019/08/balburdia-na-ufvjm-bolsonaro-nomeia.html>. Acesso em: 4 jan. 2022.

MAGALHÃES, Cleide. Professores e estudantes da UFPA dizem não aceitar nomeação sem respeito à lista tríplice. **O Liberal**, 16 set. 2020. Disponível em: <https://www.oliberal.com/para/professores-e-estudantes-da-ufpa-dizem-nao-aceitar-nomeacao-sem-respeito-a-lista-triplice-1.306750>. Acesso em: 27 jan. 2021.

MAIS VOTADO. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 13 abr. 2000, p. A-1.

MALVINA Tuttman confirmada na Unirio. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 31 ago. 2004, p. 7.

MARINHO, Thereza. Ethel Maciel e Roney Pignaton vencem na pesquisa informal para a reitoria da Ufes. **Ufes**, 7 nov. 2019. Disponível em: <https://www.ufes.br/conteudo/ethel-maciel-e-roney-pignaton-vencem-na-pesquisa-informal-para-reitoria-da-ufes>.

Acesso em: 17 jan. 2022.

MARQUES, José H. Mirlene Ferreira Macedo Damázio, da UFGD, foi uma das estrelas do encontro do PSL. **Folha de Dourados**, 19 ago. 2019. Disponível em: <https://www.folhadedourados.com.br/mirlene-ferreira-macedo-damazio-da-ufgd-foi-uma-das-estrelas-do-encontro-do-psl/>. Acesso em: 7 out. 2021.

_____. Henrique Sartori e a UFGD: prestígio em Brasília e saia justa em Dourados. **Folha de Dourados**, 10 fev. 2021. Disponível em: <https://www.folhadedourados.com.br/sartori-e-a-ufgd-prestigio-em-brasilia-e-saia-justa-em-dourados/>. Acesso em: 7 out. 2021.

MARTINS, Janae G. Nota oficial chapa União e Compromisso. In: Instagram: GoncalvesJanae. Belém, 14 jul. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CRTYer_t2Zl/. Acesso em: 14 dez. 2021.

MAURO RABELO. In: LinkedIn. [nov. 2020]. Disponível em: <https://br.linkedin.com/in/mauro-rabelo-529814a6>. Acesso em: 6 out. 2021.

MAZZA, Carlos. Foto de Custódio levada a ministro seria montagem. **O Povo**, 23 ago. 2019. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/colunistas/carlosmazza/2019/08/23/foto-de-custodio-levada-a-ministro-seria-montagem.html>. Acesso em: 23 jul. 2021.

MEC anuncia Mauro Luiz Rabelo para comandar a Secretaria de Educação Básica. **G1**, 12 abr. 2021 [online]. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/04/12/mec-anuncia-mauro-luiz-rabelo-para-comandar-a-secretaria-de-educacao-basica.ghtml>. Acesso em: 6 out. 2021.

MEDICINA tem nova faculdade no Rio de Janeiro. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 21 ago. 1969, p. 11.

MEIRELES, Nayrana. UFPI: Pedida a impugnação das chapas de André Macedo e Nadir Nogueira. **GP1**, 19 ago. 2020. Disponível em: <https://www.gp1.com.br/piaui/noticia/2020/8/19/ufpi-pedida-a-impugnacao-das-chapas-de-andre-macedo-e-nadir-nogueira-484155.html>. Acesso em: 19 jan. 2022.

MELO, Itamar. Para reitoria da UFFS, Bolsonaro escolhe terceiro colocado de lista tríplice. **Gaúcha Zero Hora**, 30 ago. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/08/para-reitoria-da-uffs-bolsonaro-escolhe>

[terceiro-colocado-de-lista-triplice-cjzyhjzq00u601156rl1pize.html](https://www.adufRJ.org.br/index.php/pt-br/noticias/arquivo/80-Atual/3671-reitor-eleito-nao-e-nomeado-na-rural). Acesso em: 6 dez. 2021.

MONTEIRO, Elisa; SÁ, Silvana. Reitor eleito não é nomeado na Rural. **AdURJ**, 2 abr. 2021. Disponível em: <https://www.adufRJ.org.br/index.php/pt-br/noticias/arquivo/80-Atual/3671-reitor-eleito-nao-e-nomeado-na-rural>. Acesso em: 29 jan. 2022.

MORAES, Hérlon. Eleição UFPI: desembargador do TRF 1 derruba decisão que cassou chapa. **Cidade Verde**, 31 jul. 2020. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/329408/eleicao-ufpi-desembargador-do-trf-1-derruba-decisao-que-cassou-chapa>. Acesso em: 19 jan. 2022.

MORENO, Ana C.; MARQUES, Marília. Após revogar indicações feitas por Dilma, Temer nomeia membros do Conselho Nacional de Educação com seis meses de antecedência. **G1**, 4 abr. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/apos-revogar-indicacoes-feitas-por-dilma-temer-nomeia-membros-do-conselho-nacional-de-educacao-com-seis-meses-de-antecedencia.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MPF. **Ministério Público Federal**. Procuradoria da República em Sergipe. Distribuição por dependência aos Processos: nº 0802784-48.2020.4.05.8500, 0803550-04.2020.4.05.8500 (2º Vara Federal). Aracaju, 9 dez. 2020. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/se/sala-de-imprensa/docs/ACPAutonomiaUniversitariaUFSprotocolada.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2021.

MS: Estudantes protestam contra intervenção na UFGD. **A Nova Democracia**, 6 set. 2021. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/noticias/16449-ms-estudantes-protestam-contraintervencao-na-ufgd>. Acesso em: 17 fev. 2022.

NÃO À INTERVENÇÃO NA UFERSA! SOLIDARIEDADE PARA ANA FLÁVIA! **PT**, 1 set. 2020. Disponível em: <https://pt.org.br/blog-secretarias/nao-a-intervencao-na-ufersa-solidariedade-para-ana-flavia/>. Acesso em: 17 fev. 2022.

NASCIMENTO, André. Universitários fazem protesto contra nomeação de reitor da UFPI em Teresina. **G1 PI**, 23 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2020/11/23/universitarios-fazem-protesto-contranomeacao-de-reitor-da-ufpi-em-teresina.ghtml>. Acesso em: 18 fev. 2022.

NAKAMURA, Pedro. Reitor da UFRGS criou vaga em Medicina para aluna com deficiência por fora do vestibular. **Matinal**, 19 out. 2021. Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/reitor-ufrgs-vaga-medicina>

[fora-do-vestibular/](#). Acesso em: 21 fev. 2022.

NOGUEIRA, Marcelo de Sousa. Comunicado da Direção-geral pro tempore. **CEFET-RJ**, Rio de Janeiro, 19 mai. 2020. Disponível em: <http://www.cefet-rj.br/index.php/comunicados-da-direcao-geral-pro-tempore/5056-esta-na-hora-de-recuperamos-nossa-identidade-2>. Acesso em: 27 dez. 2021.

NOVA, Luiz. A UFRB e o “leite derramado”. 4 ago. 2019. Disponível em: <http://paulonacif.com.br/2019/08/04/a-ufrb-e-o-leite-derramado-luiz-nova/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

NOVELO. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 7 jul. 2004, p. B5.

NOVO reitor da UFPB posa com conservadores e diz que não permitirá “baderna”. **Parlamento PB**, 12 nov. 2020. Disponível em: <https://parlamentopb.com.br/novo-reitor-da-ufpb-posa-com-conservadores-e-diz-que-nao-permitira-baderna/>. Acesso em: 9 set. 2021.

NUNES, Aline. Continuarei a luta em defesa da Ufes, diz Ethel após nomeação de reitor. **A Gazeta**, 25 mar. 2020a. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/politica/continuarei-a-luta-em-defesa-da-ufes-diz-ethel-apos-nomeacao-de-reitor-0320>. Acesso em: 17 jan. 2022.

_____. Surpreso com a nomeação, novo reitor da Ufes defende universidade pública. **A Gazeta**, 26 mar. 2020b. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/politica/surpreso-com-nomeacao-novo-reitor-da-ufes-defende-universidade-publica-0320>. Acesso em: 17 jan. 2022.

O CONTO da Universidade. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, 27 abr. a 3 mai. 1979, p. 14.

O CUSTO das matrículas. **Opinião**, Rio de Janeiro, 4 mar. 1977, p. 7.

O PT achou o seu candidato. **O Progresso**, 5 jul. 2016. Disponível em: <https://www.progresso.com.br/cultura/feiras/o-pt-achou-o-seu-candidato/200863/>. Acesso em: 17 fev. 2022.

OHANA, Victor. Interventor no IFSC? Reitor pro tempore nega: ‘Palavra é usada de forma pejorativa’. **Carta Capital**, 10 nov. 2020a. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br>

com.br/educacao/interventor-no-ifsc-reitor-pro-tempore-nega-palavra-e-usada-de-forma-pejorativa/. Acesso em: 7 dez. 2021.

_____. Ganham mas não levaram. reitores eleitos se unem para tomar posse em institutos federais. **Carta Capital**, 23 out. 2020b. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/ganharam-mas-nao-levaram-reitores-eleitos-se-unem-para-tomar-posse-em-institutos-federais/>. Acesso em: 7 dez. 2021.

_____. Bolsonaro nomeia reitora na UFPel sem respeitar mais votado em eleição. **Carta Capital**, 6 jan. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/bolsonaro-nomeia-reitora-na-UFPel-sem-respeitar-mais-votado-em-eleicao/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

OLIVEIRA, Adilson Jesus Aparecido de. Por que não fui nomeado reitor da UFSCar. **Jornal da Ciência**, Edição 6571, 20 jan. 2021. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/edicoes/?url=http://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br/27-porque-nao-fui-nomeado-reitor-da-ufscar/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

OLIVEIRA, Paulo C. Nomeação novo reitor da agita Uberaba. **Blog do PCO**, 25 jan. 2019. Disponível em: <https://blogdopco.com.br/politica/nomeacao-novo-reitor-da-agita-uberaba/>. Acesso em: 30 set. 2021.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. A história do CEFET-RJ na memória da associação de ex-alunos. In: Anais do XII Encontro Regional Sudeste de História Oral, 26 a 18 set. 2017. Disponível em: http://www.sudeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1507844397_ARQUIVO_OLIVEIRA,Samuel.HistoriadoCefet-RJ_paraosite.pdf. Acesso em: 6 jan. 2022.

Orçamento Federal Executado (Pago) em 2019 = R\$ 2,711 trilhões. **Auditoria Cidadã da Dívida**, 27 fev. 2020. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/orcamento-federal-executado-pago-em-2019-r-2711-trilhoes/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

OYAMA, Thaís. Bolsonaro: de acusado de terrorismo a fenômeno da internet. **Veja**, 18 fev. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-de-acusado-de-terrorismo-a-fenomeno-da-internet/>. Acesso em: 9 set. 2021.

PALHARES, Isabela. MEC deixa de nomear reitor após denúncia do MBL. **Folha de S. Paulo**, 25 abr. 2020. Disponível em: MEC deixa de nomear reitor após denúncia do MBL - 25/04/2020 - Educação - Folha (uol.com.br) . Acesso em: 13 ago. 2021.

PALHARES, Isabela; SALDAÑA, Paulo. Weintraub nomeia reitor temporário para Instituto Federal de SC, que não aceita indicação. **Folha de São Paulo**, 21 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/04/weintraub-nomeia-reitor-temporario-para-instituto-federal-de-sc-que-nao-aceita-indicacao.shtml>. Acesso em: 7 dez. 2021.

PARA ministro da Educação, universidades federais não podem ser ‘esquerdistas, nem lulistas’. **Brasil 247**, 10 ago. 2021. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/para-ministro-da-educacao-universidades-federais-nao-podem-ser-esquerdistas-nem-lulistas>. Acesso em: 23 fev. 2022.

PASTOR Eurico apresenta PL pára tornar obrigatória a frase Deus seja louvado. **PSB**, 19 nov. 2012. Disponível em: <https://psb40.org.br/noticias/pastor-eurico-apresenta-pl-para-tornar-obrigatoria-a-frase-deus-seja-lovado/>. Acesso em: 3 set. 2021.

PEIXOTO, Guilherme. Léo Índio ganha novo cargo no Senado após escândalo do dinheiro na cueca. **Correio Braziliense**, 3 nov. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/11/4886388-leo-indio-ganha-novo-cargo-no-senado-apos-escandalo-do-dinheiro-na-cueca.html>. Acesso em: 30 set. 2021.

PEREIRA, Alexandre. Vereador revela que senador interferiu na nomeação de reitor. **Jornal da Manhã**, 20 jun. 2019. Disponível em: <https://jmonline.com.br/novo/?paginas/colunas,92,181040>. Acesso em: 29 set. 2021.

PERES, Paula; SEMIS, Laís. Quem é quem no MEC de Jair Bolsonaro. **Nova Escola**, 3 jan. 2019. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/14880/quem-e-quem-nome-de-jair-bolsonaro>. Acesso em: 4 out. 2021.

PIMENTEL, Dilson. Abatido, reitor da Unifesspa diz que nomeação de terceiro colocado é ‘golpe’. **O Liberal**, 17 set. 2020. Disponível em: <https://www.oliberal.com/para/abatido-reitor-da-unifesspa-diz-que-nomeacao-de-terceiro-colocado-e-golpe-1.306987>. Acesso em: 20 jan. 2022.

PITOMBO, João Pedro. Sem nomeação do MEC, universidade federal fica sem reitor na Bahia. **Folha de São Paulo**, 1º ago. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/08/sem-nomeacao-do-mec-universidade-federal-fica-sem-reitor-na-bahia.shtml>. Acesso em: 14 jan. 2022.

POLÊMICA esquentando eleição na Uni-Rio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 mai. 2004, p. A17.

POLÍCIA Federal deflagra operação e cumpre mandados de busca e apreensão na Universidade Federal da Amazônia. *O Sul*, Porto Alegre, 4 set. 2021. Disponível em: <https://www.osul.com.br/policia-federal-deflagra-operacao-e-cumprer-mandados-de-busca-e-apreensao-na-universidade-federal-da-amazonia/>. Acesso em: 27 dez. 2021.

POLO, Fernanda. UFRGS: entenda o processo que levou ao pedido de destituição do reitor Carlos Bulhões. *Jornal Humanista*, 6 set. 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2021/09/06/ufrgs-entenda-o-processo-que-levou-ao-pedido-de-destituicao-do-reitor-carlos-bulhoes/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

POMPEU, Ulisses. A saga do professor que virou reitor da Unifesspa “da noite para o dia”. *Correio de Carajás*, 1 dez. 2020. Disponível em: <https://correiodecarajas.com.br/a-saga-do-professor-que-virou-reitor-da-unifesspa-da-noite-para-o-dia/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

PORTELA, Ysabella. O tiro de Bolsonaro saiu pela culatra com indicação de petista à reitoria da UFG. *Diário do Estado*, 11 jan. 2022. Disponível em: <https://diariodoestado.go.com.br/coluna/o-tiro-de-bolsonaro-saiu-pela-culatra-com-indicacao-de-petista-a-reitoria-da-ufg/>. Acesso em: 02 fev. 2022.

PORTUGAL, Ricardo. Chapa 2 “UFRRJ é agente” vence a Consulta Pública na Universidade Federal Rural do RJ. Instituto Multidisciplinar – UFRRJ Campus Nova Iguaçu, 2020. Disponível em: <http://www.ni.ufrj.br/chapa-2-ufrrj-e-agente-vence-a-consulta-publica-na-universidade-federal-rural-do-rj/>. Acesso em: 29 jan. 2022.

PASSOS, Waldiney. DCE da Univasf critica intervenção do MEC e faz abaixo-assinado contra reitor pro tempore. *Blog Waldiney Passos*, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://www.waldineypassos.com.br/dce-da-univasf-critica-intervencao-do-mec-e-faz-abaixo-assinado-contr-reitor-pro-tempore/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

PRAXEDES, Vonúvio. Desembargador suspende nomeação de José Arnóbio ao cargo de reitor do IFRN. *Diário Político*, 7 mai. 2020. Disponível em: <https://diariopolitico.com.br/desembargador-suspende-nomeacao-de-jose-arnobio-ao-cargo-de-reitor-do-ifrn/>. Acesso em: 13 ago. 2021.

PREITE SOBRINHO, Wanderley. Último de lista, novo reitor da UFC diz que apelou a ministro de Bolsonaro. *UOL*, 23 ago. 2019. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/>

noticias/2019/08/23/fui-ao-ministro-diz-ultimo-de-lista-indicado-por-bolsonaro-reitor-da-ufc.htm. Acesso em: 23 jul. 2021.

PREFEITURA DE ITAJUBÁ, 2 set. 2019. Facebook: prefeituradeitajuba. Disponível em: <https://www.facebook.com/prefeituradeitajuba/photos/a.1907084356231714/2358845331055612/?type=3>. Acesso em: 5 jan. 2022.

PRESIDENTE da República nomeia Emmanuel Tourinho para reitoria da UFPA. **G1**, 14 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/10/14/presidente-da-republica-nomeia-emmanuel-tourinho-para-a-reitoria-da-ufpa.ghtml>. Acesso em: 23 fev. 2022.

PRESIDENTE não é obrigado a escolher mais votado na lista tríplice das universidades federais, decide STF. **ADUSP**, 9 fev. 2021. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/index.php/defesauniv/4022-triplic>. Acesso em: 24 fev. 2022.

PRESTIGIADO. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 5 jul. 1992, p. 2.

PROCESSO que pedia destituição de reitor da UFRGS é arquivado pelo Ministério da Educação, diz universidade. **G1**, 9 dez. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/12/09/processo-que-pedia-destituicao-de-reitor-da-ufrgs-e-arquivado-diz-universidade.ghtml>. Acesso em: 22 fev. 2022.

PROFESSORES Maurílio e Idelma falam sobre a escolha do novo reitor e pedem união da comunidade. **Unifesspa**, 18 set. 2020. Disponível em: <https://unifesspa.edu.br/noticias/4814-maurilio-e-idelma-se-pronunciam-sobre-a-escolha-do-novo-reitor-e-pedem-uniao-da-comunidade> Acesso em: 18 fev. 2022.

PROFESSORES querem tirar Azevedo da UnB. **Correio Braziliense**, Brasília, 11 mar. 1984, p. 30.

QUEM são os membros da comissão que fiscalizará conteúdo 'ideológico' do Enem. **BBC News Brasil**, 20 mar. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47644256>. Acesso em: 27 dez. 2021.

RAINHERI, Amanda et al. Universidades vivem momento de instabilidade política no interior do Nordeste. **Retruco**, 22 abr. 2020. Disponível em: <https://www.retruco.com.br/post/universidades-vivem-momento-de-instabilidade-pol%C3%Adtica-no-interior-do-nordeste>. Acesso em: 11 ago. 2021.

RAMOS, Raphaela. Contrariando tradição, Bolsonaro escolhe 3º colocado na lista tríplice para reitor da UFRGS. **O Globo**, 16 set. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/contrariando-tradicao-bolsonaro-escolhe-3-colocado-na-lista-triplice-para-reitor-da-ufrgs-24642638>. Acesso em: 21 fev. 2022.

REGINA, Leila. Intervenção na nomeação da reitoria da UFRA. **Universidade à esquerda**, 14 jul. 2021. Disponível em: <https://universidadeaesquerda.com.br/intervencao-na-nomeacao-da-reitoria-da-ufra/>. Acesso em: 27 dez. 2021.

REINHOLZ, Fabiana. Governo Bolsonaro volta a atacar a autonomia das Universidades e Institutos Federais. **Brasil de Fato**, 14 jul. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2020/06/10/governo-bolsonaro-volta-a-atacar-a-autonomia-das-universidades-e-institutos-federais>. Acesso em: 21 fev. 2022.

REITOR da UFC rebate Tasso após crítica a Bolsonaro: “Pior que o Lularápio?”. **O Povo**, 28 jun. 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/06/28/reitor-da-ufc-rebate-tasso-apos-critica-a-bolsonaro--pior-que-o-lularapio.html>. Acesso em: 23 jul. 2021.

REITOR da UNI-RIO assume dia 11. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 28 jun. 1988, p. 11.

REITORÁVEIS se recusam a substituir Azevedo. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 mai. 1984, p. 30.

RIBEIRO, Germano. De origem cigana, pastor nomeado reitor da Unilab promete diálogo em gestão democrática e transitória. **G1 Ceará**, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/03/11/de-origem-cigana-pastor-nomeado-reitor-da-unilab-promete-dialogo-em-gestao-democratica-e-transitoria.ghtml>. Acesso em: 23 jul. 2021.

ROCHA, Beatriz. Em 18 casos, Bolsonaro contraria tradição de seguir comunidade acadêmica na escolha de reitorias. **Esquinas: Revista Digital do Laboratório da Faculdade Casper Libero**, 29 mar. 2021. Disponível em: <https://revistaesquinas.casperlibero.edu.br/educacao/18-casos-bolsonaro-contraria-tradicao-estudantes-reitorias/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

ROCHA, Raphael. Temer cogita barrar mais votado à reitoria da UFABC. Diário do

Grande ABC, 3 mar. 2018. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/2865283/temer-cogita-barrar-mais-votado-a-reitoria-da-ufabc>. Acesso em: 4 out. 2021.

RODRIGUES, Cláudio E. Nota de esclarecimento. **Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri**, 3 jun. 2019. Disponível em: <http://portal.ufvjm.edu.br/noticias/2019/nota-de-esclarecimento-eleicao-para-reitor-cumpriu-a-legislacao-ufvjm-repudia-noticias-e-denuncias-infundadas>. Acesso em: 4 jan. 2022.

RODRIGUES, Nyelder. Após voto contra Bolsonaro, senadora Soraya Thronicke pode perder indicações. **Correio do Estado**, 20 ago. 2020. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/politica/apos-voto-contrabolsonaro-soraya-pode-perder-indicacoes/376233>. Acesso em: 16 fev. 2022.

ROQUE Albuquerque toma posse como reitor da Unilab e se torna primeiro reitor cigano no Brasil. **ANDIFES**, 6 mai. 2021. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=87523>. Acesso em: 23 jul. 2021.

ROLLSING, Carlos. Parlamentares bolsonaristas sustentaram nomeação de Bulhões à reitoria da UFRGS. **GZH**, 16 set. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2020/09/parlamentares-bolsonaristas-sustentaram-nomeacao-de-bulhoes-a-reitoria-da-ufrgs-ckf5vknj8001v014vd6odfdnq.html>. Acesso em: 21 fev. 2022.

SAIBA quem é o novo reitor das UFCG e o seu respaldo político. **Paraíba Online**, 24 fev. 2021. Disponível em: <https://paraibaonline.com.br/educacao-e-ciencia/saiba-quem-e-o-novo-reitor-das-ufcg-e-o-seu-respaldo-politico/>. Acesso em: 13 ago. 2021.

SAID, Flávia. PSL pede expulsão do deputado General Girão por infidelidade partidária. **Congresso em Foco**, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/psl-pede-expulsao-do-deputado-general-girao-por-infidelidade-partidaria/>. Acesso em: 12 ago. 2021.

SALDAÑA, Paulo. Governo Temer congela nomeação de reitora da Unifesp escolhida por voto. **Folha de São Paulo**, 8 fev. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/02/1856739-governo-temer-congela-nomeacao-de-reitora-da-unifesp-escolhida-por-voto.shtml>. Acesso em: 4 out. 2021.

SALDAÑA, Paulo; PALHARES, Isabela. Em sintonia com agenda ideológica, Bolsonaro vetou candidato à reitoria da UFScar por ligação com PT. **Folha de São Paulo**, 10 fev. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/02/em-sintonia->

[com-agenda-ideologica-bolsonaro-vetou-candidato-a-reitoria-da-ufscar-por-ligacao-com-pt.shtml](#). Acesso em: 30 jan. 2022.

SAMUEL Pereira. **Câmara Municipal de Uberaba**, 2020. Disponível em: <https://camarauberaba.mg.gov.br/vereadores/samuel-pereira/>. Acesso em: 20 set. 2021.

SANTANA, Vitor. Professora Angelita Lima, terceiro nome na lista de candidatos, é nomeada nova reitora da UFG. **G1 Goiás**, 11 jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/01/11/professora-angelita-lima-terceiro-nome-na-lista-de-candidatos-e-nomeada-nova-reitora-da-ufg.ghtml>. Acesso em: 4 fev. 2022.

SANTOS, Fabio J. S. dos. Reitor Fábio Josué emite nota sobre o processo sucessório e posse na UFRB. **UFRB**, Cruz das Almas, 7 ago. 2019. Disponível em: <https://www1.ufrb.edu.br/portal/noticias/5593-reitor-fabio-josue-emite-nota-sobre-o-processo-sucessorio-e-posse-na-ufrb>. Acesso em: 17 jan. 2022.

SANTOS, Geórgia. MEC não indica reitor da UFTM e alega desconformidades em lista. **Jornal da Manhã**, 22 ago. 2018. Disponível em: <https://jmonline.com.br/novo/?noticias,2,CIDADE,164677>. Acesso em: 30 set. 2021

SANTOS, Juliana. VÍDEO: Deputado federal fala sobre apoio de Bolsonaro a Antônio Fernandes para reitoria da UFCG. **Diário do Sertão**, 11 dez. 2020b. Disponível em: <https://www.diariodosertao.com.br/noticias/503509/video-deputado-federal-fala-sobre-apoio-de-bolsonaro-a-antonio-fernandes-para-reitoria-da-ufcg.html>. Acesso em: 13 ago. 2021.

SANTOS, Kelly. Os intocáveis: o golpe da reitoria contra a consulta pública da UFS. **Esquerda online**, Itabaiana, 11 jul. 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/07/11/os-intocaveis-o-golpe-da-reitoria-contra-a-consulta-publica-da-ufs/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

SANTOS, Walter. Valdiney Gouveia é citado como principal cabo eleitoral de Nilvan Ferreira na UFPB; novo reitor não confirma. **WSCOM**, 17 nov. 2020a. Disponível em: <https://wscom.com.br/valdiney-gouveia-e-citado-como-principal-cabo-eleitoral-de-nilvan-ferreira-na-ufpb-novo-reitor-nao-confirma/>. Acesso em: 9 set. 2021.

SANTOS, Walmir H. dos. Registros históricos: contribuição à memória da Universidade Federal Rural da Amazônia. Belém: UFRA, 2014. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/embed/view/HwJoPkdbYUMQxK05>. Acesso em: 18 jan. 2022.

SAYURI, Juliana. Bolsonaro já interveio em metade das Universidades Federais que tiveram eleições para a reitoria. **The Intercept**, 2 out. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/10/02/bolsonaro-universidades-reitores/>. Acesso em: 17 jan. 2022.

SBB. Sociedade Brasileira de Bioética. Nota de apoio à Profa. Dra. Ethel Leonor Maciel, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). **SBB**, 29 mar. 2020. Disponível em: <https://www.sbbioetica.org.br/Noticia/715/SBB-divulga-nota-de-apoio-a-Profa-Dra-Ethel-Leonor-Maciel-da-Universidade-Federal-do-Espirito-Santo-UFES>. Acesso em: 17 fev. 2022.

SESTREM, Gabriel R. Vice-reitor assume Reitoria da UFS sem aval do MEC e com suspeita de fraude em eleição. **Gazeta do Povo**, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/vice-reitor-assume-a-reitoria-da-ufs-sem-aval-do-mec-e-com-suspeita-de-fraude-em-eleicao/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

SETEC-MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Ofício nº 336/2020/GAB/SETEC/SETEC-MEC. Informa designação de Reitor pro tempore. Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/documents/1101063/1882796/SEI_MEC++2020187++Of%C3%Adcio++IFSC.pdf/67150039-fab2-45f1-ab85-9fd10b447832. Acesso em: 7 dez. 2021.

SEIS disputam eleições para reitor. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 3 nov. 1991, p. 3.

SEM ilusões. **Zero**, Florianópolis, nov. 1998, p. 8.

SETTA, Helton J. B.; ARAÚJO; Rosalina C. Jus Esperniandi ou o direito de esperar. In: **Facebook**: Setta e Rosalina Oxigenar Unirio. Rio de Janeiro, 10 abr. 2019. Disponível em: https://m.facebook.com/SettaeRosalina/posts/421131535317169?_rd_. Acesso em: 15 dez. 2021.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade, fundação e autoritarismo: o caso da UFSCar. São Carlos: **Editora da Universidade Federal de São Carlos**, 1993.

SILVEIRA, Jussara M. V. Da medicina ao magistério: aspectos da trajetória de João Cardoso Nascimento Júnior. Dissertação (Mestrado em Educação). **São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe**, 2008. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/4771>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SINASEF JANUÁRIA – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica. Judiciário acata ação do Sinasefe Natal-RN e determina que governo nomeie José Arnóbio como reitor do IFRN. **SINASEF Januária**, 17 dez. 2020. Disponível em: <http://sinasefejanuaria.org.br/2020/12/17/judiciario-acata-acao-do-sinasefe-natal-rn-e-determina-que-governo-nomeie-jose-arnobio-como-reitor-do-ifrn/>. Acesso em: 12 ago. 2021.

SINDTIFES. Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino Superior no Estado do Pará. Nota de Repúdio à intervenção de Bolsonaro na UFRA. Belém, 14 jul. 2021. Disponível em: http://www.sindtifes.org.br/index.php?option=com_categoryblock&view=article&Itemid=1&id=1657&fbclid=IwAR3R-LS2Zd_VlzyjAaYIEObzqLxpTDM4Y7ChXVSQx7GkeKT8kNT0Sxj8pjE. Acesso em: 20 dez. 2021.

SINDUFFS. Seção Sindical dos Docentes da UFFS. SINDUFFS protocola denúncia contra Marcelo Recktenvald no STF, MPF e Comissão de Ética Pública. **Sinduffs**, 10 jun. 2020. Disponível em: <https://sinduffs.org.br/noticias/mobilizacao/sinduffs-protocola-denuncia-contra-marcelo-recktenvald-no-stf-mpf-e-comissao-de-etica-publica/>. Acesso em: 06 dez. 2021.

SINPRO MACAÉ. Sindicato dos professores de Macaé e Região. Nota de repúdio à exoneração arbitrária de Leonardo Castro (decano do CCH UNIRIO). **Sinpro Macaé**, 03 ago. 2020. Disponível em: <http://www.sinpromacae.com.br/nota-de-repudio-a-exoneracao-arbitraria-de-leonardo-castro-decano-do-cch-unirio/>. Acesso em: 18 dez. 2021.

SINTUR-RJ. Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O Sintur-Rj torna público as chapas homologadas para a escolha da reitoria 2021-2025. **SINTURRJ**, Seropédica, 23 out. 2020. Disponível em: <https://sinturrij.org.br/galeria/noticia/877/O-SINTUR-RJ-TORNA-PUBLICO-AS-CHAPAS-HOMOLOGADAS-A-ESCOLHA-DA-REITORIA-2021-2025>. Acesso em: 29 jan. 2022.

SOARES, Janir. Nota de esclarecimento sobre assinatura em carta elaborada por grupo Docentes pela Liberdade. **Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri**, 18 jun. 2020. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/es/reitoria/9867-reitoria-publica-nota-de-esclarecimento.html>. Acesso em: 2 dez. 2021.

SOARES, Olavo. Quem é 'FBC', ex-ministro de Dilma favorito para ser líder de Bolsonaro no Senado. **Gazeta do Povo**, 12 fev. 2019a. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/república/quem-e-fbc-ex-ministro-de-dilma-favorito-para-ser-lider-de-bolsonaro-no-senado-cl5gs0vev9m7i0o67ijhpk8v/?ref=link-interno-materia>. Acesso em: 3 set. 2021.

_____. Quem são os bolsonaristas imunes à crise do PSL e que aproveitam o lado bom do governismo. **Gazeta do Povo**, 22 out. 2019b. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/bolsonaristas-de-outros-partidos-psl-crise/>. Acesso em: 3 set. 2021.

SOBE para 20 número de instituições federais de ensino com nomeações arbitrárias para reitorias. **Portal Saiba mais**. <https://www.saibamais.jor.br/sobe-para-20-numero-de-instituicoes-federais-de-ensino-com-nomeacoes-arbitrarias-para-reitorias/>. Acesso em: 5 jan. 2022.

SOBREIRA, Gil. Justiça Federal suspende processo eleitoral da UFPI. **GP1**, 26 ago. 2020. Disponível em: <https://www.gp1.com.br/piaui/noticia/2020/8/26/justica-federal-suspende-processo-eleitoral-da-ufpi-484566.html>. Acesso em: 19 jan. 2022.

SOGLIA, Silvio L. de O. Reitor Silvio Soglia emite nota sobre processo sucessório da UFRB. **Portal de Notícias da UFRB**, 14 jul. 2019. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/portal/noticias/5560-reitor-silvio-soglia-emite-nota-sobre-processo-sucessorio-da-ufrb>. Acesso em: 14 jan. 2022.

SOUSA, Herbert. Gildásio Guedes foi o mais votado na UFPI mas Consun quer impedir seu nome na lista tríplice. **GP1**, 13 ago. 2020a. Disponível em: <https://www.gp1.com.br/blog/herbert-sousa/2020/8/13/gildasio-guedes-foi-o-mais-votado-na-ufpi-mas-consun-quer-impedir-seu-nome-na-lista-triplice-401629.html>. Acesso em: 19 jan. 2022.

_____. Candidato a vice-reitor da UFPI na chapa de André Macedo é filiado ao PT. **GP1**, 17 set. 2020b. Disponível em: <https://www.gp1.com.br/blog/herbert-sousa/2020/9/17/candidato-a-vice-reitor-da-ufpi-na-chapa-de-andre-macedo-e-filiado-ao-pt-401676.html>. Acesso em: 19 jan. 2022.

_____. Reitor da UFPI nega irregularidades em consulta acadêmica. **GP1**, 13 ago. 2020c. Disponível em: <https://www.gp1.com.br/blog/herbert-sousa/2020/8/13/reitor-da-ufpi-nega-irregularidades-em-consulta-academica-401630.html>. Acesso em: 19 jan. 2022.

SOUSA, Jaziel P. de. Dr. Jaziel (@drjaziel). Instagram, [2021]. Disponível em: <https://www.instagram.com/drjaziel/?hl=pt-br>. Acesso em: 23 jul. 2021.

SOUZA, Josefa E. História e Memória da Universidade Federal de Sergipe (1968-

2012). **São Cristóvão: Editora UFS**, 2015.

SOVERAL, Fabrício; PATRÍCIA, Francisca. Reitora Angelita Pereira de Lima concede primeira entrevista após a posse. Reitoria Digital **UFG**, 2022. Disponível em: <https://reitoriadigital.ufg.br/n/150179-reitora-angelita-pereira-de-lima-concede-primeira-entrevista-apos-a-posse>. Acesso em: 5 fev. 2022.

STF. Supremo Tribunal Federal. Despacho de Petição nº 8.929, que trata de notícia de fato imputada ao reitor Marcelo Recktenvald. Brasília, 15 jun. 2020. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaPresidenciaStf/anexo/Petio8929.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2021.

STF nega medida cautelar à ADI 6565. **ANDES**, 20 out. 2021. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/sTF-nega-medida-cautelar-a-aDI-65651>. Acesso em: 24 fev 2022.

TAVEIRA, Vitor. 'Minha nomeação seria o restabelecimento da democracia e autonomia na Ufes'. **Século Diário**, 12 nov. 2020. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/educacao/minha-nomeacao-seria-restabelecimento-da-democracia-e-autonomia-na-ufes>. Acesso em: 17 fev. 2022.

TAKIMOTO, Erika. A situação da intervenção que em agosto fará um ano está acabando com a dignidade do CEFET/RJ. **Brasil 247**, 9 jul. 2020. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/a-situacao-da-intervencao-que-em-agosto-fara-um-ano-esta-acabando-com-a-dignidade-do-cefet-rj>. Acesso em: 27 dez. 2021.

TEIXEIRA, Milena. Professora que não assumiu reitoria da UFRB questiona decisão do MEC: 'Misoginia?'. **Bahia.ba**, 2 ago. 2019. Disponível em: <https://bahia.ba/bahia/professora-que-nao-assumiu-reitoria-da-ufrb-questiona-decisao-do-mec-racismo-homofobia/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

TEMER desrespeita eleição e não nomeia reitor mais votado na UFABC. **Rede Brasil Atual**, 12 mar. 2018. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2018/03/temer-desrespeita-eleicao-interna-e-suspende-nomeacao-de-reitor-mais-votado-na-ufabc/>. Acesso em: 4 out. 2021.

TORRES, Michelangelo. Um balanço crítico dos primeiros 18 meses da política educacional do governo Bolsonaro. In: FARIA, Fabiano G.; MARQUES, Mauro L. B. (Orgs). Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador. **Sobral: Sertão Cult**, 2020. p. 159-173. Disponível em: <https://deposita.ibict.br/bitstream/>

deposita/166/2/Faria%20%26%20Marques%20-%20Giros%20%c3%a0%20Direita.pdf.

Acesso em: 22 fev. 2022.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia: subsídios para criação e implantação a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia. **UFBA**, Salvador: 2003. Disponível em: <https://ufbr.edu.br/portal/images/historia/projeto-ufbr.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2022.

_____. Reitor da UFRB assumirá Secretaria no MEC. **Ufba Em Pauta**, 7 abr. 2015. Disponível em: https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/reitor-da-ufbr-assumir%C3%A1-secretaria-no-mec. Acesso em: 11 jan. 2022.

UFES, Universidade Federal do Espírito Santo. **Ufes**, 60 anos. Vitória: EDUFES, 2014.

UFG, Universidade Federal de Goiás. História. Goiânia, 2022. Disponível em: <https://www.ufg.br/p/6405-historia>. Acesso em: 02 fev. 2022.

_____. Conselho Universitário define listas tríplices para reitor e vice-reitor da UFG. **Reitoria Digital UFG**, 2021. Disponível em: <https://reitoriadigital.ufg.br/n/143038-conselho-universitario-define-listas-triplices-para-reitor-e-vice-reitor-da-ufg>. Acesso em: 02 fev. 2022.

UFGD comemora 5 anos com disputas e brigas históricas. **Campo Grande News**, 29 jul. 2010. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/ufgd-comemora-5-anos-com-disputas-e-brigas-historicas-07-29-2010>. Acesso em: 17 fev. 2022.

UFGD encaminha ao MEC Lista Tríplice para nomeação de novos dirigentes. **UFGD**, 7 abr. 2015. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/noticias/ufgd-encaminha-ao-mec-lista-triplice-para-nomeacao-de-novos-dirigentes>. Acesso em: 17 fev. 2022.

UFPEL, Universidade Federal de Pelotas. Institucional: histórico. **Portal UFPel**, nov. 2021. Disponível em: <https://portal.UFPel.edu.br/historico/>. Acesso em: 23 jan. 2022.

_____. Coordenação de Comunicação Social. UFPel: uma história escrita em três séculos. **Jornal da UFPel**, Ano 6, n. 41, Edição comemorativa, jul. 2014. Disponível em: <https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/wp-content/uploads/2014/08/Jornal-UFPel-41-JUL-2014-EC13AGO14-WEB.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2022.

_____. Coordenação de Comunicação Social. Consun aponta listas para a reitoria. Pelotas, 20 out. 2020. Disponível em: <https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2020/10/20/consun-aponta-listas-para-a-reitoria/>. Acesso em: 25 jan. 2022.

_____. Coordenação de Comunicação Social. Nova gestão assume a UFPel. Pelotas, 22 jan. 2021. Disponível em: <https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2021/01/22/nova-gestao-assume-a-ufpel/>. Acesso em: 25 jan. 2022.

UFPI 42 anos: como é bom fazer parte dessa história. **Portal Ufpi**, 1 mar. 2013. Disponível em: <https://ufpi.br/ultimas-noticias-ufpi/2441-ufpi-42-anos-como-%C3%A9-bom-fazer-parte-dessa-hist%C3%B3ria>. Acesso em: 17 jan. 2022.

UFPI, Universidade Federal do Piauí. Histórico. **UFPI**, 26 jan. 2017. Disponível em: <https://ufpi.br/historico>. Acesso em: 18 jan. 2022.

_____. Comissão Eleitoral. Resultado da Consulta Comunitária para a escolha do(a) Reitor(a) e vice-Reitor(a) para o quadriênio 2020-2024. **Ufpi**, Teresina, 16 ago. 2020a. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Consulta2020/consulta2020-final20200816131310.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.

_____. Conselho Universitário define lista tríplice para o cargo de reitor da UFPI. **Ufpi**, Teresina, 8 set. 2020b. Disponível em: <https://ufpi.br/ultimas-noticias-ufpi/37494-conselho-universitario-define-lista-triplice-para-o-cargo-de-reitor-da-ufpi>. Acesso em: 19 jan. 2022.

_____. Gildásio Guedes Fernandes é o novo reitor da UFPI. **Ufpi**, Teresina, 20 nov. 2020c. Disponível em: <https://www.ufpi.br/ultimas-noticias-ufpi/38251-gildasio-guedes-fernandes-e-o-novo-reitor-da-ufpi>. Acesso em: 18 jan. 2022.

UFRB, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Conselho Universitário define lista tríplice para a reitoria da UFRB. **Portal de Notícias UFRB**, Cruz das Almas, 12 maio 2015. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/portal/noticias/4017-conselho-universitario-define-lista-triplice-para-a-reitoria-da-ufrb>. Acesso em: 11 jan. 2022.

_____. Consulta à comunidade universitária para indicação de nomes para os cargos de reitor e vice-reitor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia: gestão 2019-2022. Ata de apuração. Cruz das Almas, 27 fev. 2019a. Disponível em: <http://apur.org.br/resultado-da-consulta-a-comunidade-da-ufrb-para-indicacao-de-nomes-aos-cargos->

[de-reitor-e-vice-reitor/](#)>. Acesso em: 11 jan. 2022.

_____. Conselho Universitário define lista tríplice para a Reitoria da UFRB. Cruz das Almas, 28 fev. 2019b. Disponível em: <<https://ufrb.edu.br/portal/noticias/5419-conselho-universitario-define-lista-triplice-para-a-reitoria-da-ufrb-2>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

UFRRJ. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Coordenadoria de Comunicação Social. História da UFRRJ. **Seropédica**, 21 out. 2021. Disponível em: <https://institucional.ufrj.br/ccs/historia-da-ufrj/>. Acesso em: 27 jan. 2022.

_____. Comissão Organizadora da Consulta Pública à Comunidade Universitária da UFRRJ. Consulta Pública Informal – resultado 2º Turno. **Portal UFRRJ**, 12 dez. 2016a. Disponível em: <https://portal.ufrj.br/consulta-publica-informal-resultado-2o-turno/>. Acesso em: 29 jan. 2022.

_____. Secretaria dos órgãos colegiados. Listas tríplices para o cargo de Reitor e Vice-reitor da UFRRJ (mandato 2017-2021). **Portal UFRRJ**, 19 dez. 2016b. Disponível em: <https://portal.ufrj.br/listas-triplices-para-o-cargo-de-reitor-e-vice-reitor-da-ufrj-mandato-2017-2021/>. Acesso em: 29 jan. 2022.

UFS. Universidade Federal de Sergipe. Gabinete da Reitoria. Vice-reitor Valter Joviniano responde pela reitoria da UFS. Aracaju, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://www.ufs.br/conteudo/66383-vice-reitor-valter-joviniano-responde-pela-reitoria-da-ufs>. Acesso em: 10 jan. 2022.

_____. Valter Santana é empossado como reitor da UFS. Aracaju, 22 mar. 2021. Disponível em: <https://reitoria.ufs.br/conteudo/66944-valter-santana-e-empossado-como-reitor-da-ufs>. Acesso em: 27 dez. 2021.

UFSCAR. Universidade Federal de São Carlos. Cronologia dos 50 anos da UFSCar: 1970-2020. [E-book]. **Revista UFSCar**, 2020a. Disponível em: <http://revista.ufscar.br/publicacoes/UFSCar-50anos/#p=1>. Acesso em: 29 jan. 2022.

_____. Comissão Técnico-Executiva Eleições UFSCar. Cronograma. **Eleições UFSCar**, 2020b. Disponível em: <https://eleicoes.ufscar.br/reitoria-2020-2024>. Acesso em 29 jan. 2022.

_____. Secretaria dos órgãos colegiados. Declaração dos resultados preliminares da

apuração dos votos. **Eleições UFSCar**, 5 ago. 2020c. Disponível em: <https://eleicoes.ufscar.br/reitoria-2020-2024/declaracao-resultado-pesquisa-eleitoral.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2022.

_____. Gabinete da Reitoria. Ofício nº 229/2020/GR. São Carlos, 1 set. 2020d. Disponível em: https://www.diariodareitoria.ufscar.br/wp-content/uploads/Of%C3%ADcio-ao-MEC-Lista-Tr%C3%ADplice-SEI_23112.015603_2020_04.pdf. Acesso em: 30 jan. 2022.

_____. Comunicado da Reitoria: Informes sobre a sucessão à Reitoria da UFSCar – Ação Judicial. **Diário da Reitoria UFSCar**, 5 nov. 2020e. Disponível em: <https://www.diariodareitoria.ufscar.br/comunicado-da-reitoria-informes-sobre-a-sucessao-a-reitoria-da-ufscar-acao-judicial/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

_____. ConsUni: Em reunião histórica, Conselho inicia definição de procedimentos a serem adotados no processo de sucessão à Reitoria da UFSCar. **Diário da Reitoria UFSCar**, 6 abr. 2016. Disponível em: <https://www.diariodareitoria.ufscar.br/consuni-em-reuniao-historica-conselho-inicia-definicao-de-procedimentos-a-serem-adotados-no-processo-de-sucessao-a-reitoria-da-ufscar/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

UFVJM realiza eleição para reitor e vice-reitor. **Jornal da UFVJM**, fev./mar. 2011, p. 3. Disponível em: http://www.ufvjm.edu.br/formularios/doc_view/1423-jornal-34.html?lang=pt_BR.utf8%2C+pt_BR.UT. Acesso em: 4 jan. 2022.

UFVJM: Reitor-interventor da UFVJM, nomeado por Bolsonaro, chama aluno de analfabeto e hostiliza professor. **Fórum**, 29 out. 2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/reitor-bolsonarista-seguidor-allan-dos-santos/#>. Acesso em: 3 dez. 2021.

UM ABORTO na Uni-Rio. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 28 jun. 1988, p. 2.

UMA ZEBRA na Uni-Rio. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 24 jun. 1988, p. 2.

UNE. União Nacional dos Estudantes. Unifei em Minas Gerais segue na luta contra intervenção na reitoria. **UNE**, 8 fev. 2021. Disponível em: <https://www.une.org.br/noticias/unifei-em-minas-gerais-segue-na-luta-contraintervencao-na-reitoria/>. Acesso em: 13 dez. 2021.

UNIFEI: Candidato derrotado na consulta para Reitor teria pedido “aquele dossiê” contra chapa vencedora para entregar a Bolsonaro. **Tribuna Universitária**, 12 set. 2020.

Disponível em: <https://tribunauniversitaria.com.br/blog/unifei-candidato-derrotado-na-consulta-para-reitor-teria-pedido-aquele-dossie-contrachapa-vencedora-para-entregar-a-bolsonaro/>. Acesso em: 13 dez. 2021.

UNIFEI, UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ. História. Itajubá: UNIFEI, [2021]. Disponível em: <https://unifei.edu.br/institucional/historia/>. Acesso em: 5 jan. 2022.

UNIFESSPA, Universidade Federal do Sul e Sudoeste do Pará. Histórico. **Unifesspa, Marabá**, 21 out. 2013. Disponível em: <https://www.unifesspa.edu.br/historico>. Acesso em: 18 jan. 2022.

_____. Professores Maurílio e Idelma falam sobre a escolha do novo reitor e pedem união da comunidade. **Unifesspa, Marabá**, 18 set. 2020a. Disponível em: <https://unifesspa.edu.br/noticias/4814-maurilio-e-idelma-se-pronunciam-sobre-a-escolha-do-novo-reitor-e-pedem-uniao-da-comunidade>. Acesso em: 19 jan. 2022.

_____. Consun homologa resultado da eleição e elabora lista tríplice para envio ao MEC. Marabá, 3 jun. 2020b. Disponível em: <https://unifesspa.edu.br/noticias/4619-consun-homologa-resultado-da-eleicao-e-elabora-lista-triplice-para-envio-ao-mec>. Acesso em: 20 jan. 2022.

UNI-RIO. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 mai. 1985, p. 10.

UNI-RIO: garantida a posse do reitor. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 9 jul. 1992, p. 10.

UNI-RIO escolhe candidato a reitor. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 13 abr. 2000a, p. A-13.

UNIRIO. O Fluminense, Niterói, 9 mai. 2000b, p. 2.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010]. 28 dez. 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_de_Bras%C3%ADlia. Acesso em: 3 fev. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010]. 18 set. 2021b. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Federal_da_Fronteira_Sul. Acesso em: 4 jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010], 11 dez. 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Federal_da_Grande_Dourados. Acesso em: 17 fev. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **História**, 1 jun. 2017. Disponível em: <http://www.unirio.br/institucional/historia>. Acesso em: 6 jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Relatório do Processo de Consulta à comunidade para a escolha de Reitor e Vice-Reitor UNIRIO gestão 2015-2019, [2015]. Disponível em: <http://www.unirio.br/arquivos/noticias/RelatorioFinaldaComissaoEleitoral.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010]. 28 dez. 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Federal_do_Rio_de_Janeiro. Acesso em: 1 fev. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010]. 16 dez. 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Federal_do_Rio_de_Janeiro. Acesso em: 1 fev. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010]. 3 dez. 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Federal_do_Oeste_do_Par%C3%A1. Acesso em: 27 jan. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. UFVJM: 68 anos de tradição em ensino, 16 anos de universidade. [2021]. Disponível em: <http://portal.ufvjm.edu.br/a-universidade/>. Acesso em: 3 jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010]. 3 ago. 2021a. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Federal_dos_Vales_do_Jequitinhonha_e_Mucuri. Acesso em: 3 jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA. **História**. 4 mar. 2021a. Disponível em: https://novo.ufra.edu.br/index.php?option=com_

[content&view=article&id=76&Itemid=268](#). Acesso em: 27 jan. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA. Comissão Eleitoral. Resultado final da eleição: Consulta prévia para o cargo de reitor(a) da Universidade Federal Rural da Amazônia. **Belém**, 07 abr. 2021b. Disponível em: https://comissaoeleitoral.ufra.edu.br/images/relatorio_final_votacao.pdf. Acesso em: 20 dez. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2010]. 6 dez. 2021c. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Federal_Rural_da_Amaz%C3%B4nia. Acesso em: 27 jan. 2021.

VARGAS, Paulo Sergio de Paula. Nota aos membros da comunidade universitária. **UFES**, 25 mar. 2020. Disponível em: <https://www.ufes.br/conteudo/novo-reitor-da-ufes-fala-sobre-sua-nomeacao-e-divulga-nota-comunidade-universitaria>. Acesso em: 17 jan. 2022.

VERLI, Caique. Consulta informal: Ethel Maciel é escolhida para ser reitora da Ufes. **CBN**, 7 nov. 2019. Disponível em: <https://www.cbnvitoria.com.br/reportagens/consulta-informal-ethel-maciel-e-escolhida-para-ser-reitora-da-ufes-1119>. Acesso em: 17 jan. 2022.

VIANA, Nicole. Intervenção no CEFET-RJ é derrotada e diretor eleito toma posse. **A verdade**, 25 mar. 2021. Disponível em: <https://averdade.org.br/2021/03/intervencao-domec-no-cefet-rj-e-derrotada-e-diretor-eleito-toma-posse/>. Acesso em: 27 dez. 2021.

VALDINEY Gouveia toma posse como reitor da UFPB após ser recebido com ovos por manifestantes. **G1 PB**, 12 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/11/12/valdiney-gouveia-toma-posse-como-reitor-da-ufpb-apos-ser-atacado-com-ovos-por-manifestantes.ghtml>. Acesso em: 11 fev. 2022.

VISSERI, Bruna. Rui Oppermann e Jane Tutikian vencem votação para reitoria da UFRGS. **GZH**, 13 jul. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2020/07/rui-oppermann-e-jane-tutikian-vencem-votacao-para-reitoria-da-ufrgs-ckclbvuu03005001476mpgmb03.html>. Acesso em: 21 fev; 2022.

VITAL, Luiz; MARINHO, Thereza. Com 26 votos, Ethel Maciel lidera a lista tríplice definida pelo Colégio Eleitoral da Ufes. **Ufes**, 5 dez. 2019. Disponível em: <https://www.ufes.br/conteudo/com-26-votos-ethel-maciel-lidera-lista-triplice-definida-pelo-colegio-eleitoral-da-ufes>. Acesso em: 17 jan. 2022.

